

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

MARGARITA MARÍA DUEÑAS OROZCO

TURISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: as transformações do ecoturismo na  
Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia

São Carlos-SP  
2024

MARGARITA MARÍA DUEÑAS OROZCO

TURISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: as transformações do ecoturismo na  
Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Ambientais  
(PPGCAm) da Universidade Federal de  
São Carlos (UFSCar), *Campus* São  
Carlos, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Doutora em Ciências  
Ambientais

Linha de pesquisa: Ambiente e sociedade

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

São Carlos-SP  
2024

Orozco, Margarita María Dueñas

Turismo na Amazônia ocidental: as transformações do ecoturismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia / Margarita María Dueñas Orozco -- 2024.  
290f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

Banca Examinadora: Prof. Dr. Heros Augusto Santos

Lobo, Profa. Dra. Fábila Trentin, Profa. Dra. Nubia

Deborah Araújo Caramello, Prof. Dr. Wilson Martins

Lopes Junior

Bibliografia

1. Turismo . 2. Comunidades tradicionais . 3. Brasil . I. Orozco, Margarita María Dueñas. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

---

## Folha de Aprovação

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Margarita Maria Dueñas Orozco, realizada em 01/03/2024.

### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai (UFSCar)

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo (UFSCar)

Profa. Dra. Fábila Trentin (UFF)

Profa. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello (IFAP)

Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Junior (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

*Dedico esta tesis a mi madre, Alma María Orozco Rengifo, porque este doctorado era más un sueño de ella que mío. Sin embargo, su sexto sentido no la engañaba; ella sabía que, haciéndolo, sería inmensamente feliz.*

## AGRADECIMENTOS

Ao cosmos, à ancestralidade, aos saberes, às conexões.

A meus pais, Hugo e Alma, e minhas irmãs, Patry e Carito, seres humanos incríveis, fontes de amor, apoio, segurança e respeito, assim como a meus sobrinhos e cunhados. Ainda que distantes, seu carinho, força e incentivo estão presentes em todos os momentos da minha vida. Agradeço pela confiança e pelo orgulho que sentem de mim.

Ao meu esposo Rafael e ao meu filho Nicolas, por me acompanharem durante todos os dias desta linda caminhada. Sem vocês ao meu lado, não teria sido possível esta grande conquista, uma vez que vocês tornaram meus dias mais leves, mais alegres, mais motivadores. Foram dois anos e quatro meses muito felizes em São Carlos (SP), lugar que nos presenteou com amig@s e experiências únicas – experiências essas que nos fizeram abrir a mente, nos impulsaram para a ação e nos deram muita luz para novas trilhas. Esta conquista é nossa! Gratidão!

Ao meu orientador, professor Fred, por ser luz e inspiração ao longo desta especial e profunda trajetória. Sou grata por ter-me apresentado sua linha de pesquisa, que me cativou e me transformou. Agradeço por nosso trabalho em equipe, ombro a ombro, vírgula a vírgula, que tanto expandiu minha mente e meu coração. O senhor é um anjo: sempre gentil, entusiasta, compreensivo e humano! As palavras ficam curtas para expressar o quanto sou grata à vida por me dar o senhor como guia, como professor e, agora, como amigo. Admiro e me espelho em seu trabalho como docente; acho linda sua sensibilidade e maneira de conviver com todas as pessoas; sua humildade e forma de ser são exemplos de vida.

Aos colegas e amig@s do Sustentinha, por tanta colaboração, amizade e parceria. Nossas reuniões constantes, nossos vínculos profundos, nosso intercâmbio de saberes e vivências, assim como o carinho e a ajuda mútua, sempre e em todos os momentos, foram vitais para superarmos uma pandemia e muitos outros desafios nesta caminhada. Agradeço, de coração, a Pri, Regi, Rô, Fer, Ciça e Dê pela generosidade, pelo companheirismo, pela disponibilidade, pelo interesse em mostrar percursos já trilhados e em facilitar a nossa vida ao compartilhar experiências acadêmicas e pessoais. Agradeço por termos criado Grupos de Trabalho (GTs) nos quais partilhávamos nossas angústias, nossas ideias, nossos olhares e nosso

pensamento, espaços que muito contribuíram para a revisão bibliográfica sistemática, para a aula de qualificação e para outros tantos desafios ao longo do percurso. Agradeço também a Lari, Mi, Rafa, Sidnei, Vinícius e Naty. Ao Leo, meu amigo, obrigada pelo compartilhamento da jornada profissional e pela amizade.

Aos coordenadores e participantes do Curso Internacional em Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina: Utopia, Esperança e Práxis no Centenário Paulo Freire, pelos ricos conteúdos ministrados e pela aproximação com a atuação dos movimentos sociais que muito transformaram meu pensar, meu sentir e meu atuar.

Aos colaboradores da Ação Ecológica Guaporé de Rondônia (Ecoporé), que, gentilmente, disponibilizaram todo o acervo físico do projeto de ecoturismo comunitário analisado na tese. Agradeço a atenção e a colaboração de seus membros ativos atualmente e daqueles que por aí passaram e deixaram sua contribuição em prol de ações socioambientais no estado.

Às professoras e aos professores membros da banca de qualificação e defesa de doutorado, pelas enormes contribuições, reflexões e discussões que muito acrescentaram ao documento final e à minha vida profissional e pessoal. À professora Nubia, por sua sensibilidade e o permanente aconselhamento desde a concepção até o término desta tese. Ao professor Wilson, por sua disponibilidade e seus ensinamentos – porque me impulsionou a escrever e, com seu rico conhecimento em geografia e turismo, me mostrou o rigor teórico-metodológico e me trouxe profundas inquietações. À professora Fábria, que, com sua leitura minuciosa e crítica, muito me fez pensar e me deu mais autonomia e coragem para assentar minha posição e critério. Ao professor Heros, que muito contribuiu na minha formação por meio da disciplina Ecoturismo em Áreas Naturais Protegidas, pelos diálogos permanentes e trabalhos conjuntos realizados.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, pelos diálogos enriquecedores. Ao professor Amadeu, à Liane, ao professor Rodolfo, a Diógenes, à Lu e a tant@s outr@s que, alicerçados no pensamento de Paulo Freire, lutam pela educação ambiental. Vocês me instigam a ter uma visão do mundo mais ampla, a agir em prol das causas socioambientais e a pensar e repensar nossa realidade para tentar um mundo mais equitativo e amoroso.

Às Comunidades Quilombolas do Vale de Guaporé em Rondônia, notadamente à Comunidade de Pedras Negras, por me permitir desenvolver o estudo no seu

território. A todas e todos que, por intermédio dos seus discursos enriquecedores, seja nas entrevistas, seja nas conversas informais que tivemos, me levaram a tanta reflexão e ao encantamento pela pesquisa social.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e do Curso de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental da UFSCar pelas aulas interessantes que propiciaram diálogos, discussões e reflexões, em diversas áreas do conhecimento, que muito privilegiaram meu crescimento e minha aprendizagem. Esses momentos enriquecedores ampliaram minha visão de mundo e, em muitos casos, exemplificaram a força da ação e a importância de lutarmos por um mundo melhor. Agradeço também aos servidores técnico-administrativos do programa, em especial a Vinícius Freitas, por ser sempre solícito, diligente e prestativo. Tenho admiração profunda pelos docentes da instituição e orgulho enorme de pertencer à UFSCar.

Às famílias que conhecemos em Sanca nas diversas pracinhas onde muito felizes fomos. A Carol, Caio e Bento; a Natália, Diogo, Benji, Tomás e Nicolas; a Dani, Danilo, Aurora e Miguel; a Vivian, Pedro e Lara; a Ori, Dani e Aaron; a Carla, Fe e Cauê; a Isamara, Manu e esposo; a Bruna, Guerard e Larissa. A tantas outras pessoas, que viraram parentes por sua proximidade e afinidade conosco – assim como a Zeray Hagos, nosso amigo africano, que nos engrandeceu com sua origem, sua experiência, sua amabilidade e suas lutas. A Pablo; Adriana e Dona Célia; Sueli, Miguel e Antônio; Tia Cris e equipe da Escola Jequitibá; professora Johana e equipe da CEMEI Maria Luiza Perez; Tia Déia e equipe da Estação Kids – e a tantos outros seres maravilhosos que conhecemos.

A amigas e amigos do Observatório de difusão do conhecimento para ações transformadoras – *ObservaSanca* (<https://www.observasanca.ufscar.br/>), por intermédio dos quais aprendi que a realização de ideais para a transformação de nosso pequeno mundo é possível, com engajamento, amor e ações concretas.

À minha colega e amiga Eliana Leite que, da mão, me ajudou com carinho, dedicação e competência na elaboração do projeto de pesquisa de doutorado, que foi base para o início desta especial trajetória.

A João e Nara, colegas, amig@s e parceir@s de longas caminhadas, com os quais muito aprendo. Graças a vocês, tive a oportunidade de desenvolver nossa pesquisa numa comunidade quilombola do Vale do Guaporé, em Rondônia, e obter tantos frutos bonitos deste trabalho conjunto. Obrigada por compartilharem comigo e

minha família sua vida pessoal e profissional com sabedoria, respeito, amabilidade e carinho. Obrigada pelo Tiê e pelo Caê, “primos” que muito alegam nossas vidas!

À amiga Patrícia, por me presentear com mensagens que muito equilibravam meu dia a dia e que chegaram em momento adequado para ser bálsamo e alimento espiritual, superando as dificuldades.

À equipe que concebeu e executa o projeto do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialmente ao professor Ederson, que, com seu especial trabalho, abriu os caminhos para mim e outros colegas pesquisadores no Vale do Guaporé, em Rondônia. Grata pelos contatos, pelos conselhos, pela generosidade e pela perseverança.

A toda a equipe do projeto aprovado pela Iniciativa Amazônia+10, especialmente às coordenadoras regionais – professoras Nara, em Rondônia; Nubia, no Amapá; e Irene, no Paraná – e ao professor Fred, em São Paulo. Vocês tod@s têm expandido nossos horizontes, mentes e corações. Admiro o engajamento, a sensibilidade e o conhecimento de vocês, sempre postos ao serviço de tod@s @s que estamos por perto.

Aos amigos e amigas de Ji-Paraná, especialmente à Dinha, por seus cuidados, sua preocupação e pelo imenso amor que tem por mim e por nossas famílias. Ao engenheiro Rômulo e à amiga Bárbara, que, atentos aos detalhes quotidianos e sempre empenhados em ajudar, estiveram presentes durante esses quatro anos. Obrigada pela amizade e pelo carinho, em todos os momentos!

Às famílias de nossa rede de apoio em Ji-Paraná, pelos momentos de descontração, pela colaboração e amizade mútuas, especialmente ao amigo Claudinei, a quem admiro e com o qual muito aprendo.

Aos amigos e amigas de Belo Horizonte (MG), especialmente ao Kris e à Mari, que sempre me deram seu apoio, carinho e amizade.

A tias, tios, primas, primos e demais familiares e amig@s na Colômbia, por sua torcida, carinho e admiração. Agradeço especialmente à Betty, minha amiga de infância, que esteve bem juntinho a mim nessa jornada – e que sente minhas realizações como suas. Às minhas amigas colombianas Mercy Vivian e Jenny María. Jenny María, você chegou num momento crucial nesta caminhada e, com sua energia e alto-astral, assim como seus sábios conselhos e experiências, me impulsionou a seguir em frente, obrigada!

A todas e todos que me acompanharam no momento da defesa de doutorado, de maneira presencial e remota! Foi um dia lindo e emocionante! Agradeço especialmente aos familiares do Rafa, que, vindos de Goiânia e Belo Horizonte, me proporcionaram segurança e força e cuidaram de cada detalhe para que fosse tudo muito especial.

À Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por todos os anos de experiência docente, que muito aportaram ao desenvolvimento do doutorado, e pelo afastamento concedido para a realização da capacitação docente.

A meus colegas e amig@s do Departamento de Engenharia Ambiental da UNIR, notadamente as professoras Renata e Patrícia, pela amizade; ao professor Jeferson, por todo respaldo no meu trabalho de campo; e ao professor Alberto, pelo auxílio em vários momentos.

À professora Denise Menezes, à pós-graduanda Tatiane Olivatto e à monitora Bruna Coelho, pela agradável e produtiva atividade de extensão ACIEPE: Introdução à Análise Bibliométrica para engenharias (ambiental, civil e urbana), ciências ambientais e áreas afins.

Ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, pela bolsa concedida por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 15/2021 e pelo apoio logístico por meio do projeto “Elaboração de diagnóstico de gestão do território e dos impactos socioambientais na região do Vale do Guaporé (Rondônia)”.

Aos colaboradores da Superintendência Estadual de Turismo (SETUR), da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e demais órgãos ambientais e de turismo em Rondônia.

Aos membros do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) do estado de Rondônia, por sua colaboração e pelo apoio logístico para o campo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras.

Aos colaboradores das bibliotecas da UNIR, do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), da Universidade São Lucas e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) nos *campi* de Ji-Paraná.

À música, especialmente à música colombiana, que me dava ânimo, entusiasmo e disposição na etapa de escrita da tese.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - código de financiamento 001.

Chegará o dia talvez  
Em que eu vou me alegrar  
A Amazônia verde e feliz  
Sem ter mais por que chorar...

Tempo quente das queimadas, cinzas no céu  
Lixo nos rios das matas, vidro, papel  
Serão ainda as constantes, frases do ar  
Limpendo a nossa mente para cantar:

Amo a Amazônia ahh ahh  
Ela é minha vida ahh ahh  
Sua cultura, fauna, flora  
São riquezas a nos orgulhar

Amo a Amazônia ahh ahh  
Ela é minha vida ahh  
Sua cultura, fauna, flora  
São riquezas a nos orgulhar

***Amo a Amazônia  
Minhas Raízes  
Porto Velho – Rondônia – Brasil***

Llame ya, llame ahora  
Venga y disfrute el expreso Amazonia  
Llame ya, llame ahora, Kapax lo guia  
Sentirá la gloria  
Centro magnético, poder selvático  
telequinético y tropicálico  
Llame ya...

***Expreso Amazonia  
Aterciopelados  
Bogotá – Colombia***

## RESUMO

OROZCO, M. M. D. **TURISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:** as transformações do ecoturismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia. 2024. 290 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos, 2024.

O Vale do Guaporé, no estado de Rondônia, Amazônia Ocidental, Brasil, abriga uma rica bioculturalidade com povos de comunidades tradicionais e indígenas que permanentemente vivenciam conflitos socioambientais – dentre elas, a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, que possui um histórico interessante e pouco conhecido de ecoturismo comunitário. Ao redor de 1990, implementou-se, nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Curralinho, um projeto de ecoturismo comunitário de reconhecimento internacional, que contou com apoio técnico, financeiro e de capacitação de diversas instituições: entidades, organizações da sociedade civil, gestão pública, dentre outros. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar as transformações, os conflitos e os desafios existentes na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, localizada no Vale do Guaporé, Rondônia, pelo desenvolvimento do turismo, a partir do histórico de concepção e execução da proposta, assim como pela gestão e políticas públicas relacionadas ao turismo nesta região. Para tal, recorreu-se, primeiramente, à revisão bibliográfica sistemática e à pesquisa documental, incluindo análise da gestão e das políticas públicas do turismo no estado de Rondônia. Propriamente in loco e, sendo os habitantes da comunidade os principais atores da gestão do turismo, foram utilizadas as técnicas de entrevista, observação participante e diário de campo. Os resultados indicam que o projeto de ecoturismo comunitário se pautou nas diretrizes do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária do Fundo Mundial da Natureza (WWF, 2003), com planejamento estratégico, implementação responsável e participativa e gestão comunitária do turismo; notadamente com foco na conservação da natureza. No entanto, ao longo do tempo, e sem o apoio e o envolvimento das instituições parceiras, gerou-se a descontinuidade do ecoturismo comunitário, que se transformou em turismo de pesca. O desenvolvimento local do quilombo de Pedras Negras vê-se comprometido, primeiramente por ausência de condições de saneamento básico, infraestrutura necessária, transporte fluvial público, escassez alimentar, suporte à saúde, dentre outras; assim como também pela prática não responsável do turismo atualmente realizado. A gestão monopolizada da pesca esportiva contribui apenas com benefícios financeiros pontuais e desiguais na comunidade, afetando seriamente o bem-estar e a integridade da sociobiodiversidade, assim como acarretando múltiplos impactos ambientais, sociais e culturais. A falta de gestão comunitária para o turismo, configura-se hoje como um dos tantos desafios que a comunidade precisa enfrentar para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, visando a valorização das comunidades tradicionais por meio da participação efetiva que gere um desenvolvimento endógeno, socioeconômico justo e sustentável.

**Palavras-chave:** turismo na Amazônia; turismo sustentável; políticas públicas de turismo; projeto de ecoturismo; transformações do turismo; turismo em comunidades.

## ABSTRACT

OROZCO, M. M. D. **TOURISM IN THE WESTERN AMAZON:** the transformations of ecotourism in the Quilombola Community of Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia. 2024. 290 p. Dissertation – Federal University of São Carlos, Center for Biological and Health Sciences, Postgraduate Program in Environmental Sciences, São Carlos, 2024.

The Guaporé Valley, in Rondônia State, Western Amazon, Brazil, is home to a rich bioculturality with communities of both locally traditional and indigenous people who permanently experience socio-environmental conflicts – among them, the Quilombola Community of Pedras Negras, which has an interesting and little-known history of community ecotourism. Around 1990, an internationally recognized project of community ecotourism was implemented in the Pedras Negras and Currealinho Extractive Reserves, they received technical, financial and training support from various institutions: entities, civil society organizations, public management, amongst others. Thus, the goal of the research was to analyze the transformations, the conflicts and the challenges existing in the Quilombola Community of Pedras Negras, located in Vale do Guaporé, Rondônia, due to tourism development, based on the history of conception and execution of the proposal, as well as for management and public policies related to tourism in this region. To do so, we first resorted to a systematic bibliographic review and documentary research, including analysis of tourism management and public policies in the state of Rondônia. Properly on site and, while the community's inhabitants being the main action in tourism management, interviewing, participant observation and field diary were the techniques used. The results indicate that the community ecotourism project was based on the guidelines of the World Wildlife Fund's Community-Based Ecotourism Manual (WWF, 2003), with strategic planning, responsible and participatory implementation, and community tourism management; notably focused on nature conservation. Nevertheless, over time, without the support and involvement of partner institutions, the community ecotourism was discontinued, what became fishing tourism. The local development of the Pedras Negras quilombo is compromised, firstly due to the lack of basic sanitation conditions, necessary infrastructure, river public transport, food shortages, health support, in addition to others; secondly the non-responsible practice of tourism currently in use. The monopolized management of sport fishing only contributes occasional and uneven financial benefits to the community, seriously affecting the well-being and integrity of socio-biodiversity, not to mention, causing multiple environmental, social and cultural impacts. The lack of community management for tourism is today one of the many challenges that the community needs to face for the development of community-based tourism, aiming to value traditional communities through effective participation that generates endogenous, socioeconomic development fair and sustainable.

**Keywords:** Amazon tourism; sustainable tourism; public tourism policies; ecotourism project; tourism transformations; tourism in communities.

## RESUMEN

OROZCO, M. M. D. **TURISMO EN EL AMAZONAS OCCIDENTAL:** las transformaciones del ecoturismo en la Comunidad Palenquera de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia. 2024. 290 p. Tesis – Universidad Federal de São Carlos, Centro de Ciencias Biológicas y de la Salud, Programa de Postgrado en Ciencias Ambientales, São Carlos, 2024.

El Vale do Guaporé, en el estado de Rondônia, en la amazonía occidental de Brasil, alberga una rica bioculturalidad. En la zona habitan comunidades tradicionales, indígenas y palenqueras (o negras) que permanentemente enfrentan conflictos socioambientales. Entre ellas, está la Comunidad Palenquera de Pedras Negras que tiene una historia interesante y poco conocida de ecoturismo comunitario. Aproximadamente en 1990 se implementó, en las reservas extractivistas de Pedras Negras y Currálinho, un proyecto de ecoturismo comunitario que alcanzó reconocimiento internacional y contó con apoyo técnico y financiero de diversas instituciones: entidades, organizaciones de la sociedad civil, gestión pública, entre otros. A partir del diseño y ejecución de la propuesta de ecoturismo comunitario en la región, así como del desarrollo de políticas públicas y la gestión relacionadas, esta investigación tuvo como objetivo analizar las transformaciones, conflictos y desafíos que se presentan hoy en la Comunidad Palenquera de Pedras Negras. Para ello, se realizó primero una revisión bibliográfica sistemática y una investigación documental, incluyendo el análisis de la gestión turística y de las políticas públicas en Rondônia. Siendo los habitantes de la comunidad los actores principales en la gestión turística, se realizó – posteriormente – el trabajo de campo en el que se utilizaron técnicas de entrevista, observación participante y diario de campo. Los resultados indican que el proyecto de ecoturismo comunitario se basó en los lineamientos del Manual de Ecoturismo Comunitario del Fondo Mundial para la Naturaleza (WWF, 2003), con planificación estratégica, implementación responsable y participativa, y gestión del turismo comunitario, centrado especialmente en la conservación de la naturaleza. Sin embargo, con el tiempo, y sin el apoyo y la participación de las instituciones asociadas, el ecoturismo comunitario quedó discontinuado, transformándose en turismo de pesca. El desarrollo local del Palenque de Pedras Negras está comprometido, principalmente por la falta de condiciones básicas de saneamiento, infraestructura necesaria, transporte fluvial público, escasez de alimentos, apoyo en salud, entre otros. Así mismo, actualmente se encuentran prácticas no responsable de turismo. El manejo monopolizado de la pesca deportiva sólo aporta beneficios financieros ocasionales y desiguales a la comunidad, afectando gravemente el bienestar y la integridad de la sociobiodiversidad, además de provocar múltiples impactos ambientales, sociales y culturales. La falta de gestión comunitaria para el turismo es hoy uno de los tantos desafíos que la comunidad debe enfrentar para el desarrollo local, por lo cual se hace necesario valorar a las comunidades tradicionales a través de una participación efectiva que genere un desarrollo socioeconómico endógeno, justo y sustentable.

**Palabras clave:** turismo en la Amazonía; turismo sostenible; políticas públicas de turismo; proyecto de ecoturismo; transformaciones turísticas; turismo en comunidades.

## **Histórico e trajetória pessoal, acadêmica e profissional da autora**

Meu interesse pela natureza vem desde a infância, quando já apreciava programas ecológicos. No momento de escolher a profissão, não sucumbi à preferência por profissões como bióloga, bióloga marinha, ecologista ou microbiologista industrial. Mas foi no último ano do ensino médio que conheci a Engenharia Ambiental e Sanitária e me identifiquei com a profissão. Acreditei que exerceria um trabalho útil e determinante para o futuro do planeta.

Assim, no primeiro semestre do ano 1998, ingressei na Universidad de la Salle, localizada em Bogotá, capital da Colômbia. Apesar do aspecto sonhador com o qual iniciei minha graduação, aprendi durante o curso que, na minha futura profissão, conjugar interesses econômicos e políticos com a preservação dos recursos naturais não é tarefa fácil, e que o nosso maior desafio é melhorar a qualidade de vida das populações com as quais trabalhamos.

Nessa instituição, não tive conhecimento sobre programas de iniciação científica nem sobre eventos acadêmicos e científicos extracurriculares (congressos, simpósios, seminários, encontros, jornadas etc.), não sei se pelo fato de a minha universidade ser de caráter privado – ou, talvez, tenha sido porque nunca fui uma aluna muito participativa. Na graduação, limitava-me a receber informações, mas não a investigar, esquadrihar; era espectadora, não protagonista.

Não obstante, quando cursava o segundo período da faculdade, tive minha primeira experiência profissional na Corporación Autónoma Regional de Cundinamarca (CAR) como auxiliar de laboratório de águas, trabalhando aos finais de semana e nos períodos de férias; neste ofício, permaneci por cerca de dois anos. Esse primeiro contato com a prática profissional, ainda muito jovem, constituiu-se de uma boa experiência, contribuindo na aquisição de conhecimentos sobre coleta de amostras de águas e águas residuárias, metodologias de análises de parâmetros físicos, químicos e biológicos e desempenho de Estações de Tratamento de Águas Residuárias (ETAR) de pequenos municípios da região.

No final da graduação, entre os anos de 2002 e 2003, como requisito para obter o título de Engenheira Ambiental e Sanitária, realizei um estágio supervisionado no Departamento Administrativo del Medio Ambiente (DAMA), hoje Secretaria Distrital de Ambiente (SDA), na cidade de Bogotá, a partir do qual elaborei meu trabalho de conclusão de curso (TCC). A referida entidade é a autoridade ambiental dentro do

perímetro urbano de Bogotá e rege a política ambiental distrital, coordenando sua adequada execução. Dentro da entidade, fui designada para trabalhar no setor de Flora e Indústria da Madeira, onde desenvolvi um extenso e produtivo TCC intitulado *Formulación de Estrategias de Producción Más Limpia (PML) para el Manejo de la Problemática Ambiental del Sector Industrias Forestales en Jurisdicción DAMA*.

Em 2004, surgiu a primeira oportunidade de viajar ao Brasil para realizar um treinamento na área de filtração. Neste evento, obtive aperfeiçoamento em equipamentos de separação sólido-líquido que filtram e clarificam em diversos processos industriais. Tais equipamentos são amplamente utilizados na área de saneamento, notadamente para o tratamento de lodos gerados em Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), aplicações tais que tive oportunidade de conhecer ao visitar ETAs nos estados de São Paulo (SABESP) e Santa Catarina (SAMAE).

Posteriormente, no ano de 2005, iniciei meus estudos da língua portuguesa, idioma pelo qual sempre tive curiosidade e afinidade. Tamanho era meu interesse que, ao apresentar o exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), qualifiquei-me em nível avançado. Decerto, o aprendizado desta segunda língua foi o fator determinante que abriu inúmeras portas e possibilitou meu ingresso no mestrado.

Em 2007, confesso que sem expectativa nenhuma, me inscrevi no Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) para pleitear uma bolsa com mais de 500 candidatos de 23 países da África e da América Latina. Tamanha foi minha surpresa ao verificar que havia sido selecionada para cursar meus estudos numa instituição brasileira, sendo que esta bolsa me permitiu o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), área de concentração Meio Ambiente.

Sob orientação do professor Gustavo Simões, minha mente cedeu ao descobrimento de uma área antes desconhecida. Minha pesquisa foi direcionada para a recuperação de áreas degradadas com técnicas de bioengenharia, para a qual tive que aprender muito sobre degradação ambiental do solo, mecânica dos solos e desempenho da planta *Vetiveria zizanioides*. O trabalho de campo e de laboratório foi árduo, a dedicação ao documento escrito foi intensa; acredito que nunca havia estudado tanto! O resultado deste trabalho foi a dissertação denominada *Caracterização da gramínea Vetiveria zizanioides para aplicação na recuperação de*

*áreas degradadas por erosão*, desenvolvida sob a linha de pesquisa Caracterização, Prevenção e Controle da Poluição.

Paralelamente, participei de cursos, congressos, dentre outros. Tendo em vista o conteúdo da minha dissertação, escrevi dois trabalhos para o 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em setembro de 2009 em Recife (PE). Ao participar deste congresso, apresentei meus artigos oralmente (nunca feito!) e revelo que fiquei emocionada pela minha participação em um evento de tal magnitude e ávida por mais conhecimento.

O mestrado também me permitiu ter a primeira aproximação com a docência, por meio da disciplina Estágio em Docência, na qual ministrei aulas de Introdução às Ciências do Ambiente para o curso de Engenharia Civil da UFMG. De fato, no princípio, resisti a realizar esta atividade por me sentir muito insegura em lecionar em português, mas fui encorajada por alguns professores que me motivaram afirmando que eu teria plena capacidade e que meu português era adequado para esta tarefa.

Admito que cursar o mestrado no Brasil foi um dos maiores desafios de minha trajetória acadêmica e de minha vida pessoal, já que tive que desenvolvê-lo fora de meu país natal, longe da minha família, falando outra língua e “me virando sozinha”. Graças ao mestrado conheci mais sobre minhas potencialidades e me reiniciei no mundo acadêmico, adquirindo habilidades na oratória e na escrita (claro, do português) e aprimorando características tais como a organização, a sistematização de ideias, o senso crítico e a paciência. Abandonava o ser espectadora e me tornava protagonista... Um novo mundo se abria diante dos meus olhos: a pesquisa. Assim, concluí a pós-graduação em setembro de 2009, obtendo o título de mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela UFMG.

Após a conclusão do mestrado, de julho de 2010 a julho de 2011, trabalhei como pesquisadora em Ciências da Terra e Meio Ambiente na Escola de Engenharia da UFMG, no projeto Viabilidade Ambiental da Disposição de Resíduos Classe II em Pilhas de Estéreis (PDEs) nas Unidades da Vale DFIS e DIFL, financiado pela Vale S/A. Neste projeto, basicamente, realizaram-se experimentos de bancada que simularam a situação de campo, onde resíduos classe II eram dispostos em PDEs. O lixiviado gerado nos lisímetros experimentais foi analisado física, química e biologicamente, para posterior avaliação da viabilidade técnica e ambiental desta prática.

Ao finalizar os projetos anteriores, fiz concurso para o cargo de professora temporária na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e fui chamada para tomar posse no Departamento de Engenharia Ambiental, localizado em Ji-Paraná, Rondônia. Começava assim o desafio da docência no ensino superior, labor que demanda dedicação, compromisso, muito estudo e inovação. A experiência também foi um prato cheio para o aprendizado, já que na região há muito a se fazer quando o tema é saneamento básico, poluição ambiental, engenharia ambiental... Durante os dois anos de atuação como professora substituta, ministrei as disciplinas Sistema de Esgoto, Processos de Tratamento de Esgoto, Sistema de Água I e II, Gestão Ambiental I e Resíduos Industriais. De modo paralelo, mas eventualmente, lecionei no Curso de Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Ambiental, ministrando a disciplina Recuperação de Áreas Degradadas.

Em 2012 realizei novo concurso para professora do magistério superior na área Sistema de Água e Sistema de Esgoto, no qual alcancei o segundo lugar. Tomei posse do cargo em julho de 2013 e, assim, me efetivei no setor público federal na UNIR. Pela carência de professores na instituição, não ministrei somente disciplinas relativas a esta área. De alguma maneira, minha maior experiência foi nas disciplinas Resíduos Industriais e Resíduos Sólidos Urbanos. Ministrei, além dessas disciplinas, Poluição Ambiental, Gestão Ambiental I e II, Estágio Supervisionado. Apesar da área do concurso, nos oito anos de experiência docente (de 2011 a 2019), foquei minhas pesquisas na temática de resíduos.

Tentei o doutorado nos semestres 2018-2 e 2019-1, no mesmo departamento onde cursei o mestrado, mas não fui contemplada. Em 2019-2, realizei, remotamente, o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa Ambiente e Sociedade e no eixo temático Instrumentos e Ferramentas para Gestão da Água, Gestão de Bacias Hidrográficas e Gestão Ambiental/Sensibilização e Comunicação Ambiental para Conservação da Água, com o projeto de pesquisa intitulado *Avaliação do Gerenciamento dos Resíduos de Equipamentos Informáticos e de Telecomunicações Pós Consumo: Um Estudo de Caso do Polo Industrial de Manaus, AM*, na vaga disponibilizada pelo professor Frederico Yuri Hanai.

Ainda que tivesse como propósito continuar trabalhando com resíduos sólidos no doutorado, a vida me levou pelos caminhos do turismo, da sustentabilidade e do desenvolvimento local, incursionando numa área totalmente nova! Esta linha de

pesquisa, associada às disciplinas cursadas no doutorado, aos grupos de pesquisa SUSTENTA (Sustentabilidade e Gestão Ambiental) e GEPEA (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental) e a outros muitos momentos enriquecedores, me aproximou das ciências humanas. Assim, submergi nesse maravilhoso espaço que me presenteou com crescimento profissional, porém, mais ainda, com amadurecimento pessoal e como cidadã. Os professores e colegas da UFSCar me proporcionaram leituras, discussões, reflexões e diálogos que me transformaram, sendo este caminho de quatro anos totalmente feliz!

Paralelamente, por intermédio dos meus colegas e amigos da UNIR e de tantas outras pessoas queridas, foi chegando a oportunidade ímpar de trabalhar o turismo com Comunidades Quilombolas no Vale do Guaporé, em Rondônia, fazendo pesquisa social. Esta feita me permitiu conhecer outras realidades, aproximar-me das comunidades e ver a vida por uma ótica menos tecnicista e mais humana. Ao mesmo tempo, retirou de minha concepção o fato de que sabia um pouquinho de tudo, mas ao mesmo tempo não sabia nada, uma vez que o fenômeno do turismo é tão complexo que toda essa bagagem passada, especialmente como docente, foi importantíssima para desenvolver meus estudos de doutorado.

Desejo, e muito, continuar por este caminho que tanto aportou no meu crescimento e amadurecimento e que me alinhou com pessoas incríveis, com as quais muito tenho aprendido. O mundo é feito de conexões, e essas conexões são luz no caminho... Sigamos em frente, tentando um mundo mais humano e mais justo, e uma vida mais vinculada com o cosmos, com a natureza e com o nosso próximo. Avante!

Apresento aos leitores meu trabalho e agradeço desde já pela apreciação.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista geral da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO).....	28
Figura 2 – Mapa de localização da área de estudo.....	50
Figura 3 – Mapa contendo Unidades de Conservação e terras indígenas no Vale do Guaporé, Rondônia .....	52
Figura 4 – Concentração de comunidades quilombolas no Vale do Guaporé, Rondônia .....	54
Figura 5 – Mapa de localização do Vale do Guaporé, da RESEX Pedras Negras e da Comunidade Quilombola Pedras Negras em Rondônia .....	59
Figura 6 – Estrutura geral da tese .....	61
Figura 7 – Mãos coletando castanha na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO).....	68
Figura 8 – Total de publicações por ano .....	74
Figura 9 – Países com maior número de produções científicas .....	77
Figura 10 – Países com maior número de citações .....	77
Figura 11 – Palavras-chave dos autores citadas ao menos duas vezes .....	79
Figura 12 – Palavras-chave no decorrer do tempo .....	83
Figura 13 – Palavras-chave dos autores citadas ao menos quatro vezes .....	84
Figura 14 – Conjunto de palavras-chave com ocorrência mínima de cinco vezes ....	85
Figura 15 – Conjunto de palavras-chave de 2000 a 2022.....	86
Figura 16 – Conjunto de palavras-chave com ocorrência mínima de três vezes .....	87
Figura 17 – Faixa de divulgação e recepção do IV Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, na Comunidade Quilombola Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO).....	94
Figura 18 – Vista do portal do Observatório do Desenvolvimento Regional (RO)...	114
Figura 19 – Mapa de turismo de Rondônia levantado em 2021 .....	121
Figura 20 – Mapa de Turismo de Rondônia levantado em 2023.....	122
Figura 21 – Turismo de pesca/pesca esportiva na Região do Vale do Guaporé (RO) .....	144
Figura 22 – Folder de divulgação (em inglês) do projeto de ecoturismo comunitário nas RESEX Pedras Negras e Currealinho, Vale do Guaporé (RO) .....	153
Figura 23 – Histórico do turismo nas RESEX Pedras Negras e Currealinho, RO .....	159

Figura 24 – Vista de uma das pousadas da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO) .....	206
Figura 25 – Códigos/temáticas definidos(as) para as entrevistas .....	213
Figura 26 – Distribuição de códigos por entrevistado(a) .....	213
Figura 27 – Divulgação do turismo da comunidade nas redes sociais .....	224
Figura 28 – Diagrama de coocorrência dos códigos analisados nas entrevistas – antes .....	241
Figura 29 – Diagrama de coocorrência dos códigos analisados nas entrevistas – agora .....	243
Figura 30 – Vista aérea do rio Guaporé, Vale do Guaporé, Rondônia .....	249
Figura 31 – Vista do rio Guaporé, das pedras e da autora na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia .....	265
Figura 32 – Festa da Nossa Senhora da Conceição na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia .....	273

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre comunidades quilombolas de Rondônia .....	53
Quadro 2 – Grupos de palavras para estratégias de busca .....	71
Quadro 3 – Protocolo para estratégia de busca .....	72
Quadro 4 – Tipo de documentos e quantidade .....	75
Quadro 5 – Documentos com maior número de citações e seus autores .....	75
Quadro 6 – Periódicos com maior quantidade de documentos publicados .....	76
Quadro 7 – Autores com maior quantidade de documentos publicados e citações ..	78
Quadro 8 – Palavras-chave com ocorrência de no mínimo duas vezes.....	80
Quadro 9 – Movimento anual de passageiros no aeroporto de Porto Velho, RO....	103
Quadro 10 – Perfil dos turistas que visitaram Porto Velho, capital de Rondônia (2010, 2016 e 2023) .....	105
Quadro 11 – Impactos socioambientais no Vale do Guaporé (RO).....	147
Quadro 12 – Histórico do turismo em Mato Grosso do Sul .....	149
Quadro 13 – Instituições envolvidas no Projeto de Ecoturismo Comunitário das RESEX Pedras Negras e Currealinho, RO .....	162
Quadro 14 – Documentos objeto de análise do projeto de ecoturismo comunitário das Reservas Extrativistas Pedras Negras e Currealinho em Rondônia ....	163
Quadro 15 – Perguntas orientadoras das entrevistas por temática da pesquisa ....	210
Quadro 16 – Dados gerais sobre entrevistas realizadas.....	211

## LISTA DE SIGLAS

AGUAPÉ	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AIEST	Associação Internacional dos Especialistas Científicos em Turismo
ALE/RO	Assembleia Legislativa de Rondônia
AQCJ	Associação Quilombola Comunidade de Jesus
AQCJ	Associação Quilombola de Santa Fé
ASQFORTE	Associação Quilombola do Forte Príncipe
AQPNEG	Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé
AQSAGUA	Associação de Remanescente de Quilombos de Santo Antônio do Guaporé
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBlo	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONAQ-RO	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos de Rondônia
CONETUR	Conselho Empresarial de Turismo de Rondônia
CONSETUR	Conselho Estadual de Turismo de Rondônia
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CUC	Coordenadoria de Unidades de Conservação
ECAM	Equipe de Conservação da Amazônia
Ecoporé	Ação Ecológica Guaporé
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
EUA	Estados Unidos de América
FNHRBS	Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
FUNDESTUR	Fundo de Desenvolvimento do Turismo
IAMA	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
iCS	Instituto Clima e Sociedade
IDEP	Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional

IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LAC	<i>Limit of Acceptable Change</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PDES-RO	Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia
PDTU	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RBS	Revisão Bibliográfica Sistemática
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social
SEBRAE-RO	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SETUR	Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia
TBC	Turismo de Base Comunitária
TC	Turismo comunitário
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIES	<i>The International Ecotourism Society</i>

UNIR	Universidade Federal de Rondônia
WWF-BR	<i>World Wildlife Fund Brazil</i> - Fundo Mundial da Natureza
ZSEE-RO	Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>29</b>
1.1	INTRODUÇÃO .....	29
1.2	PERGUNTAS DE PESQUISA.....	32
1.3	PRESSUPOSTOS DA PESQUISA .....	32
1.4	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS .....	33
1.5	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	34
<b>1.5.1</b>	<b>Discussão conceitual do turismo</b> .....	<b>34</b>
<b>1.5.2</b>	<b>Turismo de natureza, ecoturismo e turismo de base comunitária</b> .....	<b>39</b>
<b>1.5.3</b>	<b>Turismo e território</b> .....	<b>45</b>
<b>1.5.4</b>	<b>Transformações do espaço pelo turismo</b> .....	<b>47</b>
1.6	DESCRIÇÃO DA ÁREA E COMUNIDADE(S) DE ESTUDO .....	49
<b>1.6.1</b>	<b>Da Reserva Extrativista que alberga a comunidade</b> .....	<b>57</b>
1.7	ESTRUTURA DA TESE .....	60
1.8	REFERÊNCIAS .....	62
<b>2</b>	<b>REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMETRIA DA LITERATURA SOBRE ECOTURISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TURISMO SUSTENTÁVEL</b>	<b>69</b>
2.1	INTRODUÇÃO .....	69
2.2	METODOLOGIA.....	69
2.3	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	74
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA BIBLIOMETRIA.....	87
2.5	DISCUSSÕES E REFLEXÕES A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA (RBS) .....	89
2.6	REFERÊNCIAS .....	92
<b>3</b>	<b>GESTÃO DO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RONDÔNIA</b> .....	<b>95</b>
3.1	INTRODUÇÃO .....	95
3.2	METODOLOGIA.....	98
3.3	RESULTADOS .....	100
<b>3.3.1</b>	<b>Gestão do turismo</b> .....	<b>100</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Políticas públicas de turismo em Rondônia</b> .....	<b>109</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Instrumentos para concretização das políticas públicas de turismo em Rondônia</b> .....	<b>120</b>
3.4	DISCUSSÕES .....	128
<b>3.4.1</b>	<b>Políticas públicas de turismo no Brasil e no mundo</b> .....	<b>128</b>

3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
3.6	REFERÊNCIAS .....	136
<b>4</b>	<b>IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ, AMAZÔNIA OCIDENTAL.....</b>	<b>145</b>
4.1	INTRODUÇÃO .....	145
4.2	MATERIAIS E MÉTODOS .....	146
4.3	RESULTADOS .....	146
4.4	DISCUSSÕES .....	148
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	150
4.6	REFERÊNCIAS .....	150
<b>5</b>	<b>PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>154</b>
5.1	INTRODUÇÃO .....	154
5.2	METODOLOGIA.....	156
5.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	158
<b>5.3.1</b>	<b>Histórico da concepção e execução do projeto de desenvolvimento de Ecoturismo Comunitário nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Currealinho, no Vale do Guaporé, em Rondônia .....</b>	<b>158</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Análise geral dos documentos e do processo de desenvolvimento do ecoturismo comunitário nas Reservas Extrativistas, especificamente na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia.....</b>	<b>174</b>
5.4	DISCUSSÕES SOBRE CASOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO.....	195
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	201
5.6	REFERÊNCIAS .....	202
<b>6</b>	<b>A REALIDADE ATUAL DO TURISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA .....</b>	<b>207</b>
6.1	INTRODUÇÃO .....	207
6.2	METODOLOGIA.....	207
6.3	RESULTADOS .....	211
<b>6.3.1</b>	<b>Contexto e desenvolvimento da comunidade .....</b>	<b>214</b>
<b>6.3.2</b>	<b>Resultados do projeto de ecoturismo comunitário.....</b>	<b>220</b>
<b>6.3.3</b>	<b>Desenvolvimento e efeitos do turismo .....</b>	<b>223</b>
<b>6.3.4</b>	<b>Participação comunitária .....</b>	<b>231</b>

<b>6.3.5 Interações ambientais e culturais propiciadas pelo turismo.....</b>	<b>232</b>
<b>6.3.6 Conflitos .....</b>	<b>236</b>
<b>6.3.7 Ausência do Estado .....</b>	<b>239</b>
<b>6.3.8 Expectativas sobre o futuro.....</b>	<b>240</b>
6.4 DISCUSSÕES .....	244
6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	246
6.6 REFERÊNCIAS .....	248
<b>7 PRÁTICAS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES PARA UM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DO VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA .....</b>	<b>250</b>
7.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS .....	251
7.2 GESTÃO DO TURISMO NO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS .....	253
7.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO DO ESTADO DE RONDÔNIA .....	258
7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO .....	259
7.5 GESTÃO DO TURISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO .....	261
7.6 REFERÊNCIAS .....	262
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>266</b>
<b>9 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS E NOVAS PESQUISAS.....</b>	<b>274</b>
9.1 REFERÊNCIAS .....	276
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>277</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>279</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>284</b>

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Figura 1 – Vista geral da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO)



Fotografia: Ederson L. Leandro (2024).

# 1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

## 1.1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal compõe-se pelos sete estados pertencentes à Região Norte do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; além dos estados de Mato Grosso e parte do Maranhão. A região limita ao noroeste com oito países vizinhos sendo eles Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Ipea, 2008), a chamada Amazônia internacional. Por conseguinte, abriga a Floresta Amazônica, constituindo-se em área de interesse nacional e internacional associada à conservação da sociobiodiversidade que o bioma amazônico concentra. Os estados Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso compõem a Amazônia Oriental enquanto os estados Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia fazem parte da Amazônia Ocidental (Brasil, 1968), a qual comporta aproximadamente 57% das florestas da região.

Rondônia possui antecedentes marcados por uma ocupação massiva e desordenada, fruto de políticas de governo equivocadas que desconsideraram os povos tradicionais e incentivaram o desmatamento na região, com impactos ambientais e sociais que se alastram até hoje (Pereira, 2017; Santos, 2014). A cultura do desmatamento é forte na região e no estado, considerando-a sinônimo de “progresso” (Meirelles Filho, 2014). É inegável que a agropecuária tem notada relevância em Rondônia, assim como, em menor proporção, a extração de madeira e a mineração que, juntas, continuam pressionando as florestas, diminuindo assim os serviços ambientais de áreas de interesse nacional e internacional (Machado; Pacheco, 2010). Hoje a cultura da soja avança rapidamente sobre o estado rondoniense.

A região do Vale do Guaporé, localiza-se na porção sudoeste de Rondônia. O Guaporé é um rio de jurisdição federal, uma vez que percorre os estados de Mato Grosso (MT) e Rondônia (RO). Sua margem direita banha o estado de Rondônia e sua margem esquerda permeia várias cidades em território boliviano, estabelecendo assim uma divisa internacional (Adamy, 2010). Seu histórico de ocupação e “desenvolvimento” está marcado pelo colonialismo e pela escravização. A região teve grande importância geopolítica no período colonial devido à existência de minas de ouro próximas ao rio Guaporé. Povos originários já ocupavam a região, mas foram

submetidos e escravizados, junto a pessoas negras africanas, para trabalhar como mão de obra para exploração. Pela sua localização e pela existência de zonas auríferas, uma nova capitania, Mato Grosso e Cuiabá, surgiu na região, sendo que sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, se estabeleceu às margens do rio Guaporé.

A área foi palco de conflitos entre espanhóis e portugueses, assim como de militarização para proteção do território. Após o ouro exaurir, a região entrou num período de decadência. Assim, os escravizados foram abandonados e assentaram-se à margem do rio principal, desde Vila Bela (MT) até o Forte Príncipe da Beira (RO), formando os quilombos da região (Teixeira; Fonseca, 2001).

O Vale do Guaporé é caracterizado por sua beleza cênica e pela riqueza dos seus recursos naturais. O Diário de Campo de Margi Moss (Moss; Moss, 2007), que percorreu o Guaporé desde sua nascente até sua foz, relata as belezas do Vale. A descrição detalhada do Buritizal Grande do Guaporé como refúgio para a avifauna, do rio Mequéns com suas águas cristalinas e do projeto de proteção de quelônios e aves (talha-mares e gaivotas) da Organização Não Governamental (ONG) Ecovale demonstram o seu potencial ecoturístico. Além disso, a região abriga o Parque Natural Pacaás Novos, a Reserva Biológica do Guaporé, o Parque Estadual Serra dos Reis e as Reservas Extrativistas (RESEX) Cautário, Currálinho e Pedras Negras que representam aproximadamente 10% das áreas protegidas de Rondônia (Machado, 2020).

Na RESEX Pedras Negras, criada em 1995, Caramello (2016) ressaltou seu reconhecimento como patrimônio afro-brasileiro e destacou a iniciativa de turismo ambiental proposta na década de 1990 como alternativa para o desenvolvimento local sustentável. Este projeto teve apoio de entidades representantes de classe, de organizações da sociedade civil, do governo estadual e federal, de instituições de ensino superior, da World Wildlife Fund Brazil (WWF-BR), dentre outros, inclusive tendo reconhecimento internacional, após uma expedição de turistas alemães.

No entanto, hoje, as comunidades tradicionais deste vasto e rico território vivenciam permanentemente conflitos socioambientais, sendo alguns deles: a pesca intensiva sem fiscalização que induz à sobrepesca; as confrontações entre pescadores amadores, pescadores artesanais e órgãos gestores do turismo no estado; as infrações cometidas frequentemente por turistas que não são punidas, uma vez que pescam espécimes em tamanhos proibidos e usam apetrechos de pesca

vedados por lei; o desrespeito aos pescadores locais etc. Além disso, edificações foram construídas sobre cemitérios indígenas e urnas funerárias; restos arqueológicos que falariam da riqueza ancestral do território, estão sob terra. O cenário piorou a partir das proposições do anterior governo em invadir terras indígenas e de povos tradicionais para mineração, exploração de madeira e atividade agropecuária (Machado, 2020; Teixeira, 2019; Caramello, 2016; Freitas, 2014).

Destaca-se que a Região Norte do país, que alberga a Amazônia, por sua complexidade e particularidades, necessita de políticas públicas específicas que insiram as populações originárias como protagonistas (Mello Neto; Toppino, 2019) e que respeitem sua cultura e tradições como patrimônio cultural com alto valor para a troca de saberes e a imersão em experiências interculturais.

Rondônia e os demais estados da Amazônia Legal, apesar de inserir o turismo nas suas políticas públicas desde a década de 1970 e realizar várias tentativas para desenvolver o ecoturismo na região, não conseguiram ampliar sua participação nos fluxos turísticos nacionais e internacionais (Todesco, 2013). No entanto, considera-se que existe um grande potencial para a prática do ecoturismo e do turismo de base comunitária no estado, devido a seu patrimônio ecológico, histórico, arqueológico e sua diversidade sociocultural que engloba comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc.

Todavia, esse turismo não deve ser pautado unicamente pelo lucro e usado como simples mercadoria, onde prevalece uma visão econômica e técnica, baseada no consumo (Figueiredo; Azevedo; Nóbrega, 2015). De modo contrário, deve ser colocado em prática um turismo alternativo com “uma vertente de responsabilidade socioambiental” (Candido; Valdanha Neto, 2020).

Desta maneira, o ecoturismo e o turismo de base comunitária (TBC) se apresentam como alternativas viáveis para o desenvolvimento socioambiental e econômico local, tendo como protagonistas as próprias populações que, a partir do empoderamento do seu território e de sua identidade sociocultural, concebem, implantam e monitoram sistemas turísticos sustentáveis.

De acordo com Rodriguez (2018), que, em artigo de caráter teórico analisou as políticas públicas de turismo na Colômbia, a autora aponta a importância de pesquisas em campo que tenham o intuito de investigar os processos de turismo comunitário, a fim de trazer elementos chave da gestão e organização social que possam alimentar políticas públicas para este segmento alternativo. O entendimento dos processos de

consolidação ou não do turismo de base comunitária, das relações de poder e da governança que são estabelecidos nos territórios é importante para elencar novas propostas ou pensar na melhoria das já existentes.

Assim, urge investigações socioambientais com caráter político que propiciem “uma estrada de mão dupla: de um lado a *participação* popular no processo de investigação. De outro, a *participação* da pesquisa no correr das ações populares” (Brandão; Streck, 2006, p. 28).

Vista a situação das comunidades quilombolas no Vale do Guaporé em Rondônia e conhecendo os antecedentes e implementação do projeto de ecoturismo comunitário na Comunidade de Pedras Negras, surgem alguns questionamentos com relação à gestão e desenvolvimento local do turismo, a serem respondidos a partir da presente investigação.

## 1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Elencam-se as perguntas que deram origem à pesquisa:

- a) Os princípios concebidos no projeto de ecoturismo comunitário implementado ao redor dos anos 1990 na RESEX de Pedras Negras, junto à comunidade, permanecem até hoje ou têm-se transformado com o decorrer do tempo? Como? Por quê?
- b) Qual é a contribuição socioeconômica, ambiental e cultural do turismo praticado atualmente em Pedras Negras para a comunidade?
- c) Como é a gestão, organização e participação comunitária para o turismo?
- d) Quais são os desafios atuais que a Comunidade Quilombola de Pedras Negras enfrenta para o desenvolvimento sustentável do turismo?
- e) Quais as transformações, os conflitos e os desafios existentes na Comunidade Quilombola de Pedras Negras?
- f) As políticas públicas estaduais que abordam temas relacionados ao turismo auxiliam o desenvolvimento local da comunidade inserida na Reserva Extrativista de Pedras Negras? Como? De que forma?

## 1.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Os pressupostos que permearam a realização da presente investigação foram:

- Apenas a denominação do turismo proposto inicialmente para o desenvolvimento da Comunidade Quilombola de Pedras Negras se manteve (ecoturismo), entretanto, os princípios essenciais do ecoturismo comunitário transformaram-se e perderam-se, desconfigurando a concepção do projeto original;
- O segmento predominante do turismo de pesca, praticado na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, tem gerado vários conflitos frente aos desafios de desenvolvimento sustentável do ecoturismo comunitário, não estando comprometido com as necessárias contribuições sociais, econômicas e culturais à Comunidade.

#### 1.4 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as transformações, os conflitos e os desafios existentes na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, localizada no Vale do Guaporé, Rondônia, pelo desenvolvimento do turismo, a partir do histórico de concepção e execução do projeto de ecoturismo comunitário, assim como pela gestão e políticas públicas relacionadas ao turismo nesta região.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Embasar panorama aprofundado das temáticas sobre ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável;
- Examinar e compreender o estado da arte relacionado às políticas públicas de turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo sustentável;
- Analisar a gestão do turismo e as políticas públicas que influenciam esta atividade socioeconômica no âmbito do Estado de Rondônia;
- Identificar os impactos socioambientais gerados pelas atividades turísticas desenvolvidas no Vale do Guaporé em Rondônia, notadamente, pelo turismo de pesca;
- Analisar o processo de implementação do ecoturismo comunitário nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Currealinho no Vale do Guaporé, estado de Rondônia, considerando os princípios, as premissas e as diretrizes preponderantes para este segmento turístico, a fim de aprofundar no entendimento da dinamicidade e transformação do turismo no território;

- Investigar as atividades turísticas no cenário atual da comunidade por meio dos seus atores, de modo a esclarecer os pressupostos e ações que tem se transformado com o decorrer do tempo;
- Identificar e contribuir com práticas, diretrizes e proposições para um ecoturismo e turismo de base comunitária sustentável em comunidades do Vale do Guaporé, Rondônia.

## 1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

### 1.5.1 Discussão conceitual do turismo

Neste primeiro item será realizada uma discussão conceitual do turismo, focando na sua complexidade como fenômeno e prática social. Assim mesmo, evidenciar-se-á a importância e dependência da natureza para o turismo, integrando também a cultura e outras atrações como parte do processo. A segmentação do turismo como estratégia de mercado e como política pública será comparada, assim como serão apresentados e discutidos os impactos advindos da prática do turismo e suas diversas formas de minimizá-los, trazendo à tona, notadamente, o Ecoturismo, o Turismo de Base Comunitária e o Turismo sustentável.

A seção explana sobre aspectos básicos do fenômeno para melhor compreensão e assimilação dos temas posteriores, assim como para um adequado entendimento das análises e resultados do estudo em tela.

Conceituar o que é turismo, ao contrário do que inicialmente possa parecer, é uma tarefa árdua e complicada. Segundo Panosso Netto (2013), se por um lado definir turismo é essencial, por outro lado, ao ter que delimitar e enquadrar o conceito, sua abrangência pode ser restrita. Além disso, Ignarra (1999) aponta as controvérsias que são geradas na tentativa de definir o turismo, assim como discute sua complexidade, uma vez que compreende aspectos de ordem social, ambiental, cultural e econômico (Beni, 2007). Ademais, o campo do turismo possui inúmeras partes interessadas (*stakeholders*), para as quais as abordagens são diferenciadas de acordo com as próprias particularidades e assim, dependendo então dos atores sociais, algumas definições têm resistência para serem aceitas (Panosso Netto, 2013).

De maneira geral, segundo Beni (2007), existem três enfoques para definir o turismo: o econômico, o técnico e o holístico. Como relatado por Beni (2007) e

Panosso Netto (2013), as definições econômicas foram as primeiras a surgir e focam, por óbvias razões, nos encadeamentos econômicos, empresariais e de mercado do turismo. As definições técnicas surgiram no ensejo de analisar e estabelecer informações estatísticas para o setor e têm, normalmente “uma aplicação internacional e interna” (Beni, 2007 p. 36).

Em algumas ocasiões, a definição técnica do turismo parte do conceito de turista e é ampliado, no entanto, isto pode gerar confusão. Já o viés holístico busca o entendimento de todas as partes que constituem o turismo, o entendimento do todo, criando conceitos complexos e extensos, que muitas vezes requerem de mais explicações.

O primeiro enfoque (econômico) foi amplamente usado pelos pioneiros em estudos sobre o tema, particularmente os europeus, os quais, naquela época, praticavam o turismo de forma recorrente. O segundo enfoque (técnico), é utilizado, a exemplo, pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e na Lei Geral do Turismo (a qual dispõe sobre a Política Nacional de Turismo no Brasil – Lei nº 11.771 de 2008). O terceiro (holístico), é utilizado por diversos autores, tais como Cierva (1962), Wahab (1977) e Jafari (1981), dentre outros (Panosso Netto, 2013).

O turismo contemporâneo tem sua origem no *Grand Tour* no qual, jovens abastados, notadamente das elites da Grã-Bretanha, realizavam viagens por países europeus em busca de conhecimento cultural e artístico, assim como para aprimoramento de idiomas e interação com pessoas nobres dos países visitados (Urry; Larsen, 2001). Esta prática vigorou de 1600 até aproximadamente 1840, época na qual o modal ferroviário se popularizou. Posteriormente, outros modais tiveram seu advento, possibilitando a expansão deste tipo de viagens e permitindo que pessoas de outros continentes conseguissem esse “consumo de luxo” (Panosso Netto, 2013).

Sugere-se, como primeira definição do turismo, proposta pelo economista austríaco Hermann von Schullern zu Schatenhoffen e estabelecida em 1911, que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (Barreto, 1995, p. 9; Beni, 2007, p. 34).

Em 1942, os suíços Walter Hunziker e Kurt Krapf, membros fundadores da Associação Internacional dos Especialistas Científicos em Turismo (AIEST) e pais do turismo moderno (século XX), definiram o turismo como: “Conjunto das relações e fenômenos decorrentes das viagens e estada de forasteiros, desde que não

vinculados a alguma atividade produtiva nem com residência permanente no destino” (Panosso Netto, 2013, p. 26). A definição possui um enfoque técnico, uma vez que é determinada por uma associação, mas do ponto de vista de Beni (2007), tem um ângulo holístico. Isto faz ver que os enfoques de definição do turismo não são estanques e que, muitas vezes, se relacionam uns com os outros.

Em 1981, o professor Jafar Jafari definiu turismo como:

O estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora (Jafari, 1981 *apud* Beni, 2007, p. 36).

Na obra de Panosso Netto (2013), ressalta-se que a definição anterior gera algumas discordâncias dado que ela delimita o termo unicamente ao “estudo” do turista, do mercado e dos impactos associados, sem, não entanto, abrangê-lo como um fenômeno, fato pelo qual torna o conceito equivocado ou incompleto.

Por outro lado, para denotar o simplismo, a especificidade e o foco nos serviços, apresenta-se a definição de uma indústria de viagens e turismo (American Express) que, na década de 1990, manifesta que o turismo: “inclui transporte de passageiros, hotéis, motéis e outras formas de hospedagem, restaurantes, cafés e similares, serviços de recreação, lazer e cultura” (Trigo, 1998, p. 17).

Tendo foco no turista, para Trigo (1998, p. 11 *apud* Lopes Júnior; Fonseca, 2022), “o turismo faz parte de um universo maior, denominado lazer. Entende-se por lazer todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares”.

Neste sentido, vários autores discorrem sobre diversas definições a respeito de turismo. Barreto (1995) e Cunha (2010), nas suas obras, realizam uma aprofundada análise e elencam elementos comuns sobre o conceito. Entre eles, concordam com a falta de remuneração no destino (visita com caráter não lucrativo) e ressaltam que os deslocamentos têm como objetivo a busca pelo recreio, pelo prazer. Barreto (1995) pondera que a definição do turismo depende da abordagem e, como as abordagens são múltiplas, as definições também o são. A autora destaca, além do tempo de permanência limitado no destino, a diferença entre viagem e turismo, sendo que o turismo inclui viagens (é tão só uma parte), mas muitas viagens não são de turismo.

Além disso, os turistas gastam o dinheiro que ganham no seu local de origem na área para a qual se deslocam.

Todavia, em análise de Ignarra (1999), ainda que as definições anteriores excluam do turismo as viagens realizadas a negócios ou por motivos lucrativos, esse tipo de viagens demanda amplos serviços turísticos e é responsável por grande parte da ocupação de empreendimentos turísticos (hotéis, meios de transporte, estrutura de entretenimento, locadoras de veículos, espaços de eventos). Isto é corroborado pelo desenvolvimento do segmento de turismo de negócios e turismo de eventos.

Cunha (2010), após ampla revisão e discussão de profusos conceitos de turismo, evidencia neles algumas imprecisões, denotando, no entanto, o avanço em compreender um fenômeno complexo e multifacetado que se dinamiza à medida que os modos de vida evoluem. Como afirma Barreto (1995) e Silva (2018), é evidente que, pelo turismo ser um fenômeno social, uma prática social, na proporção em que o sujeito muda, ele também se transforma. Diversos fatores convergem para a alteração das dinâmicas sociais, hoje, notadamente, a tecnologia (Gabrielli, 2017). Ao reconhecer e valorizar o tempo livre para a realização de atividades de lazer, o turismo pode ser considerado, também, como um direito social (Silva, 2018). Por todos esses motivos, reconhecidamente pela sua complexidade, o turismo deve ser estudado numa perspectiva transdisciplinar (Portuguez, 1999).

Cunha (2010) e Urry e Larsen (2001) ressaltam o turismo como o movimento dos sujeitos fora do seu ambiente habitual ou de residência, situação que proporciona uma interação entre turistas e comunidades receptoras, assim como entre turistas e demais atores da “indústria do turismo” e da qual se derivam fenômenos e relações intrínsecas à atividade. Ademais, os autores trazem componentes relevantes do turismo, como: a existência de atrativos (tangíveis e intangíveis) que motivam as pessoas a irem aos destinos escolhidos; a ausência de relações duradouras com as comunidades anfitriãs; a existência de infraestrutura e equipamentos diferentes daqueles que os residentes demandam e os múltiplos efeitos econômicos, ambientais, sociais, culturais, psicológicos novos derivados de tal prática e que serão abordados nos próximos itens. É nesse ambiente alheio que muitos turistas mudam seus comportamentos habituais e suas formas de agir (Ignarra, 1999).

Importante ressaltar que, como anteriormente exposto, o turismo é visto, para alguns autores, como uma indústria: a indústria do turismo, fato que teve origem em 1940. No entanto, de acordo com Panosso Netto (2013) e Trigo (2019); dos setores

econômicos consolidados no país, o turismo faz parte do setor terciário, que agrega principalmente serviços formais e informais às diversas áreas. Segundo eles, o setor secundário, que corresponde à indústria, tem como finalidade processar matérias primas em bens de consumo (mercadorias). Contudo, considerar o turismo como uma indústria gera mais uma das controvérsias sobre o tema.

Neste sentido, percebe-se que houve uma evolução na argumentação sobre o turismo, na qual, sua denominação como indústria deu-se no afã de ampliar sua importância econômica e projeção sociopolítica. Posteriormente, passou a ser enquadrado como “serviço”, sendo esta a natureza de suas atividades, na ótica da economia. Nos dias de hoje sua visão mais holística considera o turismo como fenômeno e prática social.

O turismo também é visto com um sistema complexo que possui como características marcantes a “imprevisibilidade, a historicidade e a não linearidade” (Silva, 2018, p. 54). Por ser um sistema aberto, sofre permanentemente influências de agentes internos e externos, sendo assim indissociável dos eventos, relações e interações que o circundam, possuindo um caráter dinâmico. Se para Silva (2018) o turismo é um sistema complexo, para Fratucci (2009) é um metassistema, que integra vários outros sistemas.

Finalmente, Beni descreve de maneira muito coerente e robusta toda a complexidade, dificuldade e desafios que traz consigo a conceituação do turismo, destacando:

Em suma, o fato de o Turismo, encontrar-se ligado, praticamente, a quase todos os setores da atividade social humana, é a principal causa da grande variedade de conceitos, todos eles válidos enquanto se circunscrevem aos campos em que é estudado. Não se pode dizer que esse ou aquele conceito é errôneo ou inadequado quando se pretende conceituar o Turismo sob uma ótica diferente, já que isso levaria a discussões estéreis. Estas poriam justamente em evidência as limitações conceituais existentes sobre o fenômeno. Por isso a conceituação do turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em contextos vários da realidade social (Beni, 2007, p. 39).

Em síntese, percebe-se como são diversas e intrincadas as definições do turismo, uma vez que, sendo um fenômeno social, carrega toda a complexidade do ser humano e sua relação com a natureza, com a cultura, com a economia, com a política, com a ética, entres tantas outras dimensões da vida.

### 1.5.2 Turismo de natureza, ecoturismo e turismo de base comunitária

Estudos sobre o turismo, se comparados com outras áreas do conhecimento, são recentes. No Brasil, parte do aprofundamento dessas pesquisas tem ocorrido nas últimas décadas, graças à criação de cursos de graduação e pós-graduação inseridos na temática (Silva, 2018). O turismo é um conceito amplo, de difícil definição e que muda constantemente através do tempo. Sua complexidade e dinamicidade influenciam na diversidade de conceitos, assim como em constantes discussões e análises da sua definição e dos seus segmentos.

A OMT considera turismo como o “fenômeno social, cultural e econômico que supõe o deslocamento de pessoas a países ou lugares fora do seu entorno habitual por motivos pessoais, profissionais ou de negócios. Tais pessoas denominam-se viajantes (turistas ou excursionistas) e o turismo engloba suas atividades, algumas delas, com gasto turístico” (OMT, 2020). A OMT é o principal órgão internacional de âmbito comercial no campo do turismo que fornece diretrizes e padrões para a elaboração e implementação de políticas turísticas por intermédio de um fórum global e que incentiva o código mundial de ética do turismo.

A organização comprometeu-se a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) visando diminuir a pobreza e favorecer a sustentabilidade do turismo no mundo, inclusive declarando o ano de 2017 como ano internacional do turismo sustentável.

Nas políticas públicas brasileiras, a segmentação estabelece-se como “forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado” (Brasil, 2006, p. 3). As definições dos segmentos podem depender tanto da oferta quanto da demanda. Com relação à primeira, são definidos as categorias de turismo, que podem ser, Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Pesca, Turismo Cultural, dentre outros múltiplos. Enquanto à segunda, considera-se a “identidade” de determinados grupos de consumidores, sendo estes, Grupos Familiares, Adolescentes, Idosos, Pessoas com Deficiência etc. (Brasil, 2006).

Faz-se importante esclarecer que tais segmentos não são estanques e que surgem denominações variadas a cada dia, dado o dinamismo da sociedade que busca constantemente experiências diferentes, dada a tecnologia, cada vez mais presente no nosso meio e de acordo com a criatividade das operadoras turísticas, dentre outros elementos. Do mesmo modo, segmentos podem se subdividir em

subsegmentos ou se cruzarem entre si, criando outros agrupamentos turísticos. Essas partes menores de segmentos, que atingem um público específico e para as quais existem poucas operadoras especializadas, consideram-se nichos de mercado, a exemplo o *birdwatching*, mergulhos submarinos, espeleoturismo, geoturismo, dentre outros (Brasil, 2006; Ignarra, 1999).

A segmentação do turismo, de nenhuma maneira, considera-se como uma questão acadêmica. É tão só, uma estratégia de marketing (Lage; Milone, 2001). O presente estudo está focado no turismo alternativo que, segundo Portuguez (1999, p. 18), é um:

Conjunto de práticas recreativas, de cunho nomeadamente turístico, praticado em ambientes de baixa complexidade técnica e por um fluxo reduzido, considerando a fragilidade socioambiental das localidades receptoras.

Na visão de especialistas, a base de segmentação é do mercado, mas a academia, em ocasiões, também a promove. Além disso, a argumentação de Portuguez (1999) foi superada, uma vez que o turismo alternativo pode ser realizado em diversas escalas de intensidade, inclusive alta. Ele é alternativo ao modelo de massa, muito mais focado em questões de organização do destino/atrativo e comportamento da demanda, do que na quantidade absoluta de visitantes.<sup>1</sup>

Assim, na pós-modernidade, as pessoas procuram pelo diferente, querem conhecer o desconhecido, pretendem se distinguir da massa (Gabrielli, 2017; Ignarra, 1999), fato que deriva no declínio do turismo convencional ou hegemônico e pelo qual emergem novos modelos e produtos turísticos (Zaoual; 2008). Os turistas, atualmente, têm outros olhares e novas exigências, apontando e querendo trilhar outros caminhos, mais variados e existenciais. Assim, formas alternativas para o turismo são requeridas e encontram-se em plena expansão.

Esta exigência que altera a autonomia do econômico e lhe impõe a necessidade de incorporar outras dimensões levou, aliás, a uma proliferação de novas concepções na área particular do turismo: turismo solidário; turismo intercultural; turismo da natureza; ecoturismo; turismo durável; turismo de proximidade; turismo de memória e de história; turismo de valores (Zaoual; 2008, p. 5).

---

<sup>1</sup> Informação sugerida pelo professor Heros Augusto Santos Lobo na versão entregue à banca para Defesa Pública de Doutorado.

Sob a ótica da demanda, os turistas pretendem um diálogo e interação mais próximo com as comunidades anfitriãs, valorizando sua cultura e ambiente local, num destino menos homogeneizado. Sob a ótica da oferta, são as peculiaridades dos territórios os maiores atrativos, aqueles que devem ser conhecidos e valorizados, a fim de ressignificar para os visitantes e para a sociedade em geral os modos tradicionais de ser e de agir. O patrimônio cultural e ambiental das populações que abrem suas portas permite experiências diferenciadas, assim como a ampliação do conhecimento e a reflexão crítica de diversas situações, em mão dupla (Gabrielli, 2017).

O turismo alternativo ou turismo situado, nas palavras de Zaoual (2008), aprecia a diversidade, as singularidades, num reconhecimento de outras culturas e na necessidade de um diálogo e uma aproximação num encontro que vincula e promove a autodescoberta. Tal turismo tem como alicerce a “procura de sentidos por parte dos atores” (Zaoual, 2008, p. 4). Essa integração entre atores do turismo, essa interculturalidade e pluralidade, leva a uma melhor compreensão e convivência com o diferente, leva à paz e à qualidade de vida (Ignarra; 1999). O autor ressalta que o turismo é um dos fenômenos mais relacionais que existem e são, essas novas relações, mais intensas e respeitadas, que fazem surgir um turismo de profundidade. Dessa maneira, no turismo alternativo se dá a “sufocação do uniforme” e a “vitória do múltiplo” (Zaoual, 2008, p. 4, 5). Porque “todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona” (Zaoual, 2008, p. 4).

Dentro do turismo alternativo, para esta pesquisa, traz-se à tona o ecoturismo e o turismo de base comunitária, sempre com base num turismo sustentável. A definição de turismo sustentável está intimamente ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável (Körössy, 2008). Portanto, pretende o manejo responsável dos recursos naturais que possibilite o desenvolvimento humano atual e futuro. Körössy (2008) destaca também que o turismo sustentável é diferente da sustentabilidade do turismo. Enquanto o primeiro utiliza o tripé da sustentabilidade como base para seu modelo de desenvolvimento, o segundo faz referência à possibilidade de a atividade econômica produtiva permanecer ao longo do tempo.

O turismo sustentável tampouco é um segmento turístico, mas sim uma forma diferente de promoção do turismo, a qual deve ser direcionada e aplicada a todas as suas tipologias (Brasil, 2010). A OMT (2020) destaca como princípios do turismo sustentável: a otimização de recursos ambientais e conservação da biodiversidade; o

respeito e a valorização da cultura e das tradições das comunidades anfitriãs; os benefícios socioeconômicos justos para todas as partes interessadas.

De antemão, faz-se importante esclarecer os conceitos de turismo de natureza, turismo na natureza e ecoturismo. Martins e Silva (2018) definem Turismo na Natureza como o termo mais abrangente e para o qual o principal atrativo turístico é a paisagem. Derivados do Turismo na Natureza estão o Turismo de Natureza e o Ecoturismo, conceitos antagônicos e com características específicas. No primeiro, realizam-se práticas turísticas em áreas que podem ser ou não de preservação, nas quais o turista pode considerar ou não a conservação do ambiente, mas, geralmente, as pessoas que o praticam veem a viagem como um modismo momentâneo. Em contraste, o ecoturismo preza pela conservação da natureza, resgata a prática como balizadora de educação e sensibilização ambiental para os turistas e preocupa-se com a identidade e cultura das comunidades locais como patrimônio a ser descoberto e compartilhado, para melhores experiências e aprendizado dos receptores.

Para o termo ecoturismo, são encontradas então, diversas definições. A nível nacional, o Ministério de Turismo o define como sendo o “Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil, 1994, p. 19). A nível internacional, *The International Ecotourism Society* (TIES) o conceitua como “Viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação” (TIES, 2015).

Traz-se à tona, também, uma definição acadêmica considerada relevante, que é a trazida por Fennell (2014, p. 17) e que define o ecoturismo como sendo:

Viagem com interesse principal na história natural de um destino. É uma forma de turismo baseado na natureza que coloca a natureza em primeira mão com ênfase na aprendizagem, na sustentabilidade (conservação e participação/benefícios locais) e no planejamento, desenvolvimento e gestão éticos (*tradução nossa*).

Deste modo, o ecoturismo, para ser adequadamente gerido, pode ser considerado um sistema complexo que reúne as dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas dentre outras a ser desenvolvido de forma articulada e organizada por meio de um planejamento multissetorial participativo (Brasil, 1994,

2010). Por conseguinte, os resultados do ecoturismo devem pretender a conservação das áreas naturais, a educação dos visitantes sobre a sustentabilidade, além de benefícios justos para a população local (Wood, 2002).

Já o turismo comunitário ou turismo de base comunitária pode ser considerado como um turismo alternativo que está sendo amplamente praticado em países em desenvolvimento e para o qual sua definição, princípios e diretrizes estão em construção. Para Coriolano (2009), no turismo comunitário, as comunidades anfitriãs se organizam de maneira a criar “arranjos produtivos locais” que propiciam práticas de planejamento e desenvolvimento de um turismo que ressalta a cultura e as tradições locais e permite um controle interno, não somente das atividades inerentes ao turismo, mas do território no qual estas se inserem. Dentre os princípios, a autora destaca a participação, a cooperação, a autossustentação, a universalidade e sobretudo, o princípio das necessidades sentidas pela população local com relação à atividade turística.

Na mesma linha, o TBC, como atividade alternativa, ressignifica o que é turismo. Ele surge graças à mudança no perfil dos turistas que anseiam destinos menos convencionais. Neles, os visitantes querem experiências novas, interação com os anfitriões e aprendizagem e crescimento pessoal. Os visitantes têm uma preocupação maior com suas ações e se engajam com questões socioambientais. Ademais, o turismo comunitário:

Favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e [...] promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (Irving, 2009, p. 111).

Nos seus inícios, este tipo de turismo tinha uma conotação periférica ou marginal e, provavelmente até hoje o sentido “comunitário” direciona-se às populações carentes, de baixa renda. Isto deve ser superado.

Para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), o fundamento do TBC está na diversidade e é um grande aliado das comunidades tradicionais, rurais, litorâneas, interioranas etc. do Brasil, podendo ser um vetor de desenvolvimento local. Caracteriza-se por uma relação horizontal entre visitantes e anfitriões e não mais pela assimetria de relações do turismo tradicional em que o turista se vê como superior. Este tipo de turismo valoriza a construção e ressignificação de memórias e identidades tanto dos sujeitos quanto dos territórios, uma vez que “a abertura para o turismo, que

antes era vista como processo de aculturação, passa então a ser promovida como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural” (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009, p. 18). Desta maneira, objetiva constituir novos vínculos, criar relações mais autênticas com o outro e tecer relações de hospitalidade. Destaca-se que este turismo alternativo se tem dado graças às lutas e protagonismo de populações tradicionais que, com o manejo sustentável dos seus territórios; trabalhando pela conservação do seu meio ambiente local e defendendo seus modos de vida ancestrais, resistem ao modelo hegemônico de turismo (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Em síntese, Irving (2009) aborda quatro importantes premissas para o turismo de base comunitária. A primeira, destaca que, para conseguir a sua sustentabilidade, a concepção do TBC deverá ser endógena e servir como meio para o desenvolvimento local. A segunda tem como base a efetiva participação e protagonismo comunitário em todas as etapas de desenvolvimento da atividade (planejamento, execução e monitoramento), que propicie “empoderamento, governança democrática e inclusão social” (Irving, 2009, p. 114). Outra condição consiste em entender que a abrangência do TBC não pode ser igual à do turismo de massa sendo, portanto, sua escala limitada e o público-alvo bem específico, derivando em maior controle dos impactos potenciais e no enraizamento de uma nova filosofia de fazer turismo. A última premissa indica que os benefícios do turismo comunitário para a população local não podem se limitar à geração de emprego e renda. Deve ser pensada, a partir das necessidades de cada comunidade, a destinação de recursos para projetos de melhoria da qualidade de vida local com alcance coletivo, sem limitar a concentração de benfeitorias a determinados grupos. A importância de desenvolver, de forma participativa, indicadores de avaliação que estimem avanços e retrocessos das atividades turísticas, com transparência e adequação durante todo o processo.

Importante ressaltar que, consolidar uma atividade sustentável como é o turismo comunitário, demanda tempo, envolvimento coletivo e parcerias público-privadas, sendo um processo lento (Irving, 2009; Nassar; Cobra; Vieira, 2017), nada fácil de ser realizado e que esbarra, em alguns momentos, com a desmotivação da população que “precisa de respostas urgentes para suas necessidades básicas” (Dória, 2004, p. 5). Este tipo de turismo deve ser visto como complemento à renda e não como substituto das atividades econômicas tradicionais (Dória, 2004; Nassar; Vieira, 2019), que deverão ser base do patrimônio cultural a ser compartilhado com os visitantes.

Assim:

Inovar é possível e o turismo de base comunitária talvez represente um excelente “laboratório” de construção de novas realidades e transformação social, no caso brasileiro, se for interpretado como alternativa ética, duradoura e humanizante (Irving, 2009, p. 119).

Como trazido por Nunes (2014) e Lima (2016), o TBC não possui um formato padrão a ser replicado nos diferentes destinos onde será desenvolvido. O TBC faz parte de um processo de construção participativo e endógeno que leva em consideração os anseios e peculiaridades da comunidade anfitriã e proporciona a valorização de sua cultura, de modo a permitir “uma relação justa, colaborativa e sinérgica” entre os turistas e as comunidades receptoras.

Para tanto, políticas públicas específicas para o TBC precisam ser formuladas e implementadas por intermédio de subsídios financeiros e técnicos. Somente assim, será possível avançar na prática deste turismo que pretende o desenvolvimento local das comunidades a partir de sua participação e empoderamento, consolidando-a (Hanai; Nunes, 2020).

Ainda que as políticas públicas busquem categorizar o TBC, este modo de fazer turismo pode ser visto como um processo endógeno que pretende o empoderamento das comunidades e à autogestão dos seus territórios.

### **1.5.3 Turismo e território**

Ao igual que o turismo, o conceito de território é complexo e multifacetado. Segundo Little (2004, p. 3), território “é um produto histórico de processos sociais e políticos”. De acordo com Diegues (2000), território é o meio físico utilizado pelas pessoas, somado às relações sociais existentes dentro dela. Nesse lugar, desenvolvem-se atividades de subsistência ou econômicas, assim como realizam-se representações culturais, mitológicas e espirituais. Pode-se dizer que é o conjunto da natureza e da sociedade. Assim, o turismo utiliza o território como espaço para se desenvolver, sendo que, os recursos naturais são os atrativos da prática turística (Tulik, 1993). A natureza é alicerce no inventário e na classificação da oferta, sendo primordial para projetos de planejamento turístico. É o ambiente natural que motiva muitos dos deslocamentos das pessoas para realizar atividades de recreação e lazer.

*A priori*, qualquer elemento do meio ambiente tem potencial para se transformar em atrativo turístico. No entanto, uma série de condições, que independem unicamente da sua qualidade, precisam ser avaliadas, como a cercania do atrativo aos centros emissores, a qualidade dos meios de transporte e a aptidão dos serviços turísticos. O grau de atratividade de um recurso natural “vai depender da capacidade de seus promotores em transformá-lo numa atração” (Tulik, 1993, p. 28).

O turismo organizado sustenta-se nos atrativos naturais e culturais da região a ser aproveitada. Assim, atividades turísticas que tem como motivação o lazer e a recreação se sustentam nos “atributos geográficos do meio ambiente” (Tulik, 1992, p. 21). Importante denotar que “a paisagem e o patrimônio ambiental, urbano ou não, são naturalmente matéria prima do turismo, mas, antes disso, eles se inserem no mesmo cotidiano das populações” (Yázigi; Carlos; Cruz, 1999, p. 10). Este esclarecimento é muito relevante, no entanto, desconsiderado na maioria das vezes. Aspectos diferenciados na paisagem valorizam-se em maior proporção e tem capacidade de atrair mais turistas (Ignarra, 1999).

Em outra perspectiva, vários autores evidenciam o “consumo” da natureza pelo turismo, fato que provoca pressões sobre a mesma. Assim, Rodrigues (1999) refere o turismo como o aproveitamento da natureza, do espaço, do território, sendo tal consumo coletivo, fugaz e privatizado. Além disto, o autor refere-se à prática turística como a “venda” do território, uma vez que aquilo que é comercializado é o ambiente natural e o passado histórico da localidade. Assim, nas palavras da autora, o turismo é uma mercadoria para a qual o consumidor é o turista e, por ser mercadoria, é evidente que só a consome quem pode pagar! Esta mercadoria “caracteriza-se pelo consumo ‘efêmero do território’, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização” (Rodrigues, 1999, p. 56). Do mesmo ponto de vista, Gabrielli (2017) aponta que a identidade pós-moderna está centrada no capitalismo, no consumo, no lazer e na imagem. “E é dentro desse consumismo exacerbado, característico da contemporaneidade, que o lazer se configura como um recurso essencial” (Gabrielli, 2017, p. 86).

Essa apropriação dos espaços pelo turismo deriva em alterações dos territórios, uma vez que o turismo se entende como uma nova forma de gerir os espaços. Não se altera unicamente a paisagem física, desconfiguram-se também as relações sociais e as relações de trabalho: antigos pescadores transformam-se em barqueiros; extrativistas ou caçadores são inseridos na indústria da construção civil;

comunitários em geral passam a ser domésticos(as), caseiros(as), trabalhadores(as) em hotéis e outras ocupações que giram ao redor da prestação de serviços turísticos.

Não é justo, nem ético, que as nossas populações locais sejam varridas de suas territorialidades para dar lugar a formas-conteúdo exógenas, que vão tomando de assalto extensas áreas, transformando a natureza em um bem de acesso seletivo, e excluindo as populações autóctones da nova organização socioespacial (Luchiari, 2000, p. 38).

É assim que aqueles lugares que despertavam o interesse dos visitantes pelas suas características rústicas e bucólicas e onde se apreciava a quietude e a contemplação da natureza, rapidamente se transformam em locais que se assemelham aos da vida urbana, àqueles lugares de onde provêm os turistas (Rodrigues, 1999; Luchiari, 2000). Além disso, o turismo traz consigo a criação de problemas ambientais. Com o tempo, isto significa a diminuição da própria atividade do turismo. Traduz-se na alteração das próprias condições sociais que deram origem à procura do original. Finalmente, “em localidades onde os recursos naturais são de excepcional beleza pode ocorrer um crescimento rápido e descontrolado superdimensionando a oferta e descaracterizando a paisagem e fazendo a destinação turística perder qualidade” (Ignarra, 1999, p. 116).

#### **1.5.4 Transformações do espaço pelo turismo**

O turismo de massa, também denominado turismo tradicional ou hegemônico, caracteriza-se por ser um sistema imediatista que visa o lucro e privilegia a grande escala, tendo um padrão uniformizador das atividades turísticas (Zaoual, 2008). O atendimento em massa é feito, normalmente, em grandes estruturas e/ou complexos, com a oferta de pacotes turísticos que estandardizam os visitantes e muitas vezes no sistema *all inclusive*, onde os viajantes, que são confinados a resorts, não tem vínculo nenhum com a comunidade receptora. Por enfatizar no viés econômico da atividade e no acúmulo do capital, resulta numa exploração desigual que pouco se importa com os impactos sociais e ambientais inerentes ao processo de ocupação dos territórios (Gabrielli, 2017; Lage; Milone, 2001).

Durante muito tempo, a ênfase do turismo deu-se à sua contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) e a outros indicadores econômicos (geração de emprego e renda), em detrimento dos efeitos adversos ao patrimônio ambiental e cultural das

comunidades receptoras. Este tipo de turismo, por ser praticado sem considerar os limites de crescimento da demanda, sem respeito à capacidade de carga dos destinos e sem contemplar os anseios das comunidades anfitriãs, traz consigo consequências negativas muitas vezes irreparáveis (Körössy, 2008). Do mesmo modo:

Os contatos são breves e espontâneos e ocorrem, de modo geral, durante uma curta e intensa temporada turística, e são assimétricos e desiguais, pois apresentam um significado diferente para os turistas e para a comunidade receptora (Dias, 2003, p. 127).

A exploração exacerbada conduz ao esgotamento dos recursos e atrativos, e, posteriormente, à repulsa da demanda (Zaoual, 2008). As populações nos destinos turísticos também sentem a saturação do “seu” espaço e passam a rejeitar os turistas e as atividades inerentes (ex. Barcelona\*). Surge, muitas vezes, o ressentimento das comunidades locais devido ao comportamento etnocêntrico dos turistas, às desigualdades econômicas entre visitantes e receptores e à diferença de culturas; transformando condutas e princípios destas populações (Dias, 2003; Lage; Milone, 2001). Neste sentido, e como bem colocado por Lage e Milone (2001, p. 162), a “falta de comando e domínio local em proporções extremas, em algumas áreas, pode considerar o turismo como uma nova forma de colonialismo”! Reafirma-se aqui, a interferência do turismo nas dinâmicas locais e no comprometimento dos recursos dos territórios, aspectos que poderão reduzir os benefícios iniciais da atividade a médio e longo prazo (Körössy, 2008).

Tal comprometimento tem efeito no meio físico (natureza) e na cultura das populações receptoras. Os impactos ao meio ambiente e à paisagem incluem o aumento do consumo de água e energia, assim como a geração de esgotos em determinados locais, muitas vezes sem tratamento, fato que afeta a balneabilidade de praias e rios e, conseqüentemente, a saúde das pessoas que têm contato primário com estes meios. Por outro lado, a construção de altos prédios ao redor das praias interfere no microclima local uma vez que limita a circulação do vento e da brisa, além de ocasionar sombra no beira-mar (ex. Balneário Camboriú, SC; Guarujá, SP). A infraestrutura local vai ficando saturada afetando equipamentos e instalações e gerando transtornos tanto à população residente quanto à forânea (Dias, 2003; Ignarra, 1999). A visitação em massa a ambientes frágeis impacta fauna e flora locais, ocasionando a perda do equilíbrio dos ecossistemas. O excesso de resíduos sólidos

em áreas de uso turístico/coletivo é, talvez, um dos impactos mais relatados na literatura (Dias, 2003; Ignarra, 1999).

Os impactos socioculturais consistem na alteração dos modos de vida tradicionais com a perda dos costumes e hábitos ancestrais. Turistas ou veranistas passam a ocupar, por exemplo, o lugar dos pescadores e estes, longe do rio ou do mar, deixam atrás seus ofícios habituais. Assim, transforma-se não somente o modo de vida como as estruturas de trabalho (Dias, 2003; Ignarra, 1999). Por outra parte, as manifestações culturais vão perdendo sua essência e significado quando são “produzidas” para mostrá-las aos turistas e não mais feitas de maneira espontânea e no tempo de comemoração usual. Assim mesmo, os processos para confecção de artesanato local desconfiguram-se para atender a demanda turística, não sendo mais utilizados os métodos artesanais, criando um excesso de padronização. Na arquitetura local são incorporados equipamentos de conforto não próprios do lugar para a satisfação do visitante (Dias, 2003; Ignarra, 1999). Portanto, a cultura material (arquitetura e artesanato tradicionais) e imaterial (danças e manifestações religiosas) das comunidades receptoras adapta-se à demanda turística e vê-se transformada pela mercantilização (Dias, 2003).

Importante denotar que os impactos socioculturais, à diferença dos impactos ao meio ambiente, são menos perceptíveis e dificilmente quantificáveis, derivando em grave modificação social, sendo mais prejudiciais nos países do Sul Global (Lage; Milone, 2001).

Apesar de tudo o que se aponta acima, é importante reconhecer que o turismo de massa, nos seus inícios (por volta da metade do século XIX), representou a democratização das viagens e do lazer, os quais tinham sido reservados para as elites da sociedade. No século XX, a evolução dos meios de transporte, amplificam esta democratização, no entanto, causam graves impactos ao ambiente (Urry; Larsen, 2001), impactos estes que estão sendo fonte de pesquisa nos dias de hoje.

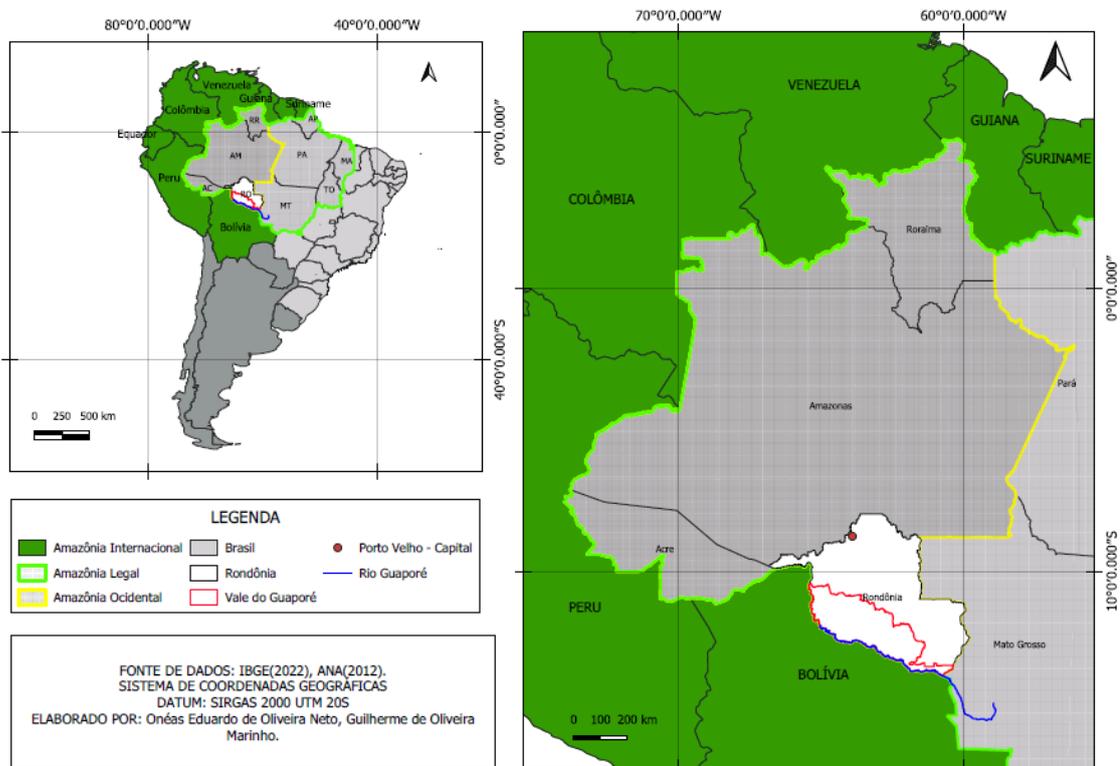
## 1.6 DESCRIÇÃO DA ÁREA E COMUNIDADE(S) DE ESTUDO

Rondônia, pertencente à Amazônia Ocidental, localiza-se na Região Norte do Brasil, sendo o terceiro estado mais populoso da Região. Conta com uma população de 1.581.196 habitantes, uma área territorial de 237.754,172 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 6,65 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). O clima predominante é o tropical quente

e úmido (SEDAM-RO, 2012). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,7 (IBGE, 2021). Possui 52 municípios, sendo que os principais estão assentados ao longo da BR-364.

Na Figura 2, apresenta-se o mapa de localização de Rondônia dentro do contexto brasileiro e sul-americano, evidenciando sua inserção na Amazônia Ocidental.

Figura 2 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Idealizado pela autora; executado por Oliveira Neto e Marinho (2023).

Rondônia é dividida em sete bacias hidrográficas sendo: Abunã, Guaporé, Jamari, Machado, Mamoré, Madeira e Roosevelt. A bacia do rio Guaporé, segunda maior do estado, tem uma área de drenagem de aproximadamente 320.000 km<sup>2</sup> e seu rio principal percorre aproximadamente 1.470 km desde a nascente, na Chapada dos Parecis em Mato Grosso, até sua desembocadura, na margem direita do rio Mamoré em Rondônia (Adamy, 2010; Moss; Moss, 2007). Destaca-se que o rio Guaporé é o principal afluente do rio Mamoré e, ao mesmo tempo, o rio Mamoré é um importante tributário do rio Madeira, este último com sua foz no rio Amazonas.

Os principais tributários do Guaporé, na sua margem direita (do lado brasileiro), são os rios Verde, Corumbiara, Colorado, Mequéns, Branco, São Miguel e Cautário. A partir do rio Verde forma-se a linha divisória entre o Brasil e a Bolívia, apresentando condições de navegabilidade para embarcações de pequeno e médio porte na época da vazante até a foz do Mamoré e neste até Guajará-Mirim (Adamy, 2010). No Estado Plurinacional da Bolívia o rio Guaporé recebe o nome de rio Iténez.

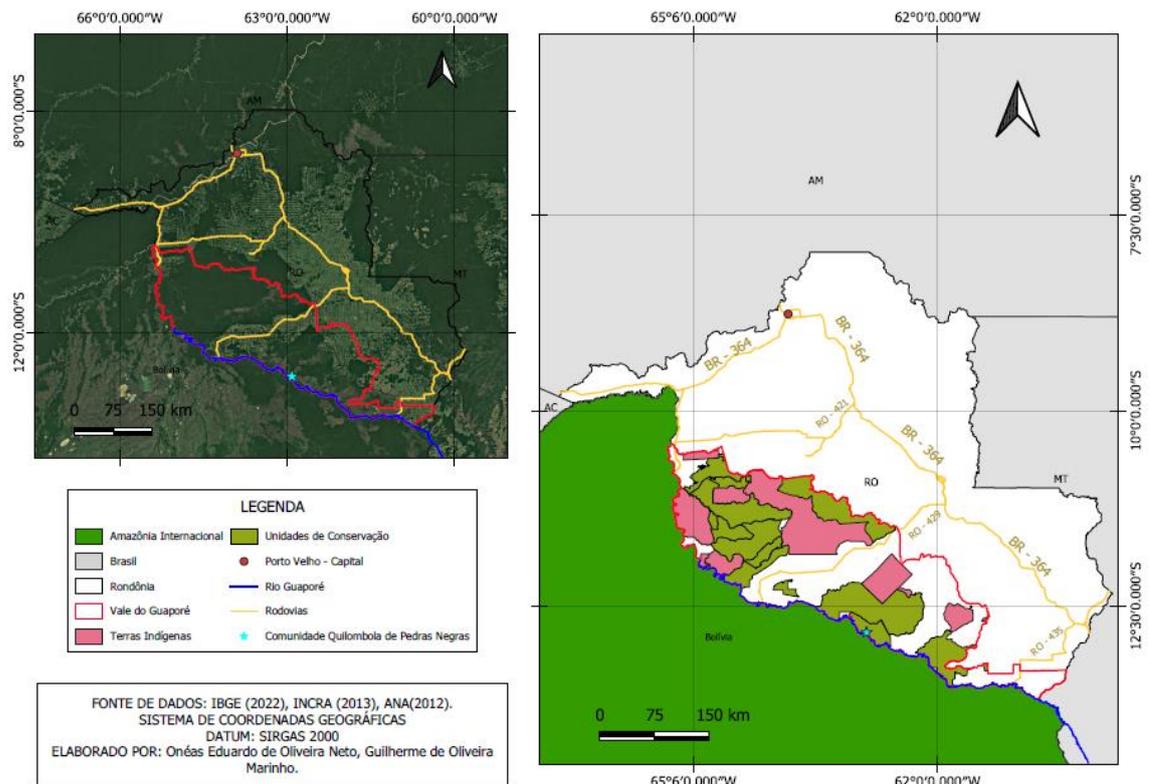
O rio Guaporé margeia, de sul a norte, os municípios rondonienses de Cabixi, Pimenteiras do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e parte de Guajará-Mirim (Moss; Moss, 2007). A área rural do Vale do Guaporé, compõe-se pelos municípios de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Costa Marques e São Francisco do Guaporé (Brasil, 2015). Assim, na presente pesquisa, consideraram-se nove municípios pertencentes ao Vale do Guaporé, em Rondônia.

Importante esclarecer que há dificuldade em encontrar informações precisas sobre a região, uma vez que sua composição pode ser vista sob a ótica da bacia hidrográfica do rio Guaporé ou sob outras dimensões e recortes geográficos.

O Vale do Guaporé abriga o Parque Natural Pacaás Novos, a Reserva Biológica (REBIO) Guaporé, as Reservas Extrativistas Cautário, Curralinho e Pedras Negras e o Parque Estadual Serra dos Reis, que representam aproximadamente 10% das áreas protegidas de Rondônia (Machado, 2020). Destaca-se o importante papel das Unidades de Conservação e Terras Indígenas na contenção do desmatamento no Estado.

Na Figura 3, visualizam-se as áreas naturais protegidas e o traçado viário na Região do Vale do Guaporé, em Rondônia.

Figura 3 – Mapa contendo Unidades de Conservação e terras indígenas no Vale do Guaporé, Rondônia



Fonte: Idealizado pela autora; executado por Oliveira Neto e Marinho (2023).

O Diário de Campo de Margi Moss (Moss; Moss, 2007), que percorreu o Guaporé desde sua nascente até sua foz, relata as belezas do Vale. A descrição detalhada do Buritizal Grande do Guaporé como refúgio para a avifauna, do rio Mequéns com suas águas cristalinas e do projeto de proteção de quelônios e aves (talha-mares e gaivotas) da ONG Ecovale, demonstram o potencial ecoturístico do Vale do Guaporé.

Assim, muitos dos povos inseridos no Vale do Guaporé são comunidades tradicionais. Segundo Diegues (2000), existe uma dificuldade na conceituação de populações, comunidades, culturas tradicionais. No entanto, o autor denota que tais sociedades tem uma forte conexão com a natureza fazendo com que seus ciclos e dinâmicas influenciem os modos particulares de vida de seus habitantes. Caracterizam-se pela permanência de várias gerações num mesmo território, pela transmissão de sua cultura, hábitos e costumes de geração em geração e, uma vez que tem essa forte relação com o entorno, utilizam sistemas para a caça, a pesca, a cultura e o extrativismo mais harmoniosos com a natureza. É importante ressaltar duas características próprias das comunidades tradicionais que são a identidade e a

oralidade. A primeira diz respeito ao reconhecimento que os membros da comunidade têm dentro de um grupo social específico e, a segunda, refere-se à forma em que o conhecimento tradicional é disseminado.

Assim, povos indígenas, possivelmente os Tupi, ocupavam a bacia dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé muito antes da chegada dos portugueses no Século XVIII. Com a colonização, africanos (majoritariamente) e indígenas foram escravizados para trabalharem nas minas de ouro e, posteriormente, na construção de destacamentos e fortificações para proteger a fronteira do domínio espanhol (Teixeira; Fonseca, 2001).

Nesse sentido,

A região do Vale do Guaporé, no estado de Rondônia, é marcada pela territorialidade negra, com a existência de uma série de comunidades remanescentes de quilombos. Tais comunidades se formaram em decorrência do período colonial e da ação bandeirante, que desbravou a Floresta Amazônia (*sic*) no seu limite com a Bolívia em busca de outro (*sic*) e pedras preciosas (Fiocruz, 2022).

Hoje essa chamada Amazônia Negra (Bonfim, 2021) compõe grande parte das riquezas do Vale do Guaporé. No entanto, seus habitantes continuam oprimidos pelo desmatamento, a expansão da pecuária e da soja e pelo turismo predatório. São inúmeros e variados os conflitos socioambientais que enfrentaram e ainda enfrentam as populações tradicionais do Guaporé.

Assim, levantamentos realizados pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos de Rondônia (CONAQ-RO), em 2019, e pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e o Instituto Clima e Sociedade (iCS), em 2021, trazem dados quali-quantitativos sobre as comunidades quilombolas e seus territórios em Rondônia. Tais dados se resumem no Quadro 1:

Quadro 1 – Informações sobre comunidades quilombolas de Rondônia

	<b>Comunidades/ territórios</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Município ao qual pertencem</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Situação fundiária</b>
1	Forte Príncipe da Beira	117	Costa Marques	21.000	RTID em fase de elaboração
2	Laranjeiras	15	Pimenteiras D'Oeste	15.000	
3	Pedras Negras	43	São Francisco do Guaporé	41.000	RTID publicado
4	Rolim de Moura do Guaporé	60	Alta Floresta D'Oeste	219.000	-

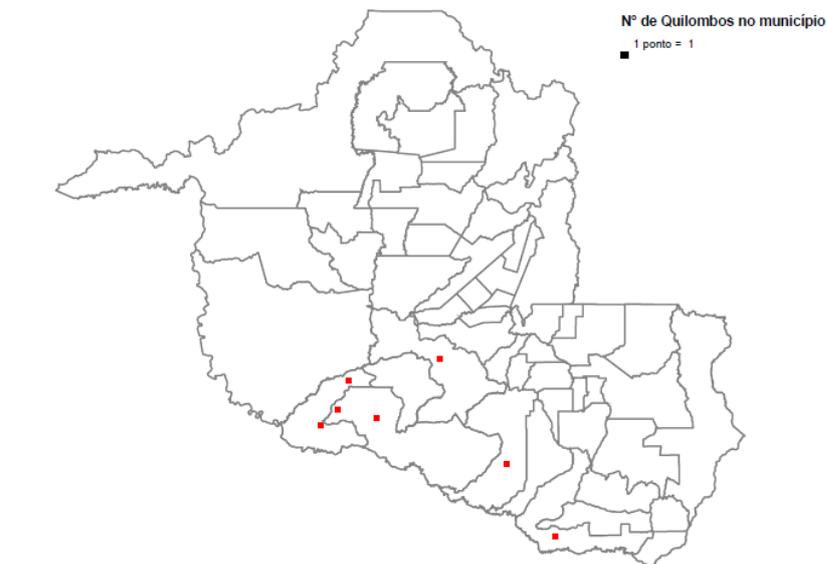
5	Santa Cruz	150	Pimenteiras D'Oeste	4.000	Sem processo de regularização
6	Santa Fé	45	Costa Marques	1.542	Titulado
7	Santo Antônio do Guaporé	18	São Francisco do Guaporé	7.221	Portaria de reconhecimento publicada
8	Tarumã	3	Alta Floresta D'Oeste	4.500	-
9	Jesus	14	São Miguel do Guaporé	-	Titulado

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.  
 Fonte: adaptado de CONAQ (2019) e ECAM e iCS (2021).

A CONAQ-RO aponta um quantitativo de oito comunidades quilombolas no estado, enquanto a ECAM refere-se a sete. No segundo levantamento, não constam as comunidades Rolim de Moura do Guaporé nem Tarumã e inclui-se a comunidade de Jesus. Considerando as nove comunidades supracitadas, tão somente duas estão tituladas (regularização de terras).

Atualmente, as comunidades com maior número de famílias são Santa Cruz, Forte Príncipe da Beira e Rolim de Moura do Guaporé. Destaca-se que todas as comunidades se albergam em contexto rural, à exceção de Santa Cruz, que se insere em contexto urbano, no município de Pimenteiras. O *Atlas Socioeconômico e Ambiental de Rondônia* apresenta um mapa com a disposição de sete destas comunidades em Rondônia, realizado em 2020, denotando a concentração dos quilombos no Vale do Guaporé (Figura 4).

Figura 4 – Concentração de comunidades quilombolas no Vale do Guaporé, Rondônia



Fonte: Batista *et al.* (2021).

Segundo a CONAQ-RO (2019), a população das oito comunidades que participaram das oficinas, está conformada majoritariamente por jovens. O índice de famílias e pessoas por casa reflete mudanças na configuração da estrutura das comunidades gerada pelo êxodo dos seus habitantes para cidades próximas em busca de oportunidades de emprego, saúde e educação, assim como pelo número cada vez menor de filhos. As comunidades de Rolim de Moura do Guaporé e Pedras Negras são aquelas que têm o menor número de famílias por casa (1,06 e 1,07 respectivamente), sendo que esta última comunidade conta com o menor número de pessoas por unidade habitacional (3,2 pessoas/casa). Destaca-se que pelo menos uma pessoa de cada família trabalha ou estuda fora, em 55% das famílias entrevistadas.

Segundo o levantamento, a escolaridade média dos habitantes das comunidades é de 47% de pessoas com nível fundamental, 23% com nível médio e 5% com nível superior. Das famílias entrevistadas, 47% ganham até um salário-mínimo e 86% têm ou tiveram acesso à Bolsa Família. O Seguro Defeso<sup>2</sup> é um benefício concedido a somente 3% dos entrevistados, dado que os pescadores não se encontram formalizados. De maneira geral, o turismo é fonte de renda para 14% das famílias entrevistadas de todas as comunidades (CONAQ-RO, 2019), maioria católicos (70% dos entrevistados) e depois, evangélicos (24,2%) e desenvolvem atividades coletivas religiosas, de festejos e de lazer.

O relatório final de pesquisa da CONAQ-RO (2019) destaca a influência da matriz africana em algumas rezas de festejos católicos e em relatos escritos expressados por membros mais velhos da comunidade, assim como indica que o dia da Consciência Negra está sendo inserido no calendário de atividades festivas e culturais no território.

Lamentavelmente, as atividades de pesca e plantação na roça, assim como o intercâmbio de produtos entre comunidades, têm desaparecido. Os comunitários comentam que as leis ambientais têm motivado este perecimento, com maior força nas comunidades que se sobrepõem às Unidades de Conservação da região (ECAM;

---

<sup>2</sup> Defeso: Adjetivo: 1. Que é alvo de uma proibição (ex.: tempo defeso; terreno defeso; apreenderam objetos defesos); INTERDITO, PROIBIDO, VEDADO. Substantivo masculino: 2. Época em que é proibido caçar ou pescar (ex.: período de defeso; o defeso coincide com o período de reprodução desta espécie). 3. Período do ano em que não se realiza determinada atividade (ex.: a equipa sofreu muitas alterações no defeso). Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/defeso>. Acesso em: out. 2023.

iCS, 2021). Além disso, a influência de algumas outras religiões em comunidades quilombolas, tem feito que seus habitantes abandonem alguns ritos, hábitos e costumes, interferindo a sua cultura.

Nas áreas em que é possível realizar atividades de agricultura, a pesquisa realizada em 2021 destaca as culturas de mandioca, banana, hortaliças, castanha e abacaxi. No entanto, esclarecem:

A falta de transporte, preços baixos recebidos pela produção, pouco acesso a crédito, baixa qualidade da produção, precariedade das vias de acesso para o transporte da produção, falta de mercado para os produtos, dificuldades na gestão da produção, falta de assistência técnica, também foram identificados pelos(as) entrevistados(as) (ECAM; iCS, 2021, p. 20).

As estradas nas áreas das comunidades, que possuem acesso por via terrestre, são precárias, à exceção de Santa Cruz e Forte Príncipe, que estão bem próximas a núcleos urbanos, sendo Pimenteiras e Costa Marques, respectivamente. Reivindicações a respeito dessa necessidade são realizadas pelos comunitários ao setor público, no entanto a melhoria de tais condições depende, em maior parte, do crescimento agrícola e do turismo regional. Não existe transporte público fluvial nas comunidades quilombolas (CONAQ-RO, 2019).

Os dados quali-quantitativos, assim como as falas dos(as) entrevistados(as) da pesquisa acima indicada, evidenciam políticas desconexas e isoladas no estado de Rondônia, fato que afeta diretamente a qualidade de vida dos povos tradicionais e da sociedade que se encontra nesta região.

Por outro lado, a CONAQ-RO (2019) aponta que, das comunidades pesquisadas, 77% se organizam em associações. ECAM e iCS (2021) identificam que, dos agricultores entrevistados, 60% fazem parte da associação da sua comunidade. Das nove comunidades mencionadas, cinco possuem associações como forma de organização e representação social, sendo: Associação Quilombola Comunidade de Jesus (AQCJ); Associação Quilombola de Santa Fé (ASQSANTAFE); Associação Quilombola do Forte Príncipe (ASQFORTE); Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé (AQPNEG); e Associação de Remanescente de Quilombos de Santo Antônio do Guaporé (AQSAGUA). Isto demonstra que existem formas de cooperativismo e associativismo dentro das comunidades.

As comunidades Laranjeiras, Santo Antônio do Guaporé e Pedras Negras se sobrepõem ao Parque Estadual de Corumbiara, à Reserva Biológica do Guaporé e à Reserva Extrativista de Pedras Negras, respectivamente (ECAM; iCS, 2021).

Dentre a diversidade populacional que abriga a região do Vale do Guaporé, este trabalho se concentra nas comunidades quilombolas, notadamente a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, uma vez que possui um histórico interessante e pouco conhecido de ecoturismo comunitário. Portanto, investigou-se as transformações e desafios do turismo praticado nesta comunidade específica.

Segundo as informações supracitadas, a Comunidade Quilombola de Pedras Negras possui 43 famílias e ocupa uma área de 41 mil a 43 mil hectares dentro da Reserva Extrativista de Pedras Negras (CONAQ-RO, 2019; ISA, [s. d.]).

Segundo a CONAQ-RO (2019), a comunidade se sustenta do extrativismo, da pesca, da agricultura, do serviço público e dos serviços assalariados dentro da comunidade. No diagnóstico de ações produtivas feito por ECAM e iCS (2021), ressalta-se a produção de castanha do Pará advinda desta comunidade. A pesquisa revela que este produto é destinado unicamente para comercialização, em todas as comunidades.

Das comunidades mencionadas, ela apresenta uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres, contando, em média, com 1,07 famílias por casa e é o território que mais padece com a migração de quilombolas para os núcleos urbanos em busca de melhores condições de vida.

Seu acesso se dá por via fluvial, fato que onera os custos de deslocamento e dificulta a mobilidade dos seus habitantes assim como impede o acesso a políticas públicas. A migração supracitada pode se dar pelo fato de a área ser remota e pelo acesso complexo, assim como pela falta de assistência e acompanhamento de órgãos públicos a estas populações. Alguns turistas ingressam à comunidade por via aérea, uma vez que existe uma pequena pista de pouso na comunidade.

### **1.6.1 Da Reserva Extrativista que alberga a comunidade**

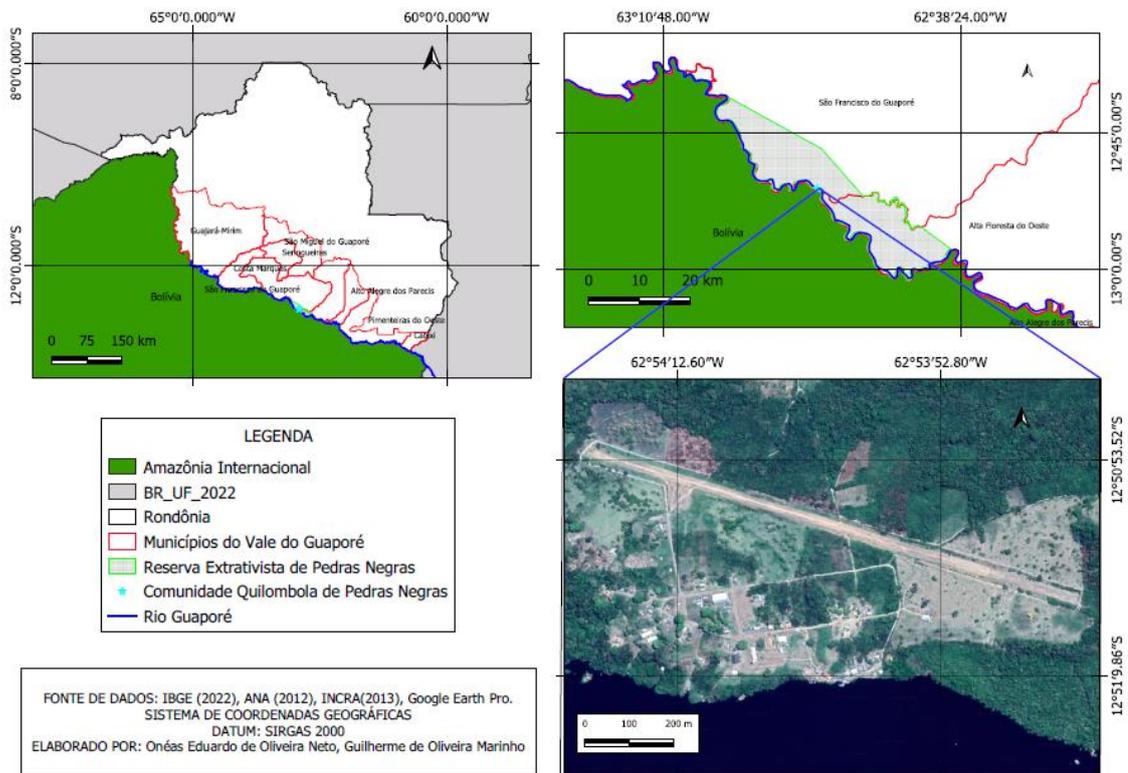
Em 1991, por meio do Decreto nº 5.382, foi interditada área para a criação da Floresta Estadual de Rendimento Extrativista das Pedras Negras e iniciaram-se estudos ambientais e socioeconômicos para concretizar o uso sustentável dessa região (Rondônia, 1991). No entanto, anos depois, criou-se a Reserva Estadual

Extrativista Pedras Negras por meio do Decreto nº 6954, de 14 de julho de 1995. Sua criação visava cessar com ações de ilegalidade que ameaçavam as comunidades locais e os recursos naturais do território (Rondônia, 1995).

A reserva localiza-se na porção sul oeste de Rondônia, às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Quando a RESEX foi criada, pertencia aos municípios de Costa Marques e de Alta Floresta (Rondônia, 1995). No entanto, hoje em dia, por uma série de mudanças na divisão administrativa dos municípios (IBGE, 2023) a RESEX encontra-se inserida nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta (SEDAM-RO, 2019). A RESEX possui área de aproximadamente 125 mil hectares e constitui “espaço territorial destinado à exploração auto sustentável (*sic*) e conservação dos recursos naturais renováveis, por população agroextrativista” (Rondônia, 1995, p. 1). Sua gestão está a cargo da Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). A unidade possui Plano de Utilização aprovado no ano de 1999 (SEDAM-RO, 2019; ISA, [s .d.]), mas não é detentora de Plano de Manejo.

Na Figura 5, destacam-se os municípios do Vale do Guaporé, a Reserva Extrativista de Pedras Negras e a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, fazendo uma aproximação para a vila de Pedras Negras.

Figura 5 – Mapa de localização do Vale do Guaporé, da RESEX Pedras Negras e da Comunidade Quilombola Pedras Negras em Rondônia



Fonte: Idealizado pela autora; executado por Oliveira Neto e Marinho (2022).

Brandão (2002), em levantamentos ecológicos realizados nas RESEX Pedras Negras e Curralinho, denotou a riqueza da região na variedade de habitats que o constituem, uma vez que identificou a mata de igapó, a mata de terra firme, as praias de areia, as baías e a campina, como os cinco habitats preponderantes.

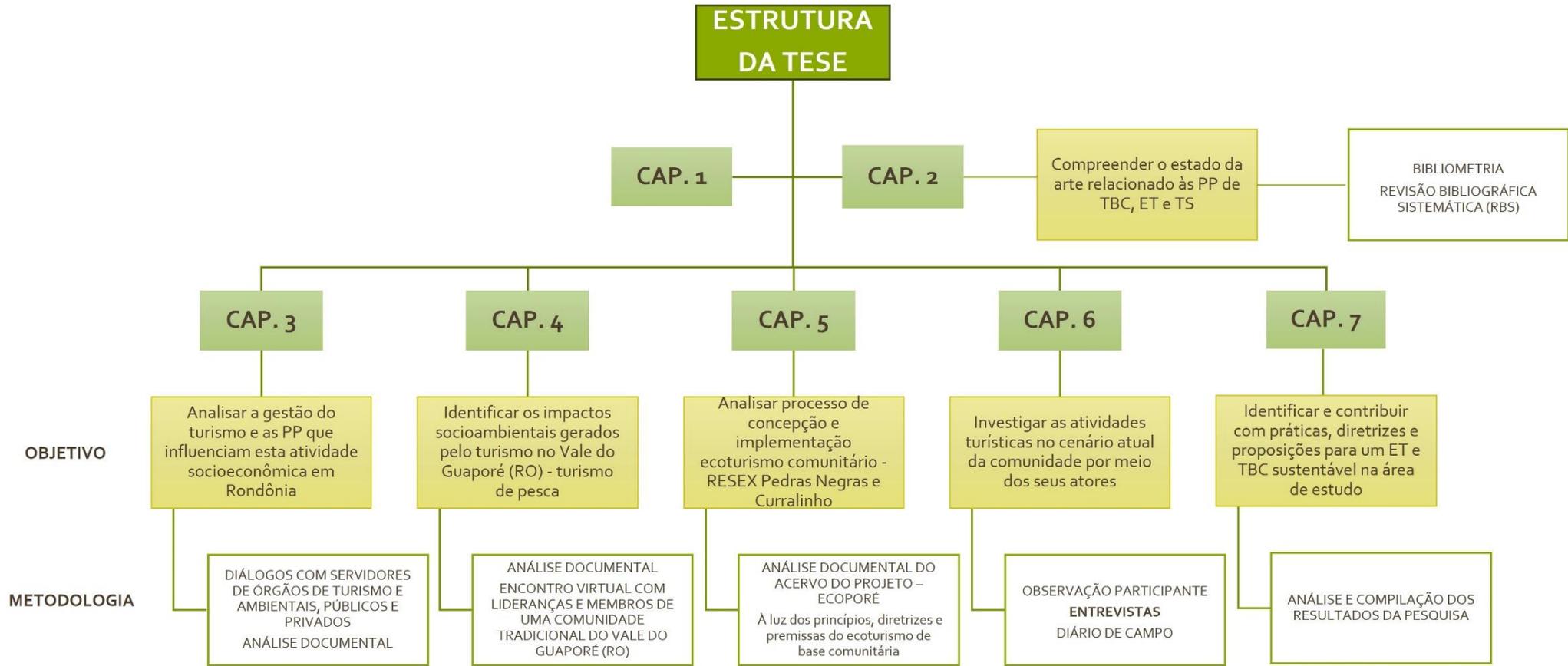
As matas de igapó são matas que permanecem alagadas durante aproximadamente oito meses do ano e nelas se destaca a seringueira. Nas matas de terra firme, ressalta-se a presença da castanheira-do-pará, encontrando, neste habitat, árvores de maior porte e um solo menos denso se comparadas com as matas anteriores. As praias de areia, paisagem bastante comum nas épocas de seca na região, estão compostas por areia branca e fina onde arbustos invasores predominam como vegetação. Águas escuras, sem correnteza, fazem parte das baías ou lagos de várzea as quais possuem bastante vegetação aquática flutuante, sendo os aguapés os principais espécimes. A campina, chamada de campo de inundação ou varjão, apresenta um solo encharcado e, na sua paisagem, plantas herbáceas e arbustivas prevalecem.

Nos parágrafos anteriores, vislumbra-se a riqueza da biodiversidade presente na região do Vale do Guaporé, assim como a expressiva identidade negra das comunidades quilombolas, que com sua cultura, trabalho e conhecimento fazem da Amazônia, uma região ainda mais rica e diversa.

## 1.7 ESTRUTURA DA TESE

No intuito de apresentar a tese e orientar o leitor dentro dos capítulos desenvolvidos no documento escrito da pesquisa, apresenta-se a Figura 6, que denota sua estrutura. Para cada capítulo, menciona-se seu objetivo e metodologia.

Figura 6 – Estrutura geral da tese



Fonte: elaboração própria (2024).

## 1.8 REFERÊNCIAS

- ADAMY, A. (org.). **Geodiversidade do estado de Rondônia**. Porto Velho: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (ed.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BATISTA, J. F. et al. **Atlas socioeconômico e ambiental de Rondônia: por uma consciência socioespacial cidadã**. Porto Velho: Josélia Batista, 2021.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.
- BONFIM, M. Amazônia Negra. **Revista Poiésis**, v. 22, n. 37, p. 209-220, 2021.
- BRANDÃO, R. A. Avaliação ecológica rápida da herpetofauna nas reservas extrativistas de Pedras Negras e Curralinho, Costa Marques, RO. **Brasil Florestal**, v. 74, p. 61-73, set. 2002.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968. Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 7257, 16 ago. 1968.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, IBAMA, 1994.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil territorial Vale do Guaporé - RO**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais: segmentação do turismo**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2006.
- CANDIDO, S. E. A.; VALDANHA NETO, D. V. **Ação socioambiental na Amazônia: educação, saúde e produção em comunidades**. São Paulo: Na Raiz, 2020.
- CARAMELLO, N. **La historia ambiental de un río no se cuenta solamente por sus aguas: estudio de caso de la Cuenca Rio Branco y Colorado, Rondônia, Brasil**.

2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, Catalunya, 2016.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS DE RONDÔNIA. **Pesquisa junto a comunidades quilombolas**. [S. l.]: CONAQ-RO, 2019.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (ed.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

CUNHA, L. **A definição e o âmbito do turismo: um aprofundamento necessário**. Lisboa: Repositório Científico Lusófona, 2010.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000.

DÓRIA, C. R. C. **Implantação de projetos de ecoturismo de base comunitária em Reservas Extrativistas**. Porto Velho, 2004.

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA; INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE. **Diagnóstico - ações de produtividade nas comunidades quilombolas de Rondônia**. [S. l.]: ECAM, iCS, 2021.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. Londres: Routledge, 2014.

FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. M. **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil**. RO - Comunidade de Remanescentes de Quilombo Forte Príncipe da Beira, já reconhecida e registrada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ainda aguarda pela demarcação de seu território. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-comunidade-de-remanescentes-de-quilombo-forte-principe-da-beira-ja-reconhecida-e-registrada-pela-fundacao-cultural-palmares-fcp-ainda-aguarda-pela-demarcacao-de-seu-territorio/>. Acesso em: 02 out. 2023.

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 391-408, 2009.

FREITAS, G. L. **Influência do turismo para os pescadores artesanais nas comunidades de São Francisco do Guaporé e Costa Marques-RO**. 2014. 61 f. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal de Rondônia, Presidente Médici, 2014.

GABRIELLI, C. Turismo responsável: caminhos possíveis? **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 1, p. 81-97, 2017.

HANAI, F. Y.; NUNES, M. R. S. Turismo comunitário e participativo: potencialidades e desafios em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira. *In*: CANDIDO, S. E. A.; VALDANHA NETO, D. V. **Ação socioambiental na Amazônia**: educação, saúde e produção em comunidades. São Paulo: Na Raiz, 2020. p. 299-327.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Francisco do Guaporé, RO - História e fotos. **IBGE Cidades**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-francisco-do-guapore/historico>. Acesso em: 02 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rondônia – População. **IBGE Cidades**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de desenvolvimento humano - IDH. **IBGE Cidades**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. O que é? Amazônia Legal. **Ipea – Desafios do Desenvolvimento**, n. 5, ed. 44, p. 64, 8 jun. 2008.

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL. Reserva extrativista Pedras Negras. **ISA**, s.d. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1320>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLLO, R. SAN SOLO, D. G. BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2005. p. 108-121.

KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, F. B. C. **Projecto Querença**: redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano de Querença-Portugal. 2016. 245 p. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2016.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2004.

- LOPES JÚNIOR, W. M.; FONSECA, T. B. As segundas residências e o turismo nas praias Grande, Bonfim e Biscaia no município de Angra dos Reis, RJ. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20, n. 3, p. 221-240, 2022.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 1, p. 35-43, 2000.
- MACHADO, A. L. S., PACHECO, J. B. Serviços ecossistêmicos e o ciclo hidrológico da bacia hidrográfica amazônica - the biotic pump. **Revista Geonorte**, v. 1, n. 1, p. 71-89, 2010.
- MACHADO, D. T. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas *versus* o avanço da agropecuária. **Revista GeoNordeste**, v. 1, p. 22-39, 2020.
- MARTINS, P. C. S.; SILVA, C. A. da. Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise - RTA**, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2018.
- MEIRELLES FILHO, J. C. de S. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 9, n. 1, p. 219-241, 2014.
- MELLO NETO, R. C. S.; TOPPINO, M. A. Etnoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 5, n. 1, p. 72-86, 2019.
- MOSS, G.; MOSS, M. **Projeto Brasil das Águas – Sete Rios**. Relatório Rio Guaporé. Brasília: Petrobras, 2007. Disponível em: [http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81\\_Relatorio.pdf](http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81_Relatorio.pdf). Acesso em: 05 maio 2022.
- NASSAR, P. M.; COBRA, L. V.; VIEIRA, F. S. **Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação**. Tefé, AM: IDSM, 2017.
- NASSAR, P.; VIEIRA, F.S. **Potencialidades do turismo de base comunitária**. Nascimento et al. Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018), v. 20, p. 308-327, 2019.
- NUNES, M. R. S. **Da utopia à realidade**: análise de desafios de consolidação do Turismo de Base Comunitária em algumas localidades no Brasil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Glossário de términos de turismo. **OMT**, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEREIRA, E. M. A década da destruição da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980), **História Unisinos**, v. 21, n. 1, p. 26–37, 2017.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 55-62.

RODRIGUEZ, S. E. R. Turismo comunitario en Colombia: ¿retórica de Estado? **Turismo y sociedad**, v. 22, p. 195-212, 2018.

RONDÔNIA. Decreto nº 5.382, de 18 de novembro de 1991. Interdita a área proposta para criação da Floresta Estadual de Rendimento Extrativista das Pedras Negras e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 2422, 02 dez. 1991.

RONDÔNIA. Decreto nº 6.954, de 14 de julho de 1995. Cria nos Municípios de Costa Marques e Alta Floresta, Estado de Rondônia, a Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 3309, 19 jul. 1995.

SANTOS, V. S. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidades**, v. 16, n. 8, 2014.

SEDAM – RO. **Boletim Climatológico de Rondônia**, Ano 2010, COGEO / Coordenadoria de Geociências – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – v.12, 2010. Porto Velho: COGEO – SEDAM, 2012.

SEDAM – RO. **Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras**. Coordenadoria de Unidades de Conservação. SEDAM, 2019. Disponível em: <https://cuc.sedam.ro.gov.br/reserva-estadual-extrativista-pedras-negras/>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, T. C. da. O turismo como um sistema complexo: sociabilidades, comunicações e desafios metodológicos. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 1, 22 jun. 2018.

TEIXEIRA, M. A. D. As Famílias Wajuru Negras de Porto Rolim de Moura do Guaporé. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 31, p. 208-234, 2019.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. **História regional: Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. What Is Ecotourism? **TIES**, 2015. Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

TODESCO, C. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política**. 2013.

257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1998.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2019.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Revista Turismo em Análise**, v. 4, n. 2, p. 26-36, 1993.

TULIK, O. Turismo e meio ambiente: identificação e possibilidades da oferta alternativa. **Revista Turismo em Análise**, v. 3, n. 3, p. 21-30, 1992.

URRY, J.; LARSEN, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WOOD, M. E. **Ecotourism: principles, practices and policies for sustainability**. Paris: UNEP, 2002.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008.

## CAPÍTULO 2

# REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMETRIA DA LITERATURA SOBRE ECOTURISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TURISMO SUSTENTÁVEL

Figura 7 – Mãos coletando castanha na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO)



Fotografia: Ederson L. Leandro (2024).

## 2 REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMETRIA DA LITERATURA SOBRE ECOTURISMO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TURISMO SUSTENTÁVEL

### 2.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar os resultados da análise bibliométrica da produção científica relativa aos temas ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável, visando ter um panorama aprofundado das temáticas em tela e como parte inicial e integrante da Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS).

### 2.2 METODOLOGIA

#### Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS)

Existem três tipos de revisão da literatura: narrativa, sistemática e integrativa. Dada a acelerada produção de informação nas diversas áreas do conhecimento e sobre as mais variadas temáticas, faz-se necessário adotar um método que auxilie no processo. Para tal, a revisão sistemática, inicialmente utilizada na área de saúde e hoje extrapolada para as demais áreas, oferece subsídios para uma revisão planejada e rigorosa, com altos níveis de eficiência (Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011).

Antes mesmo de iniciar a atividade de revisão sistemática, precisam ser considerados três aspectos: a) definir o objetivo da revisão; b) identificar a literatura; c) selecionar possíveis estudos a serem incluídos. Além disso, é importante destacar que a RBS segue a mesma estrutura que um artigo acadêmico-científico constituído de introdução, metodologia, resultados e discussão (Sampaio; Mancini, 2007).

No processo propriamente dito, deve ser realizado um protocolo rigoroso que contenha as etapas metodológicas a serem seguidas, evitando assim a subjetividade na pesquisa e obtendo resultados consistentes (Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011). Segundo Sampaio e Mancini (2007), as etapas que compõem a RBS podem ser resumidas nos seguintes cinco passos:

- 1) Definindo uma pergunta clara e concisa;
- 2) Buscando evidências;
- 3) Revisando e selecionando estudos;

- 4) Analisando a qualidade metodológica dos estudos;
- 5) Apresentando os resultados.

Considerando o primeiro passo, foram formuladas duas perguntas de pesquisa: Qual é o estado da arte com relação às temáticas turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo sustentável em âmbito internacional e nacional e quais são as novas tendências? Quais políticas públicas têm promovido o turismo sustentável? Elas estão sendo eficientes e suficientes?

Para a revisão sistemática, recorreu-se à técnica de análise bibliométrica, também chamada de bibliometria, a qual visa quantificar, analisar e avaliar publicações acadêmico-científicas nas áreas do conhecimento (Ribeiro, 2018). Com esta técnica, pretende-se realizar uma análise de coautoria e uma análise de coocorrência. Na primeira, foram investigadas as relações entre autores e países. Na segunda, o exame focou basicamente na interação das palavras-chave. Variáveis como tipos de documentos, evolução das publicações, periódicos de destaque, dentre outros, da temática em tela, também foram abordados.

Destaca-se que, na busca inicial por evidências, múltiplos testes foram realizados em portais e bancos de dados para verificar a adequação da estratégia de busca e para perceber se o número de resultados preliminar era robusto o suficiente para aplicar os filtros e refinar a pesquisa.

Na busca propriamente dita, as informações foram recuperadas utilizando duas bases de indexação de publicações científicas do Portal de Periódicos Capes. A primeira foi a *Scopus* da *Elsevier*, que se caracteriza por ser uma base de dados interdisciplinar, de resumos e citações, cobrindo ao redor de 240 áreas do conhecimento (Elsevier, [s. d.]). A segunda foi a *Web of Science* (WoS), da *Clarivate*, um banco de dados abrangente e multidisciplinar que contém citações e referências. Na WoS, a busca foi realizada por tópico, que inclui título, resumo, palavras-chave do autor e *Keywords Plus* (palavras geradas automaticamente pela base, oriundas dos títulos dos documentos citados, que aumenta os resultados convencionais das palavras-chave ou títulos) (Clarivate, [s. d.]). Na *Scopus*, a busca está padronizada por *article title*, *abstract*, *Keywords*.

Assim, a estratégia de busca (*string* de busca) foi composta basicamente por dois grupos. O primeiro considerou os diferentes segmentos do turismo alternativo/sustentável de interesse e o segundo considerou a temática das políticas

públicas para o turismo. No Quadro 2, visualizam-se as palavras incluídas em cada grupo, um termo de exclusão e a *string* final utilizada.

Quadro 2 – Grupos de palavras para estratégias de busca

Grupo 1	Grupo 2	Exclusão
"community-based tourism" "communit* tourism" ecotourism "eco-tourism" "sustainab* tourism" cbt "green tourism"	"public polic*"	"cognitive behavior therapy"
<b>STRING FINAL DE BUSCA</b> <b>("community-based tourism" OR "communit* tourism" OR ecotourism OR "eco-tourism" OR "sustainab* tourism" OR cbt OR "green tourism") AND "public polic*" AND NOT "cognitive behavior therapy"</b>		

Fonte: elaboração própria (2023).

Na busca, consideraram-se os operadores booleanos para ampliar (OR, \*) ou limitar (NOT, " ") os resultados. Esclarece-se que, em buscas preliminares, percebeu-se que a sigla CBT (*community based tourism*) também significava *cognitive behavior therapy* e pertencia à área de psicologia. Portanto, na *string* de busca, o termo foi excluído.

Os filtros utilizados para refinamento da busca foram o idioma e as áreas de conhecimento. Para o idioma, escolheu-se trabalhar com inglês, espanhol e português. As duas últimas línguas são relevantes, primeiramente pela facilidade da pesquisadora para ler nestes idiomas e pelo fato de as temáticas do turismo alternativo serem mais expressivas em países do Sul Global, ou seja, em nações em vias de desenvolvimento. Para as áreas de conhecimento, retiraram-se aquelas em que a temática de pesquisa (turismo) não tem relação, sendo medicina, ciências dos materiais, psicologia e matemática algumas delas. Importante ressaltar que a busca não foi filtrada por tipo de documento, usualmente, por artigos (revisados por pares), uma vez que a temática de políticas públicas pode ser tratada em relatórios, livros, capítulos etc. De igual maneira, não foi delimitado um intervalo de tempo, visando ampliar a busca e verificar tendências da temática de estudo em um longo período.

O Quadro 3 descreve o protocolo de busca que foi seguido para chegar numa amostra representativa de documentos a serem analisados para realizar a bibliometria.

Quadro 3 – Protocolo para estratégia de busca

<b>Base de dados</b>	<b>Scopus</b>	<b>Web of Science</b>
Data da coleta	19/08/2022	19/08/2022
String de busca	("community-based tourism" OR "communit* tourism" OR ecotourism OR "eco-tourism" OR "sustainab* tourism" OR cbt OR "green tourism") AND "public polic*" AND NOT "cognitive behavior therapy"	("community-based tourism" OR "communit* tourism" OR ecotourism OR "eco-tourism" OR "sustainab* tourism" OR cbt OR "green tourism") AND "public polic*" AND NOT "cognitive behavior therapy"
<b>Subtotal 1</b>	<b>167</b>	<b>104</b>
Filtro 1: Idioma	Inglês Português Espanhol	Inglês, Português Espanhol
Filtro 2: Áreas de conhecimento	Social Sciences Environmental Science Business, Management and Accounting Energy Economics, Econometrics and Finance Agricultural and Biological Sciences Engineering Earth and Planetary Sciences Decision Sciences Multidisciplinary	Hospitality Leisure Sport Tourism Green Sustainable Science Technology Environmental Studies Environmental Sciences Management Geographic Regional Urban Planning Business Ecology Economics Social Sciences Interdisciplinary Development Studies Sociology Area Studies Computer Science Theory Methods Education Educational Research Humanities Multidisciplinary Law Multidisciplinary Science Public Administration Transportation Agriculture Multidisciplinary Biodiversity Conservation Business Finances Computer Science Cybernetics Computer Science Interdisciplinary Applications Geographic Physical Geosciences Multidisciplinary Health Policy Services Marine Freshwater Biology Public Environmental Occupation Health Urban Studies Water Resources
<b>Subtotal 2</b>	<b>143</b>	<b>98</b>
Filtro 3: Leitura de títulos, palavras-chave e resumos	<p>CrITÉRIOS de exclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento trata o turismo, mas não os segmentos de turismo de interesse (ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável).</li> <li>• O documento trata aspectos de precificação hoteleira e infraestrutura (a exemplo, instalações para centros convenções e exposições)</li> </ul>	

Base de dados	Scopus	Web of Science
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento traz uma única palavra chave, mas como tema totalmente periférico.</li> <li>• Documentos com foco em recuperação florestal, prevenção do desmatamento, gestão de recursos naturais e similares, sem aprofundar na temática em análise.</li> <li>• Trabalhos de evento que não trazem palavras-chave, que o seu tema central pouco tem a ver com a temática estudada e que aconteceu tem muitos anos.</li> <li>• Documentos que se referem à <i>computer based test</i> (CBT) e que estão inseridos na área da educação.</li> </ul>	
<b>Subtotal 3</b>	<b>132</b>	<b>96</b>
Filtro 4: Duplicados	Por intermédio do programa <i>EndNote</i> , foram unificados os documentos das duas bases de dados, e executada a exclusão de duplicados.	
	<b>23 duplicados</b>	
<b>Subtotal 4</b>	<b>205</b>	
Filtro 5: Confirmação manual dos duplicados na lista de documentos do <i>EndNote</i>	<b>Mais 22 duplicados</b>	
<b>Total de documentos para bibliometria</b>	<b>183 RESULTADOS</b>	

Fonte: elaboração própria (2023).

As ferramentas utilizadas para tratamento dos dados foram: o *Excel* (Office 2019); o *software* gratuito de construção e visualização de redes bibliométricas, *VOSviewer* versão 1.6.18; e o *EndNote Online*, *software* gerenciador de bibliografias para publicação de artigos científicos (EndNote Online, [s. d.]; *VOSviewer*, [s. d.]). O *VOSviewer* é uma ferramenta que permite a elaboração de mapas de dados disponíveis em bancos de dados e sua posterior visualização. Esses mapas criam redes entre países, autores, organizações, revistas científicas etc.; resultado da bibliometria realizada por meio da amostra de publicações obtidas com a execução do protocolo. “Os itens nessas redes podem ser conectados por coautoria, coocorrência, citação, acoplamento bibliográfico ou links de co-citação” (Eck; Waltman, 2022, p. 3). O *VOSviewer* fornece três visualizações: visualização de rede; visualização de sobreposição; e visualização de densidade. Esclarece-se que, as redes de colaboração ou mapas bibliométricos estão compostos por itens (termos/palavras-chave, publicações ou autores/pesquisadores) e links (linhas de conexão).

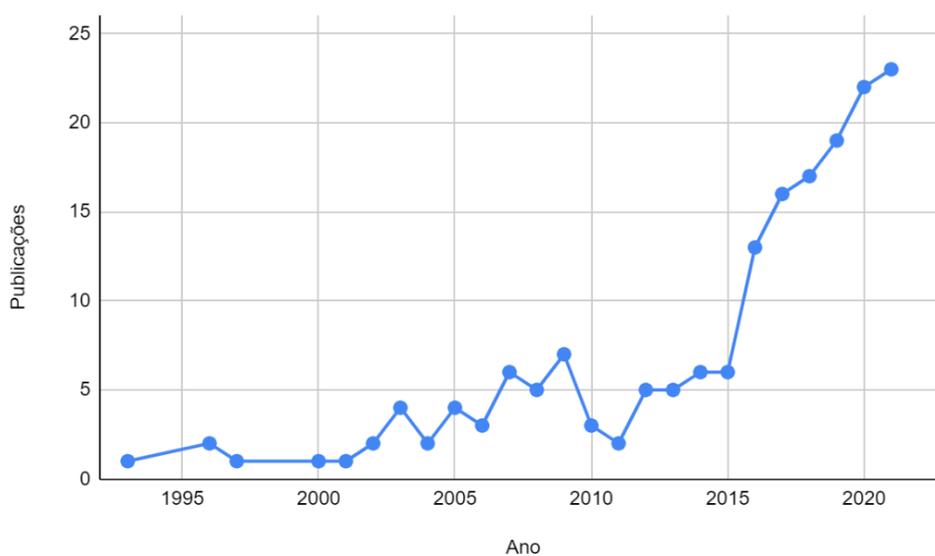
O *EndNote* permitiu unir os resultados das duas bases escolhidas (*Scopus* e *WoS*) e excluir os dados duplicados. Esta ação, todavia, não removeu por completo

as duplicatas, sendo preciso fazer uma confirmação na lista de resultados do conjunto. Importante ressaltar que essa junção de bases resulta numa maior abrangência de documentos analisados, no entanto, o *software VOSviewer* fica limitado à produção, unicamente, de mapas de autores e de palavras-chave. Portanto, foi necessário realizar em planilha *Excel*, manualmente, a convergência dos resultados das duas bases e voltar a conferir duplicados. No *VOSviewer*, múltiplos ajustes foram realizados no decorrer do processo de elaboração de mapas bibliométricos visando corrigir e/ou eliminar inconsistências dos dados, por exemplo, fazer a junção de palavras quase iguais (tais como *public policy/public policies*).

### 2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram identificados e obtidos em agosto de 2022. Analisaram-se 183 documentos advindos da junção dos resultados da Scopus e da *Web of Science*. Ainda que não se tenha estipulado um período para abranger os resultados da pesquisa, a Scopus aportou informações desde o ano 1993 e a WoS desde 2002. Assim, na Figura 8, pode-se visualizar o número de publicações por ano, de 1993 a 2021.

Figura 8 – Total de publicações por ano



Fonte: elaboração própria (2023).

Até o ano 2015 as publicações oscilaram entre uma e sete, tendo o ano 2009 o maior número de produções. A partir de 2015, percebe-se um crescimento nos documentos produzidos, tendo o ano de 2021 seu máximo desempenho, com 23 publicações. Por ter analisado os dados até agosto de 2022, não se tem a produção total anual. Até o momento da análise, constavam sete publicações.

Dos documentos originais examinados, 81,4% tinham o inglês como idioma original; 12,6% o espanhol; 4,4% o português e 1,6% tinham duas linguagens de origem (inglês/chinês, inglês/português, inglês/espanhol). No Quadro 4, apresentam-se os tipos de documentos da amostra e sua quantidade.

Quadro 4 – Tipo de documentos e quantidade

Tipo de documento	Quantidade
Artigo	140
Livro	2
Capítulo de livro	7
Trabalho apresentado em evento	7
Nota	2
Anais de evento	13
Revisão	10
Survey	2

Fonte: elaboração própria (2023).

No Quadro 5, descrevem-se, dentro dos documentos analisados, aqueles com maior número de citações, assim como seus correspondentes autores.

Quadro 5 – Documentos com maior número de citações e seus autores

Ano	Título	Autores	Quantidade de citações
1997	<i>Is ecotourism sustainable?</i>	Wall G.	195
2013	<i>Resources and capabilities as drivers of hotel environmental marketing strategy: Implications for competitive advantage and performance</i>	Leonidou, LC; Leonidou, CN; Fotiadis, TA; Zeriti, A	194
2001	<i>Tourism revenue-sharing around national parks in Western Uganda: Early efforts to identify and reward local communities</i>	Archabald K., Naughton-Treves L.	190
2002	<i>Assessing a voluntary environmental initiative in the developing world: The Costa Rican Certification for Sustainable Tourism</i>	Rivera J.	190
2005	<i>The entrepreneurship factor in sustainable tourism development</i>	Lordkipanidze M., Brezet H., Backman M.	164
2015	<i>Progress in tourism planning and policy: A post-structural perspective on knowledge production</i>	Dredge, D; Jamal, T	121

2016	<i>Carbon labels in tourism: Persuasive communication?</i>	Gössling S., Buckley R.	114
1993	<i>The rise of coastal and marine tourism</i>	Miller M.L.	95
2017	<i>Destination competitiveness and tourism development in Russia: Issues and challenges</i>	Andrades L., Dimanche F.	91
2005	<i>Aiming for sustainability in the tour operating business</i>	Tepelus C.M.	63
	<b>TOTAL</b>		<b>1.417</b>

Fonte: elaboração própria (2023).

O total de citações destes dez documentos representa quase a metade (49,2%) de citações dos 183 documentos examinados (2880 citações), o que evidencia a importância das publicações em tela.

O Quadro 6 relaciona, em ordem decrescente, os periódicos que possuem mais de três documentos publicados.

Quadro 6 – Periódicos com maior quantidade de documentos publicados

<b>Periódico</b>	<b>Quantidade Documentos</b>
<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	12
<i>Sustainability (Switzerland)</i>	9
<i>Journal of Cleaner Production</i>	6
<i>Tourism Management</i>	4
<i>Environmental Management</i>	4
<i>Tourism Management Perspectives</i>	3
<i>Sustainability</i>	3
<i>Anales de Geografía de la Universidad Complutense</i>	3
<i>WIT Transactions on Ecology and the Environment</i>	3

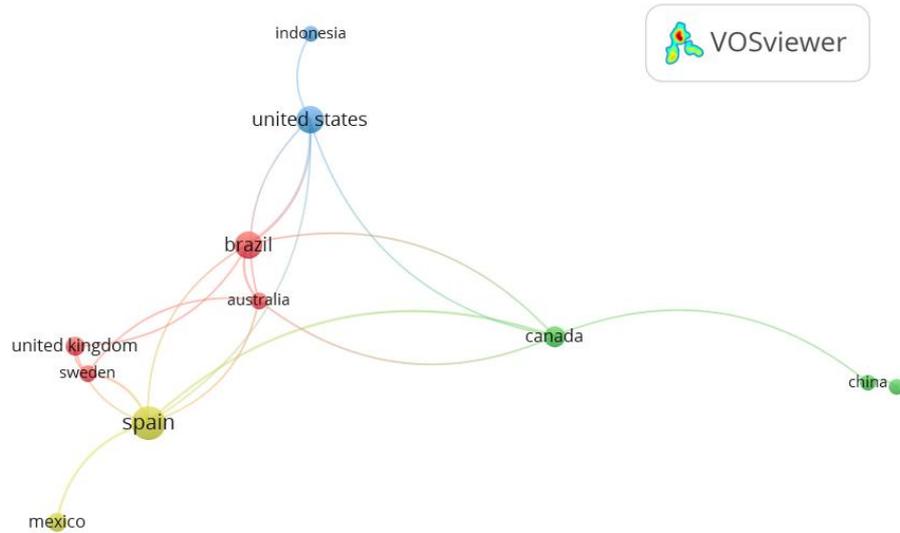
Fonte: elaboração própria (2023).

No entanto, quando se trata do número de citações dos mencionados periódicos, o destaque é para o *Journal of Cleaner Production* (439 citações) e para o *Tourism Management* (414 citações).

Ressalta-se que, na construção e visualização de redes bibliométricas, como as que serão apresentadas a seguir, a espessura das linhas indica a força das conexões entre elementos, enquanto o tamanho dos círculos e das etiquetas (letras) representam, por exemplo, o número de documentos ou citações. As cores dos círculos estão determinadas pelo cluster ao qual o item pertence (Eck; Waltman, 2022).

Assim, entrando na análise de coautoria, um total de 52 países publicaram os 183 documentos analisados. A Figura 9 contém a visualização de rede dos países mais representativos no contexto estudado, sendo que cada país gerou no mínimo cinco documentos.

Figura 9 – Países com maior número de produções científicas

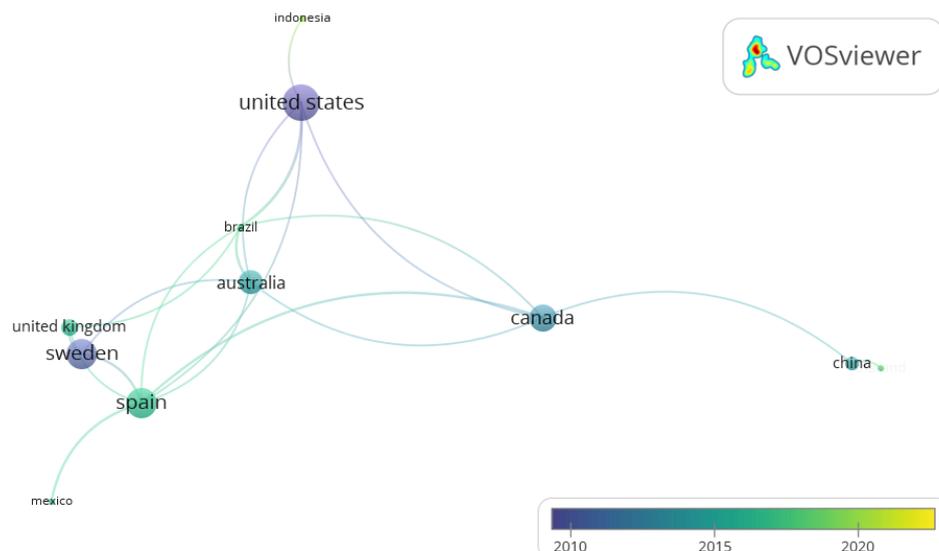


Fonte: elaboração própria (2023).

Importante denotar que esses países estão em destaque pelo conjunto das três temáticas congregadas na *string* de busca aplicada e que diz a respeito ao ecoturismo, ao turismo de base comunitária e ao turismo sustentável. Assim, os países com maiores produções de documentos na temática em estudo foram a Espanha (23), o Brasil e os Estados Unidos (15) e o Canadá (nove). No entanto, quando a análise de países é realizada por número de citações, a ordem se modifica.

A Figura 10 apresenta a visualização de sobreposição dos países com referência às citações.

Figura 10 – Países com maior número de citações



Fonte: elaboração própria (2023).

Dessa maneira, ressalta-se o número de citações de documentos oriundos dos Estados Unidos de América (EUA) (634), da Suécia (425), da Espanha (419) e de Canadá (358). Percebe-se claramente que, quando a análise se refere ao número de citações, são os países desenvolvidos que ocupam as primeiras posições, tendo assim, suas publicações técnico-científicas um maior impacto e visibilidade internacional, independentemente do número de documentos. A Suécia, por exemplo, com somente seis documentos produzidos, tem 425 citações, obtendo a segunda colocação, após os EUA. O Brasil, ainda tendo uma produção elevada de documentos na temática em análise (segunda posição derivada do mapa anterior), possui unicamente 23 citações. Este resultado demonstra a hegemonia do idioma inglês e o domínio dos países do hemisfério norte sobre o hemisfério sul.

Por outro lado, em análise do mesmo mapa, na visualização da escala temporal, nota-se que as citações dos 11 países, que fazem parte da rede, foram feitas em anos anteriores e que, recentemente, tais países não têm produzido tantas publicações sobre os assuntos de interesse. Provavelmente, nos últimos anos, outros países estão produzindo cientificamente sobre as temáticas ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável, assim como sobre as políticas públicas relacionadas aos temas.

Seguindo com a análise de coautoria, os 183 documentos analisados foram produzidos por 365 autores, uma média de dois autores por manuscrito. O Quadro 7 apresenta os autores com mais documentos publicados e o número de citações correspondentes para o total de produções.

Quadro 7 – Autores com maior quantidade de documentos publicados e citações

<b>Periódico</b>	<b>Quantidade Documentos</b>	<b>Citações</b>
Tepelus C. M.	3	139
Wall G.	2	225
Castanho R. A.	2	19
Couto G.	2	19
Pimentel P.	2	19
Sousa A.	2	19
Alves G. L.	2	2

Fonte: elaboração própria (2023).

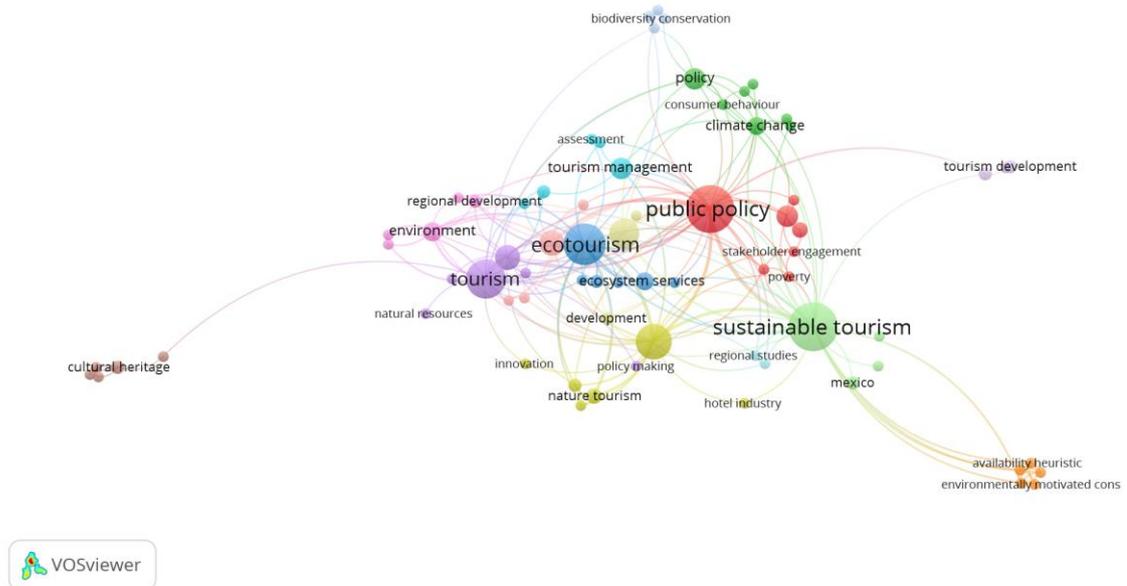
O maior número de documentos por autor é de três produções. O restante que consta na tabela possui dois documentos. Os demais autores, não referenciados aqui, possuem um único documento. Ainda sendo Tepelus, C. M. o autor com mais

produções, é Wall, G. o autor com mais citações, considerando os dois documentos. Percebe-se que a distribuição de autores é bem dispersa.

Passando à análise de coocorrência, faz-se importante identificar as palavras-chave com mais destaque na temática estudada, assim como o nível de correlação entre elas. Assim, dos 183 resultados examinados, houve um total de 524 palavras-chave, referente às palavras-chave dos autores.

Inicialmente, realizou-se uma análise mais abrangente, considerando o aparecimento da palavra-chave no mínimo duas vezes, obtendo assim 72 palavras. A Figura 11 apresenta a visualização de rede das palavras-chave dos autores num cenário ampliado.

Figura 11 – Palavras-chave dos autores citadas ao menos duas vezes



Fonte: elaboração própria (2023).

Neste contexto é lógico que predomina a importância das palavras que fizeram parte da *string* de busca, sendo elas, Políticas Públicas, Ecoturismo e Turismo Sustentável. A palavra Turismo também se encontra em evidência. No entanto, o termo Turismo de Base Comunitária nem sequer aparece, indicando pouca força desta temática específica. Outra palavra em destaque é a Elaboração de Políticas conectada ao turismo na natureza e à inovação. Os clusters não estão bem definidos nem a força de correlação entre as palavras.

Assim, dado que no mapa bibliométrico não podem ser visualizadas de maneira clara as 72 palavras-chave nem sua força de correlação, decidiu-se por analisar a tabela importada do *VosViewer*, que relaciona a totalidade das mesmas (Quadro 8).

Quadro 8 – Palavras-chave com ocorrência de no mínimo duas vezes

ID	KEYWORD	OCURRENCES	TOTAL LINK STRENGTH
1	<b>Amazon</b>	2	5
2	assessment	2	2
3	availability heuristic	2	10
4	biodiversity conservation	2	4
5	certification	2	5
6	<b>climate change</b>	5	10
7	co-citation	2	1
8	community based tourism	3	6
9	community participation	2	4
10	<b>conflict</b>	2	4
11	conservation	2	3
12	<b>consumer behaviour</b>	2	7
13	<b>corporate social responsibility</b>	2	7
14	<b>cultural heritage</b>	3	7
15	development	3	7
16	ecosystem services	5	7
17	ecotourism	26	49
18	Ecuador	2	4
19	environment	6	18
20	environmental policy	3	5
21	<b>environmentally motivated consumption reduction</b>	2	10
22	experience tourism	2	6
23	fishing tourism	2	5
24	governance	2	1
25	governance and public policy	2	2
26	<b>green practices</b>	2	2
27	herding bias	2	10
28	hotel industry	2	2
29	impact assessment	2	6
30	indicators	2	6
31	<b>indigenous communities</b>	2	6
32	innovation	2	2
33	local development	2	6
34	management	2	5
35	<b>massification</b>	2	6
36	Mexico	3	1

37	national parks	2	4
38	natural resources	2	1
39	nature tourism	4	12
40	nature-based tourism	2	4
41	<b>overtourism</b>	2	2
42	participation	2	3
43	perceptions	2	3
44	planning	3	10
45	policy	5	6
46	policy making	2	2
47	poverty	2	6
48	protected natural áreas	2	6
49	public policy	20	29
50	quota system	2	6
51	regional development	3	8
52	regional studies	2	8
53	rural development	2	3
54	<b>self-monitoring</b>	2	10
55	<b>stakeholder engagement</b>	2	6
56	stakeholders	2	2
57	sustainability	14	27
58	sustainable development	19	47
59	sustainable development goals	2	2
60	sustainable tourism	37	57
61	sustainable tourism development	3	4
62	sustainable tourism indicators	2	1
63	<b>territorial governance</b>	2	8
64	tourism	24	43
65	tourism development	3	1
66	tourism Governance	3	4
67	tourism impacts	2	3
68	tourism management	7	9
69	tourism planning	4	3
70	tourism policy	7	9
71	tourism products	2	8
72	<b>travel reduction</b>	2	10

Fonte: VosViewer (2023).

Neste compêndio percebem-se alguns grupos/núcleos importantes para a compreensão da temática abordada. Por um lado, têm-se os termos Sobreturismo e Massificação (na cor laranja), que bem representam o turismo convencional e, por outro, chama-se a atenção para as Mudanças Climáticas (na cor roxa). No entanto, possíveis respostas aos impactos ocasionados pelo turismo de massa e outros tipos

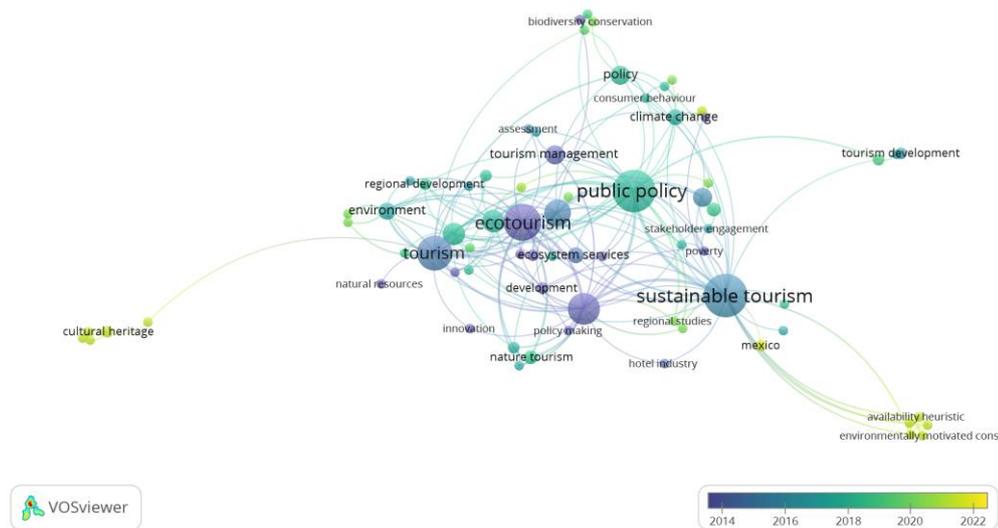
de turismo, os quais ocasionam gases de efeito estufa (basicamente no deslocamento para os destinos de viagem) evidenciam-se com as palavras-chave: Comportamento do Consumidor; Redução de Consumo com Motivação Ambiental; Redução de Viagens; Práticas Verdes e Automonitoramento (na cor azul). Como trazem Landauer, Goodsite e Juhola (2018), faz-se necessária a adequação de políticas públicas de turismo para os cenários de mudanças climáticas.

Importante mencionar que não somente o turista deve entrar em esta sintonia e refletir ante seus comportamentos, se não também todos os atores associados à cadeia produtiva e, neste contexto, as palavras-chave Responsabilidade Social Corporativa e Envolvimento das Partes Interessadas (na cor marrom) entram em cena.

Outra vertente, que muito se relaciona ao tema em estudo, diz respeito às palavras-chave Amazônia, Patrimônio Cultural e Comunidades Indígenas (na cor verde), as quais são alicerces para o Turismo de Base Comunitária e que tem interessantes exemplos a serem conhecidos, discutidos e aprimorados. No entanto, são áreas com históricos de opressão, escravização e dominação, nas quais a palavra **Conflito** (em negrito) pode estar relacionada. Para sair deste cenário de subvalorização e repressão, a **Governança Territorial** (em negrito) é imprescindível para as comunidades tradicionais que neste bioma habitam.

A análise também pode ser realizada no decorrer do tempo, por meio da visualização de sobreposição (Figura 12), que destaca as palavras-chave numa escala entre 2014 e 2022.

Figura 12 – Palavras-chave no decorrer do tempo

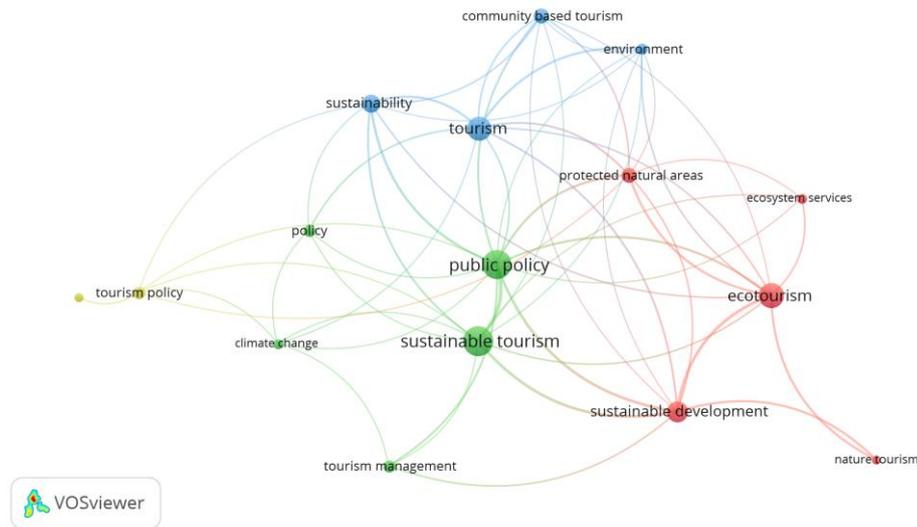


Fonte: elaboração própria (2023).

Percebe-se que são poucas palavras-chave que estão sendo estudadas recentemente e que elas aparecem distantes da rede central. Destacam-se as palavras Patrimônio Cultural, Heurística de Disponibilidade e Redução de Consumo com Motivação Ambiental.

Em um contexto mais específico, analisaram-se as 16 palavras-chave que têm como número mínimo quatro ocorrências. Na Figura 13, visualiza-se a rede construída por meio do *VOSviewer*.

Figura 13 – Palavras-chave dos autores citadas ao menos quatro vezes

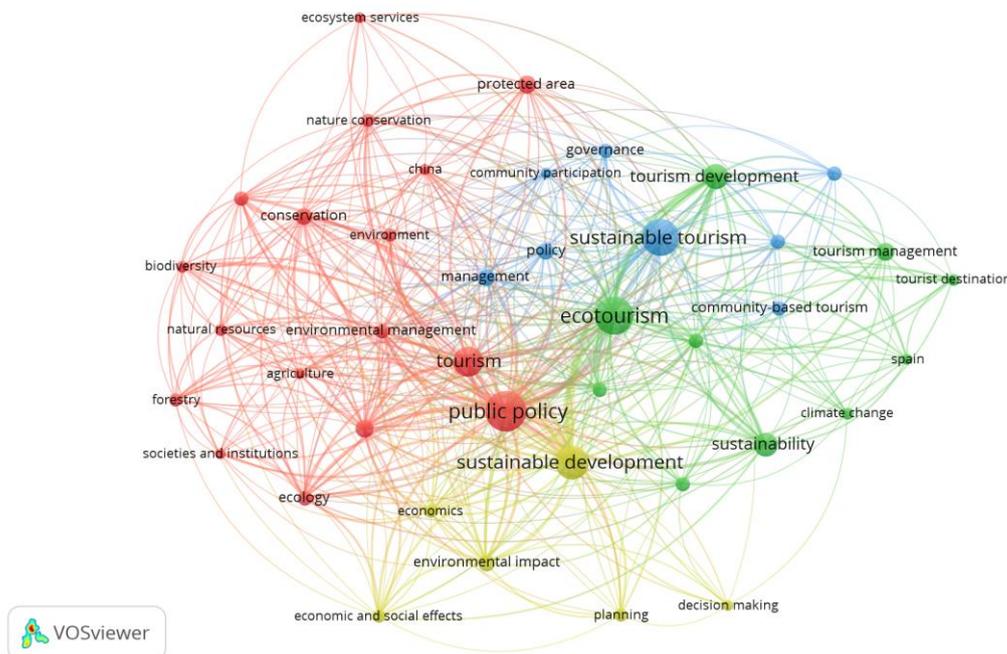


Fonte: elaboração própria (2023).

Nesta rede, evidencia-se a ocorrência de três *clusters* maiores: o verde, que relaciona duas das palavras centrais de busca, Turismo Sustentável e Políticas Públicas à Gestão em Turismo, às Mudanças Climáticas e às Políticas em geral. O *cluster* vermelho, que tem como palavra-chave o Ecoturismo, relacionando-o com o Turismo na Natureza, que normalmente é praticado em Áreas Naturais Protegidas e que oferece diversos Serviços Ecosistêmicos, tendo papel fundamental no Desenvolvimento Sustentável como um todo. O *cluster* azul, que traz a relação entre Turismo, Turismo de Base Comunitária, Ambiente e Sustentabilidade. Finalmente, no mapa, o *cluster* amarelo só traz uma palavra, sendo esta Política(s) de Turismo.

Além da análise das palavras-chave dos autores, realizou-se a análise do conjunto de palavras-chave que inclui as dos autores e as de indexação, obtendo 1066 palavras-chave no total. As 41 palavras-chave que possuem um número mínimo de ocorrência de cinco vezes, sendo assim as mais relevantes, encontram-se na Figura 14.

Figura 14 – Conjunto de palavras-chave com ocorrência mínima de cinco vezes



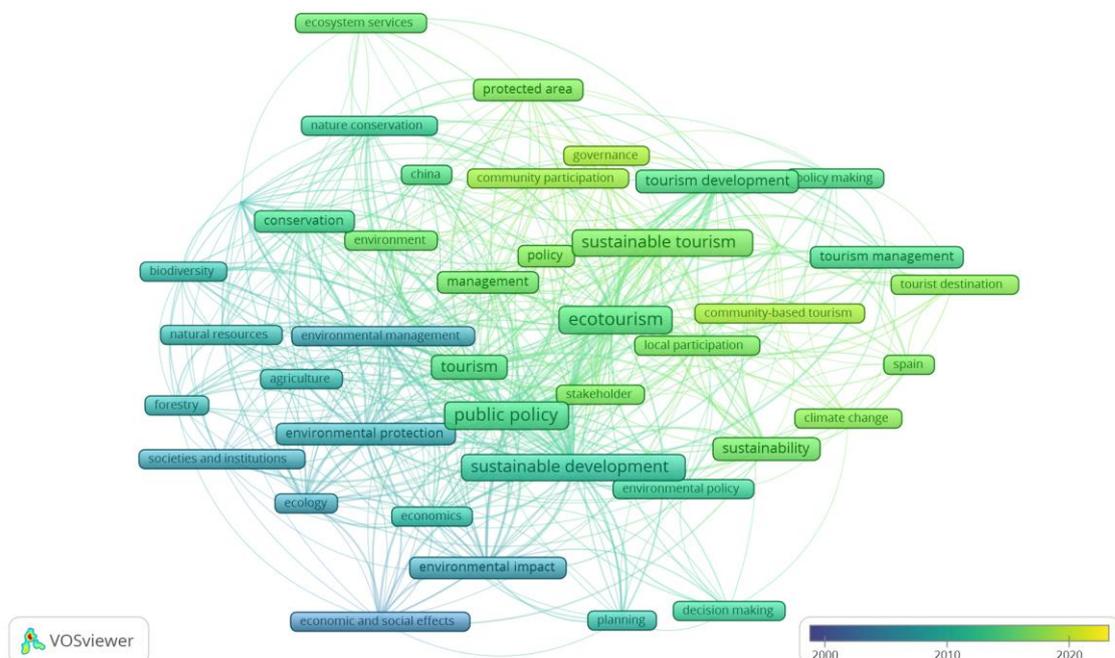
Fonte: elaboração própria (2023).

Neste contexto, as palavras turismo e desenvolvimento do turismo, destacam-se. O *cluster* vermelho é aquele que tem mais conexões com outros termos. As políticas públicas para um turismo sustentável devem ser pactuadas-motivadas pela proteção da natureza, a conservação/manutenção de áreas protegidas, uma vez que a biodiversidade oferece serviços ecossistêmicos determinantes não só para a atividade turística em si, mas para a sobrevivência dos seres vivos da terra. O *cluster* verde, relacionado ao ecoturismo, aponta a gestão do turismo para a sustentabilidade e traz à tona uma importante atual temática, as mudanças climáticas. O *cluster* amarelo, que ressalta o desenvolvimento sustentável, foca basicamente na economia e nos impactos ambientais e sociais. A tomada de decisão e o planejamento, são mencionados. O *cluster* azul, referente a turismo sustentável, conecta com a governança, a gestão e as políticas e relaciona a participação comunitária e o turismo de base comunitária como integradores de tal segmento. Os países China e Espanha estão como palavras-chave deste mapa.

Numa perspectiva temporal, de 2000 a 2022, as palavras-chave concentram-se nas cores azul e verde, o que sinaliza que foram termos utilizados anteriormente (Figura 15). Poucas palavras da amostra escolhida estão em vigor nos últimos anos de análise, o que poderia indicar que o tema não está atualmente em evidência ou

não está sendo fomentado. Os temas atuais parecem estar relacionados à governança, participação comunitária e turismo de base comunitária, sendo situação positiva para a pesquisa. No entanto, não se visualizam novas tendências, que estariam ressaltadas pela cor amarela viva. Aparentemente, no grupo de documentos investigados, não têm surgido novos conceitos para a temática em estudo, o que pode refletir estagnação na produção científica das temáticas em tela. Talvez, estejam sendo gerados trabalhos com pouca profundidade que não conseguem atingir bases de dados reconhecidas e isto pode se traduzir em produtivismo.

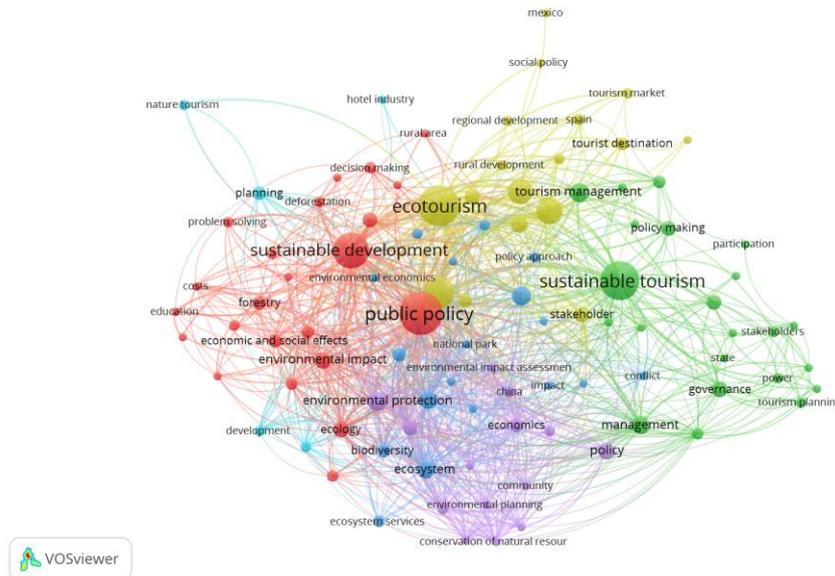
Figura 15 – Conjunto de palavras-chave de 2000 a 2022



Fonte: elaboração própria (2023).

Numa visualização mais estendida, com número mínimo de ocorrência da palavra-chave de três vezes, a rede é composta por 99 palavras-chave (Figura 16).

Figura 16 – Conjunto de palavras-chave com ocorrência mínima de três vezes



Fonte: elaboração própria (2023).

No novo mapa, mais um cluster é criado, o roxo. No entanto, as palavras-chave que o integram, parecem ser muito similares ao cluster vermelho. Novos conceitos percebidos fazem referência ao âmbito “rural”, isto possivelmente devido à pandemia da Covid-19, uma vez que as pessoas/turistas passaram a valorizar mais experiências fora dos centros urbanos e se deslocarem para atividades ao ar livre e em contato com a natureza, em áreas protegidas, unidades de conservação, áreas rurais etc. Países como a Austrália, a China, o México e a Espanha também são notórios, assim como a região da Europa.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA BIBLIOMETRIA

Importante denotar que a bibliometria foi realizada com a junção de robustas bases de dados (*Web of Science* e *Scopus*) e, após o seguimento de um rígido protocolo. Assim, a pesquisa permitiu obter como amostra de análise 183 produções bibliográficas sobre as temáticas: Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário; Ecoturismo; Turismo Sustentável; Turismo Verde; além das Políticas Públicas relacionadas com estes segmentos alternativos do turismo. Por contemplar esta última temática, não somente foram incorporados artigos científicos, se não

também outro tipo de documentos, tais como livros, capítulos de livros, anais de eventos, dentre outros.

A análise das publicações dos temas de estudo no período de 1993 a 2022 demonstra que, a partir de 2015, existe um crescimento acelerado das produções científicas relacionadas aos temas de interesse da pesquisa, questão que evidencia temáticas em ascensão e relevância de pesquisas com modelos alternativos de turismo que minimizam os impactos ocasionados pela prática turística, que conservam os recursos naturais e que valorizam as comunidades locais.

Os dez documentos com maior número de citações representam 49,2% das citações do total de produções analisadas, evidenciando a importância da leitura e incorporação de conceitos, análises, conclusões e outros elementos que elas trazem.

Para as temáticas e o período em estudo, foram destacados os periódicos que possuem mais de três documentos publicados. Neles, não consta nenhum periódico brasileiro especializado em turismo, assim como somente um deles tem como língua de difusão o espanhol ou provém da Espanha. Assim mesmo, destaca-se que a maior quantidade de documentos publicada por uma revista não garante um maior número de citações, a exemplo o *Journal of Sustainable Tourism*. No caso concreto de análise, com os 183 resultados obtidos, são os periódicos que ocupam o terceiro e o quarto lugar, aqueles que recebem mais citações (*Journal of Cleaner Production* e *Tourism Management*).

Situação similar à anterior acontece com relação aos países mais destacados em número de publicações, sendo a Espanha, o Brasil, os EUA e o Canadá os que possuem maior número. No entanto, ao ser considerado o número de citações, a ordem muda e destacam-se os EUA, a Suécia, a Espanha e o Canadá, denotando como os países avançados possuem publicações técnico-científicas com alto impacto e maior visibilidade mundial.

Trezentos e sessenta e cinco autores assinam as 183 produções analisadas. Um autor produziu três documentos e seis autores produziram dois documentos. O restante teve unicamente uma produção científica, denotando grande concentração de autores produzindo tão somente um artigo. Isto denota uma distribuição de autores que escrevem sobre a temática de interesse bem dispersa e um número baixo de especialistas no assunto estudado.

Uma palavra-chave que chama a atenção é a de Mudanças Climáticas, para a qual o turismo aporta grande quantidade de gases de efeito estufa dados os diversos

modais de transporte que utiliza. Os temas foco de estudo poderão ter uma contribuição relevante para a diminuição deste impacto e para a proposição de alternativas ao turismo que tenham um cuidado mais atento com os recursos naturais, com as comunidades locais e com os territórios onde o turismo se desenvolve.

## 2.5 DISCUSSÕES E REFLEXÕES A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA (RBS)

A bibliometria realizada a partir da obtenção rigorosa e sistematizada de 183 documentos permitiu ter um panorama aprofundado sobre o ecoturismo, o turismo de base comunitária e o turismo sustentável, revisão plasmada anteriormente. No entanto, mais um passo foi necessário visando ter suporte e respaldo para adicionar relevantes informações que se aproximassem ainda mais da temática específica de estudo. Desta maneira, dos 183 documentos da bibliometria, determinou-se, a partir de mais um filtro de seleção (leitura de introdução e conclusões), a subamostra de 52 documentos para serem lidos na íntegra e dos quais se derivou uma síntese sobre os assuntos de estudo.

O material proporcionou o enriquecimento do referencial teórico e das discussões realizadas no decorrer da tese, além de permitir comparações de estudos em outros lugares do Brasil e do mundo, relacionado, sobretudo, a políticas públicas de turismo e outras temáticas elencadas na pesquisa.

A partir do exame destes 52 documentos e de outros documentos múltiplos já lidos anterior à revisão, extraíram-se, algumas impressões gerais, descritas a seguir

Em artigos mais antigos, o turismo é concebido como indústria (Wall, 1997; Abdullah *et al.*, 2003; Shaalan, 2005; Çetinel; Yolal, 2009; Whitford; Ruhanen, 2010; Torrez-Delgado; Palomeque, 2012; Khoshikam; Marzuki; Arzjani, 2014) e os enfoques econômico e técnico prevalecem. Sendo assim, a atividade turística foca explicitamente na exploração dos recursos naturais de modo utilitarista, capitalista. A exemplo, o ambiente é o recurso natural a ser explorado na Malásia, país com rápido crescimento na indústria do turismo (Abdullah *et al.*, 2003). Desta maneira, uns documentos falam da indústria do turismo e um documento específico diz respeito à indústria da hospitalidade (Popescu; Zamfir, 2011), que, escuta-se bastante contraditório. Tem-se o patrimônio natural e cultural como atrativos e seu uso

deve/pode ser expandido. Turismo indígena em Austrália como negócio/produto, indústria de turismo indígena (Whitford; Ruhanen, 2010).

O artigo de Khoshkam, Marzuki e Arzjani (2014), que estuda o turismo em áreas úmidas (*wetlands*) no Irã, tem um viés muito tecnicista e aborda a importância da capacitação e o treinamento das comunidades inseridas nas áreas naturais protegidas, desvalorizando o conhecimento ancestral e empírico dos povos indígenas ou aborígenes (como no próprio estudo são chamados).

Já, nos documentos analisados mais atuais, percebe-se uma visão mais holística do complexo fenômeno do turismo.

Como denotado no item 1.5.1 Discussão conceitual do turismo, sua conceituação é complexa. Exemplificando algumas confusões terminológicas, artigo que realiza revisão sistemática sobre o agroturismo e o desenvolvimento local sustentável no México (Perez-Olmos; Aguilar-Rivera, 2021) traz algumas imprecisões. Menciona que o turismo sustentável no México inclui o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural. Graças ao melhor entendimento dos conceitos no decorrer deste trabalho, ressalta-se que a sustentabilidade do turismo não depende do segmento turístico em si, se não da forma em que ele se planeje e execute. Pode ser que uma atividade chamada de ecoturística esteja causando grande impactos ambientais enquanto um turismo de sol e praia, se adequadamente gerido, tenha mais contribuições positivas que negativas no ambiente em que se insere. Neste mesmo documento, fala-se de agroturismo e de turismo rural, sendo que os autores se inclinam mais pelo termo agroturismo, fato que demonstra uma ênfase mais econômica da atividade. De igual maneira, artigo sobre as políticas públicas na Colômbia assume que não são claros os limites entre turismo comunitário e ecoturismo, assim como entre turismo social e etnoturismo, muitas vezes fazendo com que seus significados sejam confusos (Rodriguez, 2018).

Neste sentido, sugere-se como fundamental a leitura do artigo *Is ecotourism sustainable?* de Wall (1997) que, dos 183 documentos advindos da RBS, é o artigo mais citado. O trabalho traz enormes contribuições no sentido de esclarecer imprecisões entre os termos ecoturismo, sustentabilidade e desenvolvimento. O autor, de maneira muito crítica, profunda e reflexiva, aborda incongruências, diferenças de retórica e múltiplas interpretações destes termos e clama por sua utilização qualificada para que se obtenham diálogos e discussões mais fidedignos e, por consequência, avance-se em soluções mais reais e concretas nas questões do turismo.

Importante salientar que se encontraram duas revisões sistemáticas da literatura da temática Turismo de Base Comunitária. A primeira foi, especificamente, uma análise bibliométrica, realizada em 2020 por Graciano e Holanda e constitui-se de levantamento de produções científicas no período 2013 a 2018. A segunda foi uma revisão sistemática e bibliométrica do TBC, processada por Conti, Spinola e Saldanha, no ano 2021. Este estudo analisou 330 artigos da base *Scopus*. Destaca-se que o presente estudo, reúne o TBC, o ecoturismo, o turismo verde e o turismo sustentável, o que o faz mais abrangente nas temáticas de turismo alternativo ou anti-hegemônico.

Segundo Conti, Spinola e Saldanha (2021), na análise bibliométrica da literatura realizada, o Turismo de Base Comunitária (TBC) e o Turismo Comunitário (TC) são utilizados como sinônimos. Na presente pesquisa, percebeu-se, de maneira geral, que o termo TBC é mais utilizado no Brasil e o termo TC mais utilizado nos demais países latino-americanos.

Dos 183 documentos analisados na bibliometria 12,6% tinham como idioma original o espanhol e 4,4% o português. Como apontado neste capítulo e como corroborado por Conti, Spinola e Saldanha (2021), as temáticas de turismo alternativo concentram-se em países do Sul Global, sendo que se encontram mais estudos na Ásia, na América e na África. Esses continentes possuem rica biodiversidade (florestas tropicais) e culturas, no entanto vivem, pelo geral, em condições de vida desfavoráveis para seus habitantes. Portanto, assim como sugerido pelos autores supracitados, reforça-se a importância de explorar bases de dados diferentes às bases *Scopus* e *Web of Science*, que, ainda sendo bases de referências internacionais, podem não contemplar publicações com dados, informações e casos relevantes sobre esta temática e que tem como idiomas principais o espanhol e o português, sendo que estudos e pesquisas com similitudes podem ser perdidos uma vez que não atingem os patamares das bases mais conhecidas. Os autores deste estudo, na base *Scopus*, encontraram um artigo em português e 14 artigos em espanhol para as temáticas TBC e Turismo Comunitário. Comparando este resultado com o banco de dados “Publicações de Turismo”, que reúne artigos de periódicos ibero-americanos e utiliza o sistema *Open Journal System* (OJS), encontraram 204 artigos em português e 88 artigos em espanhol para tais assuntos. Assim, demonstrase o aumento considerável de documentos que a última base aportou, sendo que nela tem artigos indexados de revistas de oito países, sendo: Brasil, Espanha, Portugal, México, Colômbia, Chile, Argentina e Peru, em ordem de número de publicações.

A bibliometria realizada neste trabalho incluiu as temáticas de ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável, ancoradas às políticas públicas de turismo. Ela aportou dados no período de 1993 a 2021. Demonstrou que, a partir de 2015 houve um crescimento considerável nas publicações inerentes a estes assuntos. Ao compará-la com o estudo de Conti, Spinola e Saldanha (2021), que procedeu a uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura do turismo de base comunitária exclusivamente; os autores apontam evolução vertiginosa de produções sobre esta temática específica e reconhecem como possível causa, os perceptíveis efeitos negativos do modelo vigente de turismo uma vez que impacta os recursos naturais e as formas de organização social das comunidades, assim como o sobreturismo. Ambas as pesquisas focam em formas alternativas e contra hegemônicas de turismo e convergem em que a comparação de resultados de políticas públicas pode ser relevante para o apoio a iniciativas de TBC.

## 2.6 REFERÊNCIAS

CLARIVATE. **Principal coleção do Web of Science Ajuda**. Disponível em: [https://images.webofknowledge.com/WOKRS519B3/help/pt\\_BR/WOS/hp\\_full\\_record.html](https://images.webofknowledge.com/WOKRS519B3/help/pt_BR/WOS/hp_full_record.html). Acesso em: 30 ago. 2022.

ECK, N. J. V.; WALTMAN, L. **VOSviewer Manual**, jan. 2022. Disponível em: [https://www.vosviewer.com/documentation/Manual\\_VOSviewer\\_1.6.18.pdf](https://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.6.18.pdf). Acesso em: 30 set. 2022.

ELSEVIER. **Coverage you can count on**. Disponível em: <https://www-elsevier-com.ez31.periodicos.capes.gov.br/solutions/scopus/how-scopus-works/content>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ENDNOTE ONLINE. Boston: CLARIVATE ANALYTICS. Disponível em: <https://www.myendnoteweb.com/EndNoteWeb.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

GUANILO, M. C. de la T. U.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

LANDAUER, M.; GOODSITE, M. E.; JUHOLA, S. Nordic national climate adaptation and tourism strategies – (how) are they interlinked? **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 18, sup. 1, S75-S86, 2018.

RIBEIRO, H. C. M. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, n. 69, p. 1-20, 18 jan. 2018.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

VOSVIEWER. Leiden University. Disponível em:  
<https://www.vosviewer.com/download>. Acesso em: 15 ago. 2022.

# CAPÍTULO 3

## GESTÃO DO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RONDÔNIA

Figura 17 – Faixa de divulgação e recepção do IV Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, na Comunidade Quilombola Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO)



Fotografia: Margarita M. D. Orozco (2023).

### 3 GESTÃO DO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RONDÔNIA

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Em nível nacional, a Lei nº 11.771 de setembro de 2008 institui a **Política Nacional de Turismo** (PNT), voltada ao planejamento e ordenamento do setor, que visa ser um “instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade” (Brasil, 2008a). A PNT possui como princípios: a livre iniciativa; a descentralização; a regionalização; e o desenvolvimento econômico-social justo e sustentável. Da mesma maneira, a PNT define ações para o desenvolvimento do setor, regulamentando direitos e deveres dos atores da cadeia do turismo, assim como explicita o Sistema Nacional de Turismo e seus componentes-membros, ao mesmo tempo que define os prestadores de serviços turísticos, seu funcionamento e atividades. Segundo a FECOMÉRCIO de São Paulo, a lei deverá ser atualizada prontamente dado que precisa de uma avaliação e modernização (FECOMÉRCIO-SP, 2022).

Ressalta-se o objetivo que pretende a integração das instituições de ensino superior (IES), públicas ou privadas, nas questões relacionadas ao turismo, no entanto, na redação da política as ações parecem ficar limitadas à análise de dados estatísticos sobre o setor turístico, sendo que universidades e instituições de pesquisa podem contribuir de maneira mais ampla e científica na construção desta importante política pública, com resultados provenientes de projetos de pesquisa, extensão e ensino, assim como com debates e reflexões realizadas a respeito.

O **Plano Nacional de Turismo** (2018-2022) pretende colocar em prática a política nacional, trazendo diretrizes, estratégias e metas para sua implementação. Já de início (na capa), percebe-se muito fortemente a relevância do viés econômico no plano, uma vez que traz como lema “mais emprego e renda para o Brasil” (Brasil, 2018a). Dentre suas diretrizes, ressaltam-se o fortalecimento da regionalização e a promoção da sustentabilidade. Nesta última diretriz, além de fazer referência ao ano internacional do turismo em 2017 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), coloca de maneira veemente a relação do turismo com as mudanças climáticas, uma vez que ele contribui expressivamente com o panorama e pode até agravá-lo, se não são tomadas medidas contundentes na mobilização dos turistas e nos meios de transporte aos quais estes recorrem. Para tal, coloca-se no plano, a

busca por políticas públicas de turismo que visem a redução das emissões de carbono pelo setor, de modo que todos os atores se empenhem neste sentido (primeiro, segundo e terceiro setor – entes públicos, privados e sociedade civil).

Dentre as cinco linhas estratégicas de atuação existentes no Plano, na primeira linha - Ordenamento, Gestão e Monitoramento, destaca-se a iniciativa de “Ampliar e aprimorar estudos e pesquisas em turismo”, uma vez que sustenta este trabalho e o justifica. Na linha 2 – Estruturação do Turismo Brasileiro, é importante ressaltar a iniciativa de “Melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas do país”, questão básica para promoção do bem-estar dos destinos, cidades, comunidades que acolhem os turistas e para melhor qualidade de vida de anfitriões e visitantes. Na linha 4 – Incentivo ao Turismo Responsável, a iniciativa de “Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local” possibilita que pesquisas feitas para este segmento, sejam de relevância.

Seguindo os princípios da Política e as diretrizes do Plano, o Ministério de Turismo adotou, em 2004, a Política de Regionalização do Turismo, que tem como objetivo principal “apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país” (Brasil, 2013b) e “compõe a política pública de ordenamento territorial e da interiorização do desenvolvimento, consolidando destinos e regiões estratégicas”. O **Programa de Regionalização do Turismo** (PRT) foi reformulado em 2013 e traz como premissas a Abordagem Territorial, a Integração e Participação Social, a Inclusão, a Descentralização, a Inovação, a Competitividade e a Sustentabilidade. O referido Programa sustenta a gestão compartilhada como modelo de gerenciamento e denota o papel essencial do executivo no planejamento, acompanhamento e avaliação de processos no setor do turismo, para obtenção de bons resultados. Além disso, dentre as necessidades e estratégias do programa, elencam-se: o mapeamento e diagnóstico do estágio de desenvolvimento turístico de regiões e municípios; a formação; o fomento; a comunicação e o monitoramento do PRT (Brasil, 2013a). Reformulação recente foi realizada em 2022, estruturando novas diretrizes para o programa e ressignificando a regionalização do turismo e do PRT no Brasil (Brasil, 2022).

O **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo** (PRODETUR) é uma das estratégias territoriais para o desenvolvimento turístico do país e tem como objetivo impulsionar a estruturação de destinos turísticos como ferramenta para o crescimento local e regional, por meio de parcerias com estados e

municípios. Uma de suas vertentes visa o apoio a entes públicos para que possam acessar recursos tanto nacionais quanto internacionais. Desta maneira, o programa pretende ser o “gerador de mais empregos, mais renda e mais inclusão social, de forma sustentável”. No Plano Nacional de Turismo (2018-2022), houve a inclusão de um selo oficial que identifica projetos/planos que convergem com as diretrizes do PRT, chamando-o PRODETUR+Turismo (Brasil, 2018b).

**O Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR/nº 001/2008** teve como propósito eleger propostas de projetos para apoiar iniciativas de Turismo de Base Comunitária. O propósito do edital era que, tais propostas, passassem a fazer parte da economia de mercado, mais especificamente de uma economia solidária com ampla participação comunitária. Os projetos deviam ser em iniciativas preexistentes e com grupos organizados que estivessem trabalhando com o turismo em cinco linhas temáticas, sendo: 1) Apoio à produção associada ao turismo; 2) Apoio à qualificação profissional; 3) Apoio ao planejamento estratégico e à organização comunitária; 4) Apoio à promoção e comercialização; 5) Apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária. O edital especificava quem poderia submeter as propostas, exigência de documentos, habilitação de profissionais, contrapartidas, dentre outros, assim como forma de avaliação dos projetos com critérios, prazos e orçamentos. Na chamada, faz-se referência à Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Uma questão que chama a atenção é que, a cultura local do destino, nomeia-se como matéria prima para o turismo alternativo (neste caso o TBC), o que denota, naquele então, o viés econômico predominante, em que o turismo se vê como indústria, processo, exploração, ainda fazendo uma ressalva contra a espetacularização e coisificação dos estilos de vida das comunidades (Brasil, 2008b).

Segundo Todesco (2013), o turismo tem estado inserido, desde 1970, nos projetos do governo, dado o interesse, sobretudo internacional, na Amazônia. A autora cita o Primeiro Plano de Turismo para a Amazônia Legal, acontecido em 1978, cujo objetivo era acelerar o desenvolvimento da região, integrá-la ao resto do país e ocupá-la, uma vez que, à época, os governos militares tinham como lema “integrar para não entregar” (Santos, 2014).

Importante mencionar o **Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal** (PROECOTUR) do Ministério do Meio Ambiente, acontecido em 1996 e que tinha como intuito estruturar os nove estados que compõem a região para o desenvolvimento do ecoturismo, dada a beleza cênica das suas paisagens e as

muitas áreas naturais protegidas encontradas. Este programa foi uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal. Houve uma primeira etapa de pré-investimentos que visava concretizar os melhores instrumentos para direcionar os recursos, de maneira estratégica, para o crescimento local e regional.

A etapa de planejamento foi concluída em 2010, obtendo uma estratégia para o ecoturismo na Amazônia Legal, após diagnóstico que incluiu, não somente o Brasil, se não também mais 11 países, tendo assim um panorama nacional e internacional (Brasil, [s. d.]). Apesar dos esforços, e como trazido por Todesco (2013), após 16 anos não foram atingidas as metas e o destino parece, até hoje, não ser atraente para os brasileiros, não consolidando sua inserção nos fluxos turísticos nacionais, permanecendo às margens do mercado turístico e mantendo baixos índices de bem-estar para suas populações, notadamente as mais vulneráveis.

Diante das políticas voltadas à implementação de turismo na região Amazônica, se coloca quais de fato se tornaram base para o desenvolvimento. Faz-se necessário um recorte na bacia hidrográfica amazônica, para aproximar o olhar para realidades mais aproximadas buscando analisar espaços, povos, perspectivas e impactos dessa proposta.

Isto posto, o objetivo deste capítulo consiste em examinar a gestão do turismo e as políticas públicas que influenciam as atividades turísticas em Rondônia, visando ter uma base sólida de entendimento do fenômeno social que se desenvolve em âmbito estadual.

### 3.2 METODOLOGIA

Como uma primeira aproximação às questões do turismo no estado de Rondônia e na tentativa de dar melhor foco ou aplicabilidade à presente pesquisa, realizaram-se algumas reuniões e diálogos (formais e informais) com servidores de órgãos de turismo e ambientais, públicos e privados como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR); a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM); o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia (SEBRAE-RO), entre outros. Paralelamente, foi realizada uma análise documental, que teve como primeira fase a leitura na íntegra dos documentos considerados mais

relevantes e a leitura dinâmica dos demais registros. Posterior a sua leitura, a análise correspondeu a obtenção de dados quali-quantitativos que mostraram um cenário aproximado do turismo em Rondônia.

Para trazer o panorama geral da gestão do turismo em Rondônia, buscaram-se fontes de instituições oficiais relacionadas ao turismo, a exemplo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); o Ministério do Turismo; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outros. Focou-se principalmente nos Anuários Estatísticos Operacionais e de Turismo, nos planos preexistentes de turismo da capital do Estado, Porto Velho e nos planos municipais, que, ainda sem terem sido publicados oficialmente, foram gentilmente disponibilizados por colaboradores do SEBRAE-RO da sede de Porto Velho, como versão não finalizada. Com relação ao panorama das políticas públicas de interesse da pesquisa, buscaram-se leis, planos, programas, projetos, documentos, dentre outros, nos sites dos órgãos oficiais competentes, tais como a SETUR, a SEDAM, dentre outros.

Fizeram-se três levantamentos: o primeiro realizou-se em abril de 2021, visando basicamente encontrar as políticas públicas inerentes ao tema da pesquisa, a nível nacional, estadual e local; o segundo fez-se em maio de 2023 para atualizar aquele primeiro panorama realizado, tendo como foco as políticas públicas estaduais; e a terceira sondagem deu-se em agosto de 2023, momento no qual se reuniram/recopilaram informações mais direcionadas à gestão do turismo, notadamente dados estatísticos do turismo no Estado.

No terceiro levantamento e para a redação do presente capítulo, teve-se a dúvida de se seriam colocados os dados estatísticos mais atuais, a exemplo as informações do *Anuário Estatístico de Turismo de 2022 – ano-base 2021* e do *Anuário Estatístico de Turismo de 2021*; ou se apresentar-se-iam os dados disponibilizados até o ano 2019, uma vez que, com a pandemia e dadas as restrições e medidas de segurança estabelecidas com a chegada da Covid-19, o turismo teve uma profunda crise. Por causa disto, os anuários de 2022 e de 2021 não trouxeram informações sobre a chegada de turistas internacionais ao Brasil por unidades da Federação e vias de acesso. Assim, considerou-se mais representativo, o *Anuário Estatístico de Turismo de 2020 – ano-base 2019* e analisou-se seu conteúdo.

Para o levantamento das políticas públicas de turismo da Amazônia Legal e do estado de Rondônia, investigaram-se inicialmente teses, artigos e sítios eletrônicos

que trouxeram importante antecedentes. Posteriormente, buscaram-se leis, planos, programas, projetos e documentos estaduais nos sites dos órgãos oficiais competentes, tais como a Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR-RO) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM-RO). Das leis estaduais, decidiu-se por realizar análise detalhada da Lei Estadual de Turismo de Rondônia, de 2021, uma vez que é a lei máxima que estabelece normas para disciplinar a atividade turística no Estado. Para esta análise específica, os critérios utilizados foram basicamente sustentabilidade, desenvolvimento local e mudanças climáticas.

### 3.3 RESULTADOS

#### 3.3.1 Gestão do turismo

Houve dificuldade para a descrição da gestão do turismo em Rondônia devido à falta de informações quantitativas e a carência de estatísticas e dados consolidados no setor de turismo em Rondônia (SEBRAE-RO, 2023). No entanto, esta realidade é similar em outros estados e municípios do país, questão percebida ao analisar os anuários de turismo, a exemplo, o estado do Espírito Santo. Acredita-se que Rondônia não é reconhecida, a nível nacional, como um estado com vocação turística, muito menos a nível internacional. Isto pode ser devido às longas distâncias a serem percorridas no estado, à necessidade de transporte rodoviário, à falta de infraestrutura viária, assim como à falta de promoção e diversificação da oferta. Percebe-se o fomento do turismo no estado, como uma ação relativamente recente.

No primeiro semestre de 2023, a SETUR foi consultada sobre dados de turistas que visitavam Rondônia ou alguma outra informação relacionada à gestão do turismo estadual. Servidores do órgão informaram que não possuíam dados consolidados, mas que tinham sido iniciados os levantamentos a respeito. No entanto, ressaltaram que estão tendo dificuldades para coleta das informações, uma vez que as respostas não são repassadas pelos municípios com a celeridade que gostariam.

Com relação aos fluxos turísticos do estado de Rondônia, levantaram-se os seguintes dados, descritos a seguir.

Para o turismo internacional: segundo o *Anuário Estatístico de Turismo de 2020* – ano-base 2019 (Brasil, 2021), considerando o total de chegadas de turistas

internacionais ao Brasil pelas diferentes vias de acesso, aérea, terrestre, marítima e fluvial; nos anos 2018 e 2019, a Região Norte do país não possui estatística específica, assim como, o Estado de Rondônia. Da região, os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima possuem dados, estando estes completos para chegadas de estrangeiros por via aérea e incompletos para o restante de modais de transporte. Ao analisar os estados da Região que têm dados neste sentido, no ano 2018, Amazonas, Amapá e Acre foram os que mais receberam turistas internacionais. No ano de 2019, Amapá, Acre e Amazonas se destacaram. Dos cinco estados que apresentaram dados, Roraima é aquele que recebe menos turistas nos dois anos apresentados, considerando todos os modais de transporte. Nesta estatística, o estado de Rondônia tem sido agrupado com mais nove unidades da federação. Deste modo, 17 estados possuem dados e as outras unidades estão congregadas, por dizer, num mesmo “pacote”. No entanto, deve-se considerar que Roraima faz divisa com o Amazonas e o Pará, além de ser estado de fronteira internacional com os países de Guiana e Venezuela. Assim, muita da movimentação de pessoas e turistas realiza-se via terrestre e por vezes, ilegal, o que poderia fazer com que esses dados fossem maiores.

Segundo o SEBRAE (2023), em análise de dados referentes a 2013, apontou-se o estado do Amazonas como aquele que recebia maior quantidade de turistas estrangeiros, atraídos pelos hotéis, chamados de selva, assim como pelo Polo Industrial de Manaus (PIM). Pode ser que nos últimos anos este comportamento tenha variado, dado que a informação se refere a 2013.

Já para o turismo doméstico, com relação à demanda nacional, em 2018, os embarques na Região Norte representam 5,35% dos embarques de passageiros no Brasil, sendo que Rondônia contribui com 0,51% dos embarques nacionais. Dentro da Região Norte, Rondônia representa 9,56% dos embarques nacionais. Quando se trata de desembarques de passageiros, a Região Norte representa 5,23% dos desembarques nacionais, sendo que Rondônia contribui com 0,52%. Dentro da Região Norte, Rondônia representa 9,84% dos embarques nacionais. A nível nacional, a contribuição é pouco expressiva, no entanto, a nível da Região Norte, dos sete estados que a compõem, Rondônia ocupa o terceiro lugar atrás do Pará (1º lugar) e do Amazonas (2º lugar) (Brasil, 2021).

Já no ano de 2019, os embarques de passageiros na Região Norte representaram 5,49% dos embarques no Brasil e Rondônia contribui com 0,47% dos

embarques nacionais. Dentro da Região Norte, Rondônia representou 8,57% dos embarques nacionais. Desembarques de passageiros, a Região Norte representou 5,33% dos desembarques no Brasil e Rondônia contribui com 0,48% dos desembarques nacionais. Dentro da Região Norte, Rondônia representa 8,92% dos embarques nacionais. Neste mesmo ano, os meses de maior desembarque em aeroportos de Rondônia são, em ordem decrescente, janeiro, julho e fevereiro, considerando voos regulares e não regulares (Brasil, 2021).

Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2021), a via aérea constitui-se num importante modal de transporte, uma vez que aproxima e conecta turistas que se encontram distantes de destinos que oferecem vivências únicas. No caso da Região Norte, atrativos vinculados à floresta amazônica, sua biodiversidade e suas comunidades tradicionais, são cenários, diálogos e experiências que muitos turistas desejam vivenciar.

Ao examinar a movimentação nacional de passageiros em rodoviárias do Brasil, nos anos de 2017 a 2019, por grandes regiões e Unidades da Federação, a Região Norte representou 1,99% da movimentação de passageiros via terrestre no Brasil. Rondônia representou, com relação à Região Norte 22,78% apenas atrás do Amazonas. O estado do Pará ocupou o terceiro lugar. Destaca-se que o estado do Amapá não possui nenhum registro, nestes anos, de movimentação terrestre de passageiros. Talvez, por suas características, o transporte hidroviário tenha maior relevância não sendo possível afirmar isto, dada a falta de dados deste meio de transporte (Brasil, 2021).

O anuário apresenta a arrecadação federal na economia do turismo, em reais, segundo grandes regiões e unidades da federação para os anos 2015 a 2019. Considerando unicamente o ano de 2019, na Região Norte, o estado que mais arrecadou neste segmento foi o Amazonas (38,16%), seguido pelo Pará (37,56%), Tocantins (9,80%) e Rondônia (7,40%). No mesmo ano, a Região Norte arrecadou 1,84% na economia do turismo a nível nacional. Importante ressaltar que a arrecadação por estados na Região Norte é variável, uma vez que no ano 2018 e 2017 o Pará foi o estado com maior arrecadação, seguido do Amazonas, Tocantins e Rondônia. Em 2016, o estado do Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins. Em 2015 Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins. Ressalta-se que os estados de Acre e Amapá são aqueles que menos arrecadam na Região (Brasil, 2019).

Em Rondônia, dos 52 municípios existentes, só quatro deles possuem aeroporto, sendo Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Nesta ordem, tais aeroportos apresentam maiores números de embarque e desembarque (SEBRAE-RO, 2023).

No Quadro 9, apresenta-se o movimento anual de passageiros no Aeroporto Internacional de Porto Velho Governador Jorge Teixeira de Oliveira (Brasil, 2019).

Quadro 9 – Movimento anual de passageiros no aeroporto de Porto Velho, RO

ANO	No. PASSAGEIROS	VARIAÇÃO ANUAL
2014	892.760	-
2015	933.666	4,58%
2016	840.026	-10,03
2017	794.109	-5,47
2018	828.139	4,29

Fonte: adaptado com dados da INFRAERO (Brasil, 2019).

Denota-se que de 2014 a 2017 não houve movimento de passageiros internacionais e só em 2018 houve três passageiros estrangeiros, sendo dois em voo regular e um em voo não regular. Não é possível saber se a tendência se manteve em 2019, uma vez que o último anuário disponibilizado no site da INFRAERO é de 2018 (Brasil, 2019). Para o ano de 2019, os meses de maior fluxo de passageiros no mesmo aeroporto foram nos meses de janeiro e julho (Brasil, 2019 *apud* SEBRAE-RO, 2023). O Plano Municipal de Turismo da Cidade de Porto Velho destaca a queda de voos ofertados pelas aerolíneas e o aumento de preços das passagens aéreas (SEBRAE-RO, 2023), que, diga-se de passagem, tem tido um acréscimo absurdo.

Com relação à movimentação na rodoviária da capital do estado, o plano ressalta a falta de dados (lacunas temporais) e destaca a queda no fluxo de passageiros que chega nela. O referido Plano denota também a importância deste modal de transporte, dado que, como supracitado, a Região Norte carece de atendimento de voos e linhas aéreas, assim como apresenta horários que dificultam os trajetos. Sendo assim, o turismo rodoviário é o complemento para as viagens em Rondônia e demais estados da região (SEBRAE-RO, 2023). Por outro lado, o transporte fluvial carece de dados para o estado de Rondônia.

Vale ressaltar que, assim como o Estado de Roraima, Rondônia limita-se por inteiro com a Bolívia e nesta fronteira tem-se um intenso fluxo de pessoas. Os anuários não mostram este turismo oculto/clandestino/ilegal/não oficial, mas ele deve ser

considerado. Muitos turistas entram no estado pela fronteira com a Bolívia, país que oferece melhores preços com relação a passagens e hospedagem, uma vez que existem pousadas mais baratas que no Brasil. Além disso, a burocracia e fiscalização no país vizinho pode ser menor, fato que atrai pessoas a fazerem a entrada no país, por essa via<sup>3</sup>.

Porto Velho, além de ser a capital e a maior cidade do Estado, é a única em que se encontraram dois planos de turismo. O primeiro plano foi publicado em 2010 pelo município de Porto Velho e a Energia Sustentável do Brasil S. A. e executado em 2007 pela Petrocci Consultoria, tendo uma amostra de 520 turistas (Energia Sustentável do Brasil, 2010). O segundo plano, realizado em convênio feito pela Prefeitura de Porto Velho e o SEBRAE-RO e que se encontra em fase de publicação, contou com 462 viajantes respondentes. Faz-se relevante denotar que a pesquisa de opinião que compõe o último plano realizou-se em 2021, período da pandemia do Covid-19. Portanto, pelo momento atípico que se vivia, alguns dados podem não ser representativos. Além dos planos, foram levantadas informações de interesse por meio da Pesquisa de Demanda Turística feita em 2016 pelo SEBRAE-RO, que contou com uma amostra de 400 visitantes (Sousa, 2016). Desta maneira, condensam-se, no Quadro 10, dados relativos ao perfil dos turistas que visitam Porto Velho, considerando as pesquisas realizadas nos anos 2010, 2016 e 2023.

---

<sup>3</sup> Informação verbal da professora Nubia Caramello, em entrevista *on-line* para o exame de qualificação, no dia 16 de outubro de 2023.

Quadro 10 – Perfil dos turistas que visitaram Porto Velho, capital de Rondônia (2010, 2016 e 2023)

	2010		2016		2023	
<b>Idade</b>		30 a 49 anos (48,4%)		39 anos (média)		30 a 50 anos
<b>Sexo</b>	Masculino	69,2%	Masculino	57%	Masculino	52%
	Feminino	30,8%	Feminino	43%	Feminino	48%
<b>Escolaridade</b>	2º Grau Incompleto	15,7%	Ensino fundamental completo	26,6%	Consideraram dados existentes. Maioria de entrevistados relatou trabalhar com carteira assinada, ser autônomo ou funcionário público.	
	Superior incompleto	29,8%	Ensino médio completo	34,8%		
	Superior completo	18,5%	Ensino superior completo	21,6%		
<b>Renda</b>	1 – 3 SM	19,5%	<1SM	9,8%	Até 2 SM	19%
	3 – 5 SM	17,4%	1 – 2 SM	45,8%	2 – 5 SM	46%
	5 – 8 SM	18,4%	2 – 3 SM	28,0%	5 – 10 SM	31%
	8 – 10 SM	10,3%	3 – 4 SM	9,6%	>10 SM	11,4%
<b>Procedência</b>	Estrangeiro	1,7% (estimativa)	Estrangeiro	0,5%	Estrangeiro	5%
	Brasileiro	98,3%	Brasileiro	99,5%	Brasileiro	95%
	RO	59,3%	RO	56%	RO	34,5%
	AM	13,2%	AM	16%	AM	20,5%
	SP	5,5%	AC	8,3%	SP	11,9%
<b>Meio de transporte</b>	Via terrestre	71,1%	Via terrestre	75,9	Via terrestre	56%
	Via aérea	25,4%	Via aérea	14,3%	Via aérea	40%
	Via fluvial	3,6%	Via fluvial	-	Via fluvial	-
<b>Motivo de viagem</b>	Negócios/trabalho	51,4%	Negócios/trabalho	31%	Negócios/trabalho	32%
	Visita parentes/amigos	24,7%	Visita parentes/amigos	20,3%	Visita parentes/amigos	19%
	Saúde	9%	Saúde	19,8%	Lazer	18%
<b>Forma de viajar</b>	Sozinho	54,9%	Sozinho	62%	Sozinho	61%
	Com amigos	16,6%	Cônjuge	14,5%	Em família	24%
	Cônjuge e filhos	13,6%	Familiares	12,5%		
<b>Meio de hospedagem</b>	Hotel	40,9%	Hotel	32%	Hotel	40%
	Casa parentes/amigos	42,3%	Casa parentes/amigos	43,3%	Casa parentes/amigos	35%
	Pousada	3,8%	Não sabe/não responde	9%	Pousada	10%

S.M.: Salário-mínimo. Fonte: Adaptado de Energia Sustentável do Brasil S/A (2010), Sousa (2016) e SEBRAE-RO (2023).

Denota-se uma falta de padronização nos dados levantados, fato que dificulta sua comparação. No entanto, percebe-se que o perfil do turista que visita Porto Velho tem uma idade média de 39 a 40 anos, nos três anos analisados. Com relação ao gênero, percebe-se que tem mudado, sendo em 2010 predominantemente masculino, mas equiparando-se para os anos 2016 e 2023.

Com relação à procedência dos visitantes, nota-se que houve aumento no número de pessoas vindas do exterior para Porto Velho, se comparados os anos de 2010 e 2023. Sobre os turistas nacionais, estes provêm majoritariamente do próprio estado, com destaque para as cidades de Ariquemes e Guajará-Mirim no último levantamento (SEBRAE-RO, 2023). Para chegar em Porto Velho, a via mais utilizada pelos turistas, nos três anos analisados, é a terrestre.

Em 2010, 47,0% dos visitantes chegaram a Porto Velho através das rodovias (automóveis e veículos de turismo) e 24,1% via terminal de transportes (rodoviária). Em 2016, 48,1% dos turistas chegaram em ônibus rodoviário, 19,3% com veículo próprio e 8,5% em taxi. Em 2023, 35% dos entrevistados se deslocaram em carro particular e ônibus e 21% em ônibus de linha, totalizando 56%. Segundo o plano referente a 2023, os fatores que indicam a escolha pelo modal rodoviário devem-se à “falta de voos domésticos para adentrar o Estado e a dificuldade de voos para a Região Norte, especificamente Rio Branco e Manaus e ainda a redução da malha aérea” (SEBRAE-RO, 2023, p. 50).

Neste último plano de turismo, a maior motivação dos entrevistados para viajar à capital é o turismo de negócios. Muito provavelmente, o agronegócio movimenta a capital (SEBRAE-RO, 2023) e Ji-Paraná, segunda maior cidade do estado, a qual, realizou, em maio de 2023, a 10ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e a divulgou como a “maior festa do agronegócio da Região Norte” (SETUR-RO, 2023h).

Sobre a forma de viajar, predomina sem companhia. Ainda que no plano de 2023, o SEBRAE-RO relacione esta tendência com a pandemia, considera-se que tenha relação com a motivação de viagem, uma vez que, se a pessoa viaja por negócios/trabalho, normalmente estará sozinho(a). Os meses mais frequentados por turistas que visitam Porto Velho são dezembro, janeiro e fevereiro (SEBRAE-RO, 2023). Os dois primeiros meses coincidem com época de férias, o que traz à tona outro motivo de viagem, que é a visita a parentes e amigos.

O Plano Municipal de Turismo da Cidade de Porto Velho apresenta os segmentos de turismo de interesse para o município e os divide em duas categorias,

sendo: segmentos prioritários e segmentos de grande potencial de desenvolvimento. Dentre a primeira categoria está o turismo de negócios e o turismo de pesca. Cabe ressaltar que, este último tipo de turismo está contemplado, no plano, dentro do turismo de lazer, juntamente com os balneários e clubes aquáticos, assim como o turismo cultural. Na segunda categoria, tem-se o turismo de eventos e o etnoturismo.

O documento ressalta que “atualmente, o principal produto turístico pronto e disponível para o mercado é o turismo de negócio e o turismo de pesca” (SEBRAE-RO, 2021, p. 190), tendo este último ampla relevância para o desenvolvimento econômico local e destacando a cidade de Porto Velho como a capital da pesca esportiva. Essa informação confirma-se com a seguinte colocação: “Porto Velho é a única capital brasileira com potencial para pesca esportiva atraindo pescadores em busca das mais de 800 espécies de peixes catalogadas no Rio Madeira” (Anepe, 2016).

Neste sentido, o governo do estado divulgou, em março de 2023, no evento Pesca & Companhia Trade Show – considerado a maior “vitrine” de assuntos relacionados à pesca, esportes náuticos, mergulho e camping –, o potencial do turismo de pesca de Rondônia e apresentou ao público os circuitos de pesca com maior aptidão no estado. Dentre estes, o plano destaca a região de Jaci-Paraná, distrito de Porto Velho, e a região do Vale do Guaporé e Cabixi, na fronteira com a Bolívia. É importante notar que, a promoção do turismo de pesca, realiza-se em regiões onde se assentam comunidades quilombolas do estado de Rondônia.

Segundo o governador, “o turismo de pesca é uma importante atividade econômica no Estado e movimenta milhões de reais em negócios, gerando assim, empregos diretos e indiretos” (SETUR-RO, 2023d). Nesta mesma linha, o superintendente da SETUR relata:

Com a definição de estratégias, o turismo de pesca em Rondônia tem crescido a cada ano, tornando-se uma das principais fontes de renda da região. Com um potencial ainda maior a ser explorado, o Estado deve continuar investindo em políticas públicas e empreendimentos associativos, para que a atividade cresça a níveis ainda mais expressivos (SETUR-RO, 2023d).

Dentre as atividades de ação apresentadas no plano de turismo de Porto Velho e de importância para esta pesquisa, tem-se:

- A criação de um Sistema de Informações Turísticas que recopile os atrativos turísticos da capital, que deverão ser levantados por meio da atualização de inventários. Pretende-se assim reunir, num único banco de dados, as informações turísticas de Porto Velho, para assim, serem disponibilizadas, como material promocional, em formato digital e físico. Folders, portfólios e panfletos farão parte do material físico de divulgação do turismo da capital, destacando a renovação do Manual de Pesca Esportiva, do Guia Turístico e do Guia de Balneários locais (SEBRAE-RO, 2023, p. 216).
- A construção de uma Marina<sup>4</sup> de barcos, na região hidrográfica média do rio Madeira, dada a importância da pesca esportiva na capital, assim como o alto fluxo de pescadores amadores. Esta ação tem como objetivo “fornecer infraestrutura adequada para o fortalecimento do turismo no município” (SEBRAE-RO, 2023, p. 226).
- A construção e implantação de um aquário municipal que seja referente no turismo local e que possa mostrar a biodiversidade do rio Madeira, uma vez que este é um rio amazônico com abundante ictiofauna (SEBRAE-RO, 2023, p. 227).

Finalmente, o plano almeja a contratação de consultoria para projeto piloto de turismo de base comunitária, com os seguintes objetivos (SEBRAE-RO, 2023, p. 222):

- Capacitar comunidade ribeirinha sobre a importância de turismo de base comunitária.
- Preparar a comunidade com cursos e capacitações.
- Realizar as intervenções necessárias.
- Estimular o turismo de base comunitária.

Por último, denota-se que o item de avaliação e monitoramento do plano ocupa tão somente uma página, na qual se descrevem 11 indicadores que deverão ser monitorados. Deles, dez indicadores são econômicos e um diz respeito ao impacto ambiental do turismo, que é um tema densamente amplo. Além disso, de cada um dos indicadores não se apresenta a forma como deverá ser medido, avaliado, monitorado.

---

<sup>4</sup> “As Marinas são conjuntos de instalações adaptadas especialmente para abrigar barcos, podendo oferecer vagas secas, ou molhadas. Localizadas em água doce ou salgada, é um empreendimento que possui garagem náutica, onde se ‘guardam’ embarcações com todos os seus devidos cuidados e oferecem também outros serviços que suprem as necessidades tanto do barco, como do dono”. Disponível em: <https://marinaimperial.com.br/como-funciona-uma-marina/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

### 3.3.2 Políticas públicas de turismo em Rondônia

Nesta seção se contemplam, primeiramente, políticas públicas abrangentes, mas que influenciam o turismo, uma vez que se trata de um fenômeno complexo de caráter social, econômico, ambiental, cultural. Posteriormente, são apresentadas as políticas públicas desenvolvidas no estado que dizem respeito ao turismo, especificamente.

#### 3.3.2.1 Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE-RO)

Pelo turismo se apropriar do espaço territorial como *lócus* para seu desenvolvimento, é importante o entendimento do zoneamento socioeconômico e ecológico de Rondônia uma vez que aponta diretrizes de ordenamento e gestão relacionadas com as dinâmicas socioeconômicas e ambientais das regiões às quais se direciona.

A primeira versão do ZSEE-RO, de que se tem conhecimento, data de 1991, tendo sido determinada pela Lei Complementar nº 52, de 20 de dezembro. O objetivo, nesse então, era “servir como instrumento básico de planejamento e orientação de política e diretrizes governamentais, necessários ao desenvolvimento harmônico e integrado do Estado, nas áreas social, econômica e ecológica” (Rondônia, 1991). Esta diretriz, traçou lineamentos para efetiva aplicação de investimentos públicos e privados do Estado. Nesta lei, foram definidas seis zonas sendo: Zona I – elevado índice de ação antrópica; Zona II – médio índice de atividade antrópica; Zona III – destinada principalmente para atividades das comunidades ribeirinhas que se inserem nas zonas de várzea das bacias hidrográficas dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Machado; nesta zona, recursos pesqueiros e florestais têm ampla relevância e seu manejo deve ser racional e diversificado, assim como o desmatamento, deve ser o mínimo possível; Zona IV – sendo uma área de baixa densidade ocupacional e rara ocupação antrópica, esta área tem como principal finalidade a agricultura e a pesca de subsistência; Zona V – domínio de terras públicas que albergam ecossistemas frágeis e ambientes florestais que poderão ser explorados como recursos madeireiros, somente mediante manejo autossustentado, com baixa densidade ocupacional; Zona VI – restrição de abrigar propriedades privadas. Tais terras públicas estão destinadas

à conservação e preservação da natureza por serem ambientes frágeis e de bela expressão cênica. É o que hoje seriam terras indígenas e unidades de conservação, proibindo-se o desmatamento. Ressalta-se o aperfeiçoamento deste zoneamento econômico e ecológico nas versões seguintes, trabalhando para obter “maior detalhamento cartográfico” visando ao desenvolvimento regional com base no ordenamento do território. A supracitada lei não apresenta conteúdos relacionados ao turismo no estado.

Nove anos depois, o ZSEE-RO foi aprovado pela Lei Complementar nº 233, de 2000. Denota-se que esta nova lei não menciona sua antecessora. A lei rege o zoneamento como “principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado” (Rondônia, 2000a, p. 1). Desta vez, o objetivo é amplo e ambicioso, no qual pretende-se:

Orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável.

Das seis zonas preexistentes, nesta versão, reduzem-se para três zonas, sendo: Zona 1 – Equivalente a 50,5% do total da área do estado, destina-se ao uso agropecuário, agroflorestal e florestal, principalmente o primeiro. Para tal, estimula-se a produção destes usos em áreas já desmatadas ou povoadas, reconhecendo o valor da floresta. Estímulo à recuperação de áreas degradadas e ao reflorestamento, assim como à compensação ambiental. Zona 2 – Equivalente a 14,6% do total da área do estado, destinada à conservação dos recursos naturais com manejo sustentável. Na subzona 2.1, atividades de ecoturismo e pesca (em suas diversas modalidades) consideram-se como de alta aptidão. Zona 3 – Equivalente a 34,9% do total da área do estado e composta por áreas institucionais, ou seja, áreas protegidas e com uso restrito e controlado, sejam a nível municipal, estadual ou nacional.

A Lei Complementar nº 312, de 2005, acrescenta e revoga dispositivos da Lei anterior. Neste intuito, adiciona três diretrizes ao inciso 2 do art. 7º, que era constituído por quatro delas. Tais diretrizes têm relação com a reserva legal, que deve ocupar 80% da propriedade rural. A recomposição florestal a ser realizada deve observar 50% da reserva legal e ser realizada prioritariamente em áreas próximas às Áreas de Preservação Permanente (Rondônia, 2005).

Por ser um tema complexo e não ter certeza de alguns elementos que dizem respeito ao zoneamento no Estado de Rondônia, consultou-se um especialista que, redigiu algumas considerações sobre a legislação federal e estadual sobre a proteção da vegetação nativa. As ponderações do profissional encontram-se no Apêndice C.

O instrumento apresentado pela SEDAM (Rondônia, 2007), em questão de turismo, destaca o município de Guajará-Mirim por ser sua área destinada principalmente a atividades deste ramo, assim como a pesca e o agroextrativismo. Da mesma maneira, ressalta o município de Candeias do Jamari pela sua grande inclinação para atividades do turismo, devendo ter cuidado especial da sua área (Rondônia, 2007).

Em notícias levantadas no site do Governo Estadual, aponta-se que, desde 2018, realizam-se estudos para a atualização do ZSEE-RO e está em avanço o Projeto de Lei de atualização do zoneamento para apreciação da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) (SEDAM-RO, 2019c). Em maio de 2020, a SEDAM apresentou “a minuta de Projeto de Lei do Zoneamento do Estado à comissão Estadual” que pretende que “áreas que não podem ter produção agrícola passem a ser agricultáveis” (SEDAM-RO, 2020).

Entrando em contato com servidores da SEDAM, em agosto de 2023, para atualização de informações referentes ao ZSEE-RO, informou-se que em 2022 uma equipe estava trabalhando na atualização do zoneamento, mas que não foi adiante. Apontou-se a necessidade da atualização do zoneamento com uma nova visão/concepção do território.

### 3.3.2.2 Plano Estratégico Rondônia 2019-2023

O Plano Estratégico de Rondônia define o planejamento de ações relacionadas às políticas públicas de saúde, segurança, educação, dentre outras e quais delas serão priorizadas em um determinado período de execução. Portanto, é importante elencar nesta seção se essas áreas consideram ou não a atividade turística e, caso for, de que maneira se planejam estratégias para dita atividade socioeconômica. Desta maneira, o plano integra sete eixos temáticos sendo: Gestão e Estratégia, Saúde, Segurança Pública, Educação, Cidadania, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial.

No eixo de desenvolvimento econômico menciona-se a melhoria logística e

turística e a sinalização turística, assim como a “maior exploração das potencialidades locais” (Rondônia, 2019c, p. 56). Além disso, no mesmo eixo, pretende-se “Ter o maior crescimento percentual do PIB entre os Estados do Brasil” (Rondônia, 2019c, p. 57, 81), a partir de aspectos meramente econômicos, assim como “melhorando a qualidade dos serviços para os visitantes”. Nesse sentido, a meta é “aumentar em 20% o fluxo de turistas e a taxa de ocupação dos hotéis e pousadas” (Rondônia, 2019c, p. 57).

### 3.3.2.3 Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES) 2015-2030

Alinhado com o conceito de desenvolvimento sustentável, este plano deve embasar ações relativas para proporcionar uma vida digna para os cidadãos do estado, aproveitando racionalmente os recursos naturais, de modo que as próximas gerações também tenham oportunidade de desfrutá-los. O turismo, portanto, é uma atividade que deve ser praticada com esse viés de sustentabilidade.

Assim, o Governo do Estado, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) pretende “transformar Rondônia em um estado desenvolvido”, alicerçado na “prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social” (Rondônia, 2015b, p. 17). O plano, que vigora desde 2015 e vai até 2030, tem como objetivo o planejamento sustentável do Estado visando potencializar a diversidade e diminuir as desigualdades regionais e por conseguinte, a pobreza (Rondônia, 2015b).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é tratada na primeira parte deste plano. O Diagnóstico Situacional Participativo compõe a segunda parte e finaliza com o Plano do Estado propriamente dito. Deste último, destaca-se a terceira diretriz, denominada Competitividade Sustentável, a qual insere dois programas de relevância para a presente pesquisa: Apoio e Fomento à Produção Sustentável e Industrialização de Produtos da Sociobiodiversidade (Programa 11); e Promoção do Turismo (Programa 15).

Neste último programa se prevê a elaboração e implementação, desde 2015, do Plano de Turismo no Estado, assim como deixa claro que se daria apoio aos pólos identificados, para elaboração de planos. Ainda em 2023, este objetivo não tem sido alcançado, nem mesmo tendo iniciado os trabalhos em 2019, como denotado nesta seção.

Por outra parte, entre as ações do plano a ser realizado, destacam-se a identificação do patrimônio histórico material e imaterial; a implantação de museus, do pátio e do centro cultural, assim como o desenvolvimento de infraestrutura de apoio ao turismo no Estado.

Chama a atenção a proposta de um Observatório do Desenvolvimento Regional que disponibilize indicadores e metas do desenvolvimento da região, aprimorando e apresentando para a sociedade civil um melhor fluxo de informação. Examinando o portal do observatório (Rondônia, [s. d.]), que está em funcionamento, percebeu-se que se encontra dividido em três partes a seguir:

- Panoramas: informações organizadas por áreas de atuação (social, demografia, educação, economia, agropecuária, infraestrutura) do Estado e seus municípios;
- Boletim econômico-social: são boletins técnicos mensais com “assuntos relevantes e de interesse público”, que incluem: panorama econômico; mercado de trabalho (segundo escolaridade, idade e gênero) na Região Norte e em Rondônia; assim como mercado e comércio exterior. Neste último, descrevem-se os países de origem dos produtos importados e os países de destino dos produtos exportados, assim como os principais produtos de importação e exportação. Em junho de 2023, o principal país de origem das importações feitas em RO foi a China com 42%, e da mesma maneira, a China foi o destino que ocupou o primeiro lugar (15%) nas exportações, sendo principalmente *commodities* (soja, milho, algodão – carnes e minérios);
- Perfil estadual: traz dados estatísticos na área econômica, político-administrativa, social, infraestrutura e indicadores (poucos). Ressalta-se que prevalecem os da área econômica (a exemplo rebanho, soja etc.) e que os indicadores sociais são escassos.

Além dessas três seções principais, está o Perfil de Municípios do Estado de Rondônia que possui a mesma estrutura que o perfil estadual. O observatório pertence à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Na Figura 18, apresenta-se o portal do Observatório.

Figura 18 – Vista do portal do Observatório do Desenvolvimento Regional (RO)



Fonte: Rondônia (s. d.).

Pelas informações levantadas anteriormente, percebe-se que o Observatório do Desenvolvimento Regional foca em informações relativas ao mercado de trabalho, às importações e exportações de produtos advindos do Estado e a outras questões econômicas, porém, dissociado do desenvolvimento sustentável que o plano pretende.

Com relação às políticas públicas estaduais que dizem respeito ao turismo, cabe ressaltar que a SETUR, ainda existindo desde há um tempo, tem tomado corpo e força nos últimos anos, em gestões mais recentes.

#### 3.3.2.4 Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR)

Esta entidade tem como função alavancar o turismo no estado de Rondônia. A criação e/ou extinção da Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia tem dependido, através dos anos, das diversas estruturações e organizações burocráticas da Administração Pública Estadual (Poder Executivo Estadual).

Nesta pesquisa, o primeiro registro encontrado constata que a criação da Superintendência se deu através da Lei Complementar nº 224, de 2000 (Rondônia, 2000b). Posteriormente, a Lei Complementar nº 462, de 2008 (Rondônia, 2008), descreve que a Superintendência e o CONSETUR vinculam-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES-RO). No ano de 2015, esta

última lei foi revogada pela Lei Complementar nº 827 (Rondônia, 2015a) e no ano de 2017 novamente se revoga pela Lei Complementar nº 965 (Rondônia, 2017).

A entidade tem como visão “Ser referência pelo estabelecimento de políticas públicas inovadoras que se traduzam em um ato para o desenvolvimento e a prosperidade dos municípios” e, como missão:

Promover o desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia, por meio do fomento ao desenvolvimento local, da integração ao desenvolvimento regional, nacional e internacional e de políticas públicas sustentáveis, voltadas para o comércio, serviços e turismo (SETUR-RO, [s. d.]).

O Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNDESTUR) e o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) fazem parte do sistema de turismo estadual. O CADASTUR é o “sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo” (SETUR-RO, [s. d.]) e permite aos beneficiários o acesso a linhas de financiamento e a participação em programas de qualificação, assim como aparecer na fonte de consulta do mercado de turismo brasileiro. Da mesma maneira, proporciona a “participação em eventos, feiras e ações realizadas pelo Ministério de Turismo e pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), tais como o salão de turismo, o programa Vai Brasil, o Portal de hospedagem”, dentre outros (SETUR-RO, [s. d.]).

Denota-se que os sistemas apontados pouco dizem respeito à regionalização do turismo e que não elencam ações ou incentivos específicos para as comunidades tradicionais de Rondônia.

### 3.3.2.5 Conselho Estadual de Turismo de Rondônia (CONSETUR)

Os assuntos relacionados ao turismo regional e local passam necessariamente pelos conselhos estaduais e municipais, órgãos que congregam atores de todos os setores da sociedade e permitem sua participação visando o seu adequado desenvolvimento.

É assim que Todesco (2013) menciona a existência de um Fórum Estadual de Turismo de Rondônia criado pela Portaria nº 004/GAB/SETUR/2003, como órgão consultivo de turismo do estado. Em notícias da SETUR, o superintendente destaca

que o conselho “estava parado desde 2011 e foi extinto em 2017” (SETUR-RO, 2019). Portanto, não se sabe ao certo, a data exata de criação do CONSETUR.

Por meio da Lei Complementar nº 1.031 de 22 de agosto de 2019, cria-se o Conselho Estadual de Turismo (CONSETUR), no âmbito da Superintendência Estadual de Turismo (SETUR), “órgão colegiado, de caráter consultivo, em nível de direção superior” (Rondônia, 2019b, p. 1), que tem o objetivo de “propor ações e oferecer subsídios para a formulação da política de desenvolvimento turístico do Estado” (SETUR-RO, [s. d.]). Atualmente, o conselho está composto por 33 membros de órgãos governamentais, representantes de entidades privadas e organizações não governamentais (ONGs) (Rondônia, 2019b). No entanto, entendeu-se posteriormente que o CONSETUR era já um órgão existente que foi desativado em 2007 e que sua reativação, em 2019, foi necessária para poder aderir ao Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (informação verbal)<sup>5</sup>.

#### 3.3.2.6 Conselho Empresarial de Turismo de Rondônia (CONETUR)

O setor privado tem notada relevância no desenvolvimento do turismo de maneira que, no Estado de Rondônia, tem-se um conselho empresarial para esta temática específica.

O Conselho Empresarial de Turismo de Rondônia (CONETUR) foi lançado em setembro de 2015, durante o 1º Seminário de Turismo da FECOMÉRCIO, e integra entes estaduais, privados e públicos, que trabalham no setor turístico (Sistema FECOMÉRCIO, SENAC, SETUR, SEBRAE). A iniciativa deu-se por ação do Sistema FECOMÉRCIO e da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS) de Rondônia. Autoridades, empresários e políticos fizeram parte da atividade. Ressalta-se aqui a fala do senador Valdir Raupp (PMDB), que demonstrava a visão sobre o setor:

O lançamento do CONETUR representa um grande avanço na busca pela exploração profissional do turismo ecológico, que só tende a crescer com estímulo e apoio tanto da iniciativa privada quanto do poder público. Podem ter certeza que seremos um parceiro e defensor deste Conselho no Senado e no Congresso Nacional, porque sabemos o quanto de negócios e novas oportunidades serão criadas para o Estado de Rondônia a partir do desenvolvimento do turismo (Jornal de Turismo, 2015).

---

<sup>5</sup> Informação fornecida por servidores da SETUR-RO em reunião virtual do dia 06 de abril de 2021.

Em 2022, a SETUR que integra o Conselho Empresarial de Turismo de Rondônia (CONETUR), participou de reunião para planejar propostas estratégicas futuras de turismo no Estado. Além dos representantes do conselho, participaram da reunião associações e deputados (SETUR-RO, 2022b).

Recentemente, representantes do SEBRAE foram providos como membros titular e suplente do CONETUR, com mandato até 2026. “Durante o tempo de atuação, o Conselho e entidades têm alcançado grandes avanços, como o fomento da pesca esportiva, o alfandegamento do aeroporto, além da redução de impostos de combustíveis aéreos”. Um dos recentes membros diz que a atuação conjunta de órgãos públicos e empresas privadas representa governança e que o CONETUR a tem feito com excelência (Agência Sebrae de Notícias, 2023).

Em participação recente do superintendente de turismo na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ele agradece ao CONETUR pelas ações integradas com os municípios rondonienses, uma vez que tal fato fortalece uma importante rede no trade turístico do Estado (SETUR-RO, 2023f).

### 3.3.2.7 Lei Estadual de Turismo

O estado de Rondônia estabelece normas para disciplinar a atividade e a prestação dos serviços turísticos por meio de sua Lei Estadual de Turismo. Para ter acesso à mesma, em maio de 2021, foi disponibilizada pelos servidores da SETUR, por intermédio de documento SEI/ABC - 0015968471, a Minuta de Projeto de Lei s/nº, de 01 de fevereiro de 2021, que dispunha sobre a Política Estadual de Turismo e dava outras providências. O documento trazia cinco princípios e 25 objetivos, apresentando os seguintes instrumentos: a) Plano Estadual de Turismo; b) Pareceres, recomendações, sugestões e deliberações do CONSETUR; c) Planos e programas de desenvolvimento do turismo no estado em âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Esta minuta do projeto de lei continha dez eixos de atuação, sem explicação de cada um deles. O foco da minuta estava na descentralização e na regionalização do turismo, ressaltando o desenvolvimento econômico e cultural.

Em maio de 2023, visando atualizar o conhecimento sobre as políticas públicas do Estado de Rondônia relacionadas ao turismo, fez-se novo contato com servidores da SETUR, que enviaram arquivo da Política Estadual de Turismo. A Lei

nº 5.093, de 24 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 170 e disponibilizada à sociedade, dispõe sobre a **Política Estadual de Turismo**, dá outras providências e institui como tal a política, tendo o mesmo objetivo da minuta. Seguindo as diretrizes do governo federal e estadual e, em consonância com o art. 180 da Constituição Federal Brasileira, tem-se o turismo, basicamente, como atividade econômica e, na lei específica, reconhece-se como “forma de promoção e desenvolvimento social e cultural” (Rondônia, 2021b).

A definição de turismo não é clara, apresenta muitos elementos que não se inter-relacionam. No entanto, destaca-se que, dentro do conceito, tem-se a “promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade” (Rondônia, 2021b, p. 1). Além do turismo, considera-se a definição de guias, atrativo turístico, produto turístico e trade turístico, tão somente. Após as definições, acrescenta-se um parágrafo único que trata de “o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região deve gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas” (Rondônia, 2021b, p. 1).

Assim, a Política Estadual de Turismo tem como objetivo “implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento e fomento do setor turístico” (Rondônia, 2021b, p. 1). Dentro das definições, o conceito de turismo, em concordância com a PNT, ressalta o aspecto da “promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade” (Rondônia, 2021b, p. 1). Após as definições, acrescenta-se um parágrafo único que diz respeito a que “o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região deve gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas” (Rondônia, 2021b, p. 1), denotando assim um forte viés econômico no trecho analisado. A política elenca cinco princípios: I - livre iniciativa; II - descentralização; III - regionalização; IV - inclusão produtiva e do desenvolvimento socioeconômico justo e sustentável; e V - meio ambiente equilibrado; estando os dois últimos relacionados às questões socioambientais.

Dentre os 25 objetivos trazidos no regulamento, destacam-se aqui alguns aspectos relevantes que traduzem o turismo como ferramenta que poderá permitir adequada distribuição de renda e aumento do bem-estar da população rondoniense. Neles, pretendem-se alavancar, especialmente, regiões pouco desenvolvidas que possuem atrativos turísticos, de maneira a fazer sua inclusão social. Almeja-se a prática de um turismo sustentável por meio da interpretação ambiental, notadamente nas áreas protegidas, assim como intenciona-se o envolvimento e participação

efetiva de membros de comunidades tradicionais.

A política em tela apresenta os instrumentos: a) Plano Estadual de Turismo; b) Pareceres, recomendações, sugestões e deliberações do Conselho Estadual de Turismo de Rondônia - CONSETUR; c) Planos e programas de desenvolvimento do turismo no estado em âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. A política denota que o turismo é uma atividade econômica, mas que, além dessa vertente, o desenvolvimento social e cultural deve estar associado. Ressalta-se o art. 10 que determina que “o Estado promoverá o desenvolvimento sustentável, participativo e integrado do turismo através de instrumentos de descentralização, regionalização e fortalecimento da atuação dos municípios” (Rondônia, 2021b, p. 4). Portanto, a oferta turística do Estado considerará a valorização dos territórios e a diversidade regional. Finalmente, as mudanças climáticas não são apontadas na política supracitada.

Com relação aos instrumentos e aos eixos de atuação, não houve mudança da minuta para a lei. Em consonância com os princípios da Política Nacional, segundo a política estadual, a descentralização e a regionalização serão instrumentos que promovem a participação e a sustentabilidade do turismo no estado. Por meio da regionalização, será possível integrar os atores da cadeia produtiva, mencionando de maneira clara a atuação que universidades e organizações da sociedade civil possuem, assim como também colocado no Objetivo XVI, junto ao primeiro e segundo setor, na consecução de articulações em prol do turismo.

Segundo a Lei, o Conselho Municipal de Turismo será integrado por órgãos públicos e pela comunidade, não mencionando estranhamente os entes e as instituições privadas e terá como objetivo principal “assessorar na definição e implementação das políticas municipais de turismo” (Rondônia, 2021b, p. 5). As Regiões Turísticas integram municípios que possuem características econômicas, sociais e culturais comuns e que se localizam próximas, a fim de planejar, desenvolver e fortalecer o turismo, alicerçados pelos princípios e diretrizes da política estadual. Tais regiões devem se articular no intuito de levantar suas demandas específicas e promover ações para saná-las.

### 3.3.2.8 Plano Estadual de Turismo

O Plano de Turismo é o instrumento que leva à ação a Política Estadual de

Turismo, planejando ações para atingir o desenvolvimento dos territórios através deste setor.

Em notícia de março de 2021, no site da SETUR, ressaltou-se que, após trabalhos realizados pelo Governo do Estado por intermédio da Superintendência e que tinham sido iniciados em 2019, aprovou-se o Plano Estadual de Turismo, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia (Conder). Segundo o Superintendente de Turismo, Rondônia era um dos três estados do Brasil que ainda não possuía tal instrumento. Em nota, o plano aprovado e integrado ao Plano Estratégico de Rondônia pode ser consolidado como “veia econômica em Rondônia” (SETUR-RO, 2021f).

Em maio de 2023, solicitou-se o Plano Estadual de Turismo à SETUR, que informou que o plano estava em fase de contratação e que a empresa vencedora ainda não tinha iniciado a execução. Ressalta-se que o plano é o instrumento que define as “áreas estratégicas, programas e ações, com vistas a orientar o Estado para a implementação da Política Estadual de Turismo e ao desenvolvimento do turismo” (Rondônia, 2021b, p. 4) e que deverá ser revisto a cada quatro anos. Ressalta-se que o plano é um instrumento primordial para colocar em ação a política pública e que a falta de avanço neste sentido, uma vez que já se passaram quatro anos de início dos trabalhos, prejudica a implementação de ações para o setor.

### **3.3.3 Instrumentos para concretização das políticas públicas de turismo em Rondônia**

#### **3.3.3.1 Mapa do Turismo de Rondônia 2019-2022**

O Mapa de Regionalização do Turismo de Rondônia é um instrumento de planejamento do turismo vigente desde 2019 até 2022. Foi instituído pela Portaria nº 57/2019/SETUR-CTUR e publicado no DOE nº 219 de 22/11/2019 (SETUR-RO, [s. d.]). Divide-se em sete polos turísticos inseridos em cinco regiões turísticas: 1- Madeira-Mamoré, 2- Vale do Jamari, 3- Príncipe da Beira, 4- Zona da Mata, 5- Rios de Rondon. Dos 52 municípios que compõem o estado, 25 fazem parte do mapa de turismo de Rondônia, o equivalente a 48,1% do Estado. No entanto, em notícias da SETUR, especifica-se que, para o segundo semestre de 2021, espera-se ampliar o

mapa de turismo do estado, para maior abrangência, caso o Ministério do Turismo concorde (SETUR RO, 2021a). Na Figura 19, visualiza-se o mapa levantado no ano de 2021.

Figura 19 – Mapa de turismo de Rondônia levantado em 2021



Fonte: SETUR-RO (2021a).

Em 2023, foi encontrada uma atualização do mapa de turismo de Rondônia, contendo, desta vez, sete regiões que inserem 21 municípios (Figura 20), diferentemente da meta estabelecida anteriormente que pretendia ampliar o número de municípios dentro das regiões turísticas. Identificou-se a inclusão dos municípios de Ji-Paraná, Alto Paraíso, São Miguel do Guaporé e Rolim de Moura e a exclusão do mapa dos municípios de Alta Floresta, Ministro Andreazza, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé e Guajará-Mirim.

Figura 20 – Mapa de Turismo de Rondônia levantado em 2023



Fonte: SETUR-RO (2023e).

Uma informação que interessa ao presente estudo é que o município de São Francisco do Guaporé, onde fica a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, saiu do mapa de turismo do Estado. Isto pode significar, ainda, menos recursos e incentivos ao turismo na região do Vale do Guaporé.

A saída do município de Guajará-Mirim, resulta intrigante, dadas três questões: a) No ZEEE de Rondônia, tal município é destaque para o turismo (Rondônia, 2007); b) O Instituto Socioambiental ressalta que Guajará-Mirim é um dos três municípios rondonienses com maior número de áreas de conservação (ISA, 2014); c) Recentemente, o rio Laje (*Komi Memen* em língua indígena), localizado neste município foi “reconhecido como ente vivo e sujeito a direitos” por lei (Rede Amazônica, 2023; Revista Cenarium, 2023), graças ao projeto de Lei instaurado pelo vereador Francisco Oro Waram (PSB) (Guajará-Mirim, 2023), líder indígena do Povo Oro Waram e ex-aluno do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Esta situação denota que os gestores públicos estaduais não priorizam a áreas naturais protegidas para realização do ecoturismo ou do turismo de base

comunitária, assim como não valorizam ações que denotam os avanços do direito ambiental, sendo que tal evolução contribuiria com a melhoria das comunidades tradicionais e da sociedade como um todo, uma vez que visam outorgar direitos a seres vivos que não os humanos, questão que preserva a vida em todo sentido.

Confirmando a visão anterior, traz-se aqui uma fala de um ator público que explica:

Ainda não temos visitação e atividades de ecoturismo estruturadas nas Unidades de Conserva o federais em Rondônia. Porém, pode ser que ocorram atividades desse tipo de forma ainda não organizada e oficial. Para ter essas informa es,   necessário conversar com cada um dos gestores (Informa o recebida via e-mail)<sup>6</sup>

Sobre o turismo em terras indígenas, a nível nacional, tem-se a Instru o Normativa n  3 de 11 de junho de 2015 do Ministério da Justiça e da Funda o Nacional do  ndio que “Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visita o para fins turísticos em terras indígenas” (Brasil, 2015, p.1).

Este novo mapa, apesar de não ter aumentado sua abrangência, muda com rela o a sua aparência, mostrando, para cada região turística e município o tipo de atrativo que o visitante pode encontrar.

### 3.3.3.2 Programas da SETUR

Apresentam-se os quatro programas da Superintendência Estadual de Turismo que pretendem impulsionar o turismo no Estado, indicando sua institui o e objetivo.

1. *Viaja mais servidor*: Programa instituido pelo Decreto n  24.053 de 2019 que visa que a popula o local conheça e usufrua dos destinos turísticos de Rondônia, “garantindo assim, a valoriza o e potencializa o do turismo interno rondoniense” (Rondônia, 2019a, p. 1). Além disso, coloca como competência da SETUR a atividade de fomento da atividade turística, incentivando o turismo local. Está direcionado principalmente aos servidores públicos estaduais ativos e inativos, estendendo-se aos parentes de primeiro grau, os quais poderão desfrutar de promo es, descontos e incentivos na

---

<sup>6</sup> Mensagem recebida por e-mail em 27 de abril de 2021 do chefe da Base Avançada (BAV) de Porto Velho - Gerência Regional Norte/GR1 do ICMBio.

utilização de roteiros e produtos do estado (SETUR-RO, 2021d). Os interessados em participar do programa, a exemplo organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e empresas da iniciativa privada no segmento turístico, poderão responder à convocação de um edital próprio para este fim objetivando seu credenciamento (SETUR-RO, 2021d). Em 2020, houve uma pequena alteração do público-alvo, por meio do Decreto nº 25.182 de 2020, que agrega os servidores públicos das demais esferas para usufruto dos benefícios, desde que os órgãos ou entidades aos quais pertencem demonstrem interesse e celebrem termo de adesão junto à SETUR (Rondônia, 2020).

2. *Viva Rondônia*: o programa trabalha a aceleração, inovação, governança, capacitação, empreendedorismo e ações educativas para o turismo em parceria com os municípios;
3. *Rondônia Para Todos*: o programa auxilia na captação de recursos e execução de eventos nos municípios;
4. *Aki Tem Turismo*: o programa aporta ações de publicidade para apresentar aos viajantes as potencialidades turísticas do Estado (belezas naturais, gastronomia, negócios, pesca esportiva, lazer, etnoturismo etc.) (SETUR-RO, 2023f).

### 3.3.3.3 Projetos da SETUR

A superintendência de turismo de Rondônia tem elaborado alguns projetos a nível turístico. O projeto FAMTOUR está em execução desde 2020, enquanto os projetos três, quatro e cinco foram lançados nesse ano de 2023.

1. *Projeto de sinalização turística*: a SETUR, com recursos advindos do Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado (Fider) e em colaboração com Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes (DER), implementará a sinalização turística a qual pretende distribuir 484 placas na capital e em mais 21 municípios, padronizadas, com o objetivo de facilitar aos turistas a identificação e conhecimento dos atrativos do estado assim como “cooperar para o desenvolvimento do turismo no estado” (SETUR-RO, 2020a). Posteriormente, visa-se realizar o Plano de sinalização turística.

2. *Projeto de Familiarização Turística (FAMTOUR)*: é uma ação estratégica do governo estadual que visa potencializar o turismo em outros estados brasileiros. Para tal, pretende atrair influenciadores digitais, guias e agentes de turismo, assim como turismólogos que atuam no setor, para conhecer os atrativos do estado, suas riquezas e seu potencial turístico, divulgando assim a região. Estes atores são selecionados por meio de um Edital de Chamamento Público do projeto e, aqueles selecionados, visitam por alguns dias diferentes polos turísticos (SETUR-RO, 2020b, 2020c, 2020d). Objetiva-se também que os influenciadores, por intermédio das redes sociais, divulguem e compartilhem as vivências que tiveram nos diversos municípios visitados no Estado. Em 2021, membros da SETUR indicaram que este projeto é custeado pela iniciativa privada (informação verbal)<sup>7</sup>.
3. *Projeto Rondônia Tem Turismo*: este projeto foi recentemente lançado pelo Governo Estadual, por meio da SETUR, tendo como objetivo principal dar visibilidade aos produtos turísticos rondonienses através de ações de promoção e *marketing* (SETUR-RO, 2023h). O Governo do Estado convidou, no mês de março, os municípios que não fazem parte do projeto a aderir a ele e mostrou suas vantagens (SETUR-RO, 2023e).
4. *Projeto Turismo para todos*: também criado em 2023, visa ao trabalho conjunto da Setur e de outras secretarias para promoção do turismo em Rondônia. (SETUR-RO, 2023).
5. *Projeto Amigos do Turismo*: Valorização das pessoas que trabalham com turismo - geração de emprego e renda (SETUR-RO, 2023a).

#### 3.3.3.4 Livros eletrônicos (*E-books*)

A SETUR, no intuito de “estimular e promover o potencial turístico do Estado de Rondônia”, lançou em 2021 cinco *e-books* que contêm informação sobre os atrativos do estado, em sua maioria, por polos turísticos (SETUR RO, 2021c), sendo:

1. *Atrativos turísticos de Rondônia*: livro que apresenta os atrativos do estado

---

<sup>7</sup> Informação fornecida por servidores da SETUR-RO em reunião virtual do dia 06 de abril de 2021.

como um todo. Nele, ressalta-se a pesca esportiva, o Pico do Tracoá no Parque Nacional dos Pacaás Novos, a gastronomia do estado, a Rondônia Rural Show, entre outros (Rondônia, 2021a).

2. *Região turística Madeira-Mamoré* (Pólo 1): O e-book não apresenta claramente os municípios que compõem a região turística nem esclarece onde está localizado cada um dos atrativos. Seu foco principal é a cidade de Porto Velho. Ressalta-se o turismo de compras, a pesca esportiva e o turismo histórico, notadamente no Museu Memorial Rondon (Rondônia, 2021c).
3. *Viva Rondônia* (Pólos 2, 5, 6 e 7): O livro traz atrativos de todos os municípios dos quatro pólos, sem uma ordem específica. Por exemplo, o pólo 2, composto por Machadinho, Ariquemes e Campo Novo é o último a ser descrito (Rondônia, 2021f).
4. *Rota das águas* (Pólo 3): No pólo se destacam o Vale das Cachoeiras, os esportes de aventura (parapente) e outros atrativos. Único livro que menciona o ecoturismo, na Coruja da Amazônia, em Ouro Preto do Oeste (Rondônia, 2021e).
5. *Rios de Rondon* (Pólo 4): O e-book destaca do município de Cacoal os atrativos Cacoal Selva Park, a gastronomia local, a produção de café e o povo Suruí. De Pimenta Bueno, realça seus balneários, de Presidente Médici denota seu turismo arqueológico e finalmente de Espigão d'Oeste ressalta a colônia pomerana que se abriga no município (Rondônia, 2021d).

Os livros analisados carecem de padronização e de uma melhor conexão com o mapa do turismo.

### 3.3.3.5 Outros projetos e atividades da SETUR

A seguir apresentam-se projetos e atividades menores desenvolvidos pela SETUR para a promoção do turismo do estado:

1. *Cursos e capacitação em turismo*: tem como objetivo “qualificar agentes de turismo (hotéis, pousadas, bares, restaurantes, agências de viagem

etc.) e novos profissionais nas localidades que serão exploradas nas versões do mapa de turismo”. Se divide em cursos de curta duração (Qualidade no atendimento turístico, Condutor de turismo de pesca, Monitor de turismo, Marketing do Turismo, Empreendedorismo) e em cursos técnicos ou cursos profissionalizantes (Curso técnico em turismo). Para concretização destas atividades têm sido realizadas parcerias com o Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep) e com a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seas) (SETUR-RO, 2021b). Em março de 2023, foram capacitados 75 acadêmicos do curso de turismo do Idep, por meio de um workshop que inclui diversas capacitações (idiomas em nível básico, guias de turismo, meios de hospedagem, outros), palestras e vivências num barco, pelo rio, com contação de histórias) (SETUR-RO, 2023b; SETUR-RO, 2023c).

2. *Concursos e/ou projetos menores*: o projeto Redação Turismo, premia quatro alunos de cada município que tenham realizado as melhores redações, junto a seus professores de história, com uma viagem turística ao Forte Príncipe da Beira, no município de Costa Marques (SETUR-RO, [s. d.]). O projeto *Turismo Educativo* (SETUR-RO, [s. d.]) leva os alunos da rede estadual ao Memorial Rondon em Porto Velho, para que tenham uma “imersão na história e na cultura de Rondônia”. O projeto *Conheça Porto Velho* pretende levar de excursão acadêmicos e professores do interior do estado para conhecerem a capital por meio de um turismo cultural e histórico (SETUR-RO, [s. d.]). O projeto *Meu Município*, e o Concurso *Viva Rondônia, Minha Rondônia*; estimula o envio de fotos de diversos atrativos do Estado para consolidar um banco de dados com os melhores registros, de modo a incentivar o turismo (SETUR-RO, 2023a).

Os programas, projetos e atividades descritos anteriormente visam, de maneira geral, a divulgação e promoção dos atrativos turísticos do Estado de Rondônia. No entanto, em nenhum deles elencam-se ações referentes ao ecoturismo ou ao turismo de base comunitária, nem se coloca como premissa ou meta a busca por formas de turismo mais sustentáveis.

## 3.4 DISCUSSÕES

### 3.4.1 Políticas públicas de turismo no Brasil e no mundo

De acordo com as pesquisas de vários autores (Todesco, 2013; Peralta *et al.*; 2018), percebe-se como as Regiões Norte e Nordeste do país, notadamente a Amazônia Legal, ainda tendo tido importantes políticas públicas com relação ao turismo não conseguiram expandir os seus fluxos turísticos. Assim mesmo, evidencia-se um período em que iniciativas de ecoturismo comunitário se concretizaram graças a estas políticas públicas. No entanto, tais políticas não chegaram a se consolidar, por exemplo num Plano Nacional ou numa Política de Ecoturismo Comunitário, à época, ou numa de Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário, atualmente. Existem algumas políticas de turismo comunitário estaduais, a exemplo, o Estado da Bahia (2019) e outras mais recentes como aquelas dos estados de Minas Gerais (janeiro de 2021), Goiás (julho de 2021), Espírito Santo (agosto de 2021), Tocantins (fevereiro de 2022), Pará (dezembro de 2022).

Destaca-se que, a Região Norte do país, que alberga a Amazônia, por sua complexidade e particularidades, necessita de políticas públicas específicas que insiram as populações originárias como protagonistas (Mello Neto; Toppino, 2019) e que respeitem sua cultura e tradições como patrimônio cultural com alto valor para a troca de saberes e a imersão em experiências interculturais.

Como já mencionado, as políticas públicas voltadas para o turismo na Amazônia não são novas, o primeiro plano de turismo data de 1978 (Todesco, 2013). No entanto, nesta mesma linha, Peralta *et al.* (2018) ressalta que as políticas de turismo para a Amazônia pouco têm mudado desde o período militar e que, ainda tendo, atualmente, uma nova retórica, não conseguem modificar o panorama turístico da região e muito menos colaboram com o desenvolvimento e bem-estar da população local; a não ser contadas exceções.

Esta realidade da sustentabilidade ou o turismo sustentável prevalecer como mera retórica nas políticas públicas de turismo, não é somente na Amazônia ou no Brasil. Em distintos lugares de Latinoamérica, África e do mundo, encontram-se semelhanças.

Na Colômbia, Rodriguez (2018), quem analisou as políticas públicas de turismo, percebeu que elas detêm um viés meramente econômico, assim como seu

planejamento é pautado predominantemente por aspectos políticos e não técnicos. A autora assevera que o turismo sustentável se plantea como retórica/discurso sendo sua efetividade discutível. As políticas de turismo colombianas não possuem “planos de ação, distribuição de recursos, metas verificáveis, processos de seguimento e todos os fatores exigidos de um documento que contém e expressa uma política pública” (Rodriguez, 2018, p. 204), parecendo, segundo colocações, um referencial teórico.

Ao contrário do Brasil, existe uma Política Nacional de Turismo Comunitário, mas não políticas em outros níveis. Como também posto em vários países, o turismo é pensado como meio para superar a pobreza e, de acordo com análise da autora, quando é colocado este tipo de turismo como alternativa para povos e comunidades, de alguma maneira, o Estado se exime de suas responsabilidades inerentes a saúde, educação, segurança e bem-estar social e delega tais aos benefícios do turismo. Outro ponto apontado no artigo que chama a atenção e que traz profusa reflexão é que as comunidades, já carentes, colocam como produto turístico seu patrimônio ambiental e cultural e, sendo assim, seu território se oferta numa lógica utilitarista e se vende como recurso, como bem, como capital!

Um elemento que se reitera na política colombiana é a necessidade de organização, capacitação e treinamento das comunidades envolvidas, mas de fato, tais ações não se concretizam pela inexistência de organizações ou outros atores que impulsionem projetos neste sentido.

De acordo com os resultados, uma vez que o turismo comunitário gera benefícios para pequenas comunidades carentes, não favorecendo o setor privado, o qual frequentemente está aliado ao Estado, não é um setor que atrai atenção dos formuladores de políticas públicas. Assim, as políticas do setor convertem-se em retórica de estado, em discurso sem ações reais, em medidas sem implicações na vida social. Importantíssimo ressaltar que o modelo socioeconômico que impera na Colômbia faz com que as políticas públicas de turismo e tantas outras sejam frágeis e inoperantes.

Assim, os autores sugerem a elaboração de políticas públicas de turismo a nível local, em processo *down-top*, para realmente atingir efeitos reais, uma vez que são as comunidades que conhecem seus problemas e podem sugerir alternativas para solucioná-los. Além disso, colocam como fatores chave para fazer de fato um turismo comunitário, a autogestão e a união da comunidade.

No Equador, segundo García Espinoza, Mendoza Tarabó e Rodriguez Soares (2017), país que nos últimos anos tem despontado no turismo obtendo resultados positivos e sendo parte fundamental do Produto Interno Bruto (PIB), após a banana e o camarão, destaca-se por suas múltiplas riquezas históricas, culturais e naturais, sendo as áreas naturais protegidas seu principal atrativo. Em consonância com a Colômbia e de acordo com Mendoza-Montesdeoca, Rivera-Mateos e Doumet-Chilán (2022), o turismo vê-se como estratégia para aliviar a pobreza, no entanto a oferta turística encontra-se dispersa e desestruturada. As políticas ambientais e de turismo são teóricas e genéricas, despossuídas de planejamento e ação. Inexiste no país um marco de gestão, ordenação e planejamento intersetorial. Percebe-se a falta de uma política proativa para encarar o turismo emergente, espontâneo e desordenado. Destaca-se a carência de informações, dados e estatísticas sobre o desenvolvimento de turismo nos territórios equatorianos. Ademais, falta uma adequada comunicação entre atores, especialmente entre os *stakeholders* e a população local. A governança é um tema que se coloca como prioritário para mudar o cenário.

No caso específico das comunidades do litoral de Santa Helena no Equador, os autores Tuquinga, Hidalgo e Tarabó (2022) avaliaram que os benefícios advindos do turismo são repartidos sem critérios de equidade e transparência. Verificaram empirismo, baixa participação comunitária e poucos benefícios locais na região, fato que torna o turismo pouco sustentável. Assim, os autores recomendam um planejamento *bottom-up* para atingir um turismo que se sustente no tempo por meio do empoderamento das comunidades, do controle local de ações e decisões e de um planejamento coletivo, para que assim, um processo endógeno referente ao turismo seja concebido e obtenha resultados. Reestruturação e gestão do turismo com novo enfoque/ênfase.

No entanto, em caso avaliado em três comunidades localizadas na rota de Spondylus no Equador por García Espinoza, Mendoza Tarabó e Rodrigues Soares (2017), denotou-se que o turismo comunitário surge muitas vezes do poder público, sendo que as políticas públicas, ainda aparentando autogestão, possuem uma outra lógica. Geralmente os membros das comunidades participam de projetos previamente desenhados e impulsionados por agentes externos. Nas três localidades (comunas) estudadas, a oferta turística provém de um ator externo. Isto acarreta a geração de conflitos, a exemplo, na comuna dos Mangas existe um “mercado clandestino” de guias turísticos locais, que oferecem menores preços por seus serviços, não

cumprindo acordos comunitários estabelecidos entre atores. Desta maneira, segundo o artigo, o turismo comunitário é imposto pelo Estado e em certos momentos a participação comunitária chega a ser anulada e por isso a atividade turística torna-se uma ilusão para o desenvolvimento local.

Assim, os autores demonstram que as comunidades não têm controle sobre os recursos turísticos que ofertam e que a sustentabilidade dos casos estudados é muito frágil. Nos casos trazidos, cabe esclarecer, que o turismo não é a principal fonte de renda dessas populações. Finalmente coloca-se que dificilmente o TBC pode se consolidar. Sugere-se considerar as comunidades como mais um ator no trade turístico que se beneficia com sua oferta. Neste sentido, discorda-se desta última colocação uma vez que, se é turismo comunitário a comunidade não pode ser mais um ator, tem de ser protagonista para atingir sua autogestão.

Passando a outro continente, em Namíbia, no sudoeste da África, de acordo com Kavita e Saarinen (2016), a pobreza está enraizada no país, o qual atinge os mais altos índices de desigualdade do mundo, tendo uma taxa de desemprego médio de 52%. Portanto, viu-se o turismo como indutor de desenvolvimento e ferramenta para alívio da pobreza assim como nos países da América Latina. No entanto, a diferença destas nações, o principal produto turístico ofertado na África é a vida selvagem e, especificamente em Namíbia, áridas paisagens. À época da escrita do artigo, 2016, o governo iniciava o processo de formulação de uma política de turismo de base comunitária por meio da qual as comunidades pudessem se beneficiar do turismo. No papel, os povos tradicionais figuram como protagonistas. Todavia, alguns autores mencionam que “os grupos étnicos e as populações são visivelmente utilizadas na promoção do turismo, mas o seu papel real é por vezes marginalizado” (Novelli; Gebhart, 2007; Saarinen; Niskala, 2009; Lapeyre; 2011, Ndlovu *et al.*, 2011 *apud* Kavita; Saarinen, 2016). Atualmente se promove o etnoturismo em algumas Terras Indígenas de Rondônia. Portanto, é importante que as políticas públicas de turismo, como visto anteriormente, sejam realmente efetivadas com a participação e gestão das populações tradicionais do Estado.

Em Uganda, na África Oriental, o terceiro documento mais citado da bibliometria investiga como são distribuídas as receitas do turismo nos parques nacionais do oeste do país, onde se realizam esforços para identificar e recompensar as populações locais que deverão ser beneficiadas. Archabald e Naughton-Treves (2001) mencionam os sérios conflitos entre as comunidades e a preservação da vida

selvagem, uma vez que, antigas áreas de cultivos são agora destinadas para a conservação da vida de animais selvagens, a exemplo elefantes e girafas, expropriando terras e despejando comunitários das suas moradias. Além disso, a invasão de plantações pelos animais causa prejuízos para as populações que residem nas áreas naturais protegidas.

Das 44 comunidades e agências governamentais entrevistadas no estudo, estas falaram da grande importância da participação das receitas do turismo para as comunidades e de como os projetos haviam melhorado atitudes e comportamentos com relação às áreas protegidas. No entanto, apontaram quatro obstáculos para seu sucesso: políticas de participação das receitas do turismo mal definidas e instituições de implementação instáveis; corrupção; fundos inadequados; e partes interessadas com prioridades diferentes. A partir do estudo e comparando com outras experiências em países africanos, definiram-se quatro componentes-chave para que os programas de compartilhamento de receita sejam bem-sucedidos: apoio institucional a longo prazo; identificação adequada da comunidade-alvo e do tipo de projeto; transparência e responsabilidade; e financiamento adequado.

Assim, o programa teve impacto positivo com relação ao aumento na participação dos comunitários em reuniões do parque e em melhoramento de relações entre atores com benefícios da participação das receitas do turismo. Sem embargo, a participação das receitas do turismo é insuficiente para compensar as perdas por invasão de animais nas culturas dos indivíduos. Sugere-se a combinação do programa participação das receitas do turismo com projetos incluindo uso sustentável de PFNMs, educação para a conservação e controle de animais problemáticos, para obter maior eficácia e benefícios em prol dos atores do turismo nestas áreas.

Em avaliação de políticas públicas de turismo no Nepal, Ásia Meridional, Bhandari (2019) muito bem destaca que as políticas públicas em turismo não são alheias aos diversos contextos políticos e econômicos e às ideologias que se desenvolvem em cada um dos países e regiões do mundo. Estas ideologias são influenciadas por questões referentes à globalização, sendo que os países não são absolutamente soberanos nem independentes. As políticas públicas são direcionadas e dependem, em grande parte, do setor privado, do capital. Particularmente no Nepal, dado o alto investimento internacional para o turismo, o território nacional recebe forte pressão de agentes externos, fato que se evidenciada no seguinte texto: “nas últimas duas décadas as políticas de turismo do Nepal foram escritas direta e indiretamente

pelos seus parceiros internacionais de desenvolvimento” (Bhandari, 2019, p. 559). Isto demonstra a grande influência das agências internacionais de desenvolvimento e apresenta um caso gravíssimo de falta de autonomia para elaborar as próprias leis de turismo.

Entrevistados(as) relataram que o setor privado tinha sido encorajado a liderar a “indústria do turismo” de modo que se encerraram quatro décadas de monopólio exclusivo do Estado do transporte aéreo abrindo espaço para companhias aéreas privadas; autorizando empreendimentos privados a abrirem pousadas em áreas nacionais protegidas, reduzindo gradualmente a participação e o controle estatal no setor do turismo. O maior efeito da mudança de política foi na estrutura da administração do turismo.

Assim, notabiliza-se a enorme dependência do país em ajuda externa e a falta de independência na formulação de suas políticas públicas. O caso do Nepal mostra que os parceiros internacionais de desenvolvimento e suas ideologias econômicas podem se sobrepor ao contexto político doméstico.

Desta maneira, conclui-se que as políticas públicas de turismo dependem do modelo de desenvolvimento que cada país adota e dos âmbitos políticos e econômicos das nações. Diversos atores, tanto internos como externos, notadamente a iniciativa privada, possuem forte influência na proposição destas políticas e assumem papel importante nas relações de poder que se forjam quando são concebidas. Muito provavelmente, para o turismo prosperar, em suas diferentes vertentes, reformas estruturais a nível político, econômico, social e ético precisarão ser realizadas. Pelo modelo atual adotado predominantemente a nível mundial muitas das políticas públicas de turismo tem a sustentabilidade como retórica ou mero discurso e são focadas no desenvolvimento econômico do município, região, país ou países onde irá ser aplicada. Em Rondônia e região, a política pública de turismo foca na geração de emprego, renda e na movimentação da economia local. Pouco se fala a respeito dos impactos potenciais do turismo, seu controle, monitoramento e avaliação, sejam eles a nível ambiental, social ou cultural.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Estadual de Turismo de Rondônia, se comparada com a Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771, de 2008), não menciona: ações, planos e

programas; meios de fomento à atividade turística; caracterização, direitos e deveres dos prestadores de serviços turísticos; modo de fiscalização, penalidades e infrações. Ao trazer 25 objetivos, esperar-se-ia que se definisse também as metas para os atingir, mas estas não estão contempladas na política de Estado.

A Política Estadual, em seu art. 1º, parágrafo único, traz que: “Fica a cargo do Governo do estado de Rondônia delegar o órgão responsável para o desenvolvimento da Política Estadual de Turismo”. Entende-se que este órgão responsável é a Superintendência de Turismo do Estado. No entanto, no conteúdo da Lei Estadual, a Superintendência de Turismo de Rondônia não está vinculada como ente de gestão, ação e consolidação da política pública. Na Política Nacional, o Ministério de Turismo deve elaborar o Plano Nacional de Turismo, coordenar os programas de desenvolvimento do turismo, publicar anualmente relatórios estatísticos e balanços, dentre muitas outras atribuições, sendo que, nesta política, a atuação do Ministério é mencionada 36 vezes.

A Política Estadual de Turismo de Rondônia elenca o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e integrada e ressalta a participação das diversas comunidades que conformam o Estado, indo ao encontro do princípio número cinco que trata sobre o meio ambiente equilibrado. Espera-se que este conteúdo supere a retórica e contemple as necessidades reais do povo rondoniense, com aplicação efetiva e abordagem justa nos quesitos econômicos e socioambientais.

Com relação ao Plano Estadual de Turismo, que está em fase de contratação, considera-se importante a finalização do processo e sua coerente execução, uma vez que este define as “áreas estratégicas, programas e ações, com vistas a orientar o Estado para a implementação da Política Estadual de Turismo e ao desenvolvimento do turismo” (Rondônia, 2021b, p. 4).

Para uma política tão nova e dada a relevância do debate nas agendas nacionais e internacionais, as mudanças climáticas deveriam ser elencadas, prevendo ações para os impactos que já se sentem em Rondônia e região. Em 2023 a Amazônia registrou uma das piores secas dos últimos tempos. Assim, faz-se necessária a adequação de políticas públicas de turismo para os cenários de mudanças climáticas que hoje não são futuros se não que estão presentes no nosso cotidiano, uma vez que atravessamos uma emergência climática global (Landauer; Goodsite; Juhola, 2018).

A existência de programas, projetos e políticas de turismo em Rondônia são

iniciativas importantes para a promoção do turismo no Estado. Contudo, percebe-se, de maneira geral, sua pouca visibilidade e divulgação, o que pode repercutir em baixa aplicação e eficiência.

Pelo que consta no Plano Municipal de Turismo da Cidade de Porto Velho (SEBRAE-RO, 2023), o turismo de pesca considera-se uma fonte principal de renda para a região, o qual apresenta expressivo potencial que precisará ser “mais explorado”. Assim mesmo, pretende-se investir em empreendimentos que sustentem esta prática e incentiva-se o crescimento do segmento a maiores níveis. Neste sentido, o poder público precisa determinar para quem está sendo direcionada essa fonte de renda, se o investimento na pesca amadora não representaria mais impactos ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas e se a escolha desse segmento como prioritário para a cidade de Porto Velho e outras regiões representaria, realmente, um caminho de sustentabilidade ou não dos recursos do Estado.

De igual maneira, no documento supracitado, planeja-se a construção de uma marina de embarque e desembarque para a pesca amadora. Para quem se destina essa infraestrutura que demandará grandes investimentos? Como está a infraestrutura, por exemplo, de saneamento básico da cidade de Porto Velho, RO? No Ranking Abes da Universalização do Saneamento (Edição 2021), das 27 capitais brasileiras, Porto Velho ocupou o último lugar, inserindo-a na categoria “primeiros passos para a universalização” (ABES, 2021). É necessário readequar a priorização de ações para o turismo e para a principal cidade do estado.

No mesmo sentido, pretende-se construir um Aquário Municipal em Porto Velho, “consolidando a capital como a cidade que possui o rio com a maior ictiofauna do planeta, capital da pesca esportiva” (Sousa, 2016, p. 227). Como está a ictiofauna no rio Madeira e nas demais bacias hidrográficas do Estado? Como se desenvolve a pesca esportiva em Rondônia? Quais os benefícios, prejuízos que este segmento traz para a sociobiodiversidade da região?

Outra das atividades do Plano de Ação diz respeito à contratação de consultoria para projeto piloto de turismo de base comunitária. Os objetivos elencados para esta ação são genéricos e superficiais e pretendem capacitar e preparar a comunidade para desenvolver este tipo de turismo.

Apesar do Plano Estadual de Turismo não ter sido realizado, encontram-se em fase de finalização, para posterior publicação, os Planos Municipais de Turismo (PMTs) das cidades de Ariquemes, Colorado do Oeste e Porto Velho, os quais foram

disponibilizados para consulta, pela SEBRAE-RO, sede Porto Velho, em junho de 2023.

### 3.6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. SEBRAE em Rondônia tem representantes empossados no Conetur. **ASN-RO**, 23 maio 2023. Disponível em: <https://ro.agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/sebrae-em-rondonia-tem-representantes-empossados-no-conetur>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARCHABALD, K.; NAUGHTON-TREVES, L. Tourism revenue-sharing around national parks in Western Uganda: early efforts to identify and reward local communities. **Environmental Conservation**, v. 28, n. 2, p. 135-149, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. **Ranking ABES da Universalização do Saneamento (Edição 2021)**. Rio de Janeiro: ABES, 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ECOLOGIA E PESCA ESPORTIVA. Porto Velho, a capital da pesca esportiva. **ANEPE**, 2016. Disponível em: <http://www.anepe.org.br/index.php/324-porto-velho-a-capital-da-pesca-esportiva>. Acesso em: 23 out. 2023.

BHANDARI, K. International development ideology and two tourism policies of Nepal. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 37, n. 3, p. 558-576, 2019.

BRASIL. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Anuário Estatístico Operacional 2018**. Brasília: INFRAERO, 2019.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa nº 3, de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 110, p. 41, 12 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 1, 18 set. 2008a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2020**, Brasília, v. 47, ano-base 2019, 2. ed., mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Editais de chamada pública para os projetos MTUR 001-2008**. Anexo 1. Brasília: Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, 2008b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: Conselho Nacional do Turismo, 2018a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Diretrizes**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Novo ciclo – Diretrizes**. Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR)**. Brasília: Coordenação Geral de Planejamento Territorial do Turismo, 2018b.

BRASIL. O que é o Programa de Regionalização do Turismo? **Ministério do Turismo**, 23 out. 2013b. Disponível em: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26&Itemid=316](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=316). Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Turismo sustentável. **Ministério do Meio Ambiente**, [s. d.]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/item/8162-proecotur.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL. **Plano Municipal de Turismo Porto Velho RO**. Porto Velho, 2010.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. Lei Geral do Turismo deve ser atualizada em breve; entenda os principais pontos e fique de olho. **FECOMÉRCIO-SP**, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/lei-geral-do-turismo-deve-ser-atualizada-em-breve-entenda-os-principais-pontos-e-fique-de-olho>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GARCÍA ESPINOZA, L. C.; MENDOZA TARABÓ, A. E.; RODRIGUES SOARES, J. R. Turismo comunitario y desarrollo local en la ruta del Spondylus (Ecuador): una combinación posible para enfrentar la pobreza. **Revista Espacios**, v. 38, n. 58, p. 27, 2017.

GUAJARÁ-MIRIM. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 007**, de 17 de abril de 2023. Dispõe sobre o reconhecimento dos direitos do Rio Laje - Komi Memen - no município de Guajará-Mirim e seu enquadramento como ente especialmente protegido e dá outras providências. Autoria: vereador Francisco Oro Waram (PSB). Guajará-Mirim: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: [https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2023/3227/cm\\_gm\\_projeto\\_de\\_lei-7.pdf](https://sapl.guajaramirim.ro.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2023/3227/cm_gm_projeto_de_lei-7.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Unidades de Conservação no Brasil – Unidades de conservação no estado de Rondônia. **ISA**, 2014. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/142957>. Acesso em: 15 mar. 2021.

JORNAL DE TURISMO. Conselho Empresarial de Turismo de Rondônia é lançado. **Jornal de Turismo**, 02 set. 2015. Disponível em: <https://jornaldeturismo.tur.br/?view=article&id=69160:conselho-empresarial-de-turismo-de-rondonia-e-lancado&catid=32:regioes>. Acesso em: 19 jun. 2023.

KAVITA, E.; SAARINEN, J. Tourism and rural community development in Namibia: Policy issues review. **Fennia-International Journal of Geography**, v. 194, n. 1, p. 79-88, 2016.

LANDAUER, M.; GOODSITE, M. E.; JUHOLA, S. Nordic national climate adaptation and tourism strategies – (how) are they interlinked? **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 18, sup. 1, S75-S86, 2018.

MELLO NETO, R. C. S.; TOPPINO, M. A. Etnoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 5, n. 1, p. 72-86, 2019.

MENDOZA-MONTESDEOCA, I.; RIVERA-MATEOS, M.; DOUMET-CHILÁN, Y. Políticas públicas ambientales y desarrollo turístico sostenible en las áreas protegidas de Ecuador. **Revista de Estudios Andaluces**, v. 43, p. 106-124, 2022.

PERALTA *et.al.* Community-based tourism in protected areas: a move beyond “paper parks”. In: CUNHA, A. A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; Mc. COOL, S. F. **Tourism and protected areas in Brazil: challenges and perspectives**. New York: Nova Science Publishers, 2018. cap. 14, p. 297-318.

REDE AMAZÔNICA. Rio de Rondônia é o primeiro a ter direitos reconhecidos por lei; entenda. **G1-RO**, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2023/06/23/rio-de-rondonia-e-o-primeiro-a-ter-direitos-reconhecidos-por-lei-entenda.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2023.

REVISTA CENARIUM. **Em Rondônia, cidade reconhece rio como ‘ente vivo e sujeito de direitos’**. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/em-rondonia-cidade-reconhece-rio-como-ente-vivo-e-sujeito-de-direitos/>. Acesso em: 07 jun. mês 2023.

RODRIGUEZ, S. E. Turismo comunitario en Colombia: ¿retórica de Estado? **Turismo y sociedad**, v. 22, p. 195-212, 2018.

RONDÔNIA. **Atrativos turísticos de Rondônia**. Porto Velho: Superintendência Estadual de Turismo, 2021a.

RONDÔNIA. Decreto nº 24.053, de 12 de julho de 2019. Institui o Programa Viaja Mais Servidor e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, 12 jul. 2019a.

RONDÔNIA. Decreto nº 25.182, de 1º de julho de 2020. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 24.053, de 12 de julho de 2019. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, n. 128, 03 jul. 2020.

RONDÔNIA. Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Estadual de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 170, 24 ago. 2021b.

RONDÔNIA. **Lei Complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 1991.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 4507, 6 jun. 2000a.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 224, de 4 de janeiro de 2000. Modifica a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, n. 4442, 4 jan. 2000b.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 312, de 6 de maio de 2005. Acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 264, 10 maio 2005.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 462, de 11 de julho de 2008. Modifica a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual para atender ao segmento produtivo do Estado de Rondônia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 1.040, 11 jul. 2008.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 827, de 15 de julho de 2015. Dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, n. 2739, 15 jul. 2015a.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, n. 238, 20 dez. 2017.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 1.031, de 22 de agosto de 2019. Cria o Conselho Estadual de Turismo – CONSETUR, no âmbito da Superintendência Estadual de Turismo – SETUR. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, n. 156, 22 ago. 2019b.

RONDÔNIA. **Observatório do Desenvolvimento Regional**. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, [s. d.]. Disponível em: <https://observatorio.sepog.ro.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2023.

RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia 2015-2030**. Porto Velho: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015b.

RONDÔNIA. **Plano Estratégico Rondônia 2019-2023**: um novo norte. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2019c.

RONDÔNIA. **Região turística Madeira-Mamoré**. Programa Rondônia Tem Tudo. Porto Velho: Superintendência Estadual de Turismo, 2021c.

RONDÔNIA. **Rios de Rondon**. Programa Rondônia Tem Tudo. Porto Velho: Superintendência Estadual de Turismo, 2021d.

RONDÔNIA. **Rota das águas**. Programa Rondônia Tem Tudo. Porto Velho: Superintendência Estadual de Turismo, 2021e.

RONDÔNIA. **Viva Rondônia**. Programa Rondônia Tem Tudo. Porto Velho: Superintendência Estadual de Turismo, 2021f.

RONDÔNIA. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**: um Instrumento de gestão ambiental a serviço do desenvolvimento Sustentável de Rondônia. Porto Velho: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, 2007.

SANTOS, V. S. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidades**, v. 16, n. 8, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. Estudo de zoneamento ecológico e econômico de Rondônia é apresentado pela Sedam à comissão estadual. **SEDAM-RO**, 29 maio 2020. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/estudo-de-zoneamento-ecologico-e-economico-de-rondonia-e-apresentado-pela-sedam-a-comissao-estadual/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. Governo de Rondônia aponta atualização do zoneamento como iniciativa essencial para impulsionar desenvolvimento rondoniense. **SEDAM-RO**, 14 ago. 2019c. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-aponta-atualizacao-do-zoneamento-como-iniciativa-essencial-para-impulsionar-desenvolvimento-rondoniense/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. **Unidades de Proteção Integral**. SEDAM RO, 2019b. Disponível em: <https://cuc.sedam.ro.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. **Unidades de Uso Sustentável**. SEDAM RO, 2019a. Disponível em: <https://cuc.sedam.ro.gov.br/sobre/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plano Municipal de Turismo** – Cidade de Porto Velho. Porto Velho: SEBRAE-RO, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho, 2023. Disponível em: <https://ad.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2023/01/28221/16748359241642604450plano-municipal-de-porto-velho-outubro-geral.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.

SOUSA, A. S. de. **Pesquisa de demanda turística Porto Velho RO**. Porto Velho: SEBRAE-RO, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Aumentar a visibilidade e reforçar os potenciais turísticos de Rondônia são metas da Setur para 2023. **SETUR-RO**, 16 jan. 2023a. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/aumentar-a-visibilidade-e-reforcar-os-potenciais-turisticos-de-rondonia-sao-metas-da-setur-para-2023/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. CADASTUR. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-promocao/cadastur/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Com participação de influenciadores digitais, “Famtour” supera expectativas em sua 1ª edição. **SETUR-RO**, 09 dez. 2020d. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/com-participacao-de-influenciadores-digitais-famtour-supera-expectativas-em-sua-1a-edicao/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Conheça Porto Velho. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-projetos/conheca-porto-velho/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Conselho Estadual de Turismo. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-turismo/conselho-estadual-de-turismo/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Cursos e Capacitação. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-turismo/cursos-e-capacitacao/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Empresas parceiras do Programa “Viaja Mais Servidor” devem exibir selo de identificação que comprova descontos. **SETUR-RO**, 26 fev. 2021d. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/empresas-parceiras-do-programa-viaja-mais-servidor-devem-exibir-selo-de-identificacao-que-comprova-descontos/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Governo retoma Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo com ações para promover o setor. **SETUR-RO**, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-retoma-conselho-estadual-de-desenvolvimento-do-turismo-com-acoes-para-promover-o-setor/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Influenciadores digitais serão selecionados para atuar em projeto turístico de Rondônia. **SETUR-RO**, 27 nov. 2020b. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/influenciadores-digitais-serao-selecionados-para-atuar-em-projeto-turistico-de-rondonia/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Mapa de Regionalização. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-turismo/mapa-de-regionalizacao/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Mapa do Turismo de Rondônia vai ser ampliado em 2021. **SETUR-RO**, 28 jan. 2021a. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/mapa-do-turismo-de-rondonia-vai-ser-ampliado-em-2021/>. Acesso em: 16 set. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Missão e visão. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/sobre/visao-e-missao/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Municípios são convidados a fazer adesão ao projeto “Rondônia tem Turismo”. **SETUR-RO**, 07 abr. 2023e. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/municipios-sao-convidados-a-fazer-adesao-ao-projeto-rondonia-tem-turismo/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Parceria entre Idep e Setur viabiliza cursos profissionalizantes em Rondônia. **SETUR-RO**, 08 fev. 2021b. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/parceria-entre-idep-e-setur-viabiliza-cursos-profissionalizantes-em-rondonia/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Placas indicativas de pontos turísticos serão implantadas em Rondônia. **SETUR-RO**, 20 jun. 2022a. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/placas-de-sinalizacao-turistica-serao-implantadas-para-indicar-os-atrativos-de-rondonia/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Plano de Turismo estadual vai permitir Rondônia entrar no circuito dos melhores destinos turísticos do país. **SETUR-RO**, 11 mar. 2021f. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/plano-de-turismo-estadual-vai-permitir-rondonia-entrar-no-circuito-dos-melhores-destinos-turisticos-do-pais/>. Acesso em: 17 jul. 2022

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Potencial da pesca esportiva de Rondônia é divulgado no maior evento do setor, em São Paulo. **SETUR-RO**, 27 mar. 2023d. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/potencial-da-pesca-esportiva-de-rondonia-e-divulgado-no-maior-evento-do-setor-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Projeto “Famtour” vai fomentar setor turístico de Rondônia; influenciadores digitais reforçam divulgação do roteiro. **SETUR-RO**, 03 dez. 2020c. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/projeto-famtour-vai-fomentar-setor-turistico-de-rondonia-influenciadores-digitais-reforcam-divulgacao-do-roteiro/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Projeto “Rondônia tem Turismo” é lançado pelo Governo do Estado durante circuito no Espaço Alternativo. **SETUR-RO**, 02 maio 2023h. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/projeto-rondonia-tem-turismo-e-lancado-pelo-governo-do-estado-durante-circuito-no-espaco-alternativo>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Redação Turismo. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-projetos/redacao-turismo/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Rondônia ganha destaque na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **SETUR-RO**, 12 abr. 2023f. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-ganha-destaque-na>

confederacao-nacional-do-comercio-de-bens-servicos-e-turismo/. Acesso em: 23 jul. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Setur inicia 5ª edição do Famtour para excursão turística por três municípios da região Rios de Rondon. **SETUR-RO**, 02 maio 2023g. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur-inicia-5a-edicao-do-famtour-para-excursao-turistica-por-tres-municipios-da-regiao-rios-de-rondon/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Setur lança cinco livros para estimular e promover o potencial turístico do Estado de Rondônia. **SETUR-RO**, 23 fev. 2021c. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur-lanca-cinco-livros-para-estimular-e-promover-o-potencial-turistico-do-estado-de-rondonia/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Setur participa de reunião de alinhamento sobre futuras ações ao turismo no Estado com a Fecomércio. **SETUR-RO**, 28 nov. 2022b. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur-participa-de-reuniao-de-alinhamento-sobre-futuras-acoes-ao-turismo-no-estado-com-a-fecomercio/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Setur promoverá workshop para capacitar alunos dos cursos de turismo do Idep. **SETUR-RO**, 10 mar. 2023b. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur-promovera-workshop-para-capacitar-alunos-dos-cursos-de-turismo-do-idep/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Setur suspende 2ª edição da “Famtour Polo Madeira-Mamoré”; medida atende decreto estadual de enfrentamento à Covid-19. **SETUR-RO**, 27 fev. 2021e. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur-suspende-2a-edicao-da-famtour-polo-madeira-mamore-medida-atende-decreto-estadual-de-enfrentamento-a-covid-19/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Turismo educativo. **SETUR-RO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setur/institucional/gestao-de-projetos/turismo-educativo/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TURISMO. Workshop para agentes de turismo é promovido pela Setur no Palácio Rio Madeira. **SETUR-RO**, 16 mar. 2023c. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/workshop-para-agentes-de-turismo-e-promovido-pela-setur-no-palacio-rio-madeira/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

TODESCO, C. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal**: uma análise fundada nas dimensões da vida política. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TUQUINGA, J. Y.; HIDALGO, S. Z. P.; TARABÓ, E. M. Bottom-up en la planificación del turismo sostenible: el caso de las comunidades del litoral santaelenense en Ecuador. **Revista Ciencias Pedagógicas e Innovación**, v. 9, n. 2, p. 46-53, 2021.

# CAPÍTULO 4

## IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ, AMAZÔNIA OCIDENTAL

Figura 21 – Turismo de pesca/pesca esportiva na Região do Vale do Guaporé (RO)



Fonte: Terra da Gente, G1 (2019).

## 4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ, AMAZÔNIA OCIDENTAL<sup>8</sup>

### 4.1 INTRODUÇÃO

Turismo é um fenômeno complexo e multifacetado que envolve inúmeras dimensões, não apenas a econômica, se não também a socioambiental, a ética, a política, entre outras (Beni, 2003). Por ser um tema tão amplo, a segmentação é compreendida como diretriz para alcançar um adequado planejamento, gestão e mercado do turismo (Brasil, 2006). Assim, tem-se o turismo de sol e praia, o ecoturismo, o turismo de estudos e intercâmbio, entre outros segmentos. O presente estudo está focado no turismo de pesca uma vez que é o segmento predominante na área de estudo.

Este tipo de turismo, também chamado de pesca esportiva, visa a extração de organismos aquáticos em águas continentais e marinhas, de modo que os turistas, neste caso, amadores, deslocam-se a territórios específicos com disponibilidade de peixe para realização da prática. É uma atividade que requer medidas efetivas de proteção da ictiofauna, assim como apoio de pesquisas para melhor entendimento das dinâmicas ambientais inerentes. Os pescadores, ainda realizando a atividade como *hobby* ou esporte, devem respeitar os limites de captura, os tamanhos mínimos, as espécies proibidas e os períodos de defeso (Brasil, 2010).

O Guaporé é um rio de jurisdição federal, uma vez que percorre os estados de Mato Grosso (MT) e Rondônia (RO). Sua margem esquerda permeia várias cidades em território boliviano, estabelecendo uma divisa internacional (Adamy, 2010).

Desde a nascente até a foz, o Guaporé e seus afluentes formam um ecossistema complexo e frágil, representado por matas de cerrado, matas densas, matas alagáveis, igarapés e ilhas fluviais, propiciando condições favoráveis ao acolhimento dos mais diversos tipos de vida (Moss; Moss, 2007, p. 16).

Além disso, a região alberga a maior parte da população quilombola do estado, assim como seu mais antigo monumento histórico, o Real Forte Príncipe da Beira; concentrando também, expressivo número de unidades de conservação. Praias de

---

<sup>8</sup> Trabalho publicado nos anais da VII Jornada de Gestão e Análise Ambiental da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2022. Autores: OROZCO, M. M. D.; MORAES, R. D.; HANAI, F. Y. Acesso em: [https://drive.google.com/file/d/1g\\_NezYth2pnMqhZdVcbfT3dS5-9fvq9o/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/1g_NezYth2pnMqhZdVcbfT3dS5-9fvq9o/view?pli=1).

areia branca, formadas na época da seca, constituem atrativo turístico, como também a variedade de peixes que atrai pescadores esportivos nacionais e internacionais, que se reúnem em festivais e campeonatos (Moss; Moss, 2007).

Ademais, a Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro declara a bacia hidrográfica do Guaporé como “Santuário Ecológico da Pesca Amadora e Esportiva”, onde deverá ser incentivado o turismo ecológico (Rondônia, 2011). Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em identificar os impactos socioambientais gerados pelas atividades turísticas desenvolvidas no Vale do Guaporé em Rondônia, notadamente, pelo turismo de pesca.

## 4.2 MATERIAIS E MÉTODOS

O Vale do Guaporé localiza-se no sudoeste de Rondônia e inclui os municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, sendo área predominantemente rural (Brasil, 2015). É caracterizada por sua beleza cênica e pela riqueza dos seus recursos naturais. No entanto, seu histórico de ocupação e “desenvolvimento” está marcado pelo colonialismo e pela escravização. A região teve grande importância geopolítica no período colonial devido à existência de minas de ouro. A área foi palco de conflitos entre espanhóis e portugueses, assim como de militarização para proteção do território. Após o ouro exaurir, a região entrou num período de decadência, os escravizados foram abandonados e assentaram-se à margem do rio principal, formando os quilombos da região (Cruz, 2013).

A fim de cumprir o objetivo, realizou-se pesquisa documental como base para adquirir compreensão prévia dos impactos socioambientais do turismo no Vale do Guaporé. No entanto, para ter um entendimento mais abrangente do problema e, a partir das vozes dos sujeitos que sofrem as suas consequências, fez-se importante conhecer a percepção dos moradores de uma comunidade quilombola pertencentes à área. Assim, realizou-se, em junho de 2021, encontro virtual com lideranças e membros da comunidade, com o intuito de escutar seus clamores e demandas.

## 4.3 RESULTADOS

No Quadro 11, apresentam-se, resumidamente, os impactos socioambientais no Vale do Guaporé, identificados através da pesquisa documental.

Quadro 11 – Impactos socioambientais no Vale do Guaporé (RO)

IMPACTOS	REFERÊNCIA
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turismo e pesca predatórios,</li> <li>▪ Caça e pesca ilegal,</li> <li>▪ Falta de fiscalização em UCs.</li> </ul>	Machado (2020)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pesca escassa,</li> <li>▪ Poluição nos rios,</li> <li>▪ Peixe morto.</li> </ul>	Teixeira (2019)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turismo descontrolado,</li> <li>▪ Pesca predatória.</li> </ul>	Caramello (2016)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turismo predatório,</li> <li>▪ Falta de fiscalização,</li> <li>▪ Conflitos entre pesca amadora, pescadores artesanais, turismo e órgãos gestores da atividade no estado,</li> <li>▪ Dizimação da fauna aquática do rio (sendo que Costa Marques era referência nos anos 1980-90),</li> <li>▪ Intensa pesca sem fiscalização, induzindo à sobrepesca, e, conseqüentemente, à diminuição do estoque pesqueiro,</li> <li>▪ Embarcações de turistas utilizam motores de alta potência, causando impacto nas margens dos rios, principalmente assoreamento,</li> <li>▪ Turistas não respeitam as leis nem os pescadores (insultos, incidentes),</li> <li>▪ Turistas cometem infrações frequentemente e não são punidos (ex.: pescam espécimes em tamanhos proibidos, usam apetrechos de pesca proibidos),</li> <li>▪ Barulho de motores e festas incidem em fuga de peixes,</li> <li>▪ Resíduos sólidos e poluição das águas.</li> </ul>	Freitas (2014)

Fonte: elaboração própria (2023).

Desta maneira, percebe-se que o turismo na área de estudo é visto como ameaça, assim como detecta-se um “novo tipo de colonizador: o turista pesqueiro” (Teixeira, 2019). A falta de fiscalização não é prática recente, tendo sido relatada em 2007 pelo Projeto Brasil das Águas, Sete Rios, Guaporé; que também constatou a invasão e falta de demarcação das terras das populações tradicionais, a carência de planejamento do turismo e a escassez do recurso pesqueiro (Moss; Moss, 2007). Ao contrário do que consta em lei, estão sendo toleradas práticas e apetrechos de pesca considerados predatórios (Rondônia, 2011).

A comunidade com a qual se dialogou, relatou aspectos preocupantes que acontecem na região e que demandam medidas urgentes e eficazes, a saber:

- Escassez da principal fonte de alimento (peixe), fazendo com que os moradores tenham que ir cada vez mais longe para buscá-lo, onerando o combustível;
- Qualidade da água dos rios deteriorada;
- Falta de estrutura e saneamento básico;
- Resíduos deixados por turistas;
- Território não delimitado;
- Por ser área de fronteira, existe circulação frequente de pessoas, fato que deriva em vulnerabilidade social, especialmente para crianças e jovens;
- Poder público não dialoga com a comunidade, chega com “pacotes prontos”;
- Poder nas mãos dos donos das pousadas, comunidade sem voz;
- Preocupação inerente ao turismo desordenado de pesca que tem afastado peixes e quelônios e destruído berçários, questão que afeta a própria sobrevivência das populações da área.

#### 4.4 DISCUSSÕES

Salienta-se que, o título de “Santuário Ecológico da Pesca Amadora e Esportiva” dado à bacia hidrográfica do Guaporé; abre as portas à pesca, que, como já visto, realiza-se de forma predatória. O difícil acesso às áreas da bacia hidrográfica do rio Guaporé inviabiliza, de fato, um adequado monitoramento e uma eficaz fiscalização, sendo que, os impactos desta prática são padecidos pelas comunidades que na região tem seus territórios.

Por outro lado, o estado de Mato Grosso do Sul, ao igual que o estado de Rondônia, possui um contexto transfronteiriço, fazendo divisa com Paraguai e Bolívia. Isso traz, ainda, maior complexidade aos territórios. A partir de Violin e Alves (2017), e no intuito de compreender como se desenvolveu especificamente o turismo de pesca no estado, realizou-se, no Quadro 12, um breve histórico do turismo de Mato Grosso do Sul.

Quadro 12 – Histórico do turismo em Mato Grosso do Sul

Ano	Situação
1970	Início da pesca no território – não havia investimentos expressivos em infraestrutura
1980 e 1990	Início de estruturação dos serviços de turismo (hospedagem, alimentação, casas de pesca com materiais e suprimentos para a atividade).
De 1979 em diante	Perfil da pesca se alterou substancialmente
De 1981 a 1992	Ações públicas relevantes para o fomento do turismo
De 1994 a 2000	Escalada turística notória, com número de pescadores amadores cadastrados variando de 40 a 60 mil. Em 1999 atinge-se o ápice da pesca turística
1999	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTUR Decreto nº 442
2000	Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul - Lei Estadual nº 2.135. Com ela, estabelece-se a diminuição da cota de captura no estado (dois exemplares por pescador enquanto a cota nacional era de 10 kg mais um exemplar). Derivado desta medida, forte crise no setor do turismo de pesca, menor entrada de turistas e de divisas para o estado.
2001	Início de queda acentuada da pesca esportiva
2006	A pesca atinge ao redor de 16000 pescadores
2007	Cota retorna ao patamar nacional!
2013	Pesca esportiva/amadora = 50,5%, pesca profissional= 49,5% Muito!

Fonte: Violin e Alves (2017).

Um dado alarmante trazido pelos autores diz que ao redor dos anos 1980 estimou-se que atuavam na região aproximadamente 17.000 pescadores amadores que retiravam em média 40 quilos de peixe por pescador, na alta temporada (totaliza 680.000 kg de peixe, só não diz se é ano, mês, semestre etc.). O dado, ao que parece, inclui unicamente os pescadores cadastrados. Desta maneira, considerando os pescadores clandestinos, esse número deve elevar-se expressivamente.

Nessa análise temporal do turismo no estado de Mato Grosso do Sul (MS), os autores o classificam em duas fases: a primeira seria uma etapa de massificação; e a segunda seria uma fase “vinculada à natureza”. Sem embargo, pelo que o texto dá a entender, o que mudou do turismo em MS foi principalmente sua denominação, de turismo de pesca para ecoturismo, e a demanda turística. No entanto, os autores citam que as iniciativas privadas vendem seus serviços como sendo ecoturismo, mas, na prática, os turistas não possuem esse apelo por medidas e ações de preservação e conservação do ambiente nem pela valorização da cultura local, seguindo os moldes de um turismo convencional com fortes impactos ao ambiente visitado. Citam-se como exemplos a geração considerável de resíduos sólidos, a realização de cavalgadas em espaços preservados, o uso de animais silvestres como atrativo, dentre outros.

Por outro lado, na I Conferência para Trocas de Saberes sobre a Amazônia Legal acontecido em junho de 2023, a Márcia Nunes Maciel, do povo indígena Mura (Márcia Mura), relatou que, na Comunidade Nazaré localizada próxima a Porto Velho (RO), na região do Baixo Madeira, acontece também a pesca predatória. Comentou que pescadores deixam malhadeiras no Lago Maravilha e que muitos dos peixes atrapados terminam apodrecendo. Indicou também que ocorre muita especulação imobiliária na área e que várias empresas querem tirar a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) do território. A população encontra-se em situação de vulnerabilidade e insegurança. Os comunitários tentam controlar invasões e demais riscos, mas sofrem ameaças.

Em diálogo mantido com comunidade multiétnica do Vale do Guaporé (RO), algumas lideranças apontaram situações similares no seu território e frisaram que muitos atores externos querem derrubar o Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Bem-informada da Comunidade Tradicional de Rolim De Moura do Guaporé Quilombolas, Indígenas Wajuru, Sakirabiar e Guarassuê, que a comunidade elaborou junto ao Ministério Público para que toda ação que fosse realizada na localidade passasse por consulta e autorização da sua população.

Desta maneira, percebe-se a ausência do Estado e a falta de proteção e resguardo dos territórios tradicionais em Rondônia e estados vizinhos.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fase da pesquisa compreendeu o contexto da região e da comunidade de estudo, assim como identificou os impactos socioambientais gerados pelas atividades turísticas no Vale do Guaporé. Estas etapas são importantes para elaborar, posteriormente, junto à comunidade, diagnóstico socioambiental da gestão do turismo e, encontrar soluções endógenas sustentáveis para o território, uma vez que a comunidade clama por um plano de gestão ambiental e territorial a ser elaborado em conjunto com instituições parceiras, a fim de conservar sua sociobiodiversidade.

#### 4.6 REFERÊNCIAS

ADAMY, A. (org.). **Geodiversidade do estado de Rondônia**. Porto Velho: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: Senac, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais: segmentação do turismo**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Perfil territorial: Vale do Guaporé RO**. Brasília: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Pesca: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de turismo, 2010.

CARAMELLO, N. **La historia ambiental de un río no se cuenta solamente por sus aguas: estudio de caso de la Cuenca Rio Branco y Colorado, Rondônia, Brasil**. 2016. 350 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, Catalunya, 2016.

CRUZ, T. A. O processo de formação das comunidades quilombolas do Vale do Guaporé. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013.

FREITAS, G. L. de. **Influência do turismo para os pescadores artesanais nas comunidades de São Francisco do Guaporé e Costa Marques-RO**. 2014. 61 p. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal de Rondônia, Presidente Médici, 2014.

MACHADO, D. T. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas *versus* o avanço da agropecuária. **Revista GeoNordeste**, v. 1, p. 22-39, 2020.

MOSS, G.; MOSS, M. **Projeto Brasil das Águas – Sete Rios**. Relatório Rio Guaporé. Brasília: Petrobras, 2007. Disponível em: [http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81\\_Relatorio.pdf](http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81_Relatorio.pdf). Acesso em: 05 maio 2022.

RONDÔNIA. Lei nº 2.508, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre a proibição da pesca profissional na bacia hidrográfica do rio Guaporé e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 1769, 08 jul. 2011.

TEIXEIRA, M. A. D. As famílias Wajuru negras de Porto Rolim de Moura do Guaporé. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 31, p. 208-234, 2019.

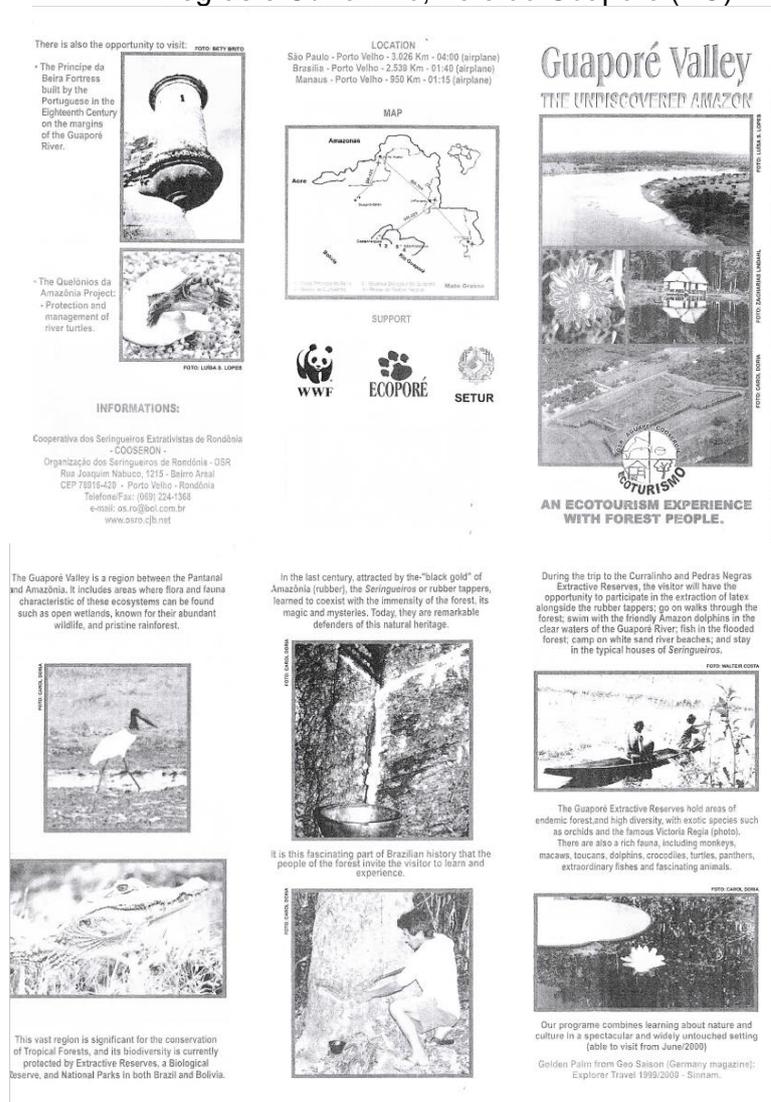
TERRA DA GENTE. Tucunarés, barbado e pirarara agitam pescaria em Rondônia. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2019/12/13/tucunares-barbado-e-pirarara-agitam-pescaria-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2024.

VIOLIN, F. L.; ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustainability in Debate**, v. 8, n. 2, p. 130-146, 2017.

# CAPÍTULO 5

## PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO COMUNITÁRIO NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ (RO)

Figura 22 – Folder de divulgação (em inglês) do projeto de ecoturismo comunitário nas RESEX Pedras Negras e Curralinho, Vale do Guaporé (RO)



Fonte: acervo físico do projeto (Ecoporé, [s. d.]).

## **5 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES**

### **5.1 INTRODUÇÃO**

O projeto de desenvolvimento do turismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras inserida na margem direita do Rio Guaporé, no conhecido território fluvial Vale do Guaporé (Rondônia), analisado neste capítulo da pesquisa, teve início ao redor do ano 1990 e sustentou-se no ecoturismo comunitário ou ecoturismo de base comunitária, tendo forte influência das diretrizes do ecoturismo.

O ecoturismo, como segmento alternativo ao turismo de massa, foi sendo conceituado de modo a distinguir as práticas gerais turísticas e de lazer em áreas naturais daquelas que realmente apresentavam algum compromisso com o ambiente e as comunidades visitadas (Martins; Silva, 2018). Embora a preocupação com a conservação tenha aparecido desde as primeiras definições (Ceballos-Lascurain, 1998), apenas com o tempo foram delineadas as bases mais sólidas de distinção efetiva da atividade. Neste contexto, apostou-se no denominado “tripé do ecoturismo” (Fennell, 2014; TIES, 2015), pelo qual, uma atividade que busque ser classificada dentro deste segmento precisa ter suas práticas permeadas pelo apoio à conservação ambiental, pelo envolvimento das comunidades locais receptoras e pela interpretação ambiental como meio de interface entre visitantes e os espaços visitados.

Num diagnóstico em campo realizado pela WWF-Brasil sobre o ecoturismo (estudos de caso), foi percebido que seus pilares estavam sendo distorcidos e que a atividade, com fundamentos tão bem delineados em princípio, poderia se converter em prática econômica exploratória em Unidades de Conservação. Para tanto, a organização não governamental lançou em 2003 o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, visando proporcionar ferramentas viáveis para um planejamento responsável deste segmento turístico (Mitraud; Santos, 2003).

Segundo a WWF-BR, o ecoturismo de base comunitária pode ser entendido como “Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (Mitraud; Santos, 2003, p.

23) tal como consta no *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um Planejamento Responsável*.

O manual, além da conceituação deste segmento, gera subsídios para a elaboração de planos de ecoturismo e elenca alguns princípios-chave para seu adequado planejamento, execução e avaliação, sendo eles:

- a) Contribuir para a conservação do patrimônio natural;
- b) Respeitar e valorizar a cultura e tradições locais;
- c) Diversificar as atividades econômicas com geração de emprego e renda;
- d) Realizar-se em processo participativo, com capacitação e envolvimento dos comunitários.

Os princípios do ecoturismo de base comunitária se entrelaçam com premissas e alicerces do ecoturismo e ambas são permeadas pelas diretrizes do turismo sustentável, a saber (OMT, 2020):

- a) Otimização de recursos ambientais e conservação da biodiversidade;
- b) Respeito e valorização da cultura e das tradições das comunidades anfitriãs;
- c) Benefícios socioeconômicos justos para todas as partes interessadas.

Em política recente, que institui o Turismo de Base Comunitária (TBC) no estado da Bahia, avança-se na compreensão de que este tipo de turismo não se realiza unicamente em áreas naturais protegidas, mas também desenvolve-se por pessoas pertencentes à cidade, ao campo, às águas e às florestas, tais como: favelas e comunidades urbanas; agricultores familiares; comunidades ribeirinhas e de pescadores artesanais; comunidades indígenas e quilombolas; populações de assentamentos rurais e similares; povos de terreiros; dentre outros (Bahia, 2019).

Elementos importantes, que fazem parte do turismo comunitário, dizem respeito à autogestão dos territórios por parte de seus povos e comunidades, sendo o trabalho realizado e os benefícios econômicos adquiridos distribuídos de maneira equitativa, além de propiciar relações horizontais entre anfitriões e visitantes, que valorizem a diversidade e o diálogo intercultural (Maldonado, 2005).

Segundo Mitraud e Santos (2003), o êxito para a implantação de um projeto de ecoturismo comunitário alicerça-se em três pilares:

- a) Planejamento adequado que considere “instrumentos para planos, diagnósticos e desenvolvimento de projetos” (Mitraud; Santos, 2003 p. 15);
- b) Infraestrutura bem definida, projetada e executada com mínimos impactos;
- c) Sistema de avaliação e monitoramento dos efeitos da visitação pública.

Percebe-se assim a variedade de princípios que permeiam o ecoturismo comunitário e, portanto, vê-se a necessidade de estabelecer princípios claros e concisos para a análise documental do “projeto primário” de desenvolvimento do turismo na localidade estudada (Vale do Guaporé, no estado de Rondônia).

Nesse intuito, o objetivo deste capítulo consiste em analisar o processo de implantação e implementação do ecoturismo comunitário nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e de Curralinho no Vale do Guaporé, estado de Rondônia, considerando os princípios, as premissas e as diretrizes preponderantes para este segmento turístico, a fim de aprofundar no entendimento da dinamicidade e transformação do turismo no território.

## 5.2 METODOLOGIA

Para entendimento aprofundado da implementação e desenvolvimento do turismo nas duas reservas supracitadas, notadamente na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, obteve-se informação documental sobre o projeto de ecoturismo comunitário que teve início há mais de 30 anos. Para tal, realizou-se contato preliminar com o presidente da Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé) – instituição detentora do acervo do projeto – quem autorizou a consulta dos documentos físicos existentes. Visando ter acesso aos documentos, realizou-se deslocamento até a capital do Estado, Porto Velho, visitando a sede principal da Ecoporé.

O colaborador da organização, muito gentilmente, disponibilizou todos os registros do projeto, dos quais se fez, *in loco*, uma leitura dinâmica que possibilitou a escolha daqueles que se consideraram os principais documentos do projeto, obtendo 625 folhas fotocopiadas. Na sequência, procedeu-se à leitura minuciosa de todos os documentos levantados, realizando-se a sistematização do material recompilado, extraíndo, de cada registro, a informação principal relacionada ao objetivo do estudo.

Para tratamento dos resultados, recorreu-se à análise documental. Segundo Bardin (2016), este processo de análise visa a transformação de um documento primário (bruto) num documento secundário (tratado), que, dependendo do propósito e do interesse do pesquisador, tem um sentido próprio. Assim, o objeto de análise correspondeu aos documentos existentes no acervo físico da Ecoporé sobre o projeto de ecoturismo comunitário na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, inserida no Vale do Guaporé, Rondônia. Portanto, empregaram-se fontes primárias e documentos escritos.

Os registros foram analisados à luz dos princípios, diretrizes e premissas do ecoturismo de base comunitária, que se definiram especificamente para esta pesquisa, considerando aqueles descritos e supracitados neste capítulo, sendo:

1. Estimular a valorização do patrimônio natural (biodiversidade e elementos da paisagem);
2. Ser planejado e desenvolvido em processo participativo;
3. Respeitar e valorizar a cultura das comunidades anfitriãs, sendo socialmente justo;
4. Diversificar as atividades econômicas por intermédio da capacitação e empoderamento do tecido social, sendo economicamente viável para as comunidades e prevendo a continuidade dos projetos;
5. Contar com a interpretação ambiental como interface entre comunidades, visitantes e áreas naturais;
6. Possuir mecanismos de controle de impactos ambientais e culturais.

Assim, se interpretaram os documentos atentando-se ao objetivo concreto proposto, relacionando-se cada um dos registros com as diretrizes definidas para o estudo, de modo a compará-las, tendo como resultado o atendimento total, parcial ou inexistente delas.

Adicionalmente à análise documental, procedeu-se a uma conversa informal, via *Google Meet*, com a responsável técnica pelo projeto de ecoturismo comunitário naquele momento de sua implementação e execução. A técnica liderou e articulou as ações do projeto durante aproximadamente seis anos. A reunião aconteceu remotamente e teve como intuito entender o desenvolvimento do projeto por meio da experiência da pessoa responsável pela sua execução, que vivenciou o processo como um todo.

Um material no formato de livro, relevante para a pesquisa – fruto da tese denominada *Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia* defendida por Carolina Rodrigues da Costa Dória em 2004, pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) –, descreve fielmente o projeto executado, o qual está disponível na biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

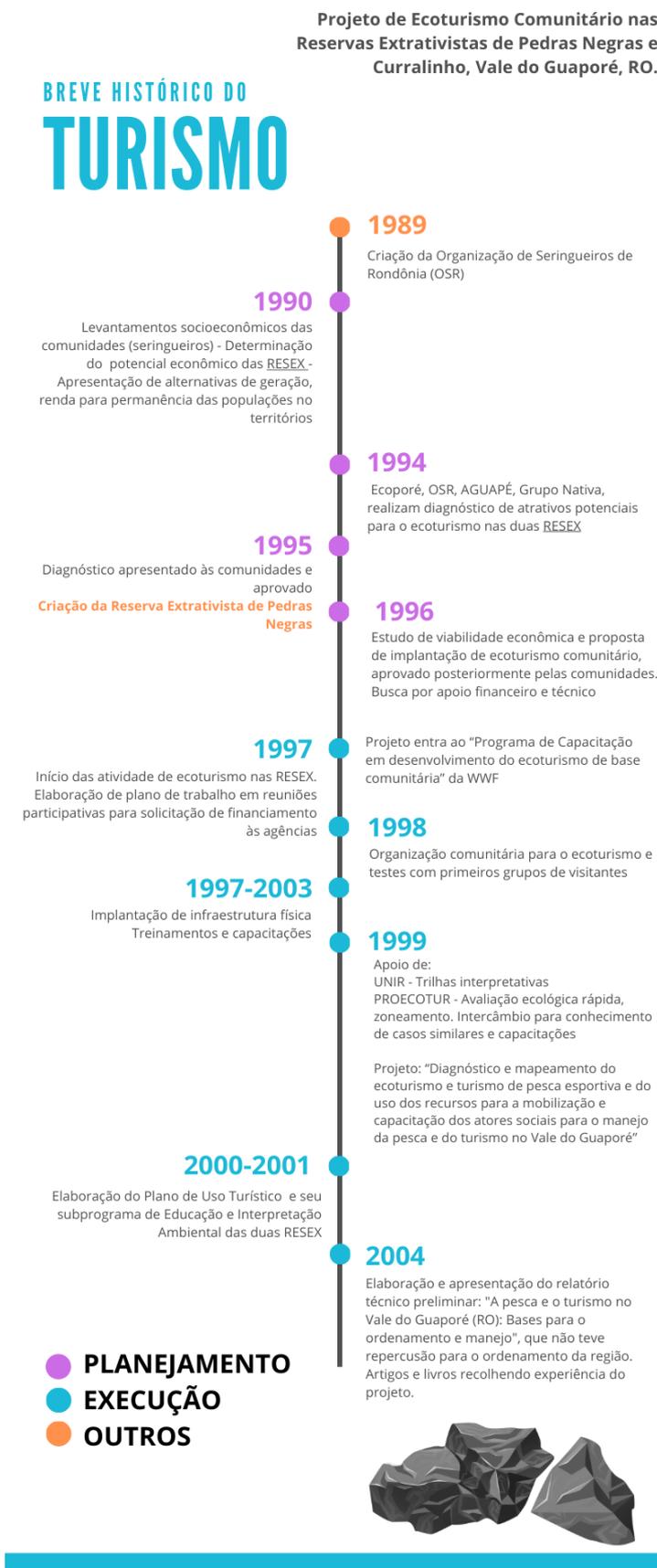
Ressalta-se que, por questões de tempo e custo, não foi analisado todo o acervo referente ao projeto, sendo somente direcionadas pesquisas para aquelas informações que se consideraram mais relevantes. No entanto, a análise documental permitiu conhecer melhor os antecedentes do turismo na comunidade e ter bases sólidas para as subseqüentes fases da pesquisa.

### 5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### **5.3.1 Histórico da concepção e execução do projeto de desenvolvimento de Ecoturismo Comunitário nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Curralinho, no Vale do Guaporé, em Rondônia**

Apresenta-se, na Figura 23, um breve histórico do desenvolvimento do turismo nas Reservas Extrativistas (RESEX) de Pedras Negras e Curralinho, no Vale do Guaporé, em Rondônia. Plasmam-se aqui os fatos mais relevantes desta temática, visando contextualizar para o leitor a trajetória do fenômeno nas comunidades.

Figura 23 – Histórico do turismo nas RESEX Pedras Negras e Curralinho, RO



Fonte: elaboração própria (2023).

A Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), desde sua criação em **1989**, procura por instrumentos para implantar e consolidar as Reservas Extrativistas do Estado. Não é uma tarefa fácil e, apesar de muitos esforços, esta meta ainda está longe de ser atingida, destaca o presidente da organização (UNIR, 2001b).

Antes do estabelecimento do projeto, na fase de planejamento, as entidades de base (como a OSR) e as instituições parceiras identificaram se as comunidades teriam interesse ou não no ecoturismo (Ecoporé, 2004). Desta maneira, de **1989-1990**, a Ecoporé e o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMA) realizaram levantamentos socioeconômicos dos seringueiros no Vale do Guaporé, identificando a realidade das populações das duas RESEX, assim como verificando o potencial econômico das RESEX Pedras Negras e Curralinho para diversas atividades como ecoturismo comunitário, o manejo florestal comunitário e o manejo eminentemente agrícola. Neste sentido, a equipe discutiu com as comunidades alternativas para geração de renda e permanência das populações nas reservas (Dória; Rosendo, 2003; Dória; Azevedo-Ramos, 2007) e elas demonstraram interesse numa das alternativas propostas, ante desconhecida, o ecoturismo.

Após o aceite das comunidades participantes no processo, em **1994**, a Ecoporé, a OSR, a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPÉ), entre outros, realizaram diagnóstico de atrativos potenciais para o ecoturismo nas duas RESEX (Ecoporé, 2000). Em julho de **1995**, é criada a Reserva Extrativista de Pedras Negras (Rondônia, 1995). No mesmo ano, o diagnóstico de atrativos foi apresentado às comunidades e aprovado. Em **1996** as entidades realizam estudo de viabilidade econômica e proposta de implantação de ecoturismo comunitário, com apoio do governo do estado. Na ocasião, apresentaram o resultado às comunidades, as quais aprovaram a proposta (Dória, 2004). Posteriormente, as entidades buscaram apoio financeiro e técnico para implantação do projeto. Em **1997**, o Grupo Bioma atualizou os atrativos naturais e culturais das reservas (Ecoporé, 2000).

Já na fase de execução, em **1997**, as comunidades locais, apoiadas pelos órgãos externos, iniciaram a atividade de ecoturismo nas RESEX, como fonte de renda, sustentabilidade ambiental e conservação da floresta. Realizaram-se reuniões comunitárias com órgãos de apoio para elaboração de plano de trabalho, em reuniões participativas, objetivando solicitação de financiamento às agências. A partir de agosto de 1997, o projeto ingressou no "Programa de Capacitação em desenvolvimento do

ecoturismo de base comunitária” promovido pela WWF que perdurou até 1998 (Ecoporé, 2000).

De **1998 a 1999**, a comunidade se organizou para a efetivação do ecoturismo e ocorreram testes com os primeiros grupos de visitantes. De **1997 a 2003**, realizou-se a implantação da infraestrutura física para o receptivo, sendo construída de maneira comunitária, em 1999, a casa tradicional de seringueiros, tendo sido organizada a horta e o pomar comunitário, dentre outras instalações. Os treinamentos e capacitações também foram realizados neste período. Aconteceu a inauguração da pousada de selva rústica em 2001 (Brasil, 2000). Em **1999**, o projeto recebeu apoio da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) para execução de trilhas interpretativas, do PROECOTUR para realização de Avaliação Ecológica Rápida das RESEX, do zoneamento e da atualização do Plano de Uso Ecoturístico, assim como algumas atividades de intercâmbio e capacitação (Ecoporé, 2000).

Neste último ano, colocou-se em curso o projeto “Diagnóstico e mapeamento do ecoturismo e turismo de pesca esportiva e do uso dos recursos para a mobilização e capacitação dos atores sociais para o manejo da pesca e do turismo no Vale do Guaporé” (Ecoporé, 2000). Surgiram esforços governamentais, com envolvimento de organizações da sociedade civil da região do Guaporé para consolidar o Corredor Ecológico do Vale do Guaporé (Brasil – Bolívia). Escolheu-se o município de Costa Marques como Centro de Referência ao Ecoturismo de RO durante a fase de pré-investimento do PROECOTUR (Ecoporé, 2000; UNIR, 2001b).

Em novembro de 2001, realizou-se a elaboração do Subprograma de Interpretação Ambiental das duas RESEX, direcionado aos visitantes do projeto de ecoturismo e aos alunos de ensino médio estadual e municipal, assim como deu-se continuidade à organização comunitária para assumir o projeto. Em outubro do mesmo ano, procedeu-se à avaliação do perfil dos visitantes na RESEX Currallinho (UNIR, 2001b; Brasil, 2000).

Em abril de 2002, efetuou-se, na Vila Pedras Negras, o seminário para realização do zoneamento participativo, com duração de quatro dias (Brasil, 2000).

A proposta de ecoturismo comunitário contou com a colaboração e atuação de entidades representantes de classe, organizações não governamentais, entidades de financiamento, instituições parceiras, dentre outras. No Quadro 13, apresentam-se as entidades que aportaram recursos humanos, técnicos, financeiros, de suporte e capacitação.

Quadro 13 – Instituições envolvidas no Projeto de Ecoturismo Comunitário das RESEX Pedras Negras e Currealinho, RO

Entidade	Instituição – Sigla	Descrição
Proponente	Ação ecológica Guaporé – Ecoporé	No período do projeto a Ecoporé era uma Organização Não Governamental, hoje é uma organização privada, sem fins lucrativos <sup>9</sup> . Ela atuou na coordenação do projeto de ecoturismo comunitário.
Parceiras	Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR	Entidade representantes da classe dos extrativistas, que atuam a nível estadual. Participou na organização política e social junto às comunidades e órgãos do governo
	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	Atuou no apoio técnico na realização de atividades de coordenação e elaboração de planos.
	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Participou dando apoio técnico através da elaboração da proposta do projeto.
Executora	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÉ	Organização de base com sede em Costa Marques. Executou junto com os comunitários as ações referentes ao projeto.
Financiamento	Fundo Mundial da Natureza – WWF/BR	Sua participação deu-se pelo apoio financeiro e técnico do projeto assim como no programa de capacitação e apoio logístico.
Outras	<u>Governo Federal:</u> Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente – SCA/MMA; Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR; Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO	Apoio financeiro e técnico.
	<u>Governo Estadual:</u> Superintendência Estadual de Turismo – SETUR; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM	Apoio logístico.
	Banco da Amazônia – BASA	Apoio financeiro
	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-RO	Apoio técnico, capacitação e treinamento.

Fonte: adaptado de Ecoporé (2000).

Constam no Quadro 14, a seguir, os documentos que deram suporte à análise do projeto de ecoturismo comunitário na comunidade de Pedras Negras.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ecopore.org.br/>. Acesso em: out. 2022.

Quadro 14 – Documentos objeto de análise do projeto de ecoturismo comunitário das Reservas Extrativistas Pedras Negras e Currálinho em Rondônia

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
1	Avaliação da proposta de investimento em ecoturismo para as RESEX Currálinho e Pedras Negras no Estado de Rondônia de ponto de vista de sua viabilidade econômica. 22 p.	Avaliação da proposta [...] viabilidade econômica. [S. l.]: [s. n.], 1996 ( <i>data provável</i> )	<p>O documento traz uma análise de mercado dos produtos turísticos ofertados nas RESEX Currálinho e Pedras Negras, elucidando a viabilidade econômica do projeto.</p> <p>A avaliação contém:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Resumo executivo;</li> <li>▪ Mercado (demanda atual do turismo e imagem de Rondônia, mercados potenciais, concorrência, possíveis barreiras);</li> <li>▪ Descrição do produto (Currálinho, Pedras Negras);</li> <li>▪ Estratégia de marketing (preço, plano de divulgação);</li> <li>▪ Considerações do modelo de gestão;</li> <li>▪ Análise econômica (custo investimento, custo operação, resultado);</li> <li>▪ Conclusões e considerações;</li> <li>▪ Bibliografia;</li> <li>▪ Contatos importantes de marketing;</li> <li>▪ Planilhas (modelo financeiro);</li> </ul> <p>Cada subseção supracitada apresenta um resultado explícito, claro e conciso.</p>
2	Uma experiência de ecoturismo com os povos da floresta. Vale do Guaporé. A Amazônia desconhecida.	Ecoporé, OSR, AGUAPÉ. WWF, 1999 ( <i>data provável</i> )	<p>Folheto – Apostila</p> <p>Roteiro ecoturístico contendo: Duração, datas, nível de dificuldade, acomodações, preços.</p> <p><b>Produtos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trilhas aquáticas e terrestres;</li> <li>▪ Apreciar aves nas torres de observação;</li> </ul>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Focar jacarés;</li> <li>▪ Participar do pesca e solte;</li> <li>▪ Acompanhar processo de fabricação de farinha;</li> <li>▪ Artesanato local;</li> <li>▪ Deliciar com culinária típica;</li> <li>▪ Modos de acesso.</li> </ul> <p>O <b>pacote</b> incluía: 2 RESEX + Costa Marques com Balneário Lagoa Azul e Parque das Orquídeas + Forte Príncipe da Beira + Projeto Quelônios da Amazônia. Dia optativo: manejo florestal comunitário da RESEX Rio Cautário.</p>
1	Termo de responsabilidade da OSR, da assessoria técnica e do visitante – Expedição Guaporé: a Amazônia desconhecida.	Dória, 1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Carta de apresentação contendo: lista de objetos de uso pessoal para levar na expedição e dados pessoais e informações em caso de saúde e/ou acidente, assinada pela assessora técnica da OSR.</li> <li>▪ Termo descrevendo as responsabilidades da OSR e da assessoria técnica durante a expedição e reconhecimento das responsabilidades do visitante no período de 31 de março a 1 de abril de 1999.</li> <li>▪ Programação (diária): Guaporé – A Amazônia desconhecida.</li> </ul>
2	Ecoturismo como sistema de conservação ambiental e geração de renda em Reservas Extrativistas do Vale do Guaporé, RO.	Ecoporé, 2000 ( <i>data provável</i> )	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação do projeto (título, tipo de projeto, localização geográfica, caracterização ambiental, resumo do projeto): O projeto identifica claramente o problema -das populações, das reservas- e oferece solução robusta para amenizá-lo, melhorá-lo.</li> <li>▪ Coordenação do projeto</li> <li>▪ Instituições envolvidas no projeto</li> </ul>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnóstico com:</li> <li>▪ Cenário atual;</li> <li>▪ Relação de causas;</li> <li>▪ Iniciativas desenvolvidas e instituições relacionadas;</li> <li>▪ Intervenções conhecidas;</li> <li>▪ Ações chave do problema atual e futuro;</li> <li>▪ Ações chave propostas pelo projeto;</li> <li>▪ Justificativa</li> <li>▪ População diretamente envolvida (25 famílias, 129 pessoas, 28 mulheres).</li> <li>▪ Planejamento de execução e métricas – Metas e atividades, sendo 18 metas no total, todas muito bem descritas.</li> <li>▪ Planilhas de programação de execução física;</li> <li>▪ Planilhas de programação orçamentária por meta;</li> <li>▪ Planilha de consolidação da programação orçamentária;</li> <li>▪ Discriminação da contrapartida;</li> <li>▪ Discriminação e justificativa da aquisição de equipamentos- materiais permanentes;</li> <li>▪ Termos de referência dos serviços a contratar.</li> </ul>
3	Reserva Extrativista de Pedras Negras – PLANO DE USO TURÍSTICO.	Brasil, 2000 ( <i>data provável</i> ).	<p>Introdução (beleza natural e riqueza cultural) Atrativos ecoturísticos (mostra vantagens e desvantagens de cada tipo de atrativo).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trilhas na mata de terra firme</li> <li>▪ Trilhas nos igapós</li> </ul>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lagos e baías</li> <li>▪ Campos</li> <li>▪ Rio Guaporé</li> <li>▪ Vila de Pedras Negras</li> </ul> <p>Uso público atual</p> <p>Áreas potenciais para o desenvolvimento ecoturístico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vila de Pedras Negras e redondezas</li> <li>▪ Baía da Capivara</li> <li>▪ Baía do Meio</li> <li>▪ Baía Rica</li> <li>▪ Seleção de áreas de desenvolvimento</li> </ul> <p>Zoneamento da reserva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição das zonas</li> </ul> <p>Monitoramento e capacidade de suporte</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capacidade de suporte</li> <li>▪ Procedimentos para monitoramento</li> <li>▪ Indicadores</li> <li>▪ Capacidade de suporte inicial recomendada</li> </ul> <p>Pousada Pedras Negras</p> <p>Interpretação ecoturística</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do ecossistema</li> <li>▪ Cultural</li> </ul> <p>Infraestrutura de visitação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trilha da Castanha</li> <li>▪ Torre de Copadas</li> <li>▪ Trilha da Maloca</li> </ul>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mirante dos Campos</li> <li>▪ Rota de Canoagem da Baía do Marimbondo</li> <li>▪ Alojamento flutuante da Baía Rica</li> <li>▪ Rotas de Canoagem da Baía Rica</li> <li>▪ Flutuante na Baía do Meio</li> </ul> <p>Operações ecoturísticas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Traslados</li> <li>▪ Aquisição de embarcação tipo “expressinho”</li> <li>▪ Hospedagem</li> <li>▪ Programas Ecoturísticos</li> <li>▪ Terceirização</li> <li>▪ Cursos para Guias</li> </ul> <p>Divulgação e marketing Medidas de segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sistema de comunicações</li> <li>▪ Treinamento em busca-e-resgate e primeiros socorros</li> <li>▪ Plano de evacuação de emergência</li> <li>▪ Procedimentos emergenciais</li> </ul> <p>Educação ambiental Cooperação institucional Orçamento e cronograma</p>
4	Projeto: Ecoturismo com base comunitária na Reserva Extrativista de Currálinho e Pedras Negras: Estruturação Física e Capacitação pessoal (Planejamento Participativo, 1º Trimestre)	Dias, jun. 2000	<p>Descreve as reuniões da equipe e dos comunitários visando o planejamento e avaliação de atividades relacionadas ao turismo nas comunidades Currálinho e Pedras Negras, contendo:</p> <p><b>Comunidade de Currálinho;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conversando com a comunidade de Currálinho (lista de participantes). Assuntos: determinação de local de construção,</li> </ul>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<p>limpeza da área, retirada da paxiúba<sup>10</sup>, retirada da palha, pomar comunitário, representantes do colegiado, curso de vigilância comunitária – SEDAM;</p> <p><b>Comunidade de Pedras Negras;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conversando com a comunidade de Pedras Negras (lista de participantes). Assuntos: Determinar o local de construção, limpeza da pista de pouso, limpeza do local de construção, serviços de ajudantes na construção, manutenção da casa teste, manutenção da casa de farinha, horta comunitária, curso de vigilância comunitária – SEDAM.</li> </ul>
5	<p>Projeto: Ecoturismo com base comunitária nas Reservas Extrativistas de Currálinho e Pedras Negras: Estruturação física e capacitação de pessoal</p> <p>Relatório parcial – 3ª visita técnica</p>	Dias, nov. 2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação;</li> <li>▪ Comunidade de Currálinho;</li> <li>▪ Comunidade de Pedras Negras;</li> <li>▪ Anexos.</li> </ul> <p>Encerra nesta fase a estruturação física (fase de acabamento). Preveem-se as seguintes atividades: Curso de primeiros socorros, avaliação de planejamento anterior, realização de terceiro planejamento participativo. Chama atenção a atividade de “<i>Construir junto com a comunidade Pedras Negras árvore genealógica de todas as famílias que vivem naquela área</i>”.</p>
6	Relatório técnico final de consultoria	Santos, jun. 2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise da qualidade do projeto de ecoturismo;</li> <li>▪ Descreve-se a metodologia de trabalho;</li> <li>▪ Atividades;</li> </ul>

<sup>10</sup> Segundo o *Dicionário Michaelis* on-line, “Paxiúba - pa-xi-ú-ba sf. BOT Palmeira (*Socratea exorrhiza*) nativa das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil e em países limítrofes, de folhas pinadas, frutos amarelo-avermelhados e madeira própria para a confecção de bengalas, tabuados, arcos, flechas e lanças; acunã, castiçal, coqueiro-acunã, palma-de-cacho”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/paxi%C3%BAbas/>. Acesso em: 30 set. 2023.

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sugestões (horta comunitária, viveiro de plantas medicinais, resgate de informações culturais e ambientais relevantes ao turismo).</li> </ul>
7	Planejamento do uso público da RESEX de Currealinho e Pedras Negras - Subprograma de educação e interpretação ambiental	Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nov. 2001b	<p>Iniciativa nasce da necessidade de se delimitar e monitorar os impactos da visitação, para garantir a sustentabilidade da atividade, a conservação das áreas de reserva, assim como o processo de conscientização ambiental ao qual se propõe o ecoturismo.</p> <p><u>Proposta:</u> utilizar uma das bases para o desenvolvimento do ecoturismo como ferramenta para conservação de Unidades de Conservação: A sensibilização do visitante pela educação ambiental com auxílio de meios interpretativos, visando à formação de novos conceitos sobre uso dos recursos naturais que promovam mudanças de atitudes para garantir uma utilização sustentável da área.</p> <p>Contextualização Proposta</p> <p><b>Caracterização da área</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contexto geográfico;</li> <li>▪ Contexto institucional da RESEX estadual;</li> <li>▪ Contexto histórico, social e econômico.</li> </ul> <p><b>Caracterização biofísica da RESEX:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Fatores bióticos:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Fauna</li> <li>○ Flora</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Fatores abióticos:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Geomorfologia,</li> <li>○ Pedologia,</li> <li>○ Clima</li> <li>○ Hidrologia;</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Caracterização dos atrativos</b></p>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<p><b>Manejo e capacidade de carga</b>  <b>Monitoramento da visitação</b>  <b>Contexto da comunidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Origem da comunidade; Origem do nome Pedras Negras; Igreja; Saúde; Escadarias; Porto; Casa teste;</li> <li>▪ “Ciclos”: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Borracha</li> <li>○ Castanha</li> <li>○ Poalha</li> <li>○ Turismo – castanha (hoje)</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Avaliação do perfil dos visitantes</b>  <b>Operacionalização</b>  <b>Mastofauna do Vale do Guaporé (1998-1999)</b>  <b>Avifauna do Vale do Guaporé</b></p>
8	Relatório Técnico Final – Projeto de pesquisa e extensão: Apoio à consolidação do ecoturismo de base comunitária das reservas extrativistas de Curralinho e Pedras Negras	Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nov. 2001a.	<p>Agradecimentos;  Introdução;  Caracterização das áreas;  Objetivos e metas;  Avaliação das metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oficinas de planejamento participativo;</li> <li>▪ Implantar e monitorar os resultados do programa de uso público no 1º ano de trabalho;</li> <li>▪ Visita de reconhecimento da área e da comunidade;</li> <li>▪ Aplicação de questionários;</li> <li>▪ Elaboração das trilhas e meios interpretativos;</li> <li>▪ Capacitação de alunos do curso de biologia;</li> </ul> <p>Discussão e conclusão;  Bibliografia consultada;</p>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<p>Anexos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação dos planejamentos participativos;</li> <li>▪ Bancos de dados de fauna Vale do Guaporé;</li> <li>▪ Plano de uso público – programa de educação e interpretação ambiental;</li> <li>▪ Perfil do turista – acampamento de praia RESEX Currallinho, Costa Marques</li> <li>▪ Avaliação das metodologias de determinação de capacidade de carga</li> </ul> <p>Outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Plano de monitoria para trilhas;</li> <li>▪ Planilha de monitoramento socioeconômico;</li> <li>▪ Avaliação de desempenho das atividades referentes ao 1º planejamento participativo nas RESEX;</li> <li>▪ Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil – Projetos demonstrativos - PD/A – Plano de monitoramento do subprojeto – avaliação ano 1. Subprojeto No. 688 com título: Ecoturismo como sistema de conservação ambiental e geração de renda em Reservas Extrativistas do Vale do Guaporé – RO. Início previsto: 01.07.2000, término previsto: 01.06.2003;</li> <li>▪ Plano de ação participativo para 2002</li> </ul>
9	Ecoturismo Comunitário em RESEX estaduais de RO. Relatório técnico parcial semestre 2/2002 Período considerado: 01.07.2002 a 31.12.2002.	Ecoporé, 2002 (2º sem.)	<p>Subprojeto que tem como objetivo: “apoiar a elaboração e implementação do <b>Plano de Marketing</b> do projeto de ecoturismo comunitário das RESEX Currallinho e Pedras Negras. O relatório traz muito bem descritas as ações e atividades relacionadas ao marketing do projeto (divulgação em jornais, revistas especializadas, sites de ecoturismo e listas de grupos relacionados ao tema).</p> <p>Construção de website específico: <a href="http://www.pedrasnegras.com">www.pedrasnegras.com</a>.</p> <p>Aponta os contatos e <i>status</i> com parceiros prestadores de serviços locais (aerolíneas, hotéis, guias, operadores e agencias de Porto Velho, nacionais e internacionais do Canadá, Estados Unidos, Nigéria, Dinamarca, Suíça, Alemanha, entre outros), assim como as feiras onde o projeto foi apresentado.</p> <p>Conclusão da implantação do plano de marketing (grande investimento)</p> <p>Outras atividades realizadas e não previstas:</p>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Visita técnica a Silves e Manaus com a comunidade (nov. de 2002);</li> <li>▪ Elaboração do Manual de Fauna do Guaporé;</li> <li>▪ Plano de uso ecoturístico e avaliação ecológica rápida das RESEX – apoio PROECOTUR;</li> <li>▪ Plano de manejo de caça e criação de animais silvestres em Pedras Negras;</li> <li>▪ Indicadores socioeconômicos;</li> <li>▪ Indicadores biológicos para a conservação;</li> <li>▪ Administração local do projeto;</li> <li>▪ Experiências e conclusões do projeto de ecoturismo em geral.</li> </ul>
10	Implantação de projetos de ecoturismo de base comunitária em Reservas Extrativistas	Ecoporé, 2004	<p>“<b>Cartilha</b> é resultado de 6 anos de experiência adquiridos pelas comunidades, entidades de base e entidades parceiras, no planejamento, gestão e monitoramento das ações de cada etapa deste longo caminho”.</p> <p><u>Objetivo</u>: sistematizar benefícios e custos e fornecer subsídios para outras comunidades tradicionais na escolha do ecoturismo como alternativa econômica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Um pouco de histórico;</li> <li>▪ Atrativos turísticos;</li> <li>▪ Plano de desenvolvimento turístico;</li> <li>▪ Infraestrutura para receptivo;</li> <li>▪ Benefícios econômicos, sociais e ambientais;</li> <li>▪ Mobilização e organização comunitária;</li> <li>▪ Buscando parcerias e soluções;</li> <li>▪ Capacitação e treinamento;</li> </ul> <p>Conclusões.</p>
11	A pesca e o turismo no Vale do Guaporé (RO): Bases para o ordenamento e manejo – Relatório técnico preliminar – Documento elaborado como subsídio para discussão na oficina de 13 de dezembro em Porto Velho, RO.	Ecoporé, WWF, dez. 2004	<p>Relatório técnico preliminar – documento elaborado como subsídio para discussão na oficina de 13 de dezembro em Porto Velho, RO</p> <p>Síntese dos trabalhos de consultoria de campo submetidos à consulta em oficinas realizadas em Costa Marques, Guajará-mirim e Pimenteiras, entre junho e outubro de 2004, com a participação dos atores e grupos de</p>

ITEM	TÍTULO DO DOCUMENTO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA
			<p>interesse. Essas atividades são parte do “Projeto de Manejo de Pesca e do Turismo no Vale do Guaporé”.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Caracterização do Vale do Guaporé <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Aspectos socioeconômicos dos municípios do Vale do Guaporé</li> <li>b. Biodiversidade e Unidades de Conservação da região</li> </ol> </li> <li>2. Dinâmica da pesca na região do Vale do Guaporé-Mamoré<sup>11</sup> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Comunidades ribeirinhas</li> <li>b. Pescadores profissionais</li> <li>c. Número de pescadores por localidade</li> <li>d. Frota pesqueira</li> <li>e. Principais pesqueiros</li> <li>f. Espécies pescadas – comercializadas</li> <li>g. Pescadores amador e esportivo</li> <li>h. Outros fatores que influenciam o estoque pesqueiro</li> </ol> </li> <li>3. Os atores sociais, suas responsabilidades e competências e suas ações de ordenamento pesqueiro na região <ol style="list-style-type: none"> <li>a. O manejo do pescado como uma das ferramentas do ordenamento pesqueiro</li> </ol> </li> <li>4. O turismo na região do VG</li> <li>5. Mapeamento dos conflitos entre atores</li> <li>6. Sugestões para o desenvolvimento da pesca e do turismo</li> <li>7. Sugestões para o desenvolvimento do ecoturismo e pesca amadora na região</li> <li>8. Considerações finais</li> </ol> <p>Referências bibliográficas</p>

Fonte: elaboração própria (2023).

<sup>11</sup> Nota: Neste caso, o estudo foi feito desde Pimenteiras até Guajará-Mirim, municípios que se inserem em duas bacias hidrográficas: Guaporé e Mamoré.

### **5.3.2 Análise geral dos documentos e do processo de desenvolvimento do ecoturismo comunitário nas Reservas Extrativistas, especificamente na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia**

Os documentos analisados estão compostos, basicamente, por projetos de pesquisa e extensão, relatórios técnicos parciais e finais, planos, folhetos, apostilas, cartilhas, notícias, dentre outros. De maneira geral, consideraram-se os registros com excelente qualidade técnica. Teve-se a percepção da realização de um projeto consistente, robusto, de ampla envergadura, assim como a leitura dos registros transpareceu empenho, dedicação, comprometimento e árduo trabalho da equipe (comunidades, entidades de base e instituições parceiras).

O problema principal que pretendia-se sanar, à época, era a desestruturação social da comunidade, uma vez que houve migração da população local para as cidades, principalmente dos jovens. Além disso, o acervo ressalta o alto nível de pobreza, as péssimas condições dos seus habitantes e o baixo nível de qualidade de vida da população. Destaca-se que a comunidade tem ficado à margem da sociedade e que o governo, em todas suas esferas, encontra-se ausente.

Assim, planeja-se como alternativa econômica à exploração da borracha e à coleta da castanha, a implantação do ecoturismo comunitário com conseqüente conservação do patrimônio ambiental e cultural local. No entanto, reitera-se que esta possibilidade deve ser complementar à renda vigente e que, o ecoturismo, não deverá substituir as atividades tradicionais praticadas pelos comunitários, uma vez que estas são base de sua identidade cultural.

Inicialmente, ressalta-se que o projeto em análise é inovador, pois “propõe uma forma de turismo inteligente, diferente do modelo de turismo predatório que já existe na região” (Ecoporé, 2000, p. 17). Diz-se inovador já que, naquela época, em Rondônia, existiam somente algumas iniciativas de ecoturismo, mas nenhuma possuía caráter efetivamente comunitário. Pretendia-se, por meio da implementação do ecoturismo comunitário, abranger não somente as duas comunidades das reservas, mas também, futuramente atingir uma envergadura regional, com ações que permeassem o Vale do Guaporé como um todo e suas comunidades.

Chama-se a atenção que, à época, já era evidente a ocorrência de formas não responsáveis de turismo. Isto se confirma, pela seguinte afirmação de Damaceno (2001):

Em 1971, a pesca, segundo os moradores era muito boa, mas já em 1981 com o surgimento dos pescadores profissionais e esportistas, notou-se a diminuição, que por sua vez, só piorou nas décadas seguintes, visto que o número de pescadores não parou mais de aumentar (Damaceno, 2001 *apud* UNIR, 2001b p. 12).

Importante ressaltar que o trabalho realizado nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Currálinho integrou uma das primeiras experiências na Amazônia Legal que contaram com zoneamento das reservas, normatização de uso e planejamento ecoturístico.

Também se descreve, em vários documentos analisados (Avaliação da proposta [...], 1996; Ecoporé, 2004; UNIR, 2001b), claramente o produto turístico a ser ofertado. Este, baseia-se no convívio com uma comunidade tradicional amazônica, para conhecer o cotidiano das famílias de seringueiros, sua cultura e hábitos, imersos num lugar remoto de rica biodiversidade. O aspecto histórico, geográfico, cultural e ambiental do território é evidenciado na existência da comunidade numa antiga aldeia indígena, na construção comunitária de uma casa típica de seringueiros, nos sítios arqueológicos existentes e na forma de vida harmoniosa da comunidade com seu entorno.

A seguir, cada um dos princípios elencados na metodologia deste capítulo, são relacionados, de forma mais específica, com os conteúdos relatados e descritos sobre o processo de desenvolvimento do ecoturismo comunitário pelo projeto, a fim de demonstrar a sua compatibilidade ou não, com este segmento turístico.

#### 5.3.2.1 Estimular a valorização do patrimônio natural (biodiversidade e elementos da paisagem)

Nos documentos analisados, percebe-se que o ecoturismo foi planejado como uma importante ferramenta para a conservação da natureza em Rondônia, especificamente nas Unidades de Conservação (Ecoporé, 2004; UNIR, 2001b). Os proponentes do projeto acreditaram, fortemente, que a criação e delimitação de áreas naturais protegidas e o subsequente estabelecimento de normas para

uso sustentável de recursos, seria a “forma de assegurar a conservação do patrimônio cultural e biológico de ecossistemas frágeis” (UNIR, 2001b, p. 5) assim como os existentes no Vale do Guaporé.

A Ecoporé (2002) destaca a importância da biodiversidade local e da conservação do território, tanto que são propostos e implementados indicadores biológicos para a conservação. As atividades de educação ambiental, inseridas no relatório técnico parcial, destacam a necessidade da conservação da área por meio do controle da caça e pesca predatórias.

O Vale do Guaporé abriga um ecótono onde confluem três biomas, sendo estes o cerrado, a floresta amazônica e o pantanal (neste caso o pantanal guaporeano). Esta característica particular faz a área possuir ricas e exuberantes flora e fauna, sendo um centro de endemismo e contendo abundância de aves e borboletas, de anfíbios e répteis (herpetofauna), assim como ocorrência de espécies típicas do pantanal mato-grossense. Destaca-se, no Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental que “a ictiofauna do estado representa o segundo maior registro de espécies em rios amazônicos, com 373 espécies, destas mais de 200 são observadas no Vale do Guaporé” (UNIR, 2001b, p. 16).

Todos estes aspectos ambientais representam a rica biodiversidade da região, tanto que a Região do Vale do Guaporé foi reconhecida como “área prioritária para conservação no estado de Rondônia” (Ecoporé, 2004) e identificada pelo Grupo de Parques e Reservas do PPG-7 como parte de um corredor ecológico, que deveria ser desenvolvida e gerida pelo IBAMA e parceiros (Ecoporé, 2004).

Além dos impactos ambientais diagnosticados nos estudos, o perfil do turista, identificado por meio de levantamentos na Reserva Extrativista de Currálinho, apontou que os visitantes que frequentam a RESEX, pela literatura, não podem ser considerados como ecoturistas. Este resultado foi determinante para traçar os objetivos do subprograma de educação e interpretação ambiental.

A Ecoporé (2004) destaca que, além de diminuir a pressão negativa da pesca e da caça ilegais nas reservas, o subprograma deve pretender a sensibilização da comunidade local sobre a importância do seringueiro no desenvolvimento da região e na conservação da floresta, de modo a valorizar sua atuação.

Relevante trazer à tona, uma descrição que consta no Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental, que reforça a importância do Vale do Guaporé para o desenvolvimento do ecoturismo no estado de Rondônia:

O Vale do Guaporé, através do município de Costa Marques, foi escolhido como centro de referência ao ecoturismo de Rondônia durante a fase de pré-investimento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo (PROECOTUR) desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, o qual visa o desenvolvimento sustentável da região através do ecoturismo (UNIR, 2001b, p. 2).

Além disso, no projeto, ressalta-se a “Baixa efetividade dos órgãos competentes no que se refere à gestão e proteção de áreas protegidas” (Ecoporé, 2000, p. 12). Políticas governamentais em RO ainda são antagônicas. Ainda que as instâncias federal e estadual estejam buscando a consolidação do Vale do Guaporé como polo turístico e vetor de desenvolvimento sustentável, existem fortes embates com os setores de produção agrícola, pecuário e florestal, distantes do conceito de sustentabilidade para a Amazônia.

Toda esta importante mobilização deriva da preocupação e da identificação das instituições de base e órgãos externos parceiros, da pesca esportiva, como atividade não responsável e exploratória, como apontado anteriormente. Ao falar particularmente da RESEX de Pedras Negras, suscita-se que: “sua proteção vem sendo ameaçada por pescadores profissionais, que ignoram os limites da reserva” (UNIR, 2001a, p. 23).

Para frear ou minimizar os problemas detectados, o Plano de Uso Turístico (Brasil, 2000) e seu Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental (UNIR, 2001b) alinham-se para tratar o ecoturismo como estratégia fundamental de conservação e adequado manejo das RESEX. Neste último, o público ao qual se destina o programa são os alunos da própria vila de Pedras Negras e os visitantes do projeto de ecoturismo comunitário. A interpretação ambiental visa sensibilizar este público sobre a existência e importância das RESEX por meio do contato com a sua sociobiodiversidade, assim como, objetiva promover mudanças de comportamento para uso sustentável dos inúmeros recursos que as reservas abrigam.

A criação da RESEX Pedras Negras, em 1995, após aproximadamente cinco anos de trabalho conjunto das comunidades e das entidades parceiras e de base, pode ter sido impulsionado por meio deste projeto.

### 5.3.2.2 Ser planejado e desenvolvido em processo participativo

Segundo a linha do tempo, mostrada na Figura 23, no início de todo o processo identificou-se o interesse da comunidade no ecoturismo. Para tal, percebe-se que foram apresentadas alternativas para as comunidades (havendo diálogo e discussão) e que se chegou a uma escolha conjunta pela opção do ecoturismo. Neste primeiro momento, não se pode dizer que o processo foi participativo, uma vez que as entidades levaram propostas e as comunidades as acolheram (Ecoporé, 2004).

Contudo a pesquisa evidenciou que o ecoturismo não surgiu da comunidade, não foi um processo endógeno, devido ao fato da comunidade não conhecer esta atividade. Mas também não foi uma alternativa imposta, uma vez que se sentaram à mesa para discutir e escolher a opção que melhor caberia para o diagnóstico levantado.

No projeto maior ou central de todo o material examinado, explica-se que as entidades de base, instituições parceiras e as duas comunidades às quais se destinava o projeto, vinham estudando e adotando estratégias de planejamento e ação, desde dez anos atrás, visando à efetiva implementação do projeto. Acredita-se que este documento tenha sido escrito no ano 2000 e, com a descrição temporal que se faz no registro, coincide com o início do histórico apresentado neste capítulo, que se dá por volta dos anos 1990 (Ecoporé, 2000).

Demonstrando empenho, profissionalismo e realização de um projeto atingível, realizou-se Estudo de Viabilidade Econômica (Avaliação da proposta [...], 1996), o qual produziu uma análise de mercado, por intermédio de um trabalho de consultoria. Nessa análise foram levantados dados estatísticos, realizadas estimativas e entrevistas com colaboradores dos sete hotéis mais conhecidos da capital do estado, à época. Ainda que o estudo tenha sido realizado a distância, sem os consultores terem visitado as Reservas Extrativistas, foi um estudo detalhado, concreto, conciso e com conclusões contundentes que identificou um panorama do turismo em Rondônia e fez uma consistente análise de mercado considerando dados e estimativas dos anos 1995 e 1996. Neste sentido, é importante considerar que, se as pessoas que realizaram a consultoria não estiveram na área e nem tiveram contato com as comunidades, algumas informações poderão ser menosprezadas e a logística real do turismo pode ser prejudicada.

Os resultados do estudo denotaram que a demanda de turismo no estado de Rondônia, naquele período, era muito incipiente e que os hóspedes dos hotéis consultados não estavam visitando a região por motivo de turismo. Além disso, constatou-se que o número de estrangeiros que entrava em Rondônia era muito pequeno (estimativa) e metade destes eram atraídos pela Pousada Ecológica Rancho Grande, localizada em Cacaulândia, RO, tendo o “*perfil de pesquisador ou estudioso de borboleta*” (Avaliação da proposta [...], 1996, p. 4).

A imagem negativa de Rondônia estava permeada por assuntos como o desmatamento, as doenças tropicais e o tráfico de estupefacientes. Mencionava-se que, em alguns guias de turismo publicados internacionalmente, aparecia a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e se fazia alusão à vida dos seringueiros como atrativos turísticos. No entanto, a possibilidade de visitas às RESEX do estado não se contemplava. Desta maneira, ainda com potenciais atrativos, não se esperava um crescimento turístico em Rondônia para os próximos anos.

Assim, mercados potenciais para as RESEX teriam o desafio de divulgação e de estabelecer estratégias de *marketing*, visando conquistar novos mercados (nichos específicos e especializados). A demanda dependeria, naquele momento, de um esforço de divulgação muito grande e da agilidade com que se conseguiria atingir os potenciais ecoturistas. O plano de *marketing* trazia como concorrentes no mercado outras reservas nos estados de Acre, Amapá e Rondônia, assim como Manaus e o Pantanal.

Identificava-se como principal barreira o acesso ao Vale do Guaporé, por ser caro e demorado, especialmente para chegar em Pedras Negras, além da contratação de transporte, disponibilidade de um guia bilíngue (ornitólogo), compra de alimentos e outros itens de consumo. Como dito, a descrição do produto turístico se configurou pela convivência dos turistas com seringueiros num lugar remoto. No plano se determinou um preço médio do pacote, para poder ser competitivo.

Destaca-se o resultado do estudo de viabilidade econômica para as reservas extrativistas de Pedras Negras e Currealinho em Rondônia:

Os resultados mostram que os frutos do investimento só vão começar aparecer em 4 a 5 anos. Usando como critério a Taxa Interna de Retorno, não se deveria investir agora em ecoturismo nas RESEX da (sic) Vale do Guaporé. A principal razão é que a demanda no mercado para este tipo de produto ainda é insuficiente. Mas, como é um projeto pioneiro numa região de economia de subsistência, os critérios de viabilidade não podem só considerar o retorno no investimento, mas

devem ser observados também fatores como melhoria na renda e qualidade de vida, valorização da cultura regional e conservação da natureza (Avaliação da proposta [...], 1996, 18 e 19).

O caráter participativo da proposta permeia a maioria dos documentos lidos, sendo que, a metodologia proposta para ação é baseada na teoria freireana. No material, expõe-se que “A concepção metodológica eleita para a proposta compreendeu o uso de princípios problematizador, crítico, transformador e dialógico” (Ecoporé, 2000, p. 19).

Na cartilha que resume todas as ações e recolhe toda a experiência de seis anos de projeto (Ecoporé, 2004), percebe-se como os planejamentos participativos, realizados aproximadamente a cada seis meses, tiveram a preocupação da adequação de atividades para os comunitários, considerando suas dificuldades de leitura e escrita. Esses planejamentos, além de serem muito organizados, eram realizados sempre visando alcançar um objetivo específico, atendendo à pergunta: “O que temos que fazer para alcançar nossos objetivos?” e, para responder a esta pergunta, quatro outras perguntas subsequentes foram realizadas: “Como será feito?”, “Quem vai executar a tarefa?”, “Quando deve terminar a tarefa?” e “Foi realizado? Por quê?”.

O projeto pretendia a contextualização conjunta dos problemas que atingiam os comunitários para que, em diálogo e parceria com a instituição proponente, os órgãos apoiadores, entidades financiadoras dentre outras; pudesse ser potencializado e valorizado o patrimônio cultural e natural presente nas duas Reservas Extrativistas (Ecoporé, 2000). As decisões eram tomadas a partir dos saberes tradicionais/populares e os saberes técnico-científicos, num processo horizontal de análise e discussão crítica. Estas afirmações se evidenciam no seguinte texto:

O princípio fundamental em todo o processo será a internalização dos saberes tradicionais das comunidades no contexto do projeto que, associados aos conhecimentos técnicos, deverão estabelecer o perfil final dos produtos e serviços ecoturísticos oferecidos nas RESEX (Ecoporé, 2000, p. 19).

Assim, a proposta visava a “*transformação dos comunitários de meros usuários dos recursos naturais em seus gestores*” (Ecoporé, 2000, p. 19).

Pelo que referem os documentos Planejamento participativo – 1º trimestre do ano **2000**, Relatório técnico parcial semestre 2/**2002** e A pesca e o turismo no Vale do Guaporé (RO): Bases para o ordenamento e manejo – Relatório técnico preliminar **2004**), os processos sempre foram amplamente participativos e dialógicos.

Como exemplo, traz-se a descrição advinda do relatório (Dias, 2000), sobre a realização de uma reunião que aconteceu em **junho de 2000** e que teve como pauta o planejamento participativo para a estruturação física e capacitação do pessoal. Nela, houve, de início, uma dinâmica de abertura, foi apresentado um vídeo, foi feito o planejamento para o período definido (trimestral) e realizou-se, por fim, uma dinâmica de encerramento.

O vídeo trazia filmagens realizadas durante a visita de um grupo de estrangeiros na reserva, meio visual que permitiu o levantamento de percepções e a realização de avaliações sobre o trabalho do receptivo, na ocasião. As atividades a serem planejadas foram apresentadas num painel, para discussão e proposição de ações, de modo a definir o início, o término, os responsáveis e o nível de execução de cada uma delas.

Planejamento similar, para continuidade da estruturação física e da capacitação de pessoal, aconteceu em novembro de 2000, segundo o relatório parcial referente à terceira visita técnica feita pela equipe na comunidade (Dias, 2000).

A cartilha que consolida a experiência do projeto de ecoturismo comunitário demonstra como, com frequência, o projeto ia sendo avaliado e percebiam-se as dificuldades, pontos para melhorar, entraves, dentre outros aspectos. De alguma maneira, a avaliação faz parte do planejamento (Ecoporé, 2004). O Plano de *Marketing* diz respeito às dificuldades de acessar a área e relata alguns entraves do projeto, sendo: “colocar o produto no mercado nacional e internacional e manter os ânimos e a credibilidade da comunidade. “Os custos do transporte dentro da Amazônia e as distâncias tornam o valor do pacote pouco competitivo dentro do mercado turístico”.

Em 2001, realiza-se uma análise sobre a qualidade do projeto de ecoturismo comunitário implementado nas reservas, realizado por meio de metodologia simplificada e com sugestões específicas para a melhoria do produto, com especial ênfase no resgate ou ressignificação de questões culturais e ambientais relevantes para a atividade turística (UNIR, 2001a).

Percebe-se como, permanentemente, por meio dos relatórios parciais e o relatório final, um processo inerente ao planejamento é realizado: a avaliação. O relatório técnico final elaborado em novembro de 2001, apresenta a avaliação das metas alcançadas no decorrer do projeto até aquele momento. Estas metas são mais bem especificadas no princípio seis, de monitoramento e avaliação.

No Plano de Uso Turístico das reservas, ressaltaram-se algumas falhas na concepção do produto turístico, notadamente a “divulgação de Pedras Negras como comunidade tradicional e remota de seringueiros” (Brasil, 2000, p. 20). Sugere-se assim, apresentar a comunidade como ribeirinha, a qual está em contínua transformação e realçar o processo participativo que a comunidade e parceiros realizaram para diferenciar o turismo no território de outras propostas, tais como as ferramentas do zoneamento, das normas de uso e dos indicadores socioeconômicos e ambientais que eram monitorados com frequência e acurácia. Além disto, o plano aconselha apresentar a reserva como uma imensa área natural protegida, gerenciada de maneira comunitária e com benefícios repartidos equitativamente para todos os envolvidos.

A linha aérea de Porto Velho a Costa Marques, que era o principal acesso a Pedras Negras, sobretudo para estrangeiros, foi cancelada um mês depois da inauguração da pousada de selva rústica (setembro de 2001) e início da operação (outubro de 2001). Por causa disso, a previsão de chegada de turistas não se fez realidade, causando resultados negativos (Ecoporé, 2004). O fato evidencia o quanto o planejamento territorial estadual está desvinculado das políticas de desenvolvimento propostas pelo próprio estado.

#### 5.3.2.3 Respeitar e valorizar a cultura das comunidades anfitriãs, sendo socialmente justo

O projeto, ao fazer o diagnóstico das comunidades inseridas nas duas reservas extrativistas, percebeu uma série de dificuldades, que impulsionam os atores a buscar no ecoturismo uma possível solução. Desta maneira, o processo iniciou com uma preocupação social e econômica que pretendeu colaborar com a mudança efetiva desse panorama levantado.

No aspecto social, o projeto macro denota que, em menos de um século, a população da comunidade teve um declínio de 85%, causando a desestruturação social. Essa migração dos habitantes da comunidade para as

idades mais próximas, sobretudo dos jovens, aconteceu, segundo os registros, pela falta de oportunidades de educação e renda. A única fonte de renda que os comunitários possuíam era a advinda da comercialização da castanha, a qual não era vendida diretamente se não via intermediários e derivava numa renda anual de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 (Ecoporé, 2000, p. 11), o que significava uma renda mensal de aproximadamente R\$ 30,00!

O relatório reafirmava a precária condição de vida da população e ressaltava que “é cada vez maior o número de jovens que deixam a reserva de Pedras Negras em busca de educação e emprego em Costa Marques” (Dias, 2000). O relatório descrevia que os comunitários não tinham assistência médica, nem remédios, uma vez que o posto de saúde, por seu deterioro, não funcionava. Ao mesmo tempo, comentava que os professores tinham abandonado a escola uma vez que levavam quatro meses sem receber salário, o que repercutia na falta de aulas para as crianças da vila.

Diagnosticava-se, também, que a migração de adultos e jovens para as cidades, levaria à perda da cultura e das formas de vida peculiares das comunidades, impactando sobremaneira o tecido social. Isto se robustecia na realização de trabalhos, pelos comunitários, em fazendas próximas às reservas, dado que as atividades realizadas distavam muito de suas práticas tradicionais (descaracterização cultural) (Ecoporé, 2000).

O projeto macro destaca que, com tal êxodo, “os recursos naturais das áreas passam a ser ameaçados por madeireiros, pescadores predatórios, caçadores, fazendeiros, coletores de palmito, entre outros” (Ecoporé, 2000, p. 11). Da mesma forma, constata que “o crescimento da demanda de turismo de pesca esportiva em todo o Vale do Guaporé, com acentuada incidência em Pedras Negras, a ponto de estar sendo considerada uma ameaça pela população local” (Ecoporé, 2000, p. 11-12). Basicamente, foram duas as causas que antecederam o projeto: a marginalização das populações das duas RESEX, que denominaram como *passivo social*; e a perda de identidade da comunidade local, que denominaram como *passivo cultural* (Ecoporé, 2000).

Desta maneira, encontra-se no ecoturismo comunitário uma alternativa econômica à fonte de renda da população (extração de borracha, colheita e comercialização de castanha) e como forma de impedir a evasão social. Assim, propôs-se esta opção como ocupação suplementar às atividades de subsistência que já existiam, de modo que não impedisse a rotina normal dos comunitários.

Portanto, percebe-se que o ecoturismo comunitário se entendeu como solução aos problemas detectados e foi estabelecido com base em diagnósticos, estudos e evidências da marginalização da comunidade, da sua pobreza e da sua falta de expectativas. Neste sentido, ressalta-se o Estudo de Viabilidade Econômica realizado, o qual apontou que, pelos aspectos meramente econômicos, o retorno do projeto seria esperado em quatro ou cinco anos e, desta maneira, não valeria a pena ser implantado. No entanto, pelo projeto ter um caráter inclusivo e inovador, assim como pelos benefícios sociais e ambientais inerentes, decidiu-se pelo seu desenvolvimento.

Na fase de planejamento e execução do projeto, pelos documentos analisados, houve ampla participação comunitária, empenhada graças à mobilização e à organização comunitária que as entidades de base e entidades parceiras realizaram dentro da comunidade de Pedras Negras. Durante ambas as etapas, discutiam-se e resolviam-se os problemas comuns por meio de reuniões e assembleias de forma participativa. Acreditou-se que “o fortalecimento da organização social é alcançado com a participação da comunidade na discussão do turismo na localidade” (Ecoporé, 2004).

As etapas de planejamento, estruturação física, capacitação, avaliação de ações, dentre outras, foram feitas em processo participativo, a exemplo, a construção comunitária da casa teste ou casa típica do seringueiro e de outros equipamentos para o turismo receptivo.

Importante evidenciar que, à época, das 29 famílias inseridas na comunidade de Pedras Negras, 14 participaram efetivamente na recepção de turistas e atividades ligadas ao projeto de ecoturismo. Na gestão e administração da pousada comunitária que receberia os turistas, definiu-se o revezamento de famílias (Ecoporé, 2004). Esta prática traduz a equidade na participação das famílias e empoderamento social. Para desempenhar o gerenciamento da pousada comunitária, a cada três meses uma família fazia todas as atividades relacionadas à recepção dos turistas, de modo que, após a realização dos cursos de capacitação do tema, conseguissem colocar em prática todo o conhecimento apreendido e fixassem os conteúdos recebidos nos treinamentos. A Ecoporé (2004) relata que, o revezamento de gerentes “revelou potencialidades individuais antes escondidas nos trabalhos de grupo” (Ecoporé, 2004, p. 1), tendo sido uma prática eficaz, feita com justiça social e bem avaliada pelos núcleos participantes.

Com isto, pretendia-se “fortalecer, organizar e capacitar a comunidade para o gerenciamento do projeto” para uma futura autogestão da atividade turística. No mesmo documento (3), coloca-se um aspecto importante, referente à busca por parcerias e soluções externas: “O ideal é que apoio externo não inviabilize a gerência comunitária e nem seja infinito em todos os aspectos, somente em ações que realmente a comunidades não possa assumir, como por exemplo, o marketing do produto” (Ecoporé, 2004 p. 2). O projeto denotou a necessidade de fortalecimento das comunidades para que pudessem efetivamente assumir o papel de gestoras de suas áreas” (Ecoporé, 2004).

Por outro lado, além da capacitação, treinamentos, cursos e outros para saber a dinâmica do ecoturismo receptivo, o projeto teve como premissa a valorização da riqueza cultural da comunidade e ofertou, nos roteiros turísticos, atividades tradicionais tais como: extração de borracha; fabricação de farinha; pesca de linhada<sup>12</sup>, plantio, coleta de castanha; e construção tradicional. Atividades como festejos religiosos, brincadeiras, festas folclóricas, histórias e lendas da região, também foram destacadas e mostradas aos visitantes.

Uma atividade tradicional denotada no Plano de Uso Turístico (Brasil, 2000), dizia respeito às tradições de canoagem da comunidade, incluindo a fabricação artesanal de canoas e remos, as técnicas de canoagem e o papel das canoas na vida dos habitantes da vila, tudo isto a ser realizado na atividade da baía do Marimbondo.

No relatório parcial, que trata a estruturação física e capacitação de pessoal (Dias, 2000), chama atenção a atividade “Construir junto com a comunidade Pedras Negras árvore genealógica de todas as famílias que vivem naquela área” (Dias, 2000), fato que transparece uma valorização da cultura ancestral da comunidade.

Outro aspecto interessante que demonstra a preocupação da equipe do projeto com a comunidade está plasmado no Subprograma de Educação Ambiental que, não somente teve como alvo os visitantes da reserva, mas também os grupos escolares da vila, para os quais pretendiam-se direcionar ações de observação de fauna e flora, assim como diversão ao ar livre, de modo

---

<sup>12</sup> Pesca de linhada: por esse método, o peixe vai atrás do anzol. Consiste em puxar a isca, natural ou artificial, com um barco em movimento. Deve-se liberar de 10 a 60 metros de linha, dependendo do local e do tipo de peixe a ser pescado.

a sensibilizá-los diante das riquezas do território e a importância da existência da área protegida.

Relevante destacar que, a população diretamente envolvida, em outras palavras, os comunitários que faziam parte do projeto somaram de maneira permanente com sua cooperação e voluntarismo, apesar da demora no efetivo retorno financeiro (Ecoporé, 2000).

Assim, geraram-se como benefícios sociais oportunidades de trabalho que incluíram mulheres e jovens, nas diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, fortalecendo o tecido social e aumentando a autoestima da comunidade

#### 5.3.2.4 Diversificar as atividades econômicas por meio da capacitação e empoderamento do tecido social, sendo economicamente viável para as comunidades e prevendo a continuidade dos projetos

De alguma maneira, o declínio da população local e da fonte de renda econômica nesta região da Amazônia Ocidental, deu-se, desde há muito tempo, por causa da paralisação da extração de látex natural, matéria prima para produção da borracha. O projeto de ecoturismo foi planejado como alternativa socioeconômica para a situação precária que ameaçava a qualidade de vida dos habitantes da comunidade que dependiam, à época do início do projeto, da castanha como única fonte de renda (Ecoporé, 2000).

As instituições parceiras detectaram que a castanha compunha de 30 a 60% da renda anual das famílias de Pedras Negras e que era fonte de renda indispensável para os comunitários. Portanto, a inserção do turismo não deveria afetar a rotina diária da população que poderia continuar realizando a coleta da castanha somada às atividades referentes ao receptivo de turistas na área. Portanto, o cálculo da capacidade de carga considerou esta atividade produtiva e a conciliou com o ecoturismo proposto.

Dentre os benefícios econômicos esperados pelo ecoturismo, estavam o aumento da renda média familiar anual e a geração de diferentes frentes de trabalho. Os atores do projeto acreditaram que a viabilização do ecoturismo comunitário favoreceria sua situação econômica e os próprios comunitários falaram que traria uma renda complementar para suas famílias (Ecoporé, 2000).

Denota-se o anterior, com o seguinte apontamento, na justificativa do projeto (Ecoporé, 2000):

O ecoturismo pode oferecer vantagens econômicas tais como ampliação da renda familiar entre 20 e 40%, emprego para indivíduos de baixa escolaridade (geralmente menos que 2 anos), acesso de jovens e mulheres ao mercado, capacitação, fortalecimento da organização comunitária e participação política (Ecoporé, 2000), p. 17).

Ainda com o alto potencial para o ecoturismo comunitário de Pedras Negras no estado de Rondônia, foi avaliado, no estudo de *marketing*, que a distância ao município de Costa Marques e outros centros urbanos, assim como seu difícil acesso, traria obstáculos para a comercialização da castanha e dificultaria a geração de renda (Avaliação da proposta [...], 1996).

Da mesma maneira, o projeto maior e o plano de *marketing* destacaram que o produto turístico de Pedras Negras se destinaria a um segmento de alta capacidade financeira e nível cultural elevado (Ecoporé, 2000; Avaliação da proposta [...], 1996). No entanto, no projeto e no plano esclarece-se que esses ecoturistas estariam dispostos a viajar para áreas remotas, uma vez que possuíam interesses e valores específicos. Dessa maneira, os documentos sugerem um plano de *marketing* que enfatize na história e cultura dos habitantes da vila, na riqueza exuberante do Pantanal do Guaporé, onde é possível avistar de perto a fauna existente por meio de atividades de canoagem, assim como ao promover o turismo na reserva, sendo destacado o zoneamento e as normas de uso implementadas pela própria comunidade e a condição de área protegida do território, a fim de atingir este nicho de mercado.

Assim, lê-se na conclusão do relatório técnico parcial (Ecoporé, 2002), que visa a implementação do plano de *marketing* que:

Para consolidação do produto no mercado nacional e internacional é necessário fazer grande investimento, por um período de pelo menos dois anos, de recursos financeiros e humanos em marketing, em especial com agências internacionais: como visitas às agências, contatos telefônicos, promoções de pacotes, *famtrip*, material de divulgação etc. (Ecoporé, 2002).

Reitera-se que o planejamento das ações foi realizado de modo participativo, adequando as atividades para os comunitários com dificuldade de leitura e escrita, sempre dialogando e avaliando as etapas concluídas ou as atividades a serem posteriormente realizadas. O planejamento participativo tinha

o intuito de responder às seguintes questões: “Como será feito?”, “Quem vai executar a tarefa?”, “Quando deve terminar a tarefa?”, “Foi realizado?” e “Por quê?”, e assim atingir os objetivos propostos (Ecoporé, 2004, p.1).

Os recursos para investimento foram de R\$147 mil, distribuídos em 57% para infraestrutura turística; 27% em consultoria, treinamento e apoio institucional (Avaliação da proposta [...], 1996). Dos 16% restantes, não se tem conhecimento como foi aplicado.

Em novembro de 2001, no Relatório Técnico Final do Projeto, coloca-se a descontinuidade do recurso financeiro como principal obstáculo para atingir as metas traçadas.

Com relação à capacitação e treinamento, que visavam a viabilização e continuidade do projeto, destaca-se que foram realizados mais de 18 cursos, em temas variados, assim como treinamento no Hotel Fazenda Rancho Grande, Cacaulândia, RO (o qual possuía um perfil que atendia ecoturistas, pesquisadores e admiradores de borboletas). Da mesma maneira, foram executadas visitas técnicas a localidades que já tinham implementado o ecoturismo comunitário, visando propiciar a troca de experiências e ampliar a visão que se tinha com relação a esta atividade. Os treinamentos e capacitações consistiram em primeiros socorros, guia receptivo local, *catering*, gestão de *lodges*, dentre outros.

Com relação à viabilidade econômica, no ano 2002, no relatório técnico parcial semestral destaca-se um elemento chave:

Quanto ao mercado nacional, existe uma certa dificuldade nas vendas, devido à distância, o produto torna-se caro e não acessível ao mercado nacional. No entanto, já estamos trabalhando na divulgação desse produto para grupo de pescadores (pesque e solte) (Ecoporé, 2002).

#### 5.3.2.5 Contar com a interpretação ambiental como interface entre comunidades, visitantes e áreas naturais

Como denotado anteriormente, é importante mencionar que, para direcionar melhor o subprograma de Educação e Interpretação Ambiental do Projeto, foi avaliado, na Reserva Extrativista de Curralinho, o perfil do turista. Os atores do projeto de ecoturismo comunitário realizaram um excelente Plano de Uso Público para as RESEX e este, por sua vez, gerou o Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental. O subprograma, assim, teve como objetivo:

a sensibilização do visitante pela educação ambiental com auxílio de meios interpretativos, visando a formação de novos conceitos sobre uso dos recursos naturais que promovam mudanças de atitudes para garantir uma utilização sustentável da área (UNIR, 2001b, p. 2, 3).

A falta de informação da população e dos turistas pode gerar algumas ameaças à conservação das RESEX e é nisto que o subprograma tenta-se embasar.

Ao igual que o princípio anterior, este documento faz referência a que o ecoturismo deve obedecer a disponibilidade da comunidade e considerar, adicionalmente, a sazonalidade do rio Guaporé, uma vez que, em época de cheias há a dificuldade de realização de trilhas e programas “secos” e, na época de seca, as embarcações têm dificuldade para chegar no local. Os períodos destacados no documento incluem fevereiro e março para a entrada dos comunitários aos castanhais e quebra dela. Em abril, os comunitários plantam a mandioca nas roças. Em março e abril, dá-se a coleta da mandioca plantada em outubro e novembro do ano anterior.

O subprograma de educação ambiental visava a conscientização do público acerca da existência e importância da reserva. Inicialmente, o público-alvo do programa seriam os visitantes. No entanto, foram organizadas atividades para grupos escolares da vila, com atividades que combinavam diversão ao ar livre, observação da fauna e da flora e educação ambiental. Dessa maneira, percebeu-se que a educação e interpretação ambiental também incluía as crianças da Vila de Pedras Negras, não sendo exclusivamente para os visitantes, fato relevante para a comunidade e para o projeto (Avaliação da proposta [...], 1996).

#### 5.3.2.6 Possuir mecanismos de controle de impactos ambientais e culturais

O projeto como um todo destaca-se por ter proposto e implementado várias ferramentas para controle de impactos da visitação turística, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Nesses mecanismos, que foram utilizados desde a concepção do projeto, assim como nas fases de execução e monitoramento, pode estar um grande diferencial da proposta, como comentado a seguir:

- **Capacidade de Carga e/ou Suporte**

O projeto utilizou a metodologia *Limit of Acceptable Change* (LAC), Limite Aceitável de Mudança, para calcular a capacidade de carga para uso público na RESEX de Pedras Negras. Segundo o documento, o LAC era o método mais utilizado, naquele momento, para determinação de capacidade de suporte de áreas protegidas. Assim, foi recomendada uma capacidade de suporte inicial, na Pousada Pedras Negras, de até 16 hóspedes simultaneamente.

Com relação às trilhas e atrativos, estimou-se como razoável um tamanho de grupo de quatro pessoas mais o guia condutor, sendo que o ideal seria de dois pessoas. Definiu-se, como principal mecanismo de controle da capacidade de carga, a realização de reserva prévia para acomodação na Vila de Pedras Negras (UNIR, 2001b).

- **Zoneamento da Reserva Extrativista de Pedras Negras, constante no Plano de uso turístico**

O zoneamento da reserva é um ponto chave da proposta e foi resultado de um seminário realizado na Vila Pedras Negras em abril de 2002, com duração de quatro dias. No evento, as zonas que se descrevem a seguir, foram definidas e aprovadas tendo como propósito “regulamentar os usos das diversas partes da unidade, de modo a viabilizar todos os objetivos definidos pela comunidade, incluindo preservação de uma amostra do ecossistema, extrativismo, agricultura e desenvolvimento ecoturístico” (Brasil, 2000 p. 35). As zonas definidas foram:

- Zona de preservação: correspondendo a 20% da área da reserva e foi definida como uma “poupança ecológica” do território;
- Zona de ecoturismo: constituindo-se pelos setores A, B, C e D. Em tais setores somente poderiam ser praticado o extrativismo vegetal. O setor D ficaria reservado para futuro desenvolvimento ecoturístico;
- Zona de extrativismo: correspondendo aos setores A e B. Neles seriam permitidas todas as modalidades de extrativismo tradicional que a legislação prevê, tais como o extrativismo vegetal, a pesca e a caça de subsistência. Poderia ser realizado o corte seletivo de madeira, unicamente para fins não comerciais. Seriam permitidos programas de turismo de aventura e expedições.
- Zona de agricultura: constituindo-se pelos setores A e B que possuem mosaicos de capoeiras e roças antigas com mata de terra firme em diversos estágios sucessionais. Nessas divisões, poderia ser realizada

a abertura de novas roças e a ampliação das antigas. Ficariam permitidas todas as modalidades de extrativismo.

Ressalta-se que, este instrumento de planejamento (zoneamento), pelo que consta no plano de uso turístico, foi definido de maneira coletiva. Destaca-se sua importância para a gestão comunitária da unidade de conservação e para o cumprimento do projeto de ecoturismo comunitário.

- **Sistema de Indicadores de Avaliação**

Para o projeto, estabeleceu-se um sistema de indicadores, que tinha como objetivo “registrar e avaliar alterações observadas no ecossistema de Pedras Negras a fim de obter subsídios para o melhor gerenciamento da reserva” (Brasil, 2000 p. 41), assim como foi definido um procedimento para fazer os registros. O monitoramento dos indicadores deveria ser realizado pelos guias de turismo, líderes comunitários, técnicos das instituições parceiras ou comunitários que fizessem parte do projeto de ecoturismo da RESEX. Todos os dados levantados deveriam ser repassados para um Coordenador de Monitoramento, membro da comunidade, encarregado de compilar os dados e apresentá-los nas reuniões semestrais de avaliação.

Desse modo, foram criados dois grupos de indicadores:

1. *Indicadores de capacidade de suporte*: População de jacarés e ariranhas na zona de ecoturismo, presença de outros animais indicadores em trilhas, qualidade da água nos lagos e baías, lixo nas trilhas e áreas de visitação, erosão nas trilhas, encontros com outros grupos, avistagem de fauna durante a estadia;
2. *Indicadores socioeconômicos*: satisfação geral de visitantes, satisfação dos visitantes com seus guias, satisfação dos visitantes com os serviços da pousada, satisfação dos visitantes com a infraestrutura da reserva, satisfação dos visitantes com as informações fornecidas, satisfação da comunidade, número de visitantes.

Na pousada e, por intermédio dos guias locais, foram disponibilizados questionários a serem preenchidos pelos turistas para monitorar a qualidade da experiência do visitante dentro da reserva. Os resultados do monitoramento deveriam ser amplamente discutidos entre os membros da comunidade

conhecedores da reserva e técnicos da SEDAM e ONGs parceiras, para conclusões bem embasadas.

No relatório técnico parcial registra-se, na avaliação de indicadores socioeconômicos que “as mulheres têm também produzido artesanato e doces, no entanto com certa dificuldade para comercializar”; além disso, tem “ocorrido mudanças nas funções e obrigações de homens e mulheres” (Ecoporé, 2002) a partir da participação feminina no projeto.

Avaliação positiva da participação de mulheres e jovens, especialmente nos processos de divisão e execução de tarefas. Nos processos decisórios ainda se faz necessária a aplicação de ferramentas externas que possam promover a condição igualitária desejável no processo de gestão participativa (Ecoporé, 2000).

Como exemplo, no relatório técnico final (UNIR, 2001a), procedeu-se à avaliação das metas alcançadas, sobre as seguintes ações:

- Oficinas de planejamento participativo;
- Implantar e monitorar os resultados do programa de uso público no 1º ano de trabalho;
- Visita de reconhecimento da área e da comunidade;
- Aplicação de questionários;
- Elaboração das trilhas e meios interpretativos;
- Capacitação de alunos do curso de biologia.

Sobre a Avaliação Ecológica Rápida e Análise de Impactos, teve-se acesso ao artigo intitulado “Avaliação ecológica rápida da herpetofauna nas reservas extrativistas de Pedras Negras e Currealinho, Costa Marques, RO” (Brandão, 2002). A caracterização utilizou como bioindicadores os répteis e anfíbios encontrados nas duas RESEX para determinar o grau de conservação das áreas e planejar estratégias ou sugerir medidas para a conservação de espécies, uma vez que nas reservas pretendia-se implantar o turismo ecológico. O estudo descreveu minuciosamente os cinco habitats encontrados nas reservas (descrição que serviu para a contextualização da área).

Encontraram-se espécimes de biomas como o Cerrado e o Pantanal, fato que confirmou a existência de um ecótono na área de estudo, ainda que a predominância seja do bioma Amazônia. A baía foi o habitat que possuiu maior riqueza de espécies definindo-se como área de preservação e visitação para

focagem noturna com ecoturistas. O artigo sugeriu a educação ambiental como ferramenta eficaz para guias locais e turistas, assim como descreveu a possibilidade de criatórios de jacarés e/ou quelônios, como fonte de alimento e renda, além do propósito do turismo. No documento, afirma-se que o IBAMA possui a tecnologia para criação e manejo de quelônios, mas, se optar por esta opção, pesquisas básicas deverão ser procedidas.

#### 5.3.2.7 Outros aspectos analisados

A parceria entre comunidades, entidades de base, universidades, instituições parceiras e órgãos públicos, resultou num trabalho de equipe que muito contribuiu para a melhoria do problema inicialmente diagnosticado. A análise documental do acervo inerente ao projeto de ecoturismo comunitário nas Reservas Extrativistas do Vale do Guaporé evidencia que o envolvimento da equipe no projeto foi além do que tinha sido planejado.

Destaca-se a produção de pesquisas científicas resultantes dos projetos de pesquisa e extensão que foram feitos à época, tentando embasar as tomadas de decisão e fazer um projeto adequado às características reais do território. Considera-se aqui a avaliação ecológica rápida, o plano de manejo de caça e criação de animais silvestres em Pedras Negras (Ecoporé, 2002), os estudos de mastofauna, avifauna e herpetofauna, entre outros.

A cartilha (Ecoporé, 2004), o artigo “Community-based ecotourism in the Pedras Negras and Currealinho Extractive” e o livro *Ecoturismo na Amazônia: alternativa de renda para comunidades locais?* recolhem conhecimentos, saberes, experiências e aprendizados a serem disseminados para outras comunidades tradicionais, contribuindo sobremaneira para o avanço deste segmento turístico e porque não dizer, para a ciência e para a sociedade. As conclusões, plasmadas na cartilha, estão salientadas a seguir, por considerá-las claras, concisas e muito importantes no processo de planejamento, execução e implementação de uma proposta de ecoturismo de base comunitária (Ecoporé, 2004, p. 5):

- A consolidação do ecoturismo é um processo lento e dependente de organização social e política, de participação comunitária;

- Processo complexo com resultados a longo prazo o que muitas vezes dificulta o trabalho com comunidades carentes que precisam de respostas urgentes para suas necessidades básicas;
- No entanto, quando trabalhado como uma alternativa, suplementar, pode ser uma saída para consolidação de RESEX e florestas tropicais.

Foi também árduo o trabalho realizado pelas instituições componentes do projeto e as comunidades do Vale do Guaporé, que teve como intuito contribuir com a concretização de políticas públicas relacionadas à complexidade do turismo. Desta maneira, evidenciou-se que uma das ações (ação 11) constantes no projeto maior (Ecoporé, [2000]), que pretendia “articular politicamente, junto às esferas governamentais, não governamentais e à iniciativa privada, o ordenamento das atividades de pesca e turismo em todo o Vale do Guaporé, em especial na área de influência (AI) das RESEX Currealinho e Pedras Negras” (Ecoporé, [2000] p. 14), cumpriu-se, por meio da elaboração do relatório técnico preliminar "A pesca e o turismo no Vale do Guaporé (RO): Bases para o ordenamento e manejo", Relatório técnico preliminar e documento elaborado como subsídio para discussão na oficina de 13 de dezembro em Porto Velho, RO (Ecoporé, WWF, 2004). O processo denota valorização das populações tradicionais e das Unidades de Conservação do Vale do Guaporé em prol da sociedade.

O relatório traz uma síntese dos trabalhos de consultoria de campo submetidos à consulta em oficinas realizadas em Costa Marques, Guajará-mirim e Pimenteiras, entre junho e outubro de 2004, com a participação dos atores e grupos de interesse. Essas atividades foram parte do “Projeto de Manejo de Pesca e do Turismo no Vale do Guaporé”.

O relatório feito pela Ecoporé e pela WWF (Ecoporé; WWF-BR, 2004), foi surpreendente, incluindo um mapa de ordenamento pesqueiro e turístico do Guaporé, onde estão localizadas as áreas liberadas e não liberadas para pesca no Vale. Estão mapeados os conflitos entre atores e propõe-se sugestões para o desenvolvimento do ecoturismo e da pesca amadora na região. Além disso, traz sugestões para as comunidades, para as organizações, para os pescadores esportivos e amadores e para os proprietários de barco-hotéis.

Mais adiante, em 2008, publicou-se o artigo intitulado “Contribuição da etnoictiologia à análise da legislação pesqueira referente ao defeso de espécies de peixes de interesse comercial no oeste da Amazônia Brasileira, rio Guaporé,

Rondônia, Brazil” (Dória *et al.*, 2008), com o objetivo de dirimir conflitos percebidos entre pescadores e órgãos de gestão no Vale do Guaporé, ocasionados especificamente pela incongruência do período de defeso determinado nas normas da época com o conhecimento ecológico tradicional (CET).

Destaca-se um trecho do Relatório técnico parcial do segundo semestre de 2002 (Ecoporé, 2002), no qual consideraram-se as atividades realizadas entre 1º de julho a 31 de dezembro, que diz respeito às experiências e às conclusões do projeto:

É certo que este trabalho é um desafio para todos os envolvidos. Apesar do projeto ser desenvolvido por organizações comunitárias como a Aguapé e a OSR que já vem fazendo trabalho de base com as comunidades locais, estas comunidades estão há muito tempo à margem de qualquer desenvolvimento, não só econômico como social e cultural e não é fácil mudar esta situação em pouco tempo. O maior desafio não é conseguir o recurso financeiro e técnico para a realização destes projetos, mas sim que a comunidade acredite em um trabalho a longo prazo e tenha fôlego para passar por todas as etapas que um projeto como esse impõe. Os técnicos na sua maioria têm que trabalhar muito mais do que é sua responsabilidade fazendo de tudo para vencer os obstáculos e não deixar a comunidade desanimar. O governo, na maioria das vezes ausente, não cumpre o seu papel o que sobrecarrega o trabalho das instituições não governamentais envolvidas. O estágio que está este projeto caminha para a autonomia da comunidade, mas ainda não temos certeza de que isso seja possível, muitas vezes somos desestimulados por instituições que não acreditam que comunidades tradicionais possam gerenciar seu próprio negócio, sem deixar de lado os princípios do desenvolvimento sustentável e sua cultura, mas temos certeza de que estamos tentando de todas as formas o que é nossa obrigação (Ecoporé, 2002).

Destaca-se o anterior relato uma vez que demonstra sensibilidade e compromisso real das organizações e instituições com as comunidades do Vale do Guaporé, assim como reflete empenho, engajamento e compromisso das entidades envolvidas em mudar, de maneira real, a situação em que a população estava ao início do projeto. Traduz, em palavras, as angústias, receios e ideais de um envolvimento verdadeiro com a realidade social detectada.

#### 5.4 DISCUSSÕES SOBRE CASOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

Ao relacionar a linha do tempo que apresenta o histórico do turismo nas RESEX Pedras Negras e Currealinho em Rondônia, apresentada no capítulo 5

(Figura 23), com as Políticas Públicas a nível da Região Amazônica apresentadas no capítulo 3, percebe-se similaridade temporal com outras iniciativas acontecidas na Amazônia Legal. Possivelmente tenha sido o PROECOTUR o eixo estruturante para o desenvolvimento do ecoturismo nesta região e tenha se somado a este a atuação da WWF-Brasil que criou um Programa de Capacitação em Desenvolvimento do Ecoturismo Comunitário. As populações das RESEX Currealinho e Pedras Negras participaram do programa em 1997. O Edital lançado em 2008 para alavancar projetos de turismo de base comunitária no país, foi também elemento importante neste sentido. Além destas políticas públicas concretas, surgiram também eventos que abraçavam as temáticas em tela, tal como o I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo em 1997 e a criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) criada em 2003, dentre outros eventos e iniciativas (CONTI E ANTUNES, 2020).

Pode ser percebido que, de 1990 até 2010, muitos processos para criação de reservas extrativistas e implementação do ecoturismo comunitário foram surgindo na região, sendo ao parecer duas décadas de bastante trabalho e frutos concretos relacionados. A presente pesquisa, como foi visto no decorrer dos capítulos, foca no caso das RESEX de Pedras Negras e Currealinho em Rondônia que iniciaram processo para concepção e implantação de projeto de ecoturismo comunitário ao redor de 1990, ganhando apoio de órgãos públicos e privados e, como foi demonstrado, percorrendo diversos caminhos para consolidação da proposta. Especificamente, a RESEX de Pedras Negras, foi criada em 1995.

Peralta *et al.* (2018), em pesquisa sobre o TBC em áreas protegidas no estado do Amazonas e que estuda especificamente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, apresenta histórico bastante similar ao do presente estudo. Por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), a reserva foi criada em 1990, com a realização do plano de manejo em 1996. As atividades de ecoturismo comunitário foram iniciadas em 1998, tendo o turismo sido escolhido como alternativa econômica para as comunidades participantes e como estratégia de conservação e compensação ambiental da biodiversidade local. Para tal foi construída a pousada Uakari *Lodge* por meio de infraestrutura que considerou a mitigação de impactos ambientais e que propicia, até hoje, a interação dos visitantes com a fauna local, com os modos de vida da comunidade inserida na reserva

(ribeirinhos), além do contato com pesquisadores e projetos desenvolvidos pelos membros do IDSM. Importante destacar que Mamirauá foi a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Brasil e que é reconhecida nacional e internacionalmente.

Para gestão dos trabalhos de turismo na reserva, os comunitários têm-se organizado por meio da Associação dos Moradores e Usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Antonio Martins (AMURMAM), que: realiza a seleção e treinamento de novos trabalhadores; que delega a responsabilidade da rotatividade do sistema; que cria e avalia que os serviços ofertados nas diversas instalações sejam de qualidade; e que outorga capacitações para líderes comunitários, tendo importante papel no avanço do turismo e na conservação dos recursos naturais. Além disso, dentro da unidade de conservação foi criado um Fórum de Turismo composto por um representante de cada uma das 11 comunidades da reserva (IDSM, 2014). Exemplo do sistema de trabalho está plasmado na seguinte afirmação:

Essa prestação de serviços é feita em forma de rodízio, por um grupo de 80 pessoas, em que cada pessoa trabalha no máximo 12 dias por mês. O rodízio maximiza o número de pessoas beneficiadas e colabora na manutenção das atividades tradicionais, evitando uma dependência do turismo (Pinto *et al.*, 2021, p. 139)

Destaca-se que em Mamirauá, as comunidades locais, para ter direito a receber os benefícios coletivos advindos do turismo, devem observar regras de pesca, devem participar ativamente da fiscalização da área e devem ter envolvimento nas expedições e estudos realizados, dentre outras.

O autor ressalta que houve uma forte crise do turismo na RSD Mamirauá, que gerou vários conflitos, principalmente o questionamento de avançar para a transferência da gestão do turismo do IDSM para as comunidades locais. Assim, em 2013, o empreendimento conseguiu dividir seus lucros e as partes interessadas decidiram que deveria dar-se início a um processo de transferência de gestão do turismo, para que, no final do processo as comunidades assumissem oficialmente a propriedade e gestão do *lodge* e a associação fosse a gestora formal do empreendimento. O autor ressalta que a Pousada Uacari:

Tem sido um laboratório de técnicas, metodologias e pesquisas na área de ecoturismo e conservação (Ozorio; Pinto, 2017, 64). Como uma das iniciativas pioneiras no país, gerando este tipo de informação é de grande valia para subsidiar ações em outros sites.

Outra experiência para o desenvolvimento do TBC vem sendo gerida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, instituída em 1990, no Amazonas. Por ser uma reserva próxima a Mamirauá, o Instituto Mamirauá assessora as comunidades das duas Unidades de Conservação para a prestação de serviços turísticos na Pousada Uacari. Um dado interessante sobre a gestão neste reserva específica, diz respeito às Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs) iniciadas em 2018 que pretendem ser “espaços de diálogo junto à população local, que pôde apresentar ideias, opiniões e propostas para a construção do plano gestor” (IDSM, 2019). O plano gestor será realizado de maneira similar ao processo que foi feito, anteriormente, nas RESEX Curralinho e Pedras Negras, tendo duas fases: a primeira, diz respeito à realização de um diagnóstico que abrange a unidade como um todo e, segunda, trata sobre o planejamento da reserva, que incluirá áreas para preservação e uso sustentável, normas de uso e zoneamento (IDSM, 2019).

Contínuas expedições/viagens têm sido realizadas em Amanã como base para vislumbrar possibilidades reais de turismo de base comunitária no território, processo liderado pelos moradores da reserva e onde os jovens estão assumindo papéis protagônicos. "As experiências priorizaram o uso de estruturas locais, valorizando os modos de vida, a simplicidade e a praticidade" (Coelho; Gontijo, 2021, p. 447). Participativamente, têm sido propostos diversos cenários de turismo (de natureza, vivencial, científico, voluntário/solidário) para que a comunidade decida por si, qual é o melhor caminho a seguir e o que eles querem ofertar e receber.

O IDSM também atua na região por meio de programas de monitoramento participativo da biodiversidade que visam a proteção dos recursos naturais. A união entre o instituto e as comunidades das reservas Mamirauá e Amanã coadunam em ações de mobilização social e educação ambiental para uma gestão compartilhada de áreas protegidas. O programa de Agentes Ambientais Voluntários e o Monitoramento de Lideranças Comunitárias colaboram com a limitada atuação de entes governamentais e não governamentais na localidade (Pinto *et al.*, 2021).

Outro exemplo, desta vez no estado do Pará tem a ver com processo iniciado no final de 1990 visando a criação da RESEX Marinha de Soure por pescadores preocupados pelos impactos da pesca predatória praticada no seu

território por populações invasoras. Desta vez, a demanda pela criação desta Reserva Extrativista onde se pratica o ecoturismo, deu-se, segundo Soares e Fonseca-Filho (2020) graças às lutas, resistência e protagonismo das populações tradicionais. Posteriormente o trabalho teve respaldo de instituições públicas e privadas e, em 2001, criou-se a unidade de conservação, sendo a maior ilha fluviomarina do mundo e apresentando a maior faixa contínua de manguezal.

Sua riqueza não se limita unicamente a seus atrativos relacionados à biodiversidade; destacando-se, principalmente, sua rica cultura Marajoara, de onde se deriva sua gastronomia, sua cerâmica e seus ritmos e danças típicas (carimbó, lundu e boi marajoara). Diversas práticas tradicionais e saberes ancestrais fazem parte do leque proporcionado nas experiências de TBC como a pesca artesanal (pescaria de rabiola), a medicina tradicional (óleos e ervas) e os ritos místicos e religiosos, refletindo um potencial turístico fértil e diverso na região. No entanto, os autores apontam que, apesar do início do fortalecimento e do planejamento para uma gestão sustentável do turismo na RESEX, é necessária uma articulação maior de base e o fortalecimento e a autonomia da comunidade para atingir melhores resultados (Soares; Fonseca-Filho, 2020).

Outra experiência no Pará, relatada por Assis e Peixoto (2019), diz respeito ao turismo ofertado pela comunidade de Anã, na RESEX Tapajós-Arapiuns, localizada no município de Santarém. O turismo neste território foi idealizado pela Organização Não Governamental “Projeto Saúde e Alegria” (PSA) a qual estabelece relações entre atores internos e externos à comunidade, para viabilizar as experiências turísticas dentro da reserva. Lamentavelmente, os autores apontam que os comunitários não possuem autonomia para gerir o turismo no seu território e que por ausência dela, o turismo praticado não pode ser chamado de turismo de base comunitária. Destacam as relações hierárquicas e os vínculos assimétricos de poder que são estabelecidas entre os diferentes autores, assim como a subordinação dos comunitários à ONG, em vários aspectos, dadas algumas dificuldades da comunidade. A ONG não permite que agências turísticas ou os próprios comunitários intermedeiem a relação comercial entre anfitriões e turistas e repassa valores financeiros baixos para as famílias participantes.

Oppliger e Oliveira (2022), com relação ao turismo nesta Região de Anã, ressaltam a relação de dependência de mais de dez anos da comunidade com

a ONG PSA, situação que dificulta a transferência de conhecimento e de gestão do turismo, uma vez que não cria condições para que a comunidade tenha autonomia para gerir o turismo em seu território. Os autores ressaltam:

Quando outros interesses são colocados acima dos interesses da comunidade, mesmo se a atividade representa benefícios (capital e simbólico) uma relação de poder assimétrica é formada, que produz colonialidades [exploração] como conhecimento e ser (Oppliger, Oliveira; 2022 p. 92).

Por outra parte, de acordo com Rodrigues (2022), nos anos 2000, seguindo o Programa de Regionalização do Turismo; municípios da Amazônia Maranhense pensaram-se como pólos indutores de desenvolvimento turístico na região. Criou-se o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, denominado de Plano Maior, que destacava o potencial turístico dos municípios de Carutapera e Centro Novo, para ampliar a incidência do turismo além dos pólos indutores de São Luís e Lençóis no Maranhão. Apesar de várias propostas formuladas para os referidos municípios, estas não foram executadas uma vez que não houve investimento em infraestrutura nas localidades, permanecendo, até hoje, como lugares remotos com dificuldade de acesso, o que repercutiu em fracasso. Ainda com objetivos interessantes e variadas propostas, o Plano Maior encontra-se atualmente, de acordo com os atores, em fase inicial, ainda a política pública sendo lançada no ano 2000.

Conforme Martins *et al.* (2019), caso similar deu-se no estado da Bahia, região Nordeste do Brasil, onde o PRODETUR-BA tinha como intuito alavancar o desenvolvimento dos municípios do interior do estado por meio do turismo. Não obstante, os autores ressaltam que a política pública foi “pensada sem a participação da população local, o que resultou em obras que, atualmente, estão em estado de abandono” (Martins *et al.*, 2019, p. 204) e que, além disso, foram beneficiadas, tão somente, as áreas urbanas dos municípios e os empreendimentos privados.

Assim, percebe-se que a iniciativa de ecoturismo comunitário das RESEX Pedras Negras e Currálinho em Rondônia esteve plasmada sob os mesmos moldes do turismo de base comunitária implantado em Mamirauá e em Amanã no Amazonas e que seguem de perto o *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um Planejamento Responsável* (Mitraud; Santos, 2003), assim como se assemelham às experiências das RESEX supracitadas. O

manual de TBC salienta que o ecoturismo comunitário deve ter como premissas a equidade na participação das famílias, o empoderamento social, o reconhecimento das potencialidades coletivas e individuais, sendo socialmente justo. Ressalta-se nesta pesquisa que a maioria destas iniciativas é delineada por instituições externas às comunidades e que em alguns casos, cria-se uma relação de dependência entre as comunidades e as organizações, coibindo-as de autonomia.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental do acervo referente ao projeto de ecoturismo comunitário, implementado há aproximadamente 30 anos nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Currálinho, foi um processo enriquecedor e inspirador, uma vez que aportou um vasto conhecimento sobre a Amazônia, sobre o Vale do Guaporé, sobre as reservas extrativistas e sobre o ecoturismo comunitário, embasado em experiências concretas e profundas.

Pelo que os documentos refletem, o projeto foi realmente concebido como comunitário-participativo, uma vez que, antes de sua execução, levantamentos, consultas e aprovação pelas comunidades, em diversas fases, foram efetivadas. Posterior a isto, foram realizadas muitas reuniões, atividades conjuntas, cursos, capacitações, consultorias, assessorias, treinamento, visitas técnicas para troca de experiências, dentre outras ações.

O planejamento e execução das reuniões entre parceiros e comunidades era muito organizada, com dinâmica de início, organização de pautas, envolvimento dos participantes, cronogramas e dinâmica de encerramento.

O fato de o projeto de ecoturismo comunitário ter reunido numa mesma equipe a academia, as associações de classe, organizações não governamentais para suporte técnico e administrativo, as quais providenciaram recursos financeiros e parcerias, foi essencial para o processo de consolidação da proposta. Além disso, destaca-se o trabalho árduo, com compromisso, com respeito às comunidades, com organização, planejamento e monitoramento feito pelas comunidades e pela equipe para atingir os objetivos do projeto.

Espera-se que pessoas que trabalham com segmentos alternativos do turismo, tenham acesso à informação analisada, uma vez que, pode ser referência para iniciativas similares.

Pese às observações anteriores, aponta-se que o foco do projeto de ecoturismo comunitário pode ter estado na conservação da natureza dentro da Reserva Extrativista de Pedras Negras e nos ecoturistas e não nas comunidades. Os indicadores socioeconômicos analisados no item 5.3.2.6 estão orientados massivamente aos visitantes e à sua satisfação com guias, serviços, infraestrutura e informações durante sua permanência no destino, enquanto a satisfação da comunidade com as ações propostas, restringe-se a um indicador. Não se levantam, no projeto daquele então, os impactos sociais, propriamente ditos, que podem ser gerados para as comunidades envolvidas.

Percebeu-se, que as poucas atividades no estado de Rondônia relacionadas ao ecoturismo atualmente não existem mais ou tem mudado de vocação (a exemplo o Hotel Fazenda Rancho Grande, Cacaulândia; a Lagoa Azul e o Parque das Orquídeas, em Costa Marques), que eram tidos como lugares de referência, com amplo trabalho em pesquisa, conservação ambiental, interpretação ambiental e valorização de comunidades. Está despontando o etnoturismo em Rondônia, mas com um enfoque de exploração das comunidades e para movimentação da economia local, uma vez que os turistas demandam por este segmento.

Para implantação, gestão ou avaliação de projetos de turismo, em todos seus segmentos e âmbitos, uma visão interdisciplinar é necessária e desejável, dada a complexidade do fenômeno turístico, uma vez que está permeado por inúmeros fatores sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais.

## 5.6 REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO da proposta de investimento em ecoturismo para as RESEX Currealinho e Pedras Negras no Estado de Rondônia de ponto de vista de sua viabilidade econômica. [S. l.]: [s. n.], 1996.

BAHIA. Lei nº 14.126, de 24 de setembro de 2019. Estabelece a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, n. 22749, 25 set. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, R. A. Avaliação ecológica rápida da herpetofauna nas reservas extrativistas de Pedras Negras e Currealinho, Costa Marques, RO. **Brasil Florestal**, v. 74, p. 61-73, set. 2002.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Reserva Extrativista de Pedras Negras** – Plano de Uso Ecoturístico. Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia, Tangará Serviços em Meio Ambiente, 2000.
- CEBALLOS-LASCURAÍN, H. **Ecoturismo** – naturaleza y desarrollo sostenible. Ciudad de México: Editorial Diana, 1998.
- COELHO, E. A.; GONTIJO, B. M. Viagens ao Amanã: experiências, relatos e propostas para o turismo de base comunitária na Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 14, n.4, nov. 2021-jan 2022, pp. 472-496.
- DIAS, C. Projeto: **Ecoturismo com base comunitária nas Reservas Extrativistas de Currealinho e Pedras Negras**: estruturação física e capacitação pessoal. Porto Velho, jun. 2000.
- DÓRIA, C. R. C. **Implantação de projetos de ecoturismo de base comunitária em Reservas Extrativistas**. Porto Velho, 2004.
- DÓRIA, C. R. C. **Termo de responsabilidade** da OSR, da assessoria técnica e do visitante. Porto Velho, 1999.
- DÓRIA, C. R. C.; AZEVEDO-RAMOS, C. **Ecoturismo na Amazônia**: alternativa de renda para comunidades locais? Porto Velho: Edufro, 2007.
- DORIA, C. R. C. *et al.* Contribuição da etnoictiologia à análise da legislação pesqueira referente ao defeso de espécies de peixes de interesse comercial no oeste da Amazônia Brasileira, rio Guaporé, Rondônia, Brazil. **Biotemas**, v. 21, n. 2, p. 119-132, jun. 2008.
- DORIA, C. R. C.; ROSENDO, S. F. D. Community-based ecotourism in the Pedras Negras and Currealinho Extractive Reserves, Guaporé River Valley. **Lyonia**, v. 4, n. 1, p. 35-42, 2003.
- ECOPOREÉ *et al.* **Uma experiência de ecoturismo com os povos da floresta**. Vale do Guaporé. A Amazônia desconhecida. Porto Velho, 1999.
- ECOPOREÉ. **Ecoturismo como sistema de conservação ambiental e geração de renda em Reservas Extrativistas do Vale do Guaporé, RO**. Porto Velho, 2000.
- ECOPOREÉ. Relatório técnico parcial semestre 2/2002. **Ecoturismo Comunitário em RESEX estaduais de Rondônia**. Porto Velho, 2002.
- ECOPOREÉ; WWF-BR. **A pesca e o turismo no Vale do Guaporé (RO)**: bases para o ordenamento e manejo. Porto Velho, [s. d.].
- FENNELL, D. A. **Ecotourism**. Londres: Routledge, 2014.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. Moradores da Reserva Mamirauá realizam sua XXI Assembleia Geral. **IDS**M, 2014. Disponível em: <https://mamiraua.org.br/noticias/moradores-da-reserva-mamiraua-realizam-sua-xxi-assembleia-geral>. Acesso em: 7 jan. 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. Ribeirinhos ajudam a construir o Plano de Gestão da Reserva Amanã, no Amazonas. **IDS**M, 2019. Disponível em: <https://mamiraua.org.br/index.php?intSecao=10&intConteudo=869>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MARTINS, P. C. S.; SILVA, C. A. da. Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise - RTA**, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2018.

MITRAUD, S; SANTOS, A. P. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. [S. l.]: WWF Brasil, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Glossário de términos de turismo. **OMT**, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PERALTA *et.al.* Community-based tourism in protected areas: a move beyond “paper parks”. In: CUNHA, A. A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; Mc. COOL, S. F. **Tourism and protected areas in Brazil: challenges and perspectives**. New York: Nova Science Publishers, 2018. cap. 14, p. 297-318.

PINTO, D. G. *et al.* (Org). **Monitoramento territorial independente na Amazônia: reflexões sobre estratégias e resultados**. São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2021. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/documentos/eea255e7573f2a760c695720dc391411.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RONDÔNIA. Decreto nº 6.954, de 14 de julho de 1995. Cria nos Municípios de Costa Marques e Alta Floresta, Estado de Rondônia, a Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 3309, 19 jul. 1995.

SANTOS, G. **Relatório técnico final de consultoria**. Manaus: [s. n.], 2001.

SOARES, J.B., FONSECA-FILHO, R.E. Diferentes Olhares do Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 155-177. fev-abr 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9560/7424> Acesso em: 08 jan. 2022.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. What Is Ecotourism? **TIES**, 2015. Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Relatório Técnico Final – Projeto de Pesquisa e Extensão: Apoio à consolidação do ecoturismo de base comunitária das reservas extrativistas de Curralinho e Pedras Negras**. Porto Velho, 2001a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Planejamento do uso público da RESEX de Curralinho e PN** – Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental. Porto Velho, 2001b.

# CAPÍTULO 6

## A REALIDADE ATUAL DO TURISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA

Figura 24 – Vista de uma das pousadas da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO)



Fotografia: Margarita M. D. Orozco (2024)

## **6 A REALIDADE ATUAL DO TURISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA**

### **6.1 INTRODUÇÃO**

Tendo como base a compreensão e a análise dos antecedentes do projeto de implementação do ecoturismo comunitário na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, no Vale do Guaporé em Rondônia, e considerando a complexidade e dinamicidade do turismo, assim como o protagonismo e o conhecimento endógeno da população local sobre o processo de desenvolvimento do turismo, este capítulo investiga as atividades turísticas no cenário atual da comunidade por meio da ótica e percepção dos seus atores, de modo a esclarecer os pressupostos e ações que permaneceram e/ou se transformaram a partir da concepção inicial do projeto e dos seus desdobramentos.

### **6.2 METODOLOGIA**

Por meio de um contato com uma liderança da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, obtiveram-se sugestões e ideias para viabilizar o estudo sobre o turismo, obtendo-se uma primeira aproximação da temática pela ótica de um dos seus habitantes. Na ocasião, também foi perguntado se a comunidade estaria aberta para receber uma equipe de pesquisadores, assim como indagou-se sobre a logística e os custos de viagem entre Ji-Paraná e Pedras Negras para realização da pesquisa.

Para viabilização de parcerias e operacionalização da viagem, foram realizados contatos preliminares com instituições governamentais tais como a SEDAM, o ICMBio, a CPRM, dentre outras. A viagem à Comunidade Quilombola de Pedras Negras, no Vale do Guaporé, que dista aproximadamente dez horas de Ji-Paraná, RO (cinco horas de estrada e cinco horas de barco pelo rio Guaporé), foi concretizada por meio da disponibilização de recursos logísticos, humanos (prestação de serviços), materiais (combustível) e de mobilidade (embarcações) por intermédio da colaboração da Polícia Militar Ambiental de Ji-Paraná. O trabalho em campo de toda a equipe aconteceu durante o período de 3 a 7 de dezembro de 2022. Importante frisar que o tempo de deslocamento pode

variar conforme a estação do ano e a manutenção das estradas estaduais e federais (BR 364).

Propriamente em campo, as técnicas que foram utilizadas na pesquisa contemplaram o diário de campo, as entrevistas e a observação participante. A fase de observação, que ocorreu na comunidade, constitui-se como fundamental na medida em que propiciou um conhecimento claro e específico dos fatos, assim como permitiu que se realizassem descobertas e não meramente conjecturas (Rampazzo, 2009). As anotações foram registradas no diário de campo, uma vez que ele se configura como um dos instrumentos mais relevantes, durante o trabalho *in loco*, na coleta de informações, como se esclarece a seguir

É nele que o pesquisador registra observações de fenômenos, faz descrições de pessoas e cenários, descreve episódios ou retrata diálogos. Quanto mais próximo do momento da observação for feito o registro, maior será a acuidade da informação (Fiorentini; Lorenzato, 2012, p. 118-119).

Por outro lado, denota-se que a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas no trabalho de campo. Nela o investigador busca compreender a temática de estudo por meio da fala dos sujeitos envolvidos, uma vez que:

[...] ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (Minayo, 2002, p. 57).

Deste modo, foi aplicada uma entrevista do tipo semiestruturada a qual se apoiou num roteiro previamente elaborado (Apêndice A). A entrevista realizou-se com pessoas chave na compreensão do fenômeno social do turismo: lideranças comunitárias, barqueiros, donos de pousadas etc., assim como com habitantes da população em geral. Esclarece-se que os turistas não foram entrevistados, uma vez que o objetivo da pesquisa diz respeito à transformação do turismo a partir da visão dos comunitários que conhecem melhor que ninguém esta realidade.

Para participação nas entrevistas definiu-se como critério a acessibilidade de cada indivíduo à atividade proposta. A forma de abordar as entrevistadas e os entrevistados consistiu, inicialmente, em fazer contato com a liderança supracitada à qual foi solicitada indicação de possíveis comunitários que estariam dispostos a compartilhar suas opiniões e visões sobre a temática em

estudo (turismo). Os(as) mesmos foram contatados(as) pessoalmente em seus domicílios, lugares de trabalho (por exemplo, pousadas existentes), locais de interação comunitária (por exemplo, escola, salão, outros) ou mesmo em locais ao ar livre e foi confirmada a disponibilidade com cada indivíduo. A eles foram requeridas outras indicações de mais pessoas que poderiam colaborar com a pesquisa.

Assim, o método de amostragem bola de neve foi aplicado, sendo adaptado às características endógenas da comunidade em estudo, seguindo uma cadeia de referências (Vinuto, 2014). Tal ferramenta mostrou-se adequada para auxiliar pesquisas qualitativas exploratórias onde não se tem uma quantificação exata da população de estudo (Bockorni; Gomes, 2021), tal como é o caso do presente estudo. A imprecisão consiste em não saber quantas pessoas se colocarão à disposição para a entrevista proposta.

Assim, foram entrevistados os comunitários que voluntariamente se dispuseram a ter um diálogo com a pesquisadora por meio de uma entrevista semiestruturada, após a apresentação e obtenção da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a cada entrevistado(a). As entrevistas foram realizadas durante o tempo de permanência na comunidade, que, foi menor do que se esperava, dados os percalços acontecidos no transcorrer da viagem, muito comuns em visitas a comunidades amazônicas.

As entrevistas foram gravadas por meio do aplicativo de celular *Voice Recorder* e posteriormente transcritas, integralmente, com ajuda do *software Transkriptor*<sup>13</sup>. A interpretação e análise dos dados obtidos nas fontes supracitadas se respaldou nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, como proposto por Bardin (2016). Foi utilizado o *software Atlas.ti* para apoio à análise dos dados qualitativos advindos das entrevistas realizadas.

Considerando o roteiro da entrevista semiestruturada, suas perguntas foram agrupadas em grandes temáticas a fim de analisar as respostas inerentes segundo percepções similares, o que pode ser visualizado no Quadro 15.

---

<sup>13</sup> O *software Transkriptor* converte arquivos de áudio em texto. É utilizado para realização da transcrição das entrevistas de maneira on-line. ©Transkriptor 2021, Middletown, Delaware, USA. Disponível em: <https://transkriptor.com/>. Acesso em: 30 set. 2023.

Quadro 15 – Perguntas orientadoras das entrevistas por temática da pesquisa

Temática	Perguntas orientadoras no decorrer das entrevistas
Contexto da comunidade e desenvolvimento local	1. Há quanto tempo o senhor(a) mora na comunidade? 2. Como as pessoas sobreviviam e ganhavam dinheiro antigamente? Como ganham a vida hoje? 3. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade? 4. Pescava-se mais peixe antes? Por que agora não mais?
Resultados das ações do projeto de ecoturismo comunitário	5. Participou de cursos, capacitações ou atividades do projeto de ecoturismo comunitário implantado lá pelo ano 1997? Como foi o curso/capacitação/atividade? Trouxe benefícios? Quais? <i>(Fazer a pergunta só para pessoas que morem há mais de 20-25 anos na comunidade)</i> 6. As ações de desenvolvimento do turismo acontecem ainda hoje? Se sim, de que forma? Se não, por que não acontecem mais? 7. Você se envolveu/envolve com a atividade turística? Se sim, de que forma? Se não, por que não? 8. Como era o turismo no passado? Como é hoje? Tem se transformado? O que mudou? 9. O turismo trouxe oportunidades de ganhar dinheiro? Se sim, como? Se não, por que não?
Desenvolvimento e efeitos do turismo	7. Você se envolveu/envolve com a atividade turística? Se sim, de que forma? Se não, por que não? 8. Como era o turismo no passado? Como é hoje? Tem se transformado? O que mudou? 9. O turismo trouxe oportunidades de ganhar dinheiro? Se sim, como? Se não, por que não? 14. Mencione os impactos positivos e negativos do turismo praticado atualmente.
Participação comunitária	11. Existem grupos/associações específicas que se reúnem para falar ou decidir sobre o turismo? Quais? Como funcionam? 12. Das famílias que atualmente vivem na comunidade, quantas se envolvem com o turismo? Existem/há benefícios vindos do turismo? quais? Como são divididos/repartidos os benefícios do turismo?
Interações dos comunitários com o ambiente e valorização da cultura local	4. Pescava-se mais peixe antes? Por que agora não mais? 13. O senhor(a) acredita que o turismo tem feito que a comunidade preserve mais a Reserva Extrativista e que tem valorizado os modos de vida tradicionais da população quilombola? De que forma?
Conflitos – categoria transversal	10. Quais são os problemas e conflitos relacionados ao turismo? Você percebe algum conflito (problema) com a pesca e o turismo? Quais? Por quê? Como conciliam a atividade do turismo com as demais atividades produtivas (agricultura, caça, pesca, venda de produtos, outros)?

Fonte: elaboração própria (2023).

A transcrição de cada uma das entrevistas foi realizada em formato Word (sendo denominada E1, E2 ...) e anexada ao *software Atlas.ti* (que designa a cada documento um ID), para, por meio desta ferramenta, realizar a organização

e análise de cada uma delas. Alguns dados gerais sobre as entrevistas, encontram-se no Quadro 16.

Quadro 16 – Dados gerais sobre entrevistas realizadas

ID	Nome	Duração	Citações
D1	E1	30min28s	75
D2	E2	17min33s	54
D3	E3	13min37s	34
D4	E4	56min33s	72
D5	E5	28min34s	58
D6	E6	12min52s	27
-	-	Áudio falhou	-
D7	E8	15min33s	29
D8	E9	38min41s	58
D9	E10	11min45s	36
D10	E11	18min45s	46

Fonte: elaboração própria (2023).

No Quadro 15, visualizam-se o nome e a identificação dos documentos analisados por meio do *software Atlas.ti* e o correspondente número de citações de cada entrevista. Este número depende da extensão da entrevista, mas também do conteúdo, uma vez que pode ter pessoas que falavam pouco, mas com conteúdo relevante para responder às questões de pesquisa.

O ID é dado pelo *software*, assim como o número de citações por entrevista. As citações são os trechos selecionados em cada entrevista abrangendo todos os códigos previamente definidos. Desta maneira realiza-se primeiro, a codificação (seleção de trechos) e posteriormente a categorização. Desta maneira, a identidade de cada um(a) dos(as) participantes foi preservada.

### 6.3 RESULTADOS

Os dados resultantes das entrevistas propiciaram obter elementos no que tange: às atividades econômicas e socioculturais dos habitantes da comunidade; às dinâmicas próprias das transformações do desenvolvimento do turismo; relativas à conservação da natureza e das tradições locais; sobre a organização da comunidade em torno ao assunto de estudo; dentre outras.

Foram realizadas dez entrevistas, sendo cinco com mulheres e cinco com homens. Quatro dos entrevistados nasceram em Pedras Negras e alguns deles moram há mais de 70 anos e outro mora tão somente há três anos na comunidade. Interessante ressaltar que uma parte dos entrevistados(as) saiu da

comunidade por tempo considerável, mas retornou posteriormente. Os entrevistados tinham idade mínima de 30 anos e idade máxima de 82 anos, perfazendo uma idade média 52,2 anos. Foram entrevistados(as) donos(as) de pousada, guias de pesca/piloteiros, aposentados(as), donas de casa. A escolaridade apresentou-se variada: um(a) respondente com ensino superior completo, dois respondentes com ensino superior incompleto, dentre outros. Um entrevistado(a) tinha origem boliviana e outro(a) era filho(a) de bolivianos, mas criado no Brasil. O fato é relevante uma vez que, por tratar-se de uma área de fronteira, a mistura entre brasileiros e bolivianos é comum e traduz-se em riqueza cultural e diversidade.

É importante ressaltar que por ser uma comunidade pequena, atualmente com 27 famílias e 109 pessoas<sup>14</sup>, um(a) comunitário(a) desempenha uma, duas ou até três funções na estrutura social da comunidade, a exemplo, algum(a) deles(as) pode ser dono(a) de pousada, funcionário(a) público(a) e guia de pesca ou alguma delas pode ser cozinheira em pousadas no tempo do turismo e na escola, além de dona de casa.

Para a categorização dos documentos, inicialmente, definiram-se oito grandes códigos, os quais propiciaram informações sobre assuntos relevantes para a pesquisa. Os seis primeiros códigos subdividiram-se em antes e atual. Antes está relacionado a como os comunitários viam cada um dos assuntos em tempos passados e, atual, tem relação ao tempo presente e em como eles enxergam hoje as temáticas levantadas. Na Figura 25, verifica-se o gerenciador de códigos implementados no *software* e a magnitude derivada de cada um deles. A magnitude representa o número de citações/vínculos que cada documento possui.

---

<sup>14</sup> Informação verbal por ligação de *whatsapp*, de uma liderança comunitária, no dia 08 de setembro de 2022.

Figura 25 – Códigos/temáticas definidos(as) para as entrevistas

análise de código e documentação Gerenciador de Códigos

Pesquisar Componentes

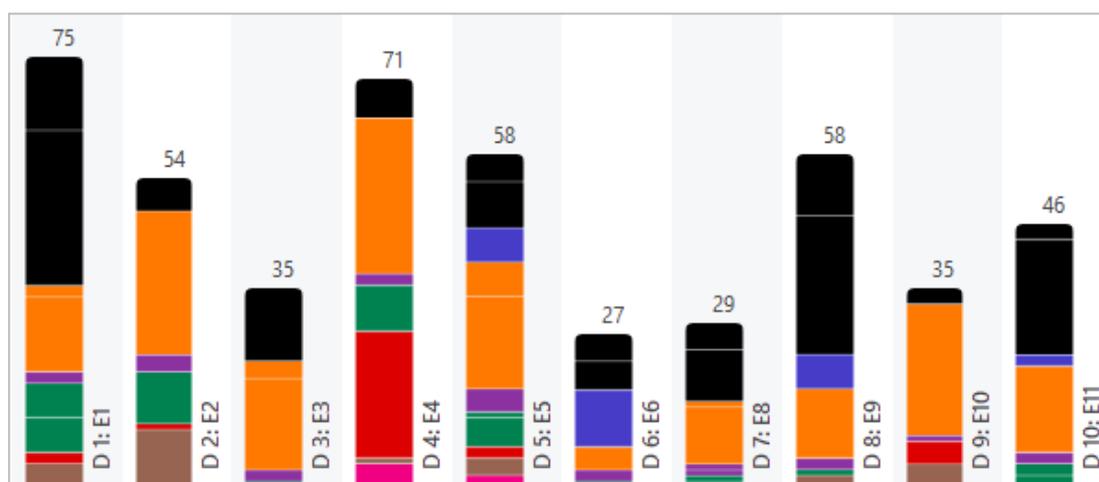
Nome	Magnitude	Densidade
▲ ● C1 - CONTEXTO DA COMUNIDADE/DESENVOLVIMENTO LOCAL	164	0
● C1.1 - Desenv. local ANTES	42	0
● C1.2 - Desenv. local ATUAL	122	0
▲ ● C2 - RESULTADOS DO PROJETO DE ECOTURISMO COMUNITÁRIO	24	0
● C2.1 - Resultados Proj ET Com ANTES	24	0
● C2.2 - Resultados Proj ET Com ATUAL	0	0
▲ ● C3 - DESENVOLVIMENTO E EFEITOS DO TURISMO	173	0
● C3.1 Desenvolv e efeitos do tur ANTES	12	0
● C3.2 Desenvolv e efeitos do tur ATUAL	161	0
▲ ● C4 - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	22	0
● C4.1 Part comunitária ANTES	1	0
● C4.2 Part comunitária ATUAL	21	0
▲ ● C5 - INTERAÇÕES AMBIENTE E CULTURA	44	0
● C5.1 Interação amb e cult ANTES	10	0
● C5.2 Interação amb e cult ATUAL	34	0
▲ ● C6 - CONFLITOS	31	0
● C6.1 Conflitos ANTES	2	0
● C6.2 Conflitos ATUAIS	29	0
● C7 - AUSÊNCIA DO ESTADO	24	0
● C8 - EXPECTATIVAS, FUTURO	6	0

Fonte: Elaboração própria a partir do *software Atlas.ti* (2023).

Denota-se que foram criados mais dois códigos (C7 e C8, respectivamente Ausência do Estado e Expectativas/Futuro), dado que, pelos discursos obtidos das entrevistas, considerou-se necessário dar relevância a estes aspectos. Estes últimos códigos não foram subdivididos.

Na Figura 26, nota-se a distribuição dos códigos por entrevistado(a). Esses dados apontam uma visão geral de qual categoria foi mais evidenciada por cada sujeito.

Figura 26 – Distribuição de códigos por entrevistado(a)



Fonte: elaboração própria a partir do *software Atlas.ti* (2023).

De maneira geral, as temáticas preponderantes relacionam-se ao contexto e desenvolvimento da comunidade, notadamente as atividades econômicas realizadas antigamente e na atualidade; assim como o desenvolvimento e os efeitos do turismo. Importante evidenciar que o projeto de ecoturismo comunitário aconteceu aproximadamente há 30 anos; sendo assim, comunitários que residem pouco tempo em Pedras Negras não conhecem o projeto ou só escutaram falar a respeito. Assim, somente quatro entrevistados fizeram alusão concreta ao projeto primário e alguns respondentes disseram que no momento da sua execução, não residiam na comunidade, tendo ido morar na cidade.

A *priori*, os discursos dos(as) três primeiros(as) entrevistados(as), indicados(as) pela liderança “principal”, mostraram-se bastante homogêneos. No entanto, os seguintes relatos trouxeram variedade e complementariedade às entrevistas.

Os resultados a seguir serão descritos e analisados pelas grandes temáticas apresentadas no Quadro 15, assim como divididos em antes e agora/atualmente. Esclarece-se que, para a realização de gráficos de coocorrência pelo *software Atlas.ti*, considerou-se interessante criar subcódigos (mais específicos) dentro das grandes categorias. Estes subcódigos serão descritos dentro de cada uma das oito temáticas supracitadas.

### **6.3.1 Contexto e desenvolvimento da comunidade**

Para análise desta categoria, considerou-se basicamente o desenvolvimento econômico (geração de renda) e o desenvolvimento sociocultural dos habitantes. Incluíram-se também aspectos relacionados à infraestrutura da comunidade e às dificuldades enfrentadas pelos habitantes. Consideraram-se os conflitos internos advindos de causas diferentes ao turismo.

Assim, como resultados, os respondentes enfatizaram como a vida passada era difícil. Isto pode ser evidenciado pelas seguintes falas:

Era muito difícil a vida antiga. Sim. A gente trabalhava muito e não tinha preço das coisas (E6).

Olha antigamente a situação aqui era muito difícil para gente. Antigamente nós, era muito difícil, adoecia aqui para você chegar na cidade era muito difícil (E5).

Segundo as(os) habitantes da Comunidade de Pedras Negras, antigamente, eles baseavam sua subsistência na extração de seringa, na agricultura, na colheita de castanha e poalha, na pesca, na criação de pequenos animais, dentre outros:

De primeiro se cortava a seringa essa, né? Sim. Aí depois da seringa se fazia a roça. Roça. Plantar para fazer farinha, essas coisas assim (E9).

A roça a gente fazia muito, plantava arroz, feijão, milho. Aham. Macaxeira. Olha pra gente plantar, a gente plantava do jeito que a gente sobrevivia (E6).

Foi relatado que, durante o período da segunda guerra mundial muitas pessoas, advindas predominantemente do Nordeste, chegaram a Pedras Negras para cortar seringa, sendo conhecidos por “soldados da borracha”.

Meu pai veio do Maranhão com dezoito anos, em mil novecentos e quarenta e três (E1).

Na época da seringa, e assim como consta no capítulo anterior, a comunidade atingiu o número máximo de famílias, inclusive, tendo repartições judiciais:

É. Vieram muitas famílias pra cá, muitas famílias. Aqui tinha cartório. (E8).

Por meio de vários depoimentos, foi interessante perceber como os comunitários entendiam e respeitavam os ciclos da natureza e como suas práticas tradicionais e suas atividades de subsistência obedeciam à sazonalidade e às condições climáticas e fluviais:

Seringa no verão e castanha no inverno (E8).

Meu pai também já tem que parar porque o rio enche. E a seringa só dá em lugar baixo onde alaga. Aí de lá nós ia mexer com roça (E1).

Na seguinte fala, relata-se um pouco sobre o porquê do declínio da exploração da seringa:

É, na época o preço caiu, né? Antes tinha mais mais valor. Hm-huh. E as pessoas daqui da comunidade também, aquelas pessoas que cortava seringa todas já se foram, morreram (E1).

Existia também a coleta e venda da castanha, mas, pelos comentários obtidos, a sua comercialização realizava-se a preços irrisórios.

A castanha que sai do Guaporé, é daqui do lado brasileiro. Uma delícia. Para você ter uma ideia é raro você achar um estragado. Sim. E nunca teve valor... Aham. sempre vendendo, vendendo... a preço de banana (E5).

Com relação à poalha, raiz muito fina e leve que possui propriedade medicinal, eis aqui alguns relatos que demonstram sua coleta e beneficiamento e as dificuldades dos comunitários para conseguir esta matéria prima.

Tem que passar dois, três dias pra catar um quilo e tem que secar ela. E fica bem levinha (E1).

Juntava grupos de gente pra arrancar ela (E9).

A pesca era também uma atividade que fornecia alimento e renda para a população daquele então:

Antigamente uhum todos aqui pescavam e vendia. Pra vender. Uhum. Vivia quase também daquilo. Pegava peixe, levava ou vinha alguém comprar aqui (E1).

Curiosamente, relatou-se que, antigamente praticava-se a venda de pele de animais (jacaré, onça, veado-mateiro), uma vez que à época, não era proibido.

Assim, as atividades econômicas mais relevantes em tempos antigos para os habitantes da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, resumem-se na seguinte fala, a qual, ao mesmo tempo, evidencia, destas atividades anteriores, quais permanecem até hoje:

Olha, antigamente as pessoas ganhava dinheiro com a castanha. Sim. Seringa. Sim Sim. A maioria era seringueiros, castanheiros e poalheiros, né? Que era na época que nós temos um valor muito alto da poalha e hoje ninguém mais faz essa atividade mais é só castanha mesmo (E11).

Aqui trabalha só com castanha, a poalha e a seringa já ninguém trabalha mais (E6).

Ressalta-se, para o texto anterior, a importância dos relatos das pessoas mais velhas da comunidade, as quais trazem elementos chaves e interessantes

para o entendimento de como a comunidade se desenvolvia economicamente, fato que repercute, obviamente, no seu desenvolvimento social e cultural, naquela época.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas pelos comunitários são a coleta e beneficiamento da castanha e o turismo, dentre outras menores. A atividade do turismo será tratada no seguinte item, dada a importância do tema para a presente pesquisa.

Hoje o sustento hoje aqui é o turismo. Uh-huh. Né? É o turismo, aí vem a castanha que que reforça a renda. Sim. Né? Uma coisa ajuda a outra (E11).

Segundo os relatos, a coleta e beneficiamento da castanha é realizada durante os meses de janeiro, fevereiro e março. Segundo um depoimento, são produzidas ao redor de 60 a 70 toneladas durante esse período, as quais são armazenadas e comercializadas em sacas (segundo relato, uma saca são aproximadamente seis galões). Toda a produção de castanha é comercializada na Bolívia, uma vez que, por falta de selo/certificação, não pode ser vendida no Brasil, ainda sendo de ótima qualidade. Um detalhe interessante que demonstra o conhecimento profundo da atividade que os comunitários realizam. Percebe-se na seguinte fala:

Um ouriço de castanha tem dezenove, vinte, vinte e uma castanha (E1).

Um(a) entrevistado(a) relatou que estão “correndo atrás” de apoio de entes externos para otimizar o beneficiamento da castanha, por meio da aquisição de máquina que quebra o ouriço, descasca a castanha e a separa por “qualidades” (primeira, segunda e terceira), por meio de processos de peneiramento. Além disso, alguns comunitários pretendem-se organizar para conseguir o selo/certificação, fato que permitiria vender a castanha da comunidade de maneira legal e com um ganho financeiro muito maior, no Brasil.

Quando indagada a forma em que os comunitários se organizam para realizar a coleta da castanha, mencionaram-se duas formas: a primeira diz respeito a um local onde cada família tem direito a fazer a coleta; e, a segunda, diz respeito à coleta realizada de maneira comunitária, em que todos os

habitantes se reúnem para coletar o máximo possível de ouriços. No entanto, percebeu-se uma certa problemática sobre a segunda coleta:

*Mas cada um tem uma parte nos castanhais? Aqui a maioria tem Aham. Só que aí tem uma parte que que aí entra tudo junto. Entendi. E aí quem ajuntar mais ... é que não está mais isso. Só que tem gente que já vai um dia antes, a gente quando chega lá já está assim. Vixe! não espera os outros! (E9).*

Com relação à atividade de pesca os comunitários relatam que, hoje em dia, não realizam mais esse labor:

*É porque tu num quer mais pescar aqui no porto pega muito pegar espinhal, pega papo (E9).*

*Ninguém nem pesca, não tem nem barco (E9).*

*Hoje em dia ninguém faz mais isso, porque ele sabe se ele fazer isso daqui uns dias vai fazer falta, não vai ter mais turismo, que ele ganha daquilo, vamos supor que todos que pescam, que pescavam (E1).*

*Então se ele ver um pescador ali e falar rapaz tem um pescador ali. Ou alguém tiver pegando peixe pra vender já rapidinho já sabe. Hm-huh. Pra gente dizer, não vai fazer isso aqui. Nós vivemos disso aqui (E1).*

As falas demonstram que, quando os habitantes de Pedras Negras pescam em locais próximos à vila onde aqueles que não tem barco podem aceder, não tem peixe bom para pescar. Para acessar locais distantes onde se encontrariam peixes mais apetitosos à dieta dos comunitários, teriam que contar com barco e combustível. Por outro lado, alguns comunitários inibem outros de pescar. Não se tem certeza se esta prática se realiza em respeito ao plano de utilização da Reserva Extrativista de Pedras Negras ou em função de deixar o peixe para o turista. Se for desta última maneira, entende-se que o comunitário não pode pescar mas que o turista, o pescador amador, é permitido e sem restrições, como se verá mais adiante.

Por último, um par de entrevistados(as) falaram sobre a criação de gado dentro da comunidade, mas, ao parecer, esta atividade é feita por alguns comunitários e a quantidade de boi que se tem é pouca.

*Agora tem que ter um boi na capoeira antigo e aqui tem um pasto com o boi. Uh-huh. Tá com uns dez anos que eu tenho. Mais dez anos, doze anos. A Emater, a associação a gente liberaram pra gente fazer financiamento. Sim. Uh-huh. Pra criar gado, criar gado (E9).*

Com relação à infraestrutura e ao saneamento básico, a maioria dos entrevistados mencionou o transporte como uma das maiores carências que afetam a comunidade. Nos depoimentos apresentados a seguir, percebe-se como a falta dele repercute em acesso a alimentos, saúde, entre outros.

Só pra você ir lá daqui pra você ir lá até e voltar é mil reais só em gasolina (E3).

Uma das enfermidades que não foi sanada, o transporte (E5).

A dificuldade é de não ter um barco pra gente ir na cidade. Aham. É muito difícil fazer compra, fazer na voadeira, gastar muito é muito difícil. Entendi. Isso aí é a dificuldade da gente não ter um supermercado aham se tiver um supermercado aqui a gente não ia na rua. Entendi. Não tem um barco. Aham tudo de voadeira, tudo caro (E6).

A dificuldade hoje é que não temos transporte, né? Hm-huh. Não temos um barco aqui do governo pra gente ir fazer compra na cidade, né? Voltar com as compra da gente. Uh-huh. Né Sim, tá difícil agora tiraram o barco do governo, né? Do rio antigamente tinha o barco. (E8)

Aqui hoje em dia pra nós aqui que nós bem dizer isolado é o transporte pra gente comprar na rua. Só do preço da gasolina é caro, deve estar ... nós vai fazer umas comprinha Sim. Aí pra colocar aquele na traseira fica ali apensado dentro do quatro oito. Às vezes a pessoa dessa largura, aí fica... meio espremido. É assim mesmo. E a dificuldade é desse tipo, né (E9) .

Transporte. Hm-huh. Por que que um problema é isso aqui? É difícil, né (E10).

Outras questões mencionadas como dificuldades dentro da comunidade foram a falta de saneamento básico, notadamente a coleta e disposição final de resíduo (lixão). A falta do título da terra também foi indicada, ressaltando que, por causa deste título os moradores da comunidade ficam excluídos de alguns benefícios que corresponderiam às comunidades quilombolas. Com relação às questões de saúde, ainda que a comunidade conte com um posto de saúde, o médico se desloca à comunidade somente uma vez ao mês e a assistente do médico, que permanece *in loco*, tem limitações uma vez que não pode colocar remédio (injeção) nem receitar.

Mencionaram-se também, como dificuldades para a comunidade, o aparecimento do pirarucu como espécie invasora e a falta de trator. No entanto, um(a) entrevistado(a) fez alusão à melhoria da energia elétrica e outras questões de infraestrutura dentro da vila.

Depois que começou o pessoal da Cairu<sup>15</sup>, veio pra cá, ele tem o Instituto dele lá e incentivou, mudou essa rede de energia todinha, entrou em contato com a prefeitura de São Francisco do Guaporé, eles ajudaram... aqui tem a mais de doze máquina, aqui trator fazendo a pista, ajeitando, isso aqui ficou mais limpo do que uma cidade. Aqui ficou. Aqui não tinha um mato aqui em canto nenhum. *É?* O Trator limpou tudo, tudo, tudo, tudo, tudo. *Hum.* Era lindo. Aí mudou os postes que eram de madeira bem baixinho, agora tudo em concreto. Veio mais que acho que seis motores grande, gerador que veio mais quatro. *Uhum.* Acho que é uns oito gerador ali. Não falta energia. 24 horas, sim (E1).

A seguir visualiza-se o gráfico de coocorrência que relaciona o contexto/desenvolvimento da comunidade, antes e depois, com as subcategorias criadas para análise.

### 6.3.2 Resultados do projeto de ecoturismo comunitário

De maneira geral, os entrevistados falaram pouco sobre o projeto de ecoturismo comunitário descrito no capítulo anterior e que teve origem há aproximadamente 30 anos. Alguns pelo pouco tempo que moram na comunidade e outros, porque disseram que tinham saído do território no momento da sua execução.

Denota-se aqui uma fala de um(a) entrevistado(a) que muito diz a respeito da visão que os comunitários tiveram sobre a proposta que lhes foi feita, nesse então, para adesão ao projeto de ecoturismo comunitário na Reserva Extrativista de Pedras Negras:

Ela veio com esse projeto. Todo mundo achou impossível. É difícil nós achar hoje. Difícil você imagina aquela época. Não acreditava muito que fosse possível. A maioria analfabeto, muitos não sabia. Mas aí, abraçaram a causa com ela (E5).

Com relação aos seis princípios elencados no capítulo anterior, a valorização do patrimônio natural foi denotada pelo relato de que se tratava preponderantemente de um turismo de observação de aves, no entanto, alguns visitantes iam ao rio para pescar.

---

<sup>15</sup> Cairu Bicycles ou Ciclo Cairu é uma empresa que produz e distribui peças para bicicletas e motos. Possui uma área de armazenamento de 45.000 m<sup>2</sup> e um moderno parque fabril. Está localizada no município de Pimenta Bueno, em Rondônia, e é uma das principais indústrias e distribuidoras do segmento no país. Fonte: Cairu Bicycles (2020). Disponível em: <http://cairubicycles.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Mas ainda cheguei ver americano passar de canoa por aqui. *Aham*, pessoal levando eles pra ver vitória régia... Só que a maioria não era brasileiro. *Entendi*. Via alguns brasileiros mais era mais estrangeiro. Mais estrangeiro. E esse turismo que estou te falando eles eram da mata (E5).

Percorria. *Aham*. Só que a gente não entendia, mas tinha... *Tradutor?* *Aham*. Tinha algo os dia que ia pro mato e na trilha. *Aham*. E outros ia pro rio pescar (E6).

Uma observação preponderante foi a de tratar-se preeminentemente de estrangeiros:

Não é só que a maioria desses que tinha eram tudo estrangeiro. *Aham*. Que vinha nem logo que foi iniciado tudo (E5).

É diferente, porque o primeiro era só alemão que vinha, eles visitavam a comunidade. *Aham*. Aí encomendava muitas coisa pra gente aí que fazia. *Aham*. Eles compravam artesanato (E6).

Percorria. *Aham*. Só que a gente não entendia, mas tinha... *Tradutor?* *Aham*. Tinha algo os dia que ia pro mato e na trilha. *Aham*. E outros ia pro rio pescar (E6).

Com relação ao princípio de ser um processo participativo e socialmente justo, tem-se:

Cada grupo era um pouco que trabalhava. Sim, os que trabalhava essa essa semana na outra semana que vinha em outro grupo já era outra família. *Aham*. Trabalhava e tudo ganhava (E6).

Eu trabalhei lá. *É? É*, a primeira... o primeiro turismo que teve. *Aham*. *E como que foi esse turismo?* Bom! que tinha.. ia pro rio. Todo mundo ganhava dinheiro (E6).

Só era bom porque coisa de dois em dois meses eles traziam professora pra dar curso de tudo. *Aham*. E comida, sabão, tudo (E6).

Com respeito ao princípio de diversificar as atividades econômicas, colocou-se que:

Aí a dona Niceta ela que vai saber falar, ela que me conta que antigamente vinha gente... vendia artesanato, tudo isso vender aqui para los turistas....*sim*. Que eu acho eh parecia um negócio de castanha, já fazia pra vender pro turista. Eh mas antigamente era uma melhora fazia um tanto pra vender como esse que se chama.... eh é só de negócio de coco (E3).

É diferente, porque o primeiro era só alemão que vinha, eles visitavam a comunidade. *Aham*. Aí encomendava muitas coisa pra gente aí que fazia. *Aham*. Eles compravam artesanato que fazíamos. De castanha ... A gente fazia muito pra eles vendia todinho pra eles. Doce de

castanha a gente fazia muito para eles. *Doces? Ai que delícia aham.* Aí ele visitava a comunidade antes deles ir embora (E6).

Sobre os princípios de interpretação ambiental e mecanismos de controle de impactos ambientais e culturais, não foi mencionado nada.

Sobre as dificuldades encontradas naquele então, para concretizar o projeto de ecoturismo comunitário, mencionou-se:

Que quando começou a chegar o turismo eu saí, *aham*, porque demorou muito (E5).

Tudo que eles faz no projeto, só que aqui é difícil, né? Pra manter tudo demora, né? Aí até aprovar esse esse projeto, custa! (E9).

Dos dez entrevistados, três deles mencionaram que não moravam ou que tinham saído da comunidade quando o projeto foi implementado:

Eu não tava. Eu fui em 89, eu saí. Em 87, 89, eu tinha uns 17 ano eu fui me alistar e quando a gente é meio novo, aí eu conheci a cidade que eu não conhecia, e não quis mais voltar (E1).

Só que na época que teve esse projeto comunitário do turismo juntamente com a Ecoporé, a Águapé em Costa Marques, SEDAM, eu não estava aqui (E11).

*O que que aconteceu com esse turismo?* Então, eu não morava aqui, né? Mas E1 era um dos dirigentes. Ele pode explicar bem, *aham*, porque ele era um da frente (E5).

Assim que ela chegou, eu saí *ahhh* quando ela, *quando eles começaram o projeto?* Sim. Quando eles começaram o projeto (E5).

Quem vai te falar desse projeto é só E1. Ele tava (E5).

Não é claro se a saída destes membros da comunidade deu-se pelo êxodo rural pelo qual a comunidade atravessou. Pelas falas, percebem-se algumas contradições nos discursos, uma vez que um(a) respondente disse que um outro comunitário estava à frente ou liderava o projeto junto às instituições. Porém, tal respondente disse também que tinha saído.

Elenca-se aqui, uma fala muito contundente que diz respeito ao que aconteceu com o turismo do projeto primário. No entanto, não se quis aprofundar, no momento da entrevista, no porquê desta fala:

Então a gente foi lesado, a gente foi enganado. *Aham*. Enganado por uma pessoa. *Aham*. Chamada \_\_\_\_\_ (nome de pessoa) (E5).

Segundo um(a) dos(as) entrevistados(as), o foco dado ao turismo do projeto primário, não é um segmento forte no Brasil, portanto, após conversas e reuniões a comunidade decidiu por não o continuar.

Na época do primeiro projeto que teve, não era um turismo de pesca. Era um turismo de observação. *Entendi*. Então a gente vê assim, no no Brasil, assim a questão de turismo de observação dele é muito fraco. *Aham*. Tá? Ele é muito fraco. *Era observação de de aves?* De aves, de pássaros, de animais. O Brasil é fraco. *Aham*. Então assim a gente tem muitos eh turismo de observação, por exemplo assim, em Mato Grosso mas tudo povo que vem de fora. *Sim. Entendi*. Da Alemanha, dos Estados Unidos, França, lá, Canadá. Do exterior. Do exterior. No Brasil é muito fraco (E11).

Turismo do Brasil na verdade se resume em pesca. *Entendi*. Então assim a gente a gente analisou, conversou, reunimos gente pra gente trazer um turismo de observação aqui nós não temos condição de expandir, de divulgar ele. *Esse tipo de turismo, né?* Esse tipo de turismo. Só amarrar um pelo mais, mais prático. *Sim*. Que é o turismo de pesca. *Aham. Entendi*. É isso que está acontecendo hoje aqui. *Ele é o turismo predominante hoje, né?* *Aham* (E11).

### 6.3.3 Desenvolvimento e efeitos do turismo

Nesta seção consideram-se aspectos como a gestão do turismo e as contribuições econômicas, ambientais e socioculturais do fenômeno, sejam estas positivas ou negativas (impactos). Além disso, mencionam-se alguns conflitos relacionados com a atividade turística dentro da comunidade.

#### 6.3.3.1 A gestão do turismo hoje

As atividades do turismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras acontecem basicamente entre os meses de junho a novembro de cada ano. Na figura 27, visualiza-se a divulgação do turismo nas redes sociais por uma das pousadas da comunidade.

Figura 27 – Divulgação do turismo da comunidade nas redes sociais



Fonte: dono(a) de pousada (2023).

Atualmente, existem cinco pousadas na comunidade, sendo que quatro delas são administradas por quilombolas e a quinta é gerida por ator não quilombola. Numa das entrevistas realizadas, falou-se que uma delas está desativada.

O acesso dos turistas à comunidade realiza-se via fluvial, em barco, pelo rio Guaporé ou via aérea, em avião/monomotor, uma vez que existe uma pista de pouso. O tipo de turismo que se oferta aos visitantes, hoje em dia, é o turismo de pesca, também chamado de pesca esportiva. Isto é confirmado pela fala de vários comunitários entrevistados:

Só que agora já não tende isso não. *Uh-huh*. Hoje é só mais pesca mesmo (E3).

E vão, então o turista eles não conhecem muitas vezes esse lado. *Hm-huh*. Os turista eles vem sempre numa época de pescaria pra desfrutar da pesca, do do coiso, só mais mesmo (E4).

Porque aqui só tem, só tem turista do peixe (E5).

Os turistas, majoritariamente, se deslocam para Pedras Negras desde os municípios do estado de Rondônia. Foram mencionadas as cidades de São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Pimenteiras e Ji-Paraná, como emissoras de turistas de pesca para a comunidade.

Importante ressaltar que toda a logística para o turismo é realizada diretamente com os donos das pousadas, não havendo intermediários, agências de viagens ou operadoras turísticas que oferecem pacotes ou planos para visitar a comunidade. Algumas das pousadas recorrem às redes sociais, notadamente Facebook ou Instagram, para ofertar os serviços turísticos. Desta maneira, o turista liga numa das pousadas, combina uma data e faz sua reserva. Nelas, o turista pernoita e se alimenta e, precisando de piloto/guia de pesca, apetrechos de pesca, dentre outros serviços, os proprietários das pousadas providenciam.

Segundo alguns respondentes, em sua maioria donos de pousada e familiares, todos ganham com o turismo, pois para o desenvolvimento da atividade requerem-se pilotos (homens), camareiras e cozinheiras (mulheres), assim como são necessários insumos e víveres para alimentação dos hóspedes, sendo estes adquiridos das famílias da comunidade. Sendo assim, os relatos mencionam:

Sempre tem uma daquela casa que é envolvido (E1).

E aí eles são guia turista, no rio e as mulheres cozinham, limpa nas pousadas (E2).

Olha, dessas famílias que ela citou, todas se envolvem. *Aham*. Todas. *Aham* porque vamos colocar dessas vinte e nove, vamos colocar que vinte e cinco. *Sim*. Os maridos são guias de pesca. *Entendi*. Vinte e cinco são guias de pesca. Outros mexem com com horta *aham* fornece a verdura pra pousadas sim então todo mundo se envolve (E11).

Para um(a) dos(as) entrevistados(as), dos dois tipos de turistas que chegam à comunidade, o que seria mais conveniente para eles, é aquele que chega de avião, pois deixa dinheiro na comunidade, segundo o relato:

O turismo da comunidade, que seria benéfico para a comunidade, é esse que chega de avião. Esse tipo de turismo que vem através de, que só chega por voo, esse é o que deixa, porque a comunidade, o dono de pousada, chama de dois a três funcionário, compra muitas coisas na comunidade, verdura, galinha, ovo (E5).

### 6.3.3.2 Contribuições econômicas advindas do turismo

Para algumas pessoas, o turismo é sinónimo de progresso para a comunidade uma vez que tem permitido o acesso a eletrodomésticos (televisão) e recursos que antes não tinham (acesso à internet).

Então, positivo que eu ele traz benefício pra comunidade, a comunidade tem muitos que saíram do, da extrema pobreza que que tinham muito. Só tinha gente, quando eu cheguei aqui na época tinha gente que não sabia que tinha uma televisão (E2).

E hoje a vida é melhor porque a gente, o negócio do turismo aqui. *Aham*. Faz temporadas e aí eles ganham dinheiro. *Aham*. Na pilotagem (E6).

Tem, na verdade a vida da comunidade mudou muito. Sim. Depois de ter sido implantado o turismo de pesca esportiva, que assim mudou. *Aham*. Mas antes tava refém da castanha. Hoje não (E11).

A seguir apresentam-se algumas falas que colaboram na compreensão de como os comunitários enxergam os impactos econômicos que o turismo provê para a Comunidade Quilombola de Pedras Negras:

Então não envolve toda a comunidade. Maiorias é homem né? Entendi trabalha (E3).

Aqui são poucas pessoas que ganham muito né? *Aham*. Entendi. São muitas pessoas que ganham pouco. Entendi. Certo. Eh então não tem como você ter uma visão de colocar todo mundo envolvido nisso aí (E4).

Mas tem pessoas que paga duzentos reais uma uma gorjeta. *Ah tá*. *Aham*. É cem reais o dono da pousada paga prum prum prum pilotoeiro é cem reais uma diária e o turista paga duzentos reais uma gorjeta. Entendi. Então por que que o dono da pousada não paga uma diária adequada prum pilotoeiro? (E4)

Eu já vi gorjeta aqui de quinhentos conto, trezentos. Hm-huh. Tem gorjeta aqui até de mil reais, dependendo do o turista que vem de fora, esses turistas que vem de fora aí ah de grande influência (E4).

Porque os cara quer ganhar demais, quer fazer pouca coisa e ganhar muito (E4).

Tanto que hoje o turismo para nós aqui é uma fonte de renda, que é grande, para a comunidade inteira. Seja direta ou indiretamente (E5) .

Para a família que trabalha. Uh-huh. Né? Entendi, só pra a família que trabalha (E8).

*Mas o senhor acha então o quê O turismo? Assim, na comunidade trouxe oportunidades de ganhar dinheiro? Rapaz, para alguns, outros não (E9).*

Aqui todo mundo ganha, né? Entendi. Um trabalho (E10).

Olha, esse benefício do turismo controla da seguinte forma: trabalha numa pousada como camareira, ela recebe pelo dia trabalhado. Certo. Se ela trabalha cinco dias, ela vai receber os cinco dia. Exatamente. Se ela trabalha dez dia, ela vai receber os dez dias *Aham*. Então eh resumindo, quando chega no final do mês. Sim. O salário do mês passa do salário-mínimo. *Aham*. Essa é a renda que nós temos aqui. Certo. Passa de salário-mínimo (E11).

Percebe-se que são múltiplas as visões que se tem sobre as contribuições do turismo e que dependem basicamente da função que o respondente desempenha nas atividades turísticas e no tecido social que compõe.

### 6.3.3.3 Contribuições ambientais do turismo

A seguir mostram-se alguns depoimentos que dizem respeito à relação dos turistas amadores com o ambiente, especificamente, com o peixe.

E aí o turista vai mais longe também que o peixe pode observar, o peixe é mais atacado na época. Fisgam muito os peixe, machucam muito né? E aí. *Sim*. Eh vão um pouco mais longe. *Entendi*. Aí o peixe fica um pouco mais ressabiado, aí a gente vai pescar, mas aí o turista bate muito aqui pela localidade. *Aham*. A gente vai pescar por aí e não pega o peixe com mais assim habilidade, né? O feijão tá mais beirado do que tá com a boca toda machucadinha do anzol... *oh coitado né?* o turista é assim, Pesca e solta, pesca e solta, mas não sabe o que ele causa né? Pois é. Machuca a boca do peixe. Tem que saber utilizar os apetrechos. A garganta do peixe ... Solta, morre. *Uh-huh. Uma pena, né?* É complicado. *Uh-huh*. Mas fazer o que, né? É um meio de ganhar pão aqui, o pessoal vive disso, né? (E4)

Tem pessoas que tiram a foto, aí filma e passa pro outro também, aí vai lá seus dois, três, quatro minutos e um solta o bicho na água, o bicho ele vira e levou. Afunda ele volta em cima. Entendi. Tá vivo, mas só que o oxigênio. Não vai resistir, né? Aí ele balança, balança, balança, é na água, aí ele vai mesmo. Ai que dó. Vou dar uma virada, vira. *Uh-huh*. Daqui a pouco... ai ele entra por baixo de um mato ou de um de um coisa ali. *Uh-huh*. Mas ele foi ali forçado. Sim, demais, né? E aí de repente ah Ai, vou embora, o pessoal todo contente. Ai, foi embora. Aí passa aqui um quarenta minutos depois, tá. O cara pesca, vai pra lá, vai pra cá. Daqui a pouco ele passa no outro dia, aiii o peixe ali boiando, aii tá morto!. Vai lá. Ah mas põe aquele peixe que nós pegou ontem. *Ai que dor gente*. não sabe não vê os outros pescando. *Aham*. Aí morre um, morre outro, morre um, morre outro, morre um, morre outro. Aí você vê peixe boiando no rio aí pra baixo! *Verdade*. Aí fala ah mas isso aí muitas vezes isso aí é turista muita ai não sei que tem gente que pegou na malha ai tem gente que...peixe que enroscou o anzol na garganta e foi e tal (E4).

Mas tem gente que pega um peixe aí e fica tempo. É o que você fala, passa pra um, passa pra outro filma, fotografa. E ali fica brincando com o peixe, pega ele, fica brincando com ele ali e tal (E4).

Pesca muito, levo os peixe tudo. *Aham*. Aí vai acabar, não? (E6)  
O peixe diminuiu. Sujeira... mais né? Tinha mais peixe (E10).

Mas tem umas que são consciente mas a maioria gosta de matar peixe e levar, bastante peixe (E10).

Pessoal vem passar arrastão aqui nossa área aqui lá em cima. É. Trezentos e cinquenta metro. A *hh* uns 2000 kg (E10).

Pelas falas dos entrevistados(as), percebe-se que os turistas esportivos machucam e deixam por muito tempo os peixes fora da água, os quais, talvez não morram na hora, mas não aguentam por muito tempo e terminam morrendo posteriormente. Alguns pescadores amadores praticam o pesque e solte, mas a maioria (E10) pesca e mata o peixe para ser levado e consumido. Além disso, são realizados arrastões de peixe em áreas proibidas, uma vez que é uma Reserva Extrativista. Isto pode ter incidência na diminuição do estoque pesqueiro do território e por conseguinte na fonte de alimento das comunidades do Vale do Guaporé.

Outros impactos relatados pelos respondentes, dizem respeito ao aparecimento do pirarucu, peixe considerado como espécie invasora no rio Guaporé, além do lixo deixado pelos turistas que acampam na margem do rio.

O povo, ele leva tudo... eu acho, eu acho. Sabe o que? Curioso, acho curioso O que eles fazem em relação ao lixo... A.. Eles juntam o lixo, tudinho. Fica limpinho, coloca numa sacola e deixa ali de pendurado... mas a água vai chegar. *Claro*. Toda essa mata aí vai subir a água. Que que adianta ... E aí é muito lixo. *Ai, meu Deus do céu*. O lixo fica tudo à deriva (E5).

#### 6.3.3.4 Contribuições socioculturais advindas do turismo

Colocam-se neste item alguns discursos das pessoas entrevistadas que dizem respeito à relação dos turistas com os comunitários e sua cultura local.

Eu não sei porque a maioria deles fica nas pousadas e lá mesmo não passa nem por aqui já vão. *Não passa, não percorre a comunidade, os turistas?* Não, não, muito difícil quando passa mal dá bom dia pra gente, já passa direto (E9).

Mas eles quando chegam querem ir direto e ir pro pescado. *Uh-huh*. Aí só isso mesmo. O tempo é corrido pra eles, parece que freta um avião dele. Vem de voadeira. Aí vão pro rio. Fica logo nas pousada, logo na ladeira (E9).

Pelo exposto nas falas anteriores, parece que o único contato que os turistas de pesca têm com a comunidade dá-se por meio dos donos de pousadas e dos comunitários que trabalham nelas.

Apesar disso, um(a) dos entrevistados(as) acredita que o turismo praticado atualmente na comunidade só traz impactos positivos para a comunidade. Para ele(a), é praticado um turismo sustentável e responsável uma vez que os anfitriões não permitem que o peixe seja levado do rio. O fato de

estarem numa comunidade isolada e de difícil acesso dificulta a ocorrência de impactos no território, segundo o(a) entrevistado(a).

Olha, aqui na comunidade eu vou falar pra senhora que nós não temos impacto negativo aqui. *Aham Só positivo? Só positivo. Porque desde o dia que ele foi implantado ele só trouxe benefício pra nós (E11).*

Então assim a gente tenta levar ele, com a maior responsabilidade possível pra que isso não se desvie. *Certo. Para que não saia do copo. Aham. Porque o nosso copo é um, e não queremos que ele se desvia. Assim, porque a gente tem o exemplo de Porto Rolim, Pimenteiras. Sim. Aonde o turismo veio, trouxe benefício, mas trouxe também coisa negativa (E11).*

Então, acho, por a gente estar numa numa comunidade isolada, eu acredito que é mais difícil ter um impacto negativo (E11).

Acontece. É? Acontece Sim. Tá. A gente trabalha um turismo sustentável. Nosso turismo aqui a gente não permite que ninguém tire o peixe daqui. Sim. O peixe está vivo; porque não é interessante para nós desenvolver uma comunidade com turismo de pesca esportiva e nós deixar o peixe sair da comunidade. Acaba o turismo, né? Vai tirar nossa fonte de renda. Eu sempre falo assim, gente, um tucunaré, um pintado, um tambaqui tem mais valor vivo... *Aham. Do que morto. Com certeza. Com certeza. Pra nós é interessante ele permanecer no rio. Aham. Nada de tirar. Agora se o turista quiser vim na comunidade, comer aqui na comunidade, é um direito dele. Aham. Aí até porque ele vai ficar dois, três dias ele não vai comer uma quantia exorbitante do peixe. Aham sim. Uma coisa mínima. O que pega pra consumir, né? Pra consumir... mas levar, nós não permite (E11).*

No entanto, segundo relato de um(a) entrevistado(a), no período da pandemia do Covid-19, a comunidade não foi fechada para o turismo, continuou-se trabalhando como sempre. Isto demonstra a pouca valorização da saúde dos habitantes da comunidade e a exposição a doenças que, se agravadas, são de difícil resolução, uma vez que as pessoas teriam que ser levadas para atendimento longe da vila, de barco, transcorrendo grandes distâncias. Evidencia-se assim que o turismo vem em primeiro lugar e depois vem a comunidade, o que reflete uma prática não sustentável.

Isto pode ser confirmado pela seguinte fala:

Sim, só que esse ano da pandemia ele afetou só que aqui digamos, ele não afetou muito.... que veio muita gente, que lá por fora não funcionava na pousada e aqui ele não foi fechado (E3).

### 6.3.3.5 Conflitos do turismo

Percebe-se, pelo discurso a seguir, que alguns respondentes não reconhecem o projeto de ecoturismo comunitário concebido e implantado ao redor do ano 2000 junto à comunidade quilombola:

E não tinha turismo aqui. *Uhum*. O turismo começou em dois mil e dez. Antigamente não tinha, ninguém via falar em turista. *De 2010 pra frente, né?* Uh-huh. 2011, 2012, aí começou o turismo (E1).

Um(a) entrevistado(a), que abordou bastante sobre os inícios do turismo na comunidade, diz que a irmã e o cunhado tinham um bar que vendia comida (bebidas e salgados) para os viajantes que passavam ou pernoitavam na vila e para os servidores públicos que frequentavam a comunidade.

E aí toda semana o pessoal do Idaron vinha aqui nessa comunidade. *Toda semana?* Aham, uma vez na semana, e eles ficavam ali ele aí eles pediam para ela deixar armar a barraca, num chapéu de palha, tinha um chapéu de palha grande, não tinha pousada, tinha um chapéu de palha grande (E5).

E que foi graças à ideia de um visitante que o casal construiu dois quatinhos e um banheiro do lado de fora, sendo que hoje, esse lugar, é uma das melhores pousadas que possui a comunidade. Sobre a pousada, o respondente destaca:

Hoje, o \_\_\_\_\_ (nome de pessoa) recebe aí 20, 25, 30 turistas, chega um avião atrás de outro. Aí a gente lembra aquela ideia...Daquele rapaz. *Aham*. Aquela ideia... Em seguida, o ex-governador, Paula veio, veio aqui com o meu irmão e viu ... que dava jeito aqui no Brasil (E5).

Além disso, dois(duas) entrevistados(as) fizeram alusão ao papel que a Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé (AQPNEG) teve para o desenvolvimento do “novo turismo”:

Eu e meu irmão tinha chegado. *Sim*. Procuramos. Nem informações de compra. Primeiramente, você tem que montar uma associação (E5).

*Aham*, nada de governo passa para mãos de pessoas .... não dá. Primeiramente falaram para montar uma associação. Toda legalizada, sim, através de uma associação legalizada, documentada, vocês. Conseguem recurso. Já tem o primeiro passo, *aham*. E foi através do então. *Aham*. Através da associação, algumas portas foram se abrindo. *Ai que bom*. Depois se abrindo. As oportunidades foram chegando... (E5).

Quando retornei em dois mil e nove foi que a gente criou a associação. *Aham*. Criou a associação em dois mil e nove, em dois mil e dez, em dois mil e onze nos demos início ao turismo na comunidade. Dois mil e onze. Então o turismo aqui na comunidade é novo. *Aham* A gente pegou, a gente pegou um um caminho que não tinha dado certo antes. *Olha!* Anterior. *Sim*. Então a gente pegou o finalzinho do projeto que não tinha dado certo que alavancou ele. *Aham*. E está dando certo até hoje (E11).

Porque a associação ela foi criada, justamente, pra cuidar dessa questão do turismo (E11).

Assim, evidencia-se que existem várias versões com relação à concepção e implantação do turismo na referida comunidade. Uma refere-se ao projeto de ecoturismo comunitário que foi apresentado e documentado no capítulo anterior, outra menciona que os comunitários, ao redor de 2010, aproveitaram o final deste projeto e estabeleceram o turismo de pesca e, a última, diz que nunca existiu turismo na comunidade, sendo totalmente novo.

#### **6.3.4 Participação comunitária**

Com relação à participação da comunidade no projeto de ecoturismo comunitário, foi dito, unicamente, que algumas famílias faziam parte.

Atualmente, quando perguntado se existem associações/grupos específicos que se reúnem para falar ou decidir sobre o turismo, quais são e como funcionam, os(as) entrevistados(as) disseram o seguinte:

Não, sempre só a gente reúne propriedade de pousada e nós conversa (E1).

Não. Sempre que a gente faz reunião, entre a gente mesmo (E2).  
Aqui não tem não (E3).

A nossa associação... Eu acho que poderia ter mais diálogo ... geralmente é quando inicia o turismo e quando termina ... Não, a gente discute outros assunto e discute a respeito do turismo (E5).

Eles falam, mas eu não participo quase, sabe? ... São os que têm pousada (E6).

As vez tem sim a reunião, dos que têm pousada, né? Eles fazem reunião, né... Sim, os piloteiro dos turista, né? (E8)

Fala. *Através de quê?* Grupo. Grupo reúne pra discutir sobre o preço, né? *É o que seria o preço de quê?* Da diária. *aham.* Ah final de ano nós vamos se reunir de novo pra acertar o do ano que vem. *E quem que reúne pra pra discutir sobre essas tarifas?* Nós mesmo, os guia. *aham.* *Mas junto com os donos de pousada?* Não, é só nós mesmo. Os donos de pousada dificilmente participam desse momento. *Uh-huh Mas aí por exemplo, vocês falam: não, queremos que a tarifa aumente, aí vocês vão pra onde pra pedir isso?* Nas pousadas. *E fala com cada um dos donos?* Fala com cada um dos donos, combina o preço. *Entendi. E através da associação? Tem alguma interação? De vocês piloteiros com a Associação Quilombola?* Tem. *E aí como que funciona?* Assim, como que o diálogo. Porque o presidente da associação não é, é guia também. *Ah entendi. Ah isso é importante saber, aí discutem sobre né? Você são escutados e assim digamos se vocês pretendem um aumento, alguma coisa, negocia, imagino.* *Aham. Tá.* Ano que vem... Da diária. Da diária. *Hm-huh. Você ficou satisfeito?* Não (E10).

Sim, nós temos a própria associação que faz isso (E11).

Percebe-se claramente, pelos discursos, que o turismo não é amplamente discutido pelos comunitários. O diálogo realiza-se entre os donos das pousadas e entre os guias de pesca, por separado. Estes últimos, posteriormente, conversam com os primeiros e negociam, especificamente, o valor da diária a ser paga pelos seus serviços. Somente um respondente disse que a associação quilombola “faz esse meio campo” (E11).

### 6.3.5 Interações ambientais e culturais propiciadas pelo turismo

Este item pode estar relacionado com a temática três, Desenvolvimento e Efeitos do Turismo, nos subtópicos contribuições ambientais e socioculturais. No entanto, para melhor entendimento, trouxeram-se as falas aparte.

#### 6.3.5.1 Interações ambientais

Basicamente, as interações ambientais às quais se faz referência, correspondem à percepção da pesca antes e hoje e à relação que os moradores da comunidade possuem com o rio. Do mesmo modo, faz alusão a como eles percebem as mudanças do rio Guaporé e da sua ictiofauna. Assim, denotam-se as seguintes comparações:

Tem mudado muito que antes tinha mais. *Aham.* E hoje está acabando tudo. *Aham.* Pesca está acabando o peixe. Não tem mais como tinha primeiro. Antes era muito abundante. *Hoje tem pouco?* hoje tem pouco. Se não parar um pouco vai acabar (E6).

O rio é limpo, só que no verão seca muito *aham* é pra dizer que não dá pra viajar (E6).

Outros tempos tinha bastante peixe, né? A água do rio era mais limpa, porque não tinha turismo, né? No, no rio (E8).

Ele tem a baía central, como eu digo, tá cheio de peixe a gente é grande, sai tudo isso aí (E9).

O combustível essas coisas vai até Laranjeira aí, cheio de peixe. *Aham* os barcos, né? Pegava. Tinha muito peixe na época. *Sim*. Pegava, pirarara ninguém queria nem pintado. Só tambaqui. *Ah tá*. Era desse tamanho de tambaquizão. *Grandões*. Grandão. *Uh-huh*. Aí enchia aquilo lá, aquelas caixa de peixe, com gelo aí dentro. *Sim*. *Ah entendi*. Tirava só o bucho dele... ai, pra Guajará (E9).

Ficava igual o peixe com o tambaqui é pra pegar um grande que dá trabalho inteiro, mas acabou. *Uh-huh*. E, o tambaqui, *tá acabando?* Desapareceu (E9).

Há quarenta anos atrás, vamos colocar, pra gente pegar um tambaqui, uns tucunaré, um pintado sim pegava do outro lado aí tambaqui, aqui no porto (E1).

O nosso rio já era pra tudo, era para lavar roupa, era pa tomar banho, era água pra beber, era pra tudo. *Vocês bebiam também?* *Sim*. Tudo era água do rio! (E5).

Era muito bonito aqui. Era bonito era tudo limpo, a senhora chegava na beira do rio, a senhora achava assim coisa linda será tudo no limpo, né? Tudo é maravilhoso. Aqui mesmo do jeito que tá o lugar é bonito (E8).

Da gente preservar e não ter como, condições de manter a preservação da natureza por baixo (E2).

De maneira geral, relatou-se que antes tinha mais peixe e que o rio era mais limpo. Mencionou-se o desaparecimento de algumas espécies como o tambaqui, peixe de suma importância no estado para a dieta dos ribeirinhos e da população em geral. O tambaqui se consegue, mas normalmente é advindo de represas. Pelo que denotam algumas falas, o turismo tem impactado fortemente a variedade de espécies de peixe no rio Guaporé, assim como o tamanho da ictiofauna.

Sobre a interação ambiente (RESEX Estadual de Pedras Negras) e sociedade (Comunidade Quilombola de Pedras Negras do Guaporé) é importante esclarecer que a Reserva Extrativista possui um Plano de Utilização que visa “assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista (RESEX) mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores” (AGUAPÉ, 1997, p. 1). Tal

plano foi disponibilizado pela CUC-SEDAM, órgão gestor da reserva, por intermédio de solicitação formal do documento.

Algumas falas denotam algumas proibições e decisões dos comunitários com relação a atividades de agricultura que se realizava dentro da área.

Agora a gente não pode ter mais o que tinha antes, né? Que era a roça, né? *Uh-huh*. O arroz, né? O milho *Uh-huh*. Que é que a gente plantava aqui, agora num pode, né? Porque tem a improibição de desmatção, né? Não pode, não pode mais roçar, não pode mais derrubar a mata virgem, né? *Uh-huh*. É proibido (E8)

Agora num tem, né? *Hm-huh*. Que as pessoa as pessoa mais novo num fazem, né? E já que idade já tão. *Entendi*. É tão cansado, já trabalharam muito, nós trabalhemos muito na roça, né? *Aham*. E os novo num... também num se interessa, né? De fazer... já é com essa proibição que está tendo, né? (E8)

*E a criação de animais? Como que também é proibida ou conseguem ter.* A gente tem. *Uh-huh*. Tem um gadinho lá na nossa, nossa, nosso sítio ali, né? Sim. Nós cria galinha, até hoje nós cria galinha (E8)

Então assim, pelo fato da comunidade eh ter renda no turismo e na castanha. *Aham*. Todo mundo achou mais viável comprar. Comprar não tem problema. Não continuar plantado. E lhe digo mais, a comunidade é feliz dessa forma, viu? Tranquilamente, porque hoje é assim, evita queimada, que não queima mais. *Aham*. Porque pra mexer com roça, por exemplo, assim a gente que não tem acesso a máquina, tem que queimar. Então, a queimada a gente sabe que não é. *Não pode, né?* Não pode, então (E11)

Ainda não está claro por que os habitantes da comunidade não plantam mais. É por causa de disposição do plano de utilização da reserva extrativista? É uma atividade que era realizada pelos mais velhos e os novos não querem desenvolvê-la mais? É porque um grupo de comunitários não permite esta atividade (assim como pescar) e torna a comunidade dependente?

O art. 13 do referido plano cita:

Art. 13. Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de florestas para atividades agrícolas, agroflorestais e criação de animais, respeitando o limite máximo definido pela Lei Complementar 52/91 de 5 (cinco) há por unidade produtiva. Não incluindo as áreas de capoeiras, sendo que o excedente dependerá de estudos prévios, conforme definido pela Legislação em vigor (AGUAPÉ, 1997 p. 3).

Percebe-se que o plano permite que os moradores desenvolvam atividades agrícolas em até cinco hectares. Esta quantidade é considerável e a afirmação de que toda a comunidade decidiu comprar alimentos em vez de produzi-los, é questionável.

Por outro lado, ao perguntar sobre o rio Guaporé, um fato intrigante que foi mencionado descreve-se a seguir:

Mas é uma cidade que você vê no rio. Você não se perde de noite. Não se perde porque você vê na beira do rio tanto Brasil Bolívia que é aquele acampamento com luz mesmo (E2).

Principalmente o turista clandestino. *Aham*. O que fica agorinha, você não vai ver. Talvez você não vai ver quando você descer. Se você vir pra cá no mês de julho, agosto e setembro... *Eu vou tentar vir*. Você vai passar em lugar, hã? Você vai achar que é cidade. Pois é. Cidade de tão iluminada. *Aí, não acredito* por tudo iluminado, cheio de turista. *Que loucura*. Você Oh, você sai de São Francisco. *Aham* e vem para cá de barco, é um acampamento, aqui, você. Não é... um atrás de outro. Não dá medo, não dá medo nem mesmo você vai de noite. *Que louco*. De tão iluminado (E5).

Os relatos anteriores são bastante curiosos uma vez que, na época do turismo, se realiza a montagem de acampamentos na beira do rio e o cenário que se descreve se assemelha a uma cidade. Além de curioso, o panorama torna-se preocupante uma vez que, realiza-se turismo em área proibida e a “sobrecarga” do ambiente pelos visitantes ocasiona impactos ambientais e sociais não somente na comunidade senão em todo o Vale do Guaporé.

#### 6.3.5.2 Interações culturais

Sobre os modos de vida tradicionais, os costumes, os hábitos etc. da comunidade Quilombola de Pedras Negras, muito pouco foi falado. Um(a) único(a) entrevistado(a) falou sobre o festejo e a religião, em tempos antigos, mas não especificou nada sobre o assunto. Isto se denota na seguinte fala:

E antigamente a nossa comunidade sempre teve o nosso festejo, né? *Sim*. Nossa festa *Uh-huh*. Tem a nossa religião (E1).

Na atualidade, os temas apontados a respeito das interações culturais, estiveram relacionadas com a influência que o território tem por estar próximo à Bolívia e sobre a culinária. A Festa do Divino somente foi mencionada uma vez que a entrevistadora lembrou dela.

Eu venho duma mistura ... Meus pais são bolivianos, não sei direito de onde são, mas eu sei que são daí de Remanso, é uma comunidade pra cima (E2).

Na culinária mesmo. *Sim*. Na culinária em cada pousada a gente exige que eles coloquem um prato, exige não, conversa com o dono da pousada que eles colocam um prato da nossa comunidade (E2).

É... eu vejo pra esse lado aí eh muitas vezes pouca motivação, né? ... De outras comunidades que vem pra cá desfrutar não só os turista ... A festa do divino só o ó os ribeirinho todo os ribeirinho de outras regiões. *Sim*. Que vem pra cá. *Aham*. E já desfruta dessa festividade do Divino (E4).

### 6.3.6 Conflitos

Esta categoria denota as percepções dos respondentes da comunidade sobre os conflitos relacionados ao desenvolvimento do turismo, assim como sua relação, sobreposição com outras atividades produtivas. Da mesma maneira, expõem-se outro tipo de conflitos.

Ao ser indagado sobre os benefícios do projeto de ecoturismo comunitário na RESEX de Pedras Negras, foi dito:

Mas assim, enquanto aos benefícios, quais foram esses benefícios desse projeto nessa época, teve benefícios? Rapaz, alguns recebem, outros não (E9).

O respondente refere-se às famílias que participavam diretamente no projeto de ecoturismo comunitário e que recebiam pelo trabalho relacionado ao turismo.

Hoje em dia, os conflitos existentes na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, podem ser classificados como externos e internos. Os primeiros, referem-se à dificuldade em lidar com pessoas de fora da comunidade, especificamente com os turistas de pesca. Assim mesmo, referem-se à existência de conflitos com órgãos ambientais. Os segundos, são advindos de situações que permeiam o dia a dia da comunidade e dizem respeito à dependência dos comunitários dos proprietários das pousadas.

Sobre os conflitos externos, pelas entrevistas, sabe-se que pescadores de outras comunidades levam o peixe existente na área da Reserva Extrativista de Pedras Negras e, como foi apontado nos impactos ambientais, a quantidade de peixe extraído é considerável. As seguintes falas demonstram esta afirmação:

Vem pescador profissional de outras comunidades, Pimenteiras, vem de Costa Marques, aqui ninguém não tem nenhum pescador profissional mais (E1).

Alguns pescadores que vem de outro lugar aí que, né? que levam o peixe nosso aqui, mas (E2).

Pessoal vem passar arrastão aqui nossa área aqui lá em cima. *Arrastão? É com o que? Com malhadeira! É. Trezentos e cinquenta metro aí. Assim, quanto que ele leva, por exemplo, fazendo isso? Quantos quilos de peixe? ahh uns 2000 kg. É. E vocês não podem fazer nada nem através da associação? Não. Tem que ter a situação [fiscalização] (E10).*

No primeiro discurso não se sabe ao certo se quem leva o peixe são pescadores profissionais ou pescadores amadores/esportivos, dado que diz que não existem pescadores profissionais mais. No entanto, o fato representa a diminuição do estoque pesqueiro para a comunidade e região, assim como o desequilíbrio do ecossistema, que, no Vale do Guaporé e como já visto anteriormente, é frágil.

Outro conflito externo acontece entre os guias de pesca e os turistas esportivos, uma vez que os primeiros são vítimas de violência e correm perigo de morte por comportamentos e atitudes dos segundos, tal como se denota nos relatos contundentes a seguir:

E nós não mais como comunidade, nós não podemos ir num pescador desse falar alguma coisa pra ele. *Hm-huh*. E já teve uma época que o pescador quase atira no moradores, anda armado (E1).

Tem outros que nós briga pra não matar e dá aquela discussão mas... São bravo. É problema. A gente vai falar se você tomar um tiro ali (E10).

Com relação à interação dos comunitários com os agentes públicos locais, notadamente instituições ambientais, evidenciaram-se alguns conflitos que dizem respeito à implantação da Reserva Extrativista de Pedras Negras:

A reserva ela foi implantada de guela abaixo pra nós. Não teve uma consulta pública, não teve uma audiência pública. Mas igual já sustemo, já criou-se a reserva. Então, assim, antes da reserva nós já estava aqui. Então, uma comunidade que passa pra gente numa terra aqui desde mil setecentos e dezessete com uma reserva que foi criada em noventa e cinco. *Aham*. Quem foi que chegou primeiro? (E11).

Por outra parte, sobre os problemas internos, fez-se manifesta a dependência da comunidade dos donos de pousada em questões de trabalho, alimentação, desenvolvimento de outras atividades que não o turismo, dentre outros, nos seguintes trechos de entrevistas:

Aí você traz um pacote de arroz lá você paga dezessete, dezoito, aqui é trinta e cinco. Eu vi gente vendendo a cinquenta reais um pacote de arroz aqui pros outros (E4).

Um fardo de trigo só um são cinquenta e poucos reais, sabe quanto é aqui? *Hum*. Aqui estão vendendo a noventa (E4).

Ó aqui tem cria de gado aqui, tem pessoas criam ... só que aqui os próprio que cria um bovino aqui, vende a carne mais cara do que que vende lá na vila no mercado (E4).

Comunidade aqui é dependente (E4).

Eles passam fome muitas vezes (E4).

Pra eles não ter que cuidar pra sofrer na mão dos grandes, dos maiores (E4).

Não sei, tem pessoas aqui que não tem coração, tem o coração igual isso aqui ó pedra, cadê? (E4)

Pelo fato de os donos de pousada terem barcos, combustível e piloteiros e uma vez que os comunitários não ter plantações nem acesso fácil a mercado ou similares, os habitantes da comunidade ficam reféns dos produtos que os proprietários compram nos municípios próximos e dos valores que requerem.

Pelo que indicam as falas a seguir, alguns moradores proibem outros habitantes da reserva de pescar para vender ou de realizar projetos ou atividades dentro da comunidade:

É e muita das vez dentro da comunidade mesmo eh tem pessoas que que muitas vezes são deparado com certa situação. *Aham*. Ah o pessoal aqui eles vão no rio muitas vezes e pesca pra comer né mas vamos tirar eu quero pescar pra vender *uhum* e aí o pessoal aqui mesmo de vez em quando ficam criando atrito né? (E4).

Porque o pessoal só faça um projeto pra ser aprovado aqui. Eles vão meter a estaca na frente assim e vamos *uhum*. Não vou desenvolver o meu projeto. Nunca vou querer que eu não desenvolva nada aqui dentro através de um projeto. *Hum* (E4).

Algumas falas obtidas, relacionam-se ao destino que, em momentos, o dinheiro captado pela comunidade tem.

Você está achando que é de graça? *Aham*. As coisa aqui não é de graça não. *Uhum* É aí vai no mínimo aqui você tem que eh pagar metade do do combustível aí eu contei a metade do combustível eh gasta seiscentos reais é trezentos reais (E4).

E o cara já tá indo pra comprar as coisas dele tem que trazer as coisa a gente tem que pagar metade (E4).

Fizeram festinha por aí *Uhum*. Uma ou duas festinha e o dinheiro sumiu tudo e ninguém sabe pra onde foi, né? *Aham*. Andando compra barco novo, compra. *Uh-huh*. O motor, mais tal, pra pousada, né? E vai indo. *Uhum*. E é coisa que é da coisa que é pra ser eh desenvolvida na comunidade e aplicada na comunidade e vá para o bolso de poucos (E4).

E aí tem um pessoal tem um certo comportamento de gana, ganancioso (E4).

Os trechos apontam que, na comunidade, ao parecer, os benefícios advindos do turismo e outras atividades são para poucos e que podem ter sido criados alguns monopólios.

### 6.3.7 Ausência do Estado

Ao analisar as entrevistas por intermédio do *software* Atlas.ti, perceberam-se alguns relatos que não encaixavam nos códigos criados inicialmente e que refletem alguns sentires dos habitantes da Comunidade Quilombola de Pedras Negras com relação ao Estado; seja a nível municipal, estadual ou federal.

O nosso governo não tem o projeto de soltar vinte, trinta milhões de levinos aqui no rio. E acaba (E1).

Vem de fora e pesca da nossa área porque não tem fiscalização (E1). Aqui que dá mais um pouco de substrato para nós é a prefeitura, né? (E2).

Eu acredito que seja que o governo olhe mais pra gente em questão da, de, como que eu posso falar, eu somos muito esquecido (E2).

Aqui é só nós mesmo, a consciência de cada piloto que faz com o seu turista (E2).

A nossa área aqui é proibida de acampar e vem acampar na nossa área e não tem... fiscalização, né? No momento parece que esqueceu de nós aqui. *Uh-huh*. Pediu várias vezes pra vim não vem (E10).

Nos discursos anteriores revela-se o sentimento de abandono dos moradores da comunidade que sem suporte, apoio, fiscalização nem monitoramento do território em que vivem por parte das entidades correspondentes tem de agir por eles mesmos ou simplesmente deixar que as situações aconteçam e permaneçam.

No entanto, por relatos realizados pelos(as) entrevistados(as); algumas pessoas “influentes” que visitam a reserva poderiam olhar mais para a comunidade, sem embargo, nas últimas eleições perderam. Percebe-se assim,

certa dependência da influência de políticos e de cargos políticos por alguns comunitários.

### 6.3.8 Expectativas sobre o futuro

No decorrer das entrevistas externalizaram-se alguns pensamentos, anelos ou projetos de alguns comunitários, como denotado a seguir:

O que está focado um turismo que eu acho que poderia abranger outras áreas também. *Aham*. Porque aqui só tem, só tem turista do peixe. Seria bom que a gente tivesse um turista da mata também. *Vocês gostariam?* Porque já teve... *Aham*, saía com ele para conhecer as castanheiras. *Aham*, viu que.. ver orquídea, *Aham* ver vitória régia. *Tem vitória régia?* Tem... *Olha que coisa linda*. Demais, ver animais, tira foto, né? E esse turismo também é um turismo bom, porque... *Claro*. Turismo que não danifica. *Que valoriza as coisas de vocês, a floresta*. Não é só que a maioria desses que tinha eram tudo estrangeiro. *Aham*. Que vinha nem logo que foi iniciado tudo (E5).

Assim, o(a) entrevistado(a) acredita que o turismo que hoje é praticado na Comunidade de Pedras Negras poderia ser ampliado, destinando-se a outro tipo de turistas; turistas que não danificam o ambiente. No entanto, pelo que dão a entender as entrelinhas, esse propósito seria difícil de atingir dado que a maioria de turistas que gostam de “mata” são estrangeiros.

Outro(a) entrevistado(a) apontou um outro assunto, relacionado com o turismo, que diz respeito a:

Eh eu eu sou se eu tivesse condições financeira igual eu por exemplo eu preciso, eu necessito... Se eu vender minha casinha lá eu tentaria eh fazer um analisar pra ver conforme eu ia fazer um projeto. *Aham*. Pra pra mim ter uma condição de eu ter um coiso pra mim lá embaixo trazer a mercadoria ali, põe um uma merceariazinha flutuante (E4).

É, deveriam se unir mais pra fazer coisas para todos (E4).

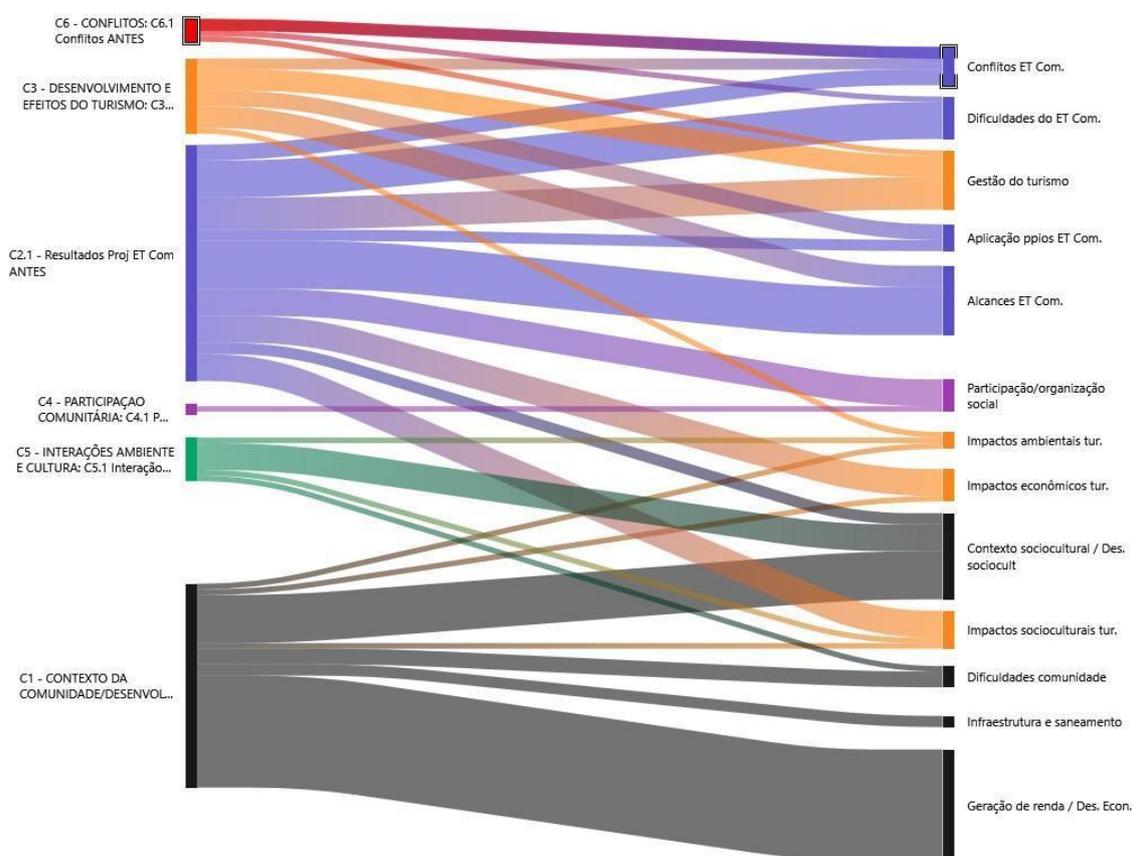
Dessa maneira, percebe-se que o(a) entrevistado(a) que mais falou sobre os conflitos internos da comunidade também apontou que tem um projeto que beneficiaria a aquisição de víveres e insumos pelos comunitários a preços mais justos, por meio de uma mercearia flutuante. Ele manifesta isto como um anelo, como um sonho a ser cumprido a médio/longo prazo.

Outra fala importantíssima diz respeito ao serviço de transporte que tinha antigamente e no desejo de que ele voltasse a ter de novo. Isto se evidencia no seguinte trecho de entrevista:

Do rio antigamente tinha o barco. *Tinha? Verdade? Do governo pras comunidades daqui do Guaporé? Do governo é, ele fazia a linha de Guajará a Pimenteiras Uh-huh. Olha era um percurso muito grande. Duas vez no mês ele fazia. Olha... Viagem. Então, então já teve um transporte público. Agora não tem. Hm-huh. Isso seria muito bom pra assim, voltar, né? Se voltasse era bom!* (E8)

Para finalizar este capítulo, a Figura 28 apresenta o Diagrama de Sankey de coocorrência que relaciona os grandes códigos e a situação no momento “antes da realização do projeto” na Comunidade Quilombola de Pedras Negras.

Figura 28 – Diagrama de coocorrência dos códigos analisados nas entrevistas – antes

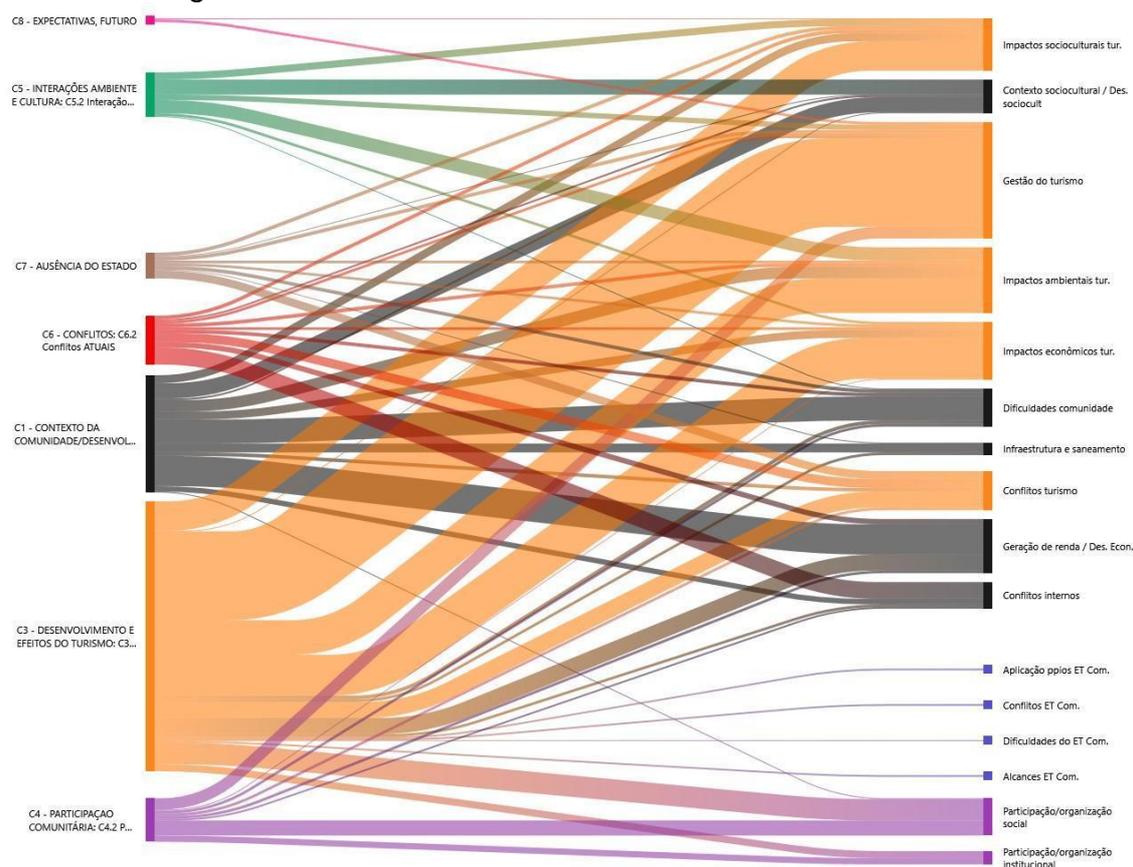


Fonte: elaboração própria (2023).

Evidencia-se que as falas dos entrevistados e entrevistadas, no código de desenvolvimento da comunidade, foram direcionadas para a geração de renda e para o contexto sociocultural dos habitantes, o qual, ao mesmo tempo, relaciona-se com as interações culturais. Sobre os resultados do projeto de ecoturismo comunitário percebe-se que houve alcances importantes, mas também dificuldades (demora) e conflitos, possivelmente com aqueles comunitários que deixaram a comunidade no tempo em que o projeto estava sendo executado. Nesse então, os impactos socioculturais do turismo eram vários e, pelas falas dos respondentes, favoráveis para as famílias que participavam da proposta. Com relação ao desenvolvimento e impactos do turismo, avaliam-se como positivos os impactos socioculturais, econômicos e ambientais. A participação comunitária relaciona-se com os resultados do projeto de ecoturismo por meio da organização social. Importante destacar que o desenvolvimento sociocultural nessa época fazia com que a comunidade se desenvolvesse como um todo, por intermédio do turismo. Os conflitos se deram também pela gestão do turismo e pelas dificuldades de implementação do ecoturismo comunitário.

A Figura 29 apresenta o Diagrama de Sankey de coocorrência que relaciona os grandes códigos e a situação do momento “agora” na Comunidade Quilombola de Pedras Negras.

Figura 29 – Diagrama de coocorrência dos códigos analisados nas entrevistas – agora



Fonte: elaboração própria (2023).

Salienta-se que os discursos dos respondentes, no código de desenvolvimento da comunidade, foram direcionados para a geração de renda, igualmente na situação anterior. No entanto, põem-se de manifesto as dificuldades da comunidade, notadamente o transporte. Os conflitos internos e o desenvolvimento sociocultural também sobressaem, em menor intensidade. Com relação ao desenvolvimento e impactos do turismo, as falas concentram-se na gestão do turismo, que é realizada praticamente pelos donos de pousadas. Esta gestão traz impactos econômicos positivos, mas, os impactos socioculturais e sobretudo, ambientais, são significativos. Aqui permeiam-se vários conflitos, em que trazem avaliam-se como positivos os impactos socioculturais, econômicos e ambientais. A participação comunitária relaciona-se com a gestão do turismo e com seu desenvolvimento. Os conflitos atuais são basicamente internos e permeiam os impactos ambientais, sociais e econômicos. A ausência do Estado repercute em conflitos associados ao turismo e em impactos sociais e culturais. As expectativas, das quais pouco se falou, mas que são muito

relevantes, dizem respeito à gestão do turismo e ao desenvolvimento sociocultural da comunidade.

#### 6.4 DISCUSSÕES

Pelas falas obtidas das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, os progenitores da comunidade, pessoas vindas do Nordeste, vieram para trabalhar na extração de seringa (os chamados soldados da borracha). No entanto, seus ascendentes chegaram no período colonial para trabalharem, em regime de escravização, nas minas de ouro do Vale do Guaporé.

Hoje, a terra da Comunidade Quilombola de Pedras Negras está sobreposta à Reserva Extrativista Estadual de Pedras Negras, criada em 1995 e gerida pela CUC-SEDAM. O território é um espaço de riquezas naturais e culturais, mas também é um espaço onde diversas relações de poder confluem. Pelo aportado pela pesquisa, tal poder concentra-se nas mãos dos proprietários das pousadas existentes na vila, na mão do presidente da associação quilombola (o qual trabalhou e tem contatos com políticos tais como ex-governadores, deputados, dentre outros e possui um discurso muito solidificado, uma fala bastante estruturada e contundente) e nos familiares e pessoas mais próximas ao congregado da matriarca (pessoa mais velha dentro da comunidade).

Pelos argumentos expostos por alguns(mas) entrevistados(as), a comunidade depende destes atores para ter oportunidades de emprego na época do turismo: os homens, como guias de pesca/piloteiros; as mulheres como camareiras ou cozinheiras nas pousadas; e algumas famílias por intermédio da venda de insumos e víveres para as pousadas. Por serem os donos das pousadas que detém embarcações e recursos financeiros para combustível, óleo e outros elementos indispensáveis para realizar o deslocamento até lugares onde possam conseguir víveres, é por meio destes que a população se abastece. Uma vez que, pelas falas obtidas, os comunitários não têm mais roça, não plantam, e eles acabam comprando produtos daqueles que conseguem ir até a cidade (“a rua”), muitas vezes a preços consideravelmente elevados para uma população que possui baixa renda.

Isto produz uma relação de dependência e uma subordinação dos comunitários que, sem alternativas, terminam cedendo à pressão que tais atores exercem sobre toda a comunidade. Existem atores que não fazem parte da

comunidade quilombola, mas que moram dentro dela, e é a Cairu e seus representantes, os quais possuem, inclusive, uma pousada instalada na comunidade e um instituto, lugares dos quais pouca informação foi levantada. Pelo que foi manifestado nas entrevistas e em conversas informais com alguns comunitários, o presidente da associação quilombola tem uma estreita relação com o dono da Cairu.

Muitos dos visitantes da comunidade são pessoas influentes e com recursos financeiros, que, majoritariamente se hospedam na Pousada Cairu, que chegam de avião e que são recepcionados diretamente na pista de pouso existente na comunidade e que pouco interagem com os comunitários, a não ser com aqueles que emprestam algum serviço turístico. Pela fala de um(a) entrevistado(a), tais hóspedes deixam gorjetas significativas para os guias de pesca, assim como fazem algumas extravagâncias.

O turismo predominante é o turismo de pesca, o qual traz contribuições econômicas para os donos de pousadas e impactos ambientais e culturais significativos, tal como foi exposto no capítulo 6. Estes benefícios monetários concentram-se na mão de poucos habitantes da comunidade. No entanto os impactos são percebidos pela comunidade em geral por meio de mudanças de usos das águas do rio Guaporé (antes bebiam, lavavam roupas e utilizavam o rio para múltiplas tarefas, sendo hoje, os mesmos usos, limitados), por meio da diminuição substancial da ictiofauna percebida pelo declínio de espécies de peixes, assim como pela diminuição do tamanho deles.

A participação comunitária se reduz a reuniões entre os guias de pesca para decidir sobre o valor da diária a ser cobrada dos donos de pousada e a interlocução entre eles para realizar as respectivas negociações. O presidente da associação quilombola, ao parecer, lidera o grupo de guias de turismo, assim como lidera a organização, apoiado pelos proprietários das pousadas, que ao parecer, são parentes.

Alguns guias de pesca são conscientes que o comportamento dos turistas esportivos não é adequado e prejudica os peixes e o ambiente natural da reserva, mas acham que como é o “ganha-pão” da comunidade é pouco ou nada o que podem fazer para mudar esta realidade.

Os hábitos, costumes, festejos, formas de vida, de produção e demais aspectos culturais da comunidade quilombola não são atrativos turísticos para quem visita o povo quilombola. Comemorações como a da Nossa Senhora da

Conceição, realizada em dezembro de cada ano, é frequentada apenas por habitantes das comunidades vizinhas do Vale do Guaporé que são convidadas nestes períodos, a exemplo a Comunidade de Rolim de Moura do Guaporé que esteve presente em dita festa, no ano 2022.

A Festa do Divino, que tem suma importância para as comunidades quilombolas do Vale do Guaporé e que é a única festa do Brasil realizada em território fluvial, é muito pouco conhecida na região e em Rondônia, a não ser, pelas comunidades participantes.

Assim, evidencia-se que os comunitários estão subordinados ou submetidos aos gostos, comportamentos e extravagâncias dos turistas amadores, assim como às vontades e decisões dos donos de pousadas, tendo limitada ou nenhuma autonomia com relação às atividades turísticas e à gestão do seu próprio território.

## 6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia, as atividades econômicas que prevalecem na Comunidade Quilombola de Pedras Negras são a coleta e beneficiamento da castanha e o turismo. Tais ocupações são realizadas em épocas distintas, não causando sobreposição uma com a outra. A castanha se coleta e processa prioritariamente na estação chuvosa e o turismo se desenvolve, notadamente, na estação seca, época que favorece o aparecimento de praias no rio Guaporé e seus efluentes, assim como facilita a prática da pesca. Neste sentido, como comunidade tradicional, os habitantes de Pedras Negras aproveitam a sazonalidade para realizar as atividades que geram a renda local.

A partir das entrevistas analisadas neste capítulo, do trabalho em campo e da informação acerca dos produtos turísticos expostos nas redes sociais sobre a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, fica claro que, atualmente, o turismo praticado é o turismo de pesca ou pesca esportiva. A gestão deste tipo de turismo é realizada pelos(as) proprietários(as) das pousadas existentes no território que, ao receber seus hóspedes, contratam basicamente os serviços de guias de pesca, cozinheiras e camareiras; assim como compram alimentos de algumas famílias da comunidade para as refeições ofertadas nos locais. Os(as) donos(as) de pousada dizem que, em épocas de muita movimentação turística, há dificuldade para encontrar mão de obra que realize os trabalhos inerentes.

Foi relatado que, na época do turismo, está “lotado de turistas” - “está tendo serviço e não tem quem trabalhe”.

Evidencia-se que a contribuição econômica do turismo de pesca se traduz em oportunidade de emprego, sobretudo para os homens e para algumas mulheres da comunidade. No entanto, o lucro maior é obtido pelos(as) donos(as) de pousadas que possuem os meios de hospedagem, de alimentação, de mobilização pelo rio e de contato com os pescadores amadores. Percebe-se que, a pesca esportiva, divulgada como pesque e solte, não é uma realidade e que tal prática turística acarreta sérios impactos ambientais e socioculturais. Dentre os primeiros, destacam-se a retirada e morte de grande quantidade de peixes, a diminuição da variedade de espécies da ictiofauna da região e a dificuldade em encontrar peixes de maior envergadura, como antigamente. Dentre os segundos, a comunidade quilombola e o território são praticamente invisíveis para os turistas que não têm interesse em conhecer sua cultura, tradições, festejos e costumes, assim como em trocar conhecimentos e experiências com seus habitantes. Tampouco é atrativo para eles observarem a biodiversidade e paisagens naturais da Reserva Extrativista de Pedras Negras.

Pelo material recopilado durante as entrevistas, pode se dizer que não há interação entre turistas e anfitriões, haja vista dois motivos: primeiro, os anfitriões são unicamente os(as) proprietários(as) das pousadas; segundo: para os turistas o mais importante é pescar, o demais não importa! Adicional a isto, por observações e percepções realizadas em campo, a localização de todas as pousadas está à margem do rio Guaporé e cada uma delas possui um porto fluvial próprio/exclusivo. Assim, as pousadas estão de costas para a comunidade e os turistas não precisam se deslocar dentro dela para obter o prazer de pescar, pois já chegam nas pousadas e vão direto para o rio.

Existem duas versões sobre os benefícios do turismo. Por uma parte, alguns respondentes dizem que a vida melhorou muito uma vez que agora contam com acesso a eletrodomésticos (especialmente televisão), barcos, financiamentos etc. Por outro lado, alguns respondentes dizem que as pessoas, dentro da comunidade passam fome! Pelos discursos tão antagônicos, pode-se dizer que são poucas pessoas que participam efetivamente da atividade e que recebem os ganhos que gera. Com segurança, a comunidade não possui uma distribuição equitativa dos lucros advindos do desenvolvimento do turismo, atualmente.

Na documentação relativa ao projeto de ecoturismo comunitário na Comunidade Quilombola de Pedras Negras Pousada Pedras Negras, consta que o receptivo estava composto por: dois módulos que ofereciam quatro unidades habitacionais; uma casa de seringueiro, com capacidade para 12-15 pessoas; um módulo de cozinha-refeitório construído com técnicas tradicionais e uso de material local (madeira e palha). Além disso, mencionava os equipamentos anexos para realização de atividades turísticas, sendo: um mirante; um observatório de aves de nove metros dentro da floresta; duas trilhas interpretativas, uma de dois e outra de quatro quilômetros na floresta amazônica, além da prestação de serviços pela própria comunidade que incluíam reserva, alimentação, recepção e passeios de ecoturismo. Sobre esta infraestrutura e serviços de ecoturismo comunitário, nenhum(a) respondente comentou a respeito.

## 6.6 REFERÊNCIAS

BOCKORNI, B. R. S; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 2021.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MINAYO, M. C.S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

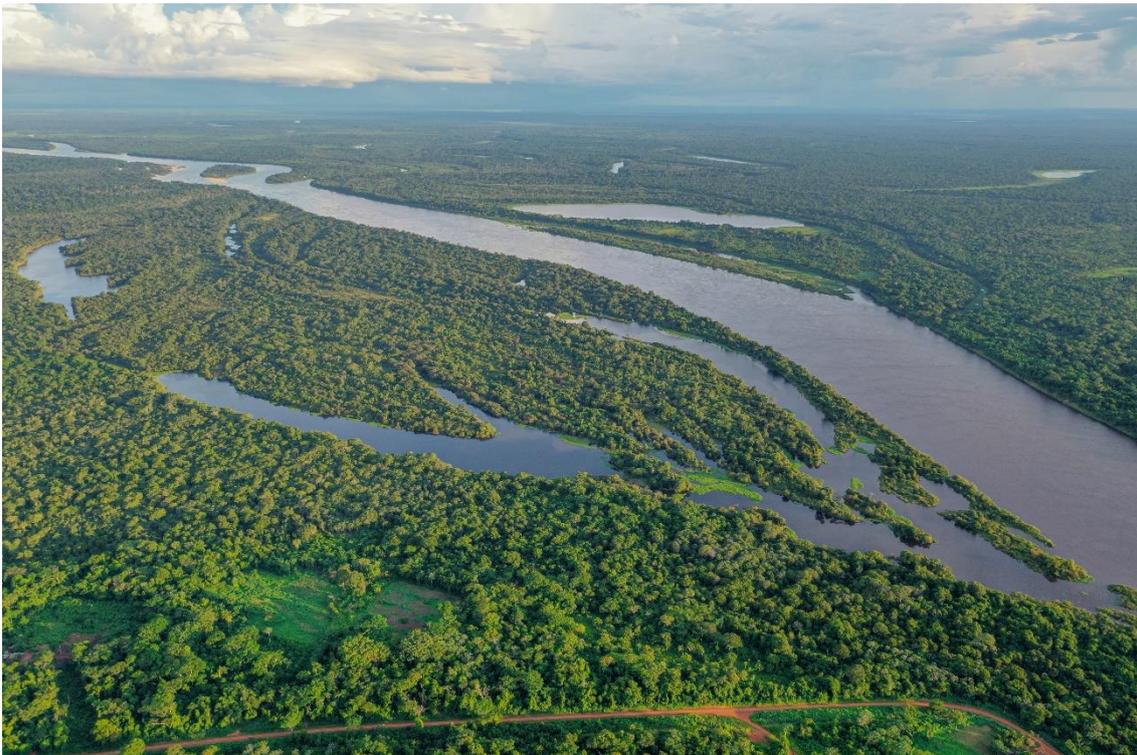
RAMPAZZO, L. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Campinas: **Temáticas**. v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

# CAPÍTULO 7

## **PRÁTICAS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES PARA UM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DO VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA**

Figura 30 – Vista aérea do rio Guaporé, Vale do Guaporé, Rondônia



Fotografia: Ederson L. Leandro (2024).

## 7 PRÁTICAS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES PARA UM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES DO VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA

Diversos trabalhos acadêmico-científicos na área do turismo têm refletido sobre a complexidade do fenômeno de seu desenvolvimento em destinos turísticos (Reed, 1997; Guillarducci; Fratucci, 2016; Silva, 2018). Como aponta Reed (1997, p. 588), “os próprios processos baseados na comunidade são complexos”. Desta maneira, destaca-se que a presente investigação aponta, do mesmo modo, uma realidade difícil na Comunidade Quilombola de Pedras Negras no Vale do Guaporé em Rondônia.

Como visto no transcorrer das descrições dos resultados da pesquisa no Vale do Guaporé, a comunidade tem basicamente duas alternativas para geração de renda e desenvolvimento social: a castanha e o turismo. Geralmente, pela falta de opções, a maioria dos habitantes cede às decisões advindas dos proprietários das pousadas, num esquema *top-down* local-comunitário. O turismo que estes atores têm decidido alavancar é o turismo de pesca, o qual representa ameaça para o território (natureza e comunidade), por seus denotados impactos, tanto negativos como positivos. Tais atores impõem seus interesses em detrimento dos bens naturais e culturais, criando esquemas limitados de participação e controlando a agenda e o discurso político na comunidade. Em concordância com esta situação, Cruz (2018), que analisa os conflitos derivados de políticas públicas de renovação dos destinos turísticos consolidados nas Ilhas Canárias na Espanha, elenca para o desenvolvimento do turismo, estruturas hierarquizadas, processos de subordinação e exclusão de atores, relações assimétricas e de domínio no *locus* de estudo.

Pelas evidências obtidas, percebe-se claramente que o espaço turístico é um espaço de poder, onde uns atores dominam outros e onde se criam relações de dependência e por consequência, conflitos. Entende-se que o cenário não é pior já que a comunidade tem um acesso difícil, oneroso e limitado que o distancia de grandes centros emissores de turistas e de cidades de maior porte e infraestrutura.

Portanto, não é tarefa fácil a elaboração de propostas para esta realidade concreta. Sem embargo, é preciso apontar caminhos. Tais caminhos surgiram graças às inúmeras leituras realizadas, ao diálogo enriquecedor com

professores, pesquisadores, colegas da pós-graduação e de trabalho, docentes avaliadores na etapa de qualificação, comunicações com gestores públicos e institucionais, entrevistas aos comunitários de Pedras Negras, dentre outros, no transcorrer destes quatro anos do desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. Assim, a seguir, apresentam-se práticas, diretrizes e proposições para a Comunidade em estudo, para a região do Vale do Guaporé e para o estado de Rondônia.

## 7.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS

Ainda que a Comunidade Quilombola de Pedras Negras tenha sido reconhecida como remanescente de quilombo pela Portaria nº 32, de 12/08/2005 (revogada), e posteriormente pela Portaria nº 41, de 03/11/2005, ambas emitidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), até hoje, sua terra não foi titulada. Essa falta de demarcação do território quilombola impede à comunidade uma plena reprodução física e cultural identitária. No evento denominado "IV Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia: território e educação, o grito de todos os povos", que aconteceu na Comunidade Quilombola Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, agosto de 2023; o(a) representante do INCRA manifestou que, ainda que o processo de titularização encontra-se travado desde 2018, a demarcação do território será um fato em breve tempo. Portanto, acredita-se como fundamental a regularização fundiária do quilombo de Pedras Negras para seu adequado desenvolvimento.

A superposição/sobreposição da Reserva Extrativista de Pedras Negras, a cargo da CUC-SEDAM e a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, a cargo do INCRA e que, como supracitado, encontra-se sem regularização fundiária, pode gerar conflitos entre instituições públicas e comunitárias na unidade de conservação de uso sustentável. Para tal, é importante a demarcação da terra e a efetiva gestão do órgão ambiental no que diz respeito à fiscalização, ao monitoramento e ao controle dos pescadores amadores que tanto impactam a região do Vale do Guaporé.

Recomenda-se a revisão e atualização do Plano de Utilização da Reserva Extrativista Pedras Negras da Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPÉ), uma vez que foi elaborado há quase 30 anos. Possivelmente a

realidade atual do território diverge com a realidade à época da sua realização. Além disso, sugere-se que tal revisão seja feita por meio de processos participativos que tragam a comunidade para que seu contexto concreto seja ouvido e a partir dele, órgãos públicos, associações de classe, líderes e comunitários, possam realizá-la de maneira efetiva e prática.

Assim como nas comunidades de Mamirauá e do Amanã no Amazonas, existe uma cogestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que integra comunitários e organizações da sociedade civil (o IDSM), para implantação de diversos programas que visam estratégias de conservação e compensação ambiental da biodiversidade local. Pode ser pensada esta mesma prática para a RESEX de Pedras Negras. O programa de Agentes Ambientais Voluntários e o Monitoramento de Lideranças Comunitárias podem ser exemplos interessantes para realizar ações conjuntas em prol da comunidade e seu entorno. No entanto, o poder público municipal e estadual não se deve eximir de sua responsabilidade, enquanto a fiscalização, o monitoramento e o controle das unidades de conservação.

Em diálogo realizado com servidor(a) da CUC-SEDAM em Porto Velho, capital do Estado, foi informado que o órgão ambiental realizou solicitação para que a RESEX de Pedras Negras e outras Unidades de Conservação próximas façam parte da Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção Ramsar), uma vez que estas unidades estão localizadas numa área úmida importante (Pantanal do Guaporé) por onde fazem passagem espécies migratórias (informação verbal<sup>16</sup>). Sugere-se um amplo diálogo com a comunidade quilombola, visando explicar para os comunitários as implicações que este processo teria e consultá-los sobre esta proposta de que seu território faça parte de um sítio Ramsar.

Faz-se urgente a retomada do transporte fluvial público existente entre os municípios de Pimenteiras e Guajará-Mirim, após análises/estudos que determinem juntos com as populações ribeirinhas do Vale do Guaporé a melhor frequência, capacidade e tipo de barco que supra as demandas de deslocamentos. Este serviço pode ser estendido a outras bacias hidrográficas de Rondônia. As comunidades tradicionais e a sociedade do estado precisam de meios de transporte públicos (fluvial, terrestre e aéreo) e infraestrutura de

---

<sup>16</sup> Diálogo mantido com Gerente de Unidade de Conservação de Proteção Integral (CUC) da SEDAM-RO em 27 de setembro de 2022.

saneamento básico adequada a ser providenciados pelos gestores municipais e estaduais.

Sugere-se o diálogo com os comunitários para vislumbrar possibilidades de melhoria na cadeia de produção da castanha, assim como para analisar outros processos para geração de renda. Isto deve ser realizado a partir do conhecimento empírico e tradicional dos habitantes da comunidade, notadamente dos mais velhos.

## 7.2 GESTÃO DO TURISMO NO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS NEGRAS

Pelos resultados obtidos no decorrer da pesquisa, notadamente por meio das entrevistas, percebe-se que, de alguma maneira, o turismo desenvolvido na Comunidade Quilombola de Pedras Negras tem criado uma condição de monopólio empresarial. São os proprietários das pousadas que, geralmente, direcionam as ações para o desenvolvimento do turismo e pautam muitas dinâmicas no território. Em vistas a desfazer tal monopólio, acredita-se que um amplo trabalho deva ser realizado com estes atores detentores do poder, para que eles(as) dialoguem com toda a comunidade e escutem seus anseios, projetos, sonhos etc. Acredita-se que esta ação terá de ser mediada por entes externos que, por meio de muitas pesquisas participantes, ajudem a vencer tal desafio. Conscientes da importância da criação coletiva do conhecimento, as experiências adquiridas por meio desta metodologia:

Sonham substituir o antigo eixo monótono: pesquisador/pesquisado, conhecedor/conhecido, cientista/cientificado, pela aventura perigosa, mas historicamente urgente e inevitável, da criação de redes, teias e tramas formadas por diferentes categorias entre iguais/diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber (Brandão, Streck; 2006, p. 32).

Pela percepção que se teve nas entrevistas realizadas e como plasmado no capítulo 6 desta tese, certos comunitários gostariam que o turismo fosse ampliado para outros públicos, além dos turistas de pesca e, além disso, que ações que foram implementadas por intermédio do projeto de ecoturismo comunitário, voltassem a acontecer. Uma vez que existe uma associação que, segundo um(a) entrevistado(a), foi criada para discutir e decidir sobre o turismo, julga-se importante incentivar a participação comunitária e fomentar o diálogo

sobre o turismo e outros temas relevantes para a comunidade. Interessante que exista o revezamento do(a) presidente(a) da associação quilombola em tempo determinado pelos comunitários. A associação deve atuar coletivamente e deve ser um espaço onde se compartilhem as dificuldades e carências da comunidade, assim como uma areia onde se pensem soluções, metas e anseios para que o desenvolvimento local aconteça verdadeiramente.

Outra indicação é demonstrar aos comunitários que o ecoturismo e o turismo de base comunitária trazem muitos mais benefícios econômicos para a comunidade, uma vez que o ecoturista está disposto a pagar maiores valores para apoiar as áreas naturais protegidas que visita (Wall, 1997) e dado que, se for um verdadeiro ecoviajante terá consciência socioambiental aprimorada. Segundo Mendoza-Montesdeoca, Rivera-Mateos e Doumet-Chilán (2022), em estudo realizado no Equador, ecoturistas estrangeiros gastam em média US\$ 2.797 enquanto turistas focados em outros segmentos gastam US\$1.200, sendo que os primeiros têm esse apelo pelo conhecimento do patrimônio ambiental e cultural das comunidades e áreas naturais que visitam. Seria aquele “turista da mata” praticando o “turismo que não danifica”, segundo um(a) dos respondentes das entrevistas.

A Comunidade Quilombola de Pedras Negras, com a documentação existente sobre o projeto de ecoturismo comunitário alojado nos arquivos da Ecoporé em Porto Velho e analisada nesta pesquisa, possui subsídios suficientes que podem ser resgatados e adaptados à nova realidade do território, servindo como base para uma concepção endógena de um ecoturismo ou para um turismo de base comunitária na RESEX de Pedras Negras. O zoneamento, a normatização de uso e o planejamento ecoturístico da Reserva, feitos e implementados pela própria comunidade (segundo os registros analisados, além de outros documentos apresentados no capítulo 5) podem ser insumos importantes para pensar novas iniciativas ou repensar as já existentes, ainda que questões políticas impedem, muitas vezes, esta reestrutura organizacional, tal qual coloca Rodriguez (2018) em estudo realizado na Colômbia.

Caso a comunidade, futuramente, adira ao ecoturismo ou ao turismo de base comunitária, ela precisará ter consciência plena e se orgulhar da sua identidade quilombola e da riqueza da sua cultura, da sua história, das suas tradições. Assim mesmo, os habitantes do quilombo, precisam reconhecer a grandeza e maravilhar-se com a biodiversidade existente na Reserva Extrativista

de Pedras Negras onde estão inseridos. Os comunitários precisam acreditar que um turista responsável e consciente será atraído por todo esse patrimônio cultural e ambiental do seu território. Desta maneira, sugere-se, primeiramente, que os comunitários relembrem e revisitem este leque vasto de recursos naturais e culturais, para que eles mesmos se convençam do valor das comunidades quilombolas e do potencial turístico da comunidade. Os mais velhos poderiam, perfeitamente, conduzir estas ações e detalhar a história e beleza destes atrativos.

No projeto de ecoturismo comunitário, foram identificadas atividades tradicionais como a extração de borracha, a fabricação de farinha, a pesca de linhada, o plantio e coleta de castanha, a realização de construções tradicionais, além dos festejos religiosos, brincadeiras, festas folclóricas, histórias e lendas da região, assim como a história da igreja de São Francisco de Assis. Uma das atividades turísticas que merece ser ressaltada é aquela prevista a ser realizada na baía do Marimbondo, que diz respeito às tradições de canoagem da comunidade, incluindo a fabricação artesanal de canoas e remos, incorporando as técnicas de canoagem e o papel das canoas na vida dos habitantes da Vila (Brasil, 2000).

De acordo com Santiago, Silva e Teixeira (2018), do lado boliviano, a comunidade de Versalles, desde a época do auge da navegação pelo Guaporé, é (era) reconhecida por seus habilidosos construtores de barcos. Os comunitários se identificam como os maiores estaleiros da região, servindo como ponto de navegação e comércio. Existe o turismo na localidade sendo que visitantes nacionais e estrangeiros gostam de singulares quitandas e pratos típicos, de modo que a atividade gera renda para a comunidade. Pelo relatado no trabalho, a maioria dos habitantes professam o catolicismo, com grande religiosidade e fé, tendo na Festa da Cruz uma manifestação importante da sua cultura. Os autores exaltam o dinamismo das tradições e a “interculturalidade de hibridação” presentes na região (Santiago; Silva; Teixeira, 2018, p. 313).

As tradições de canoagem da Comunidade Quilombola de Pedras Negras são destacadas no documentário “Quilombos do Guaporé - Comunidade Pedras Negras”, produzido por Studiomax Comunicação em dezembro de 2015, com duração aproximada de uma hora e dez minutos e transmitido pelo Canal

Youtube<sup>17</sup>. Neste meio audiovisual apresentam-se algumas imagens de urnas funerárias existentes na supracitada comunidade, de danças tradicionais das crianças da Vila, da extração e beneficiamento da seringa, dentre outros aspectos interessantes do território quilombola em questão.

Destaca-se também, do projeto primário, a elaboração da árvore genealógica dos habitantes da comunidade, que demonstra a valorização da cultura ancestral de Pedras Negras. Muito disso, estava incluído nos roteiros turísticos do projeto e era oferecido aos visitantes, fato que fazia com que a cultura e modos e tradições continuassem vivos. Hoje, pelo que se percebeu no reconhecimento de campo e nas entrevistas, nada disto faz parte do turismo desenvolvido. Sendo assim, seu resgate/ressignificação é vital para que a cultura e tradições da comunidade quilombola permaneçam, uma vez que as pessoas mais velhas (protagonistas principais do documentário) estão falecendo e ao parecer, os comunitários mais novos têm outras visões e projetos futuros para o território. Portanto, ações de educação ambiental junto aos comunitários são indispensáveis para transformar o turismo em um turismo realmente sustentável.

Neste sentido, reconhece-se como necessário que todo este patrimônio cultural ímpar da comunidade seja ressignificado para os comunitários e direcionado aos turistas. Ressaltam-se aqui, os festejos religiosos como a Festa de Nossa Senhora do Seringueiro, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a Festa do Divino Espírito Santo. Segundo Santiago, Silva e Teixeira (2018), o festejo iniciou em 1894 pela influência portuguesa e foi levado da Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) para Rondônia, por intermédio das famílias do quilombo de Pedras Negras. Evidencia-se assim a importância da comunidade na origem desta festividade.

A Festa do Divino Guaporé, desconhecida pela maioria dos rondonienses e brasileiros, com 130 anos de tradição, foi reconhecida como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de Rondônia por meio da Lei Estadual de 11 de janeiro de 2022. Na notícia:

Conforme a Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (Sejucel), a partir da sanção da Lei de Reconhecimento, há uma legalidade para o Estado aplicar recursos e fomentar a economia das comunidades locais com cultura e turismo, gerando renda para as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, entre outras

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WdkrmiXn9kc>. Acesso em: 10 mar. 2021.

localizadas às margens do rio Guaporé com a produção artesanal (G1-RO, 2022).

Este acontecimento teve sua origem após o lançamento do filme “O Divino Guaporé” em 30 de julho de 2021, nas redes sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Laboratório de Narrativas Visuais (LabNavi). A obra visualiza a importância histórica da festa e a diversidade de comunidades que participam, uma vez que povos quilombolas, indígenas e ribeirinhos, de ambos os países, comemoram a festividade.

Importante denotar que, segundo Grandjean-Thomsen, Prados e Bonini (2017), a Festa do Divino acontece em outros lugares do Brasil. No entanto, Rondônia é o único estado onde o festejo se dá por meio de uma romaria fluvial pelo rio Guaporé e seus afluentes, permeando cidades/comunidades em território fluvial brasileiro e boliviano. Na seguinte descrição, denota-se sua importância:

O grande festejo acontece durante 55 dias consecutivos, percorre, por via fluvial, aproximadamente mil quilômetros e envolve 41 comunidades, entre ribeirinhas, quilombolas e indígenas, em 24 horas diárias de atividades religiosas e não religiosas (Galvão, 2021).

A fala a seguir ressalta o objetivo pretendido pelo docente da UNIR:

Para o diretor Ederson Lauri, o filme será uma forma de preservar a memória de parte significativa e pouco conhecida da cultura rondoniense, e, ainda, será uma forma de presenciar o “Divino” em tempos de pandemia (Galvão, 2021).

O levantamento histórico do turismo na Comunidade de Pedras Negras realizada neste trabalho pode ser também material importante para um projeto futuro em turismo. A história socioambiental do turismo investigada pode servir como ferramenta de *marketing* para esta atividade socioeconômica e ambiental (informação verbal)<sup>18</sup>.

Diálogos e ações de educação ambiental com os pescadores amadores/turistas esportivos da região são urgentes e necessários, uma vez que atuam de modo irresponsável causando múltiplos impactos ambientais, sociais e culturais, assim como demonstrado no decorrer da presente investigação. Esta realidade evidencia-se eminentemente no capítulo 4. No entanto, outros

---

<sup>18</sup> Contribuição da prof.<sup>a</sup> Nubia Caramello obtida em entrevista na etapa de qualificação da tese.

trabalhos relatam tais efeitos em comunidades tradicionais específicas do Vale do Guaporé: Comunidade Rolim de Moura do Guaporé, chamada de Porto Rolim do Guaporé (Teixeira, 2019; Observatório de Protocolos Autônomos, 2019); Comunidade de Santo Antônio do Guaporé (Teixeira; Xavier, 2018); Comunidade Forte Príncipe da Beira (Farias Jr., 2013), Comunidade de Jesus (Teixeira, 2008). Assim mesmo, outros registros descrevem os impactos do turismo em municípios específicos como Costa Marques e São Francisco do Guaporé (Freitas, 2014; Freitas *et al.*, 2016).

### 7.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO GUAPORÉ: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Os servidores dos órgãos públicos que realizam atividades de controle e monitoramento em territórios fluviais como o Vale do Guaporé devem estar capacitados e treinados para entender as dinâmicas ambientais, notadamente da ictiofauna (peixes) para definir com critérios os períodos de defeso e outras ações reguladoras em questões socioambientais. Como colocado no capítulo 5, a junção do conhecimento ecológico tradicional (CET) e do conhecimento técnico é necessária para definição de medidas e políticas mais adequadas às realidades e contextos regionais, que reflitam em eficiência e aplicabilidade justa delas (Dória *et al.*, 2008; Dória *et al.*, 2014).

O território fluvial em Rondônia é muito extenso e apresenta inúmeros conflitos socioambientais. Uma vez que existe um Mapa de Ordenamento Pesqueiro e Turístico do Guaporé que apresenta, à época, áreas que poderiam ser liberadas e não liberadas para pesca no Vale (Dória, 2004), ele pode ser resgatado, revisado, atualizado e aplicado na tentativa de dirimir tais efeitos. O projeto de ecoturismo comunitário e seus desdobramentos aportaram materiais bibliográficos de alta qualidade técnico-científica, dentre os quais o relatório técnico preliminar "A pesca e o turismo no Vale do Guaporé (RO): Bases para o ordenamento e manejo", documento elaborado como subsídio para discussão em oficinas a serem realizadas em dezembro de 2004 em Porto Velho, RO, mas que, lamentavelmente não foi apresentado, discutido nem muito menos efetivado. Ao parecer, os argumentos nele exposto subsistem até hoje, a saber:

A partir de discussões foi constatada a limitada atuação de órgãos gestores em função da falta de estrutura, dificuldade de compreensão de seus papéis, capacidade técnica e conhecimento sobre os benefícios do ordenamento pesqueiro e a forma de aplicá-lo, além da falta de vontade política para sua implementação. Divergências de conhecimento e ações entre técnicos da capital e do interior, sendo que estes últimos agem principalmente de acordo com as forças políticas locais (Dória, 2004, p. 12).

O Vale do Guaporé em Rondônia tem singular e extrema importância para o Estado e para a Amazônia Legal uma vez que resguarda um ecótono, ou seja, a transição entre o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica, com rica sociobiodiversidade. Segundo Dória (2004), o Brasil e a Bolívia (Parque Nacional Noel Kempf Mercado e Reserva Itenez) possuíam, à época, ao redor de 80% de áreas protegidas no Vale do Guaporé/Itenez. Além disso, é a segunda maior bacia de Rondônia, banha dois estados e conforma uma ampla fronteira internacional com a Bolívia. Em épocas do projeto de ecoturismo comunitário pensava-se na possibilidade de criar o Corredor Ecológico Guaporé-Itenez-Mamoré. Vislumbra-se a retomada desta possibilidade em conjunto com a elaboração de um Plano Turístico Binacional Brasil – Bolívia para uma gestão integrada que impulse um turismo sustentável na região, assim como se tem na fronteira Equador-Peru e que recebe o nome de “Ruta del Spondylus” que nasce ao norte do Equador e vá até a fronteira com o Peru, resgatando arqueologia, história e identidade pré-colombiana da região (García Espinoza; Mendoza Tarabó; Rodrigues Soares, 2017). O corredor ecológico será importante, dado que as Unidades de Conservação que fazem limite com o rio Guaporé/Itenez não têm área de amortecimento, o que impacta com mais força os territórios.

#### 7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO

O Plano Estadual de Turismo deverá prever ações concretas para fazer realidade os seguintes objetivos da Política Estadual de Turismo (RONDÔNIA, 2021, p. 2, 3):

II - Colaborar para a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo uma melhor distribuição de renda e inclusão social por meio do crescimento da oferta de trabalho no setor turístico de Rondônia;

VIII - Incentivar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, através do conjunto de hábitos relacionados à aquisição de produtos e serviços que visem diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente, com a finalidade de promover a atividade educativa e interpretação ambiental compatível com a conservação do meio ambiente;

IX - Envolver as comunidades e populações tradicionais e indígenas no desenvolvimento sustentável da atividade turística, objetivando a promoção e melhoria da qualidade de vida e preservação da identidade natural desse corpo social;

XII - Desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos, em especial o ecoturismo, etnoturismo, turismo de pesca e turismo rural.

Recomenda-se que os formuladores de políticas públicas do estado de Rondônia iniciem um processo de planejamento e definição de políticas públicas de turismo adequadas às necessidades das diversas comunidades tradicionais do estado, com suas particularidades territoriais, numa abordagem de gestão de baixo para cima (Cruz, 2018). Esse modelo propicia que as comunidades (que entendem melhor que ninguém seu contexto e problemas) possam propor soluções desde sua realidade concreta, desde seu conhecimento e perspectivas. Essa quebra de paradigma, com políticas públicas contextualizadas e que permitem uma real governança (*bottom-up*) podem ter mais efetividade que as políticas convencionais (*top-down*) que, ainda sendo muito boas no papel, são dificilmente levadas à prática. O planejamento nas políticas públicas é elemento chave, assim como uma abordagem interdisciplinar e multisetorial.

Conversando com o objetivo IX da Política Estadual de Turismo, aconselha-se a criação de uma divisão destinada às populações tradicionais e aos povos indígenas do estado, por exemplo, dentro da estrutura da Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR-RO) que possibilite o seu envolvimento nas atividades turísticas que se desenvolvam nas suas terras e comunidades. Assim mesmo, que estas sociedades tradicionais participem efetivamente do Conselho Estadual de Turismo de Rondônia (CONSETUR) e que consigam decidir e deliberar sobre esta atividade socioeconômica no estado.

Sugere-se a elaboração de uma Política Estadual de Turismo de Base Comunitária para Rondônia, pensada por meio de um processo participativo, integrado e responsável.

Recomenda-se a criação de um sistema de incentivos e destinação de recursos para o turismo em comunidades tradicionais de Rondônia. Geralmente, altos recursos financeiros são destinados, por exemplo, para sinalização turística

dos municípios, mas não para comunidades com potencial turístico. Deve existir um equilíbrio na destinação dos recursos para o turismo, priorizando as comunidades e suas necessidades para que assim, possam, também, desenvolver o turismo como atividade complementar de emprego e renda.

Criação de fórum e conselhos regionais de turismo de base comunitária que possam promover amplas discussões da temática e fortalecer as comunidades.

## 7.5 GESTÃO DO TURISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA: DIRECIONAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS E DE TURISMO

Como relatado no capítulo 3, as Unidades de Conservação federais em Rondônia não realizam a visitação e nem o ecoturismo, de maneira oficial e organizada. No entanto, sabe-se que entre os anos de 2002 e 2009, o Coordenador da Estruturação da Visitação e Ecoturismo do ICMBio tentou algumas iniciativas nesse sentido, a exemplo expedições anuais ao Pico Tracoá, pico mais alto do estado no Parque Natural Pacaás Novos, mas não tiveram continuidade dado o desinteresse do governo estadual, a complexidade da gestão, a falta de estrutura física e a operação com pessoas de fora do estado. Na ocasião, o coordenador sugeriu iniciar o processo de ecoturismo com o público local, de modo a criar condições econômicas iniciais: primeiras pousadas, primeiras operadoras turísticas etc. (informação verbal por ligação de *whatsapp*)<sup>19</sup>. Assim, é preciso estruturar a gestão do ecoturismo em áreas naturais protegidas de Rondônia, valorizando o patrimônio natural e cultural do estado e aproveitando todo seu potencial turístico. Atividades planejadas de uso público podem dirimir o turismo irregular e seus impactos associados.

Essa estruturação do ecoturismo em Unidades de Conservação e em comunidades tradicionais precisa, como primeiro passo, de acessibilidade aos territórios. A infraestrutura é um elemento que precisa caminhar em conjunto com a gestão do turismo. Portanto, requer-se uma melhor condição de infraestrutura terrestre, aérea e fluvial para as comunidades e para os turistas de menor poder aquisitivo, que, geralmente enfrentam dificuldades para se deslocar desde suas áreas de origem para outras áreas do estado e do país.

---

<sup>19</sup> Comunicação realizada por celular em 12 de abril de 2021 com o(a) Coordenador(a) da Estruturação da Visitação e Ecoturismo do ICMBio em Rondônia, nos anos supracitados.

O etnoturismo é recente no Estado. Sugere-se a realização de estudos de concepção de propostas assim como o acompanhamento das atividades turísticas por meio de avaliação de impactos ambientais e socioculturais.

## 7.6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; COSTA, C.; DA SILVA, F. N. A framework for conflict analysis in spatial planning for tourism. **Tourism Management Perspectives**, v. 24, p. 94-106, 2017.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Reserva Extrativista de Pedras Negras** – Plano de Uso Turístico. Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia, Tangará Serviços em Meio Ambiente, 2000.

CRUZ, S. M. Gobernabilidad territorial y relaciones de poder en espacios turísticos: los conflictos derivados de las políticas públicas de renovación de los destinos turísticos consolidados de litoral. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, v. 38, n. 2, 2018.

DÓRIA, C. R. C. **Implantação de projetos de ecoturismo de base comunitária em Reservas Extrativistas**. Porto Velho, 2004.

DORIA, C. R. C. *et al.* Contribuição da etnoictiologia à análise da legislação pesqueira referente ao defeso de espécies de peixes de interesse comercial no oeste da Amazônia Brasileira, rio Guaporé, Rondônia, Brazil. **Biotemas**, v. 21, n. 2, p. 119-132, jun. 2008.

DORIA, C. R. C. *et al.* O uso do conhecimento ecológico tradicional de pescadores no diagnóstico dos recursos pesqueiros em áreas de implantação de grandes empreendimentos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 89-108, 2014.

FARIAS JR., E. de A. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 1, p. 36-39, 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, C. O. *et al.* Desafios dos pescadores artesanais amazônicos do Guaporé, Rondônia-RO, Brasil. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, n. 2, p. 144-161, 2016.

FREITAS, G. L. **Influência do turismo para os pescadores artesanais nas comunidades de São Francisco do Guaporé e Costa Marques-RO**. 2014. 61 f. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal de Rondônia, Presidente Médici, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria FCP nº 32, de 12 de agosto de 2005. Registra como remanescentes dos Quilombos, conforme declarações de auto-reconhecimento e os processos em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as Comunidades que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 ago. 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria FCP nº 41, de 03 de novembro de 2005. Registra como remanescentes dos Quilombos, conforme declarações de auto-reconhecimento e os processos em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as Comunidades que cita. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 nov. 2005.

GALVÃO, B. Filme sobre a centenária Festa do Divino Espírito Santo é lançado neste domingo, 30. **G1-RO**, 29 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/05/29/filme-sobre-a-centenaria-festa-do-divino-espírito-santo-e-lancado-neste-domingo-30.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GARCÍA ESPINOZA, L. C.; MENDOZA TARABÓ, A. E.; RODRIGUES SOARES, J. R. Turismo comunitario y desarrollo local en la ruta del Spondylus (Ecuador): una combinación posible para enfrentar la pobreza. **Revista Espacios**, v. 38, n. 58, p. 27, 2017.

GOMIDE, M. L. C. **Marãñã Bödödi**: a Territorialidade Xavante nos Caminhos do Ró. 2008. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUILARDUCCI, B. C.; FRATUCCI, A. C. Teoria dos sistemas complexos e possíveis aplicações nos estudos sobre as políticas públicas de turismo. *In*: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 13, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, ANPTUR, 2016.

G1-RO. **Lei reconhece Festa do Divino Espírito Santo como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de Rondônia**, 19 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/19/lei-reconhece-festa-do-divino-espírito-santo-como-patrimonio-historico-cultural-e-imaterial-de-rondonia.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2024.

GRANDJEAN-THOMSEN, D. B.; PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. Cultura e regionalidade: semelhanças e diferenças nas Festas do Divino Espírito Santo no Território Brasileiro. **PragMATIZES** - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, p. 65-77, 2017.

MENDOZA-MONTESDEOCA, I.; RIVERA-MATEOS, M.; DOUMET-CHILÁN, Y. Políticas públicas ambientales y desarrollo turístico sostenible en las áreas protegidas de Ecuador. **Revista de Estudios Andaluces**, v. 43, p. 106-124, 2022.

MITRAUD, S; SANTOS, A. P. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. [S. l.]: WWF Brasil, 2003.

MOORE, C. W.; JAYASUNDERE, R.; THIRUNAVUKARASU, M. **The Mediation Process – Trainee’s Manual Community Mediation Program**. Sri Lankan Ministry of Justice, 2003.

OBSERVATÓRIO DE PROTOCOLOS AUTÔNOMOS. **Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Bem-informada da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé**. Quilombolas, Indígenas Wajuru, Sakirabiar e Guarassuê. 2019. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/10/Protocolo-de-Consulta-a-Comunidade-tradicional-de-Rolim-de-Moura-do-Guarope-Quilombolas-Indigenas-Wajuru-Sakirabiar-e-Guarassue.pdf> Acesso em: 07 fev.2022.

REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of tourism research**, v. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.

RODRIGUEZ, S. E. Turismo comunitario en Colombia: ¿retórica de Estado? **Turismo y sociedad**, v. 22, p. 195-212, 2018.

RONDÔNIA. Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Estadual de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, n. 170, 24 ago. 2021.

SANTIAGO, J. C; DA SILVA, R. A.; TEIXEIRA, M. A. D. A participação da mulher boliviana na Festa do Divino Espírito Santo no Vale do Guaporé: fronteiras e hibridismo. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 28, p. 305-323, 2018.

SILVA, T. C. O turismo como um sistema complexo: sociabilidades, comunicações e desafios metodológicos. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 1, p. 53-65, 2018.

TEIXEIRA, M. A. D. As famílias Wajuru negras de Porto Rolim de Moura do Guaporé. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 31, p. 208-234, 2019.

TEIXEIRA, M. A. D. Quilombo de Jesus. Vale do Rio São Miguel/Rondônia. Aspectos da ocupação territorial. **Saber Científico (1982-792X)**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2008.

TEIXEIRA, M. A. D.; XAVIER, D. F. B. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 351-371, 2018.

WALL, G. *et al.* Is ecotourism sustainable? **Environmental Management**, v. 21, n. 4, p. 483-491, 1997.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

Figura 31 – Vista do rio Guaporé, das pedras e da autora na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia



Fotografia: Nubia Caramello (2024).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, vinculam-se as perguntas de pesquisa concebidas no desenvolvimento da Tese, com os resultados obtidos e análises procedidas ao longo do período de investigação:

*1. Os princípios concebidos no projeto de ecoturismo comunitário implementado ao redor dos anos 1990 na RESEX de Pedras Negras, junto à comunidade, permanecem até hoje ou têm-se transformado com o decorrer do tempo? Como? Por quê?*

Da comparação do conteúdo dos capítulos que analisam o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo Comunitário e a Realidade atual do turismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, no Vale do Guaporé em Rondônia, percebe-se que, dos princípios de ecoturismo comunitário elencados no capítulo 5: **a.** Estimular a valorização do patrimônio natural; **b.** Ser planejado e desenvolvido em processo participativo; **c.** Respeitar e valorizar a cultura das comunidades anfitriãs, sendo socialmente justo; **d.** Diversificar as atividades econômicas por intermédio da capacitação e empoderamento do tecido social, sendo economicamente viável para as comunidades e prevendo a continuidade dos projetos; **e.** Contar com a interpretação ambiental como interface entre comunidades, visitantes e áreas naturais; **f.** Possuir mecanismos de controle de impactos ambientais e culturais; nenhum permanece. Evidencia-se que o ecoturismo comunitário se transformou completamente e que o turismo de pesca ocupou seu lugar, não deixando praticamente rasto.

*2. Qual é a contribuição socioeconômica, ambiental e cultural do turismo praticado atualmente em Pedras Negras para a comunidade?*

O turismo de pesca, turismo praticado atualmente na Comunidade Quilombola, traz contribuições econômicas desiguais para os comunitários. Os benefícios monetários concentram-se nas mãos dos donos de pousadas e seus familiares, os quais realizam a gestão do turismo de maneira “individualizada”. Eles geram emprego e renda na temporada do turismo de pesca, sendo guias de turismo/piloteiros, camareiras e cozinheiras contratados. Ainda que os proprietários comprem alguns alimentos e insumos de outras famílias, acredita-se que tal prática não deva contribuir significativamente para a renda dos núcleos

familiares. Na contramão, os impactos ambientais e socioculturais se espalham em todo o território e impactam gravemente os comunitários. A comunidade é totalmente invisível aos turistas e, de alguma forma, aos detentores de poder, sendo que tal questão impacta profundamente a cultura da sociedade quilombola, uma vez que seus modos de vida, tradições, costumes e hábitos, estão se perdendo. A diminuição substancial da ictiofauna percebida pelo declínio de espécies de peixes, assim como pela diminuição do tamanho deles ameaça a sobrevivência da comunidade, uma vez que, perto da vila não tem peixe de boa qualidade para consumo e, os comunitários em geral, carecem de embarcações e combustível para irem a áreas onde o peixe é mais abundante. Os habitantes se deparam também com as mudanças no uso das águas do rio Guaporé, dado que antigamente dele bebiam, lavavam roupas e faziam outras tarefas quotidianas. Hoje, os mesmos usos, são limitados. Isto demonstra que o ganho de poucos é perda para muitos e que, nas relações dos comunitários, existe subordinação e dependência, tal como foi explicado no capítulo 6.

Em outras palavras, o turismo praticado atualmente na comunidade quilombola traz benefícios econômicos para uma pequena parte dos comunitários e acarreta sérios impactos ambientais, culturais e sociais. Os efeitos ambientais dizem respeito a muitos aspectos, mas sobretudo à diminuição considerável da fonte de alimento das comunidades do Vale do Guaporé por morte, de alguma maneira intencional, da ictiofauna do rio Guaporé. O pesque e solte que os proprietários de pousada supostamente indicam para “seus turistas”, pelas evidências apresentadas no capítulo 6, são tão só disfarce, maquiagem. No que tange aos efeitos culturais, são muito preocupantes pois dizem respeito: à invisibilidade da comunidade para os turistas; à perda de hábitos, costumes e tradições de vida (fazer farinha, elaborar canoas e remos, outras); e à gestão monopolizada do turismo. Os efeitos sociais estão intimamente ligados aos anteriores e acarretam perda de identidade, desestruturação social, subordinação e dominação pelos estratos que mantêm o poder.

*3. Como é a gestão, organização e participação comunitária para o turismo?*

A estrutura social predominante diz respeito à matriarca da comunidade e seus descendentes, dos quais, muitos deles são donos de pousadas. A

participação comunitária limita-se à negociação dos guias de turismo ou roteiros com os donos de pousada para definir o valor da diária pelo serviço prestado. A associação da comunidade, ainda que, segundo entrevistados(as) foi criada para tratar a temática do turismo na comunidade, não cumpre este papel e poucos comunitários participam. Não se falou de reuniões periódicas ou de ações concretas que a associação realize. Denotou-se que tem pouco diálogo. Não há gestão comunitária para o turismo, ainda que alguns habitantes digam que toda a comunidade se envolve e beneficia dele.

*4. Quais são os desafios atuais que a Comunidade Quilombola de Pedras Negras enfrenta para o desenvolvimento sustentável do turismo?*

Pelo descrito na resposta anterior e por todo o descrito no capítulo 6, percebe-se que são múltiplos os impactos ambientais, sociais e culturais que o turismo de pesca gera na comunidade. Portanto, são muitos os desafios que a comunidade precisa vencer para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Um deles, diz respeito ao papel da Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé que precisa ser um espaço de diálogo entre os comunitários para avaliar e resolver as questões do turismo. É preciso interação dos donos de pousada e dos comunitários em geral, para que, os primeiros, escutem e valorizem os segundos a fim de romper com essas relações dominantes e impositivas que tem se estabelecido.

As pousadas poderiam modificar seus acessos e valorizar o patrimônio da comunidade, para que, na chegada do turista, ele consiga apreciar a comunidade como um todo e não vá diretamente para as pousadas, que, como trazido anteriormente, estão de costas para o território quilombola. Após a leitura dos documentos do projeto de ecoturismo comunitário e, antes de ir em campo, eu pensava que a comunidade teria um único acesso, uma vez que num dos documentos se descrevem as escadas como esse meio para acessar a comunidade. Ao chegar na comunidade, percebi que era totalmente diferente e que cada pousada tinha um embarcadouro. Isto, por si, já impede a integração dos comunitários com os turistas.

A comunidade possui riquezas naturais e culturais que seriam muito atraentes para ecoturistas. O desafio está no resgate ou ressignificação do turismo anterior e de aproveitá-lo para realizar um turismo mais sustentável.

Percebeu-se nas entrevistas que um(a) respondente gostaria que houvesse também um turismo que valorize as árvores, as matas, o rio e a comunidade.

Acredita-se que o maior desafio para a comunidade hoje, seja o de romper o vínculo de dependência e subordinação que os comunitários têm com relação aos donos de pousada, no que tange ao emprego, à renda, ao transporte e à alimentação. Essa dependência não é somente questão relativa ao turismo, mas também a outras atividades econômicas como a castanha, a pesca etc.

Um outro desafio importante é que a associação quilombola represente a comunidade para lutar pelos seus direitos. Vislumbraram-se muitas carências na Comunidade de Pedras Negras, tais como o saneamento básico, a falta de transporte público, a escassez alimentar, a proibição para plantar, dentre outras. Os representantes da AQPNEG podem contribuir com a busca por melhores condições de vida para todos os comunitários.

*5. As políticas públicas estaduais que abordam temas relacionados ao turismo auxiliam o desenvolvimento local da comunidade inserida na Reserva Extrativista de Pedras Negras? Como? De que forma?*

Como analisado no capítulo 3, várias políticas públicas estaduais que se relacionam ou dizem respeito ao turismo, notadamente as mais novas, trazem a sustentabilidade como elemento de destaque. Especificamente a Lei Estadual do Turismo elenca este aspecto, além do desenvolvimento estadual por meio de atividades turísticas. Além disso, a Política Estadual prevê a valorização das comunidades tradicionais do estado e de sua territorialidade, assim como o impulsionamento de segmentos como o ecoturismo e o etnoturismo. Este último segmento é muito novo no Estado e terão que ser feitos estudos específicos para determinar como tais políticas são aplicadas e executadas em terras indígenas, por exemplo. Por enquanto, aprecia-se que, assim como as políticas públicas de outros países latino-americanos, africanos e até europeus, as políticas estaduais são mera retórica, uma vez que, na realidade, pouco se visualizam práticas, ações e metas neste rumo da sustentabilidade. São vários os objetivos da política estadual que dizem respeito à inclusão social e ao envolvimento das comunidades tradicionais no turismo com respeito a sua diversidade cultural e seus territórios. No entanto, não existe política pública estadual com relação ao TBC e o ecoturismo em áreas naturais protegidas não tem se realizado. O desenvolvimento local da comunidade inserida na Reserva Extrativista de

Pedras Negras se vê comprometido, primeiro pela falta de condições de saneamento básico e infraestrutura mínima e, segundo, pelo comportamento irresponsável dos turistas amadores e a inoperância de gestores públicos para a fiscalização e o monitoramento da área desde longa data.

A seguir, realiza-se uma última consideração final, que concerne ao bojo do ecoturismo comunitário e do turismo de base comunitária e de como um tem influenciado o outro e, em como tem se desenvolvido com o tempo, por meio de casos na Amazônia Legal:

Foi possível perceber, por meio do estudo de caso da Comunidade Quilombola de Pedras Negras, no Vale do Guaporé, em Rondônia, que o ecoturismo de base comunitária tinha, de alguma maneira, um modelo pautado em diretrizes propostas pela WWF e plasmadas no Manual de Ecoturismo de Base Comunitária lançado em 2003. Como denotado no decorrer desta investigação, tal modelo/referência era realizado em três fases bem delimitadas: A primeira etapa consistia no **Planejamento Estratégico**, o qual apontava instrumentos para planos e diagnósticos, assim como para o desenvolvimento de projetos e produtos. Este planejamento incluía o inventário do potencial turístico da área a ser trabalhada e a elaboração e viabilidade econômica do produto a ser ofertado. A segunda fase constituía-se da **Implementação Responsável** da proposta indicando instrumentos claros para o desenvolvimento físico da área, e a educação e a capacitação das comunidades. A última etapa, consistia na **Gestão Integrada**, que elencava instrumentos para controle, administração e participação de atores. Para tal, realizava-se: o monitoramento e a avaliação de impactos de visitação; a administração do receptivo e práticas contábeis; a participação comunitária e de entidades parceiras em projetos de ecoturismo; e, por último, a pesquisa na atividade de turismo (Mitraud, 2003).

Ao comparar o caso da Comunidade Quilombola de Pedras Negras com outras experiências na Amazônia Legal, percebe-se que as RESEX Mamirauá e a RESEX Amanã, que até pouco tempo foram acompanhadas de perto pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e seguem o modelo acima indicado, têm tido sucesso, aparentemente. No entanto, o caso específico de Pedras Negras demonstra que, com a saída das instituições parceiras, gerou-

se a descontinuidade do ecoturismo comunitário e, com o tempo, este se transformou radicalmente, passando a primar o turismo de pesca.

Supõem-se alguns motivos para a descontinuidade do ecoturismo comunitário na Comunidade Quilombola de Pedras Negras:

1. O processo de concepção e implementação do turismo não foi um processo endógeno, mas sim uma alternativa desconhecida pelos comunitários, levada por entes externos para dentro da comunidade.
2. Interesses de um grupo específico de habitantes se sobrepuseram aos interesses da comunidade, fazendo com que um novo tipo de turismo se assentasse no território. A forma de gestão do turismo que, na primeira proposta tentou ser comunitária (contemplando as famílias que aderiram à proposta) passou a ser a ser pautada pelos proprietários das pousadas e pessoas próximas a eles.
3. A descontinuidade pode ter sido dada por conflitos internos e/ou externos. Os primeiros, podem ter-se derivado da diferença de opinião dos habitantes de Pedras Negras sobre o projeto de ecoturismo comunitário. Os segundos, podem ter sido resultado da permanente presença de instituições parceiras que, junto aos comunitários, implementaram o modelo, determinando o desenvolvimento do turismo na comunidade.
4. No decorrer da pesquisa, notadamente quando houve participação da pesquisadora na I Conferência para Troca de Saberes sobre a Amazonia Legal, em junho de 2023, houve o entendimento que ser seringueiro, de alguma maneira, denota uma forma de exploração, de dominação, de escravidão. Discussões e reflexões realizadas basicamente pela Dra. Márcia Nunes Maciel Mura (do Povo Indígena Mura), quem destacou que os seringais foram construídos em cima de cemitérios indígenas e que, nos seringais trabalhava-se praticamente em regime de escravização, fez compreender que o chamado ciclo da borracha nada teve de heróico ou importante para aqueles que o padeceram e que foi mais uma fase do capitalismo sobre as comunidades tradicionais em Rondônia. Márcia escreveu o livro *O espaço lembrado: Experiências de vida em seringais da Amazônia e luta pelos direitos do seu povo permanentemente*. Desta maneira, pode ser que para os comunitários de Pedras Negras, este ciclo da

borracha tenha sido um episódio difícil e doloroso; questão que pode ter derivado no insucesso do projeto de ecoturismo comunitário, uma vez, que o projeto divulgava a Comunidade Quilombola de Pedras Negras como uma comunidade tradicional e remota de seringueiros. Esta falha na concepção do produto turístico, evidencia-se num dos documentos analisados no capítulo 5. Talvez para os habitantes mais velhos de Pedras Negras, a borracha foi sua forma de sobreviver. No entanto, os mais novos, ao parecer, não fazem questão nem alusão a esta época, da qual sempre falam no passado.

# RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Figura 32 – Festa da Nossa Senhora da Conceição na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia



Fotografia: Margarita M. D. Orozco (2022).

## 9 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS E NOVAS PESQUISAS

Importante se faz que as pesquisas futuras sejam empenhadas, entre as populações e os mediadores (pesquisadores), tendo o conhecimento empírico como pilar num diálogo condicionado pelo histórico social e cultural dos sujeitos. Nesse sentido é preciso lembrar que “ninguém sabe tudo e ninguém ignora tudo” e que “o homem é um ser dinâmico, que está em constante movimento de busca e que faz e refaz constantemente seu saber” (Freire, 1985, p. 30-31). Ressalta-se a importância de equipes transdisciplinares que possuam mediadores de diversas áreas do conhecimento. Com certeza, profissionais formados em ciências humanas trarão, com maior clareza, sugestões para melhor proceder em situações que envolvem o complexo agir humano.

Indica-se a realização do Mapa de Atores e suas relações na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, assim como a elaboração de uma Matriz de Análise de Conflitos (Turismo *versus* Território), baseada no Modelo Moore (Moore; Jayasundere; Thirunavukarasu, 2003) e que foi adaptada no trabalho que analisou o estudo de caso na Costa Troia-Melides em Portugal (Almeida; Costa; Silva, 2017). Segundo os autores citados, o desenvolvimento do turismo muitas vezes se contrapõe à conservação do patrimônio natural e cultural das comunidades e isto gera conflitos. O modelo utilizado consegue uma visão ampla e integrada dos conflitos e com ele, os autores identificaram as fontes, atores e circunstâncias nas quais os conflitos se geram. O modelo de Moore indica que para achar a resolução dos conflitos identificados, deve-se focar nos pontos de congruência entre os atores e jamais nos pontos de divergência (Moore; Jayasundere; Thirunavukarasu, 2003).

Sugere-se a análise de instrumentos complementares para concretização das políticas públicas de turismo em Rondônia, tais como ferramentas organizacionais, financeiras e orçamentárias, dentre outras. Importante conferir se o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vinculam recursos para o turismo, qual o valor e como pretendem-se destinar nas atividades turísticas. Além disso, é necessário considerar os recursos humanos e a promoção da comunicação, da sensibilização e da educação ambiental para o turismo por parte dos entes estaduais.

Faz-se relevante pensar em ações concretas para evitar a migração de jovens da Comunidade Quilombola de Pedras Negras para as cidades, que, na maioria de vezes, sai na época da adolescência para cursar o ensino médio em São Francisco do Guaporé (RO). É por intermédio dos jovens que as práticas tradicionais e os modos de vida dos quilombolas podem se perpetuar. Pode-se pensar em propostas e atividades que eles possam aprender com os mais velhos (a exemplo, o resgate do processo de elaboração de cerâmica ancestral que a matriarca realizava). A sucessão é uma preocupação.

Recomenda-se a realização de estudos com turistas que visitam a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, objetivando a compreensão do seu perfil, comportamento, atitudes e pensamentos com relação à prática do turismo de pesca, à reserva extrativista e à comunidade quilombola.

Sugere-se a realização de estudo da realidade atual do turismo na RESEX de Curralinho, no Vale do Guaporé em Rondônia, uma vez que esta reserva também fez parte do projeto de ecoturismo comunitário analisado. A investigação se faz importante uma vez que a RESEX de Curralinho tem especificidades e características muito diferentes à Pedras Negras, dado que se encontra em localização próxima ao município de Costa Marques e, além disso, dado que sua população atual é exígua, uma vez que tem migrado para o referido município.

Importante se faz um estudo que analise as transformações socioambientais da bacia do rio Guaporé no tempo. Uma colega de trabalho, historiadora (docente do Departamento de Educação Básica Intercultural, direcionado aos alunos indígenas e que bem conhece a região) relatou que, ela mesma, a partir do ano 2017, tem notado importantes e graves alterações nas comunidades do Vale do Guaporé, que não tem unicamente quilombos, mas também, muitas terras indígenas. Assim, sugere-se a análise do uso e cobertura do solo da bacia a partir do ano 1970 e até o presente, por intermédio de ferramentas de sensoriamento remoto que consigam determinar as mudanças no uso da terra na região do Vale do Guaporé, em Rondônia.

Sugere-se a realização do mapeamento do rio Guaporé e dos territórios fluviais às suas margens, tanto no Brasil quanto na Bolívia, na época de intenso turismo (junho a novembro), momento em que, segundo os entrevistados, “o rio parece uma cidade”. O mapeamento pode ser realizado por intermédio de imagens de satélite e sua confirmação em campo pode fazer uso da metodologia

do estudo das transformações ambientais que consiste em fazer observação de campo e registros audiovisuais (fotos e vídeos) durante percursos determinados no rio principal ou em algum afluente importante, dia e noite, por tempo definido. Esta sugestão está baseada em pesquisa de doutorado realizada no rio das Mortes, em território do povo Xavante, no estado de Mato Grosso (Gomide, 2008).

## 9.1 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; COSTA, C.; DA SILVA, F. N. A framework for conflict analysis in spatial planning for tourism. **Tourism Management Perspectives**, v. 24, p. 94-106, 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 8ª ed., 1985.

GOMIDE, M. L. C. **Marãñã Bödödi**: a Territorialidade Xavante nos Caminhos do Ró. 2008. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOORE, C. W.; JAYASUNDERE, R.; THIRUNAVUKARASU, M. **The Mediation Process**: Trainee's Manual Community Mediation Programme. Ministry of Justice: 2003

## Apêndice A

Roteiro da entrevista da pesquisa “ECOTURISMO COMUNITÁRIO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: políticas públicas e gestão do turismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia”.

### Contato inicial

- a) Apresentação pessoal;
- b) Agradecimento pela disponibilidade em participar da pesquisa;
- c) Retomar o objetivo da pesquisa e da entrevista, relacionando com a justificativa de ter abordado o(a) convidado(a) entrevistado(a);
- d) Relembrar os principais pontos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), destacando o respeito aos direitos do(a) entrevistado(a) (em negrito);
- e) Solicitar sua assinatura, antes do início da entrevista;
- f) Solicitação do TCLE assinado, *in loco*.

### Condução da entrevista

Perguntas:

1. Há quanto tempo o senhor(a) mora na comunidade?
2. Como as pessoas sobreviviam e ganhavam dinheiro antigamente? Como ganham a vida hoje?
3. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade?
4. Pescava-se mais peixe antes? Por que agora não mais?
5. Participou de cursos, capacitações ou atividades do projeto de ecoturismo comunitário implantado lá pelo ano 1997? Como foi o curso/capacitação/atividade? Trouxe benefícios? Quais? (*Fazer a pergunta só para pessoas que morem há mais de 20-25 anos na comunidade*)
6. As ações de desenvolvimento do turismo acontecem ainda hoje? Se sim, de que forma? Se não, por que não acontecem mais?
7. Você se envolveu/envolve com a atividade turística? Se sim, de que forma? Se não, por que não?

8. Como era o turismo no passado? Como é hoje? Tem se transformado? O que mudou?
9. O turismo trouxe oportunidades de ganhar dinheiro? Se sim, como? Se não, por que não?
10. Quais são os problemas e conflitos relacionados ao turismo? Você percebe algum conflito (problema) com a pesca e o turismo? Quais? Por quê? Como conciliam a atividade do turismo com as demais atividades produtivas (agricultura, caça, pesca, venda de produtos, outros)?
11. Existem grupos/associações específicas que se reúnem para falar ou decidir sobre o turismo? Quais? Como funcionam?
12. Das famílias que atualmente vivem na comunidade, quantas se envolvem com o turismo? Existem/há benefícios vindos do turismo? quais? Como são divididos/repartidos os benefícios do turismo?
13. O senhor(a) acredita que o turismo tem feito que a comunidade preserve mais a Reserva Extrativista e que tem valorizado os modos de vida tradicionais da população quilombola? De que forma?
14. Mencione os impactos positivos e negativos do turismo praticado atualmente.
15. Dados gerais  
Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Ocupação: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Outro: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_

#### Outros durante a entrevista

- a) Registros escritos e fotográficos;
- b) Gravação do áudio da entrevista.

## Apêndice B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**  
**Departamento de Ciências Ambientais**  
**Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)** **(Resolução CNS 510/2016)**

**“TURISMO SUSTENTÁVEL, ECOTURISMO, TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E  
MODELO DE GESTÃO PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRAS  
NEGRAS, VALE DO GUAPORÉ, RONDÔNIA”**

Eu, Margarita María Dueñas Orozco, estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, campus de São Carlos-SP, convido-o(a) para participar da pesquisa de doutorado intitulada “Turismo Sustentável, Ecoturismo, Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local: políticas públicas e modelo de gestão para a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia”, realizada sob orientação do Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai, docente do Departamento de Ciências Ambientais, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da UFSCar.

Nos anos 1990, nas Reservas Extrativistas de Pedras Negras e Curralinho, organizações não governamentais e entidades representantes de classe (pescadores e extrativistas) iniciaram um processo, junto às comunidades, para identificação de alternativas de geração de renda para as populações das reservas, visando sua permanência nos territórios. O ecoturismo de base comunitária colocou-se como alternativa viável para alcançar o objetivo. Desta maneira, realizou-se diagnóstico de atrativos potenciais, estudo de viabilidade econômica e proposta de implantação do ecoturismo, buscando apoio técnico e financeiro para sua concretização. Ao redor de 1997 deu-se início ao projeto nas reservas: organizaram-se viagens testes com visitantes nacionais e internacionais; implantou-se infraestrutura física; os comunitários participaram de capacitações e treinamentos e assim, o projeto foi se consolidando até, mais

ou menos, o ano de 2003. Após 25-30 anos do processo mencionado, o presente estudo visa analisar a continuidade e/ou transformação que o ecoturismo de base comunitária tem tido na Reserva Extrativista (RESEX) de Pedras Negras, Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé (RO), identificando a predominância ou não de outros tipos de turismo, os conflitos que a atividade traz à tona, o desenvolvimento local que o turismo tem proporcionado, se o turismo promove ou não a conservação do patrimônio cultural e natural da comunidade, dentre outros.

O(a) senhor(a) foi selecionado a participar desta pesquisa por ser membro da Comunidade Quilombola de Pedras Negras no Vale do Guaporé, Rondônia e ter acompanhado/vivenciado, como sujeito ativo ou passivo, o Projeto de Ecoturismo Comunitário em alguma fase do seu desenvolvimento, assim como nos dias atuais. Assim, o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a responder uma entrevista semiestruturada que abordará questões relacionadas ao **objetivo** desta pesquisa, ou seja, analisar o processo de implementação do ecoturismo comunitário na Comunidade Pedras Negras de modo a esclarecer os pressupostos e ações que permanecem da concepção inicial do projeto; os pressupostos e ações que tem se transformado; o que deu certo e o que não deu no transcorrer do tempo.

Sua participação nesta pesquisa proporcionará a obtenção de dados que serão utilizados cientificamente para compreender se houve ou não consolidação dos princípios de ecoturismo de base comunitária, a saber: **a)** estimular a valorização e conservação da natureza, principalmente em Unidades de Conservação (UCs). **b)** ser planejado e desenvolvido em processo participativo **c)** ser socialmente justo para as comunidades locais, com envolvimento e participação **d)** ser economicamente viável para as comunidades e UCs **e)** possuir mecanismos de controle de impactos ambientais e culturais (DÓRIA, 2004 p. 4).

A entrevista será realizada presencialmente, na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, através de diálogo com o membro da comunidade (individual) e é previsto que tenha duração de 40 minutos a uma hora. O critério de seleção será a pessoa que se disponibilize a colaborar com a pesquisa de maneira voluntária.

O seu nome, assim como quaisquer outras informações que torne possível identificá-los(as), serão acessados somente pela pesquisadora responsável pelo estudo e não serão divulgados sob nenhuma circunstância.

Na entrevista, haverá perguntas pessoais para o membro da comunidade relacionadas à faixa etária, nível de formação educacional, ocupação e experiências com relação ao turismo. Serão realizadas perguntas sobre dinâmicas próprias do turismo, atividades econômicas, conservação da natureza e das tradições locais, organização da comunidade em torno ao assunto de estudo, dentre outras.

A **participação** na entrevista pode apenas demandar **disponibilidade de tempo** e **necessidade de expor as opiniões pessoais** sobre as questões levantadas, com possibilidade de constrangimento e desconforto. Caso as entrevistas sejam encerradas por alguma destas questões, a pesquisadora, caso solicitada pelo(a) entrevistado(a), poderá orientar a existência de serviços disponíveis que podem auxiliá-lo(a), visando seu bem-estar. Entretanto, essas sensações serão evitadas, ou reduzidas, a partir:

- do sigilo e confidencialidade das respostas, que serão utilizadas somente para fins científicos;
- da garantia de pausas durante as entrevistas;
- da liberdade de não responder as perguntas realizadas;
- da não identificação nominal nos dados registrados da pesquisa, a fim de preservar a identidade do(a) entrevistado(a) e da iniciativa que representa;
- da possibilidade de desistir de participar da pesquisa, em qualquer momento, sendo que, caso seja posterior à entrevista, a pesquisadora responsável se compromete em descartar suas respostas e dar ciência à sua solicitação;
- da possibilidade de interromper a entrevista, em qualquer momento;
- da flexibilidade de optar por não responder quaisquer questões que podem implicar em desconfortos;
- da disponibilidade de prestação de explicações para viabilizar a respostas das perguntas;
- a disponibilidade de informações sobre o projeto e sua participação em qualquer momento, a partir do convite;

- da liberdade de não se voluntariar a ingressar e participar da pesquisa, sem penalizações;
- do aceite em participar da pesquisa ser realizado depois da leitura e consentimento das condições em que será realizada a entrevista, presentes neste TCLE, a fim de decidir de forma informada sobre a viabilidade da sua participação.

A **participação** nas entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa é **voluntária e não há compensação financeira**. Destaca-se que é possível desistir de participar da entrevista e retirar seu consentimento, em qualquer momento, sem nenhum prejuízo pessoal e/ou profissional, em relação à pesquisadora responsável ou à UFSCar. Os dados coletados serão mantidos sob sigilo e, caso haja menção a nomes, ou qualquer outra informação que possibilite a identificação do(a) membro da comunidade, sendo que, na sua ocorrência, serão atribuídos códigos a eles, cuja tradução somente a pesquisadora terá acesso.

Solicito sua **autorização para gravação dos áudios da entrevista**, registro das respostas em notas e **transcrição das entrevistas**, os quais serão salvos em documentos digitais que serão armazenados em *pendrive*, não ficando acessíveis virtualmente, a fim de preservar a proteção, segurança e os direitos da(o) entrevistada(o), assegurando sigilo e confidencialidade aos dados coletados.

Antes do início da entrevista a pesquisadora reapresentará este TCLE, o qual deverá ser assinado e entregue para a pesquisadora. O(a) senhor(a) receberá uma via deste TCLE em meio físico, devidamente assinada pelo(a) senhor(a) e pela pesquisadora responsável, tendo as demais páginas rubricadas pelas partes.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas (**Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº: 67380923.5.0000.5504; parecer nº: 6.068.083**). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da

UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/CONEP. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: **Margarita María Dueñas Orozco**

Endereço: Rua 13 de Setembro, 779, Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná-RO, CEP: 76900-777

Contato telefônico: (69) 98132-3166

E-mail: [margarita.orozco@estudante.ufscar.br](mailto:margarita.orozco@estudante.ufscar.br)

**Declaro que tenho 18 anos, ou mais, e que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Local e data: \_\_\_\_\_

---

Margarita M. D. Orozco  
Pesquisadora responsável

---

Nome: \_\_\_\_\_  
Participante

## Apêndice C

### CONSIDERAÇÕES COM RELAÇÃO ÀS LEGISLAÇÕES NO ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL QUE TRATAM DAS QUESTÕES SOBRE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, COM FOCO NA RESERVA LEGAL

Pelo Engenheiro Agrícola: Rômulo Mendonça Borel

As considerações aqui feitas foram divididas em “análise fundiária” e “análise ambiental”, e motivo desta divisão é devido à questão da delimitação da Reserva Legal em um imóvel rural depender de suas questões fundiárias, principalmente em termos de tamanho e localização do imóvel. Com isso, as questões fundiária e ambiental estão intrinsecamente ligadas.

#### 1 – ANÁLISE FUNDIÁRIA

Um conceito importante a ser tratado é o “Módulo Fiscal”. O **conceito de módulo fiscal** foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), o qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. **Seu valor expressa a área mínima (em hectares) necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável.** O módulo fiscal também influencia na aplicação da legislação ambiental, por isso é tão importante ser considerado.

O valor do módulo fiscal é fixado pelo INCRA para cada município. No estado de Rondônia, todos os municípios possuem o mesmo valor do módulo fiscal, de 60 hectares.

De acordo com a legislação ambiental a ser analisada a seguir, os tratamentos dados aos imóveis rurais em termos de delimitação e quantificação de Reserva Legal ser mantida e/ou regularizada são diferenciados para os imóveis de acordo com o seu tamanho em termos de Módulo Fiscal (além de outros fatores). Daí a importância desse conceito na aplicação das leis ambientais referentes às vegetações em imóveis rurais.

#### 2 – ANÁLISE AMBIENTAL

Aqui serão tratadas as questões levantadas pelas legislações nos âmbitos Federal e Estadual (Rondônia) que definem o tamanho da Reserva Legal que deverá ser mantida em cada imóvel rural, para o caso de Rondônia.

## **2.1 – Análise ambiental em termos de Reserva Legal no âmbito da Legislação Federal**

No âmbito federal, está vigente a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a qual dispõe sobre a proteção da vegetação nativa em todo território nacional, e dá outras providências. Podem-se citar alguns trechos para contextualizar a situação nos termos desta legislação, com foco no que concerne à Reserva Legal:

Art. 1º- A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.  
(...)

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:  
(...)  
IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;  
(...)

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:  
I - Localizado na Amazônia Legal:  
a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;  
b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;  
c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;  
(...)

Art. 13. Quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE estadual, realizado segundo metodologia unificada, o poder público federal poderá:  
I - Reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos; (...)

Aqui deve-se considerar a importante definição de “área rural consolidada” de que trata o inciso IV do art. 3º da Lei nº 12.651, ao fixar a data de 22 de julho de 2008 como data limite para ser considerada “área rural consolidada” toda área rural que tenha sido desmatada anteriormente à referida data e ocupada com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris (atividades agrícolas, pecuárias etc.).

No art. 12 da referida Lei, se determina o percentual que todo imóvel rural deve manter de área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, dependendo do bioma. Vale lembrar que na Amazônia Legal - e isso vale para o estado de Rondônia - nós temos os três biomas: as florestas, o cerrado e os campos gerais.

No art. 13, inciso I, considera-se a possibilidade de redução, pelo poder público federal, “**exclusivamente para fins de regularização**, mediante recomposição, regeneração ou compensação da **Reserva Legal** de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até **50% (cinquenta por cento)** da propriedade”, quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE estadual.

O estado de Rondônia possui Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, o qual foi aprovado pela Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000, constituindo-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado.

O referido zoneamento divide a área total do estado de Rondônia em três zonas, com suas respectivas subdivisões, quais sejam:

- a) A Zona 1, subdividida em quatro subzonas com características específicas, é composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal, abrange 120.310,48 km<sup>2</sup>, equivalentes a 50,45% da área total do Estado;
- b) A Zona 2, subdividida em duas subzonas, são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável, abrange 34.834,42 km<sup>2</sup>, equivalentes a 14,6% da área total do Estado.
- c) A Zona 3, subdividida em três subzonas, são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios,

abrange 41.875,32 km<sup>2</sup>, equivalentes a 34,95% da área total do Estado.

O zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado de Rondônia foi o primeiro no Brasil aprovado e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Foi validado em todas as instâncias, culminando com a manifestação da Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 5.875, de 15 de agosto de 2006, onde está previsto:

Art. 1º Fica adotada a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que autoriza a redução, para fins de recomposição, da área de reserva legal, para até cinqüenta por cento, das propriedades situadas na Zona 1, conforme definido no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

Portanto, na edição da Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000, já estava prevista a indicação da redução que foi contemplada posteriormente pelo inciso I, art. 13, da Lei nº 12.651 de 2012.

Ainda com relação à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012:

(...)

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

(...)

Art. 66. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - Recompôr a Reserva Legal;

II - Permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

(...)

§ 9º As medidas de compensação previstas neste artigo não poderão ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

Art. 67. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

Aqui deve-se destacar o art. 66, o qual expõe a possibilidade de regularização (recomposição e/ou regeneração e/ou compensação) da Reserva Legal no imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12. Ou seja, os imóveis que possuam **área rural consolidada** (inciso IV do art. 3º da Lei nº 12.651) de acordo com a legislação. No § 9º do art. 66 explicita que as medidas de compensação previstas no art. 66 **não poderão** ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão (desmatamento) de novas áreas para uso alternativo do solo.

No art. 67 está exposta uma situação importante para os considerados “pequenos proprietários” (com área de até quatro módulos fiscais), onde se define que “a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo”, no caso desses imóveis.

**Portanto, até aqui foi tratado dos limites definidos para a Reserva Legal, em suas diferentes situações, no âmbito da Legislação Federal.**

## **2.2 – Análise ambiental em termos de Reserva Legal no âmbito da Legislação Estadual**

A partir daqui serão tratados dos limites definidos para a Reserva Legal no âmbito da Legislação Estadual (estado de Rondônia). E aqui será feita uma divisão em duas partes, porque a legislação estadual (Socioeconômico-Ecológico do estado de Rondônia) foi modificada recentemente. Com isso, será descrito como era tratada a situação da delimitação da Reserva Legal até a data de 21 de junho de 2023, enquanto estava vigente a Lei Complementar Estadual nº 892, de 04 de julho de 2016; e como é tratada hoje a delimitação da Reserva Legal, após a publicação da Lei Complementar nº 1.193, de 22 de junho de 2023, a qual revogou a LC nº 892.

**2.2.1 – Delimitação da Reserva Legal até a data de 21 de junho de 2023 (LC nº 892/2016) – (apenas para deixar claro que essa NÃO é mais a legislação vigente)**

Anteriormente, quando ainda estava vigente a Lei Complementar nº 892 (a qual alterava a Lei Complementar nº 233), a referida lei regia o que se segue:

(...)

Art. 31-A. Para fins exclusivamente de regularização da Reserva Legal de imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, possuíam percentuais inferiores aos previstos no artigo 12, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a Reserva Legal deverá ser constituída pelos seguintes percentuais mínimos consolidados:

I - 10% (dez por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 2 (dois) módulos fiscais;

II - 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

III - 50% (cinquenta por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais situados na Zona 1.

Portanto, a Lei Complementar nº 892 definia que, nos casos dos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, possuíam percentuais de Reserva Legal inferiores aos previstos no art. 12 da Lei nº 12.651, a Reserva Legal deveria ser constituída por **percentuais mínimos consolidados**, que variavam de acordo com o tamanho do imóvel (para os imóveis com área de até quatro módulos fiscais) e também da localização (para os imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais). Isso **para fins exclusivamente de regularização da Reserva Legal**, ou seja, o proprietário não poderia considerar tais percentuais mínimos a fim de pleitear novas conversões (desmatamentos) para uso alternativo do solo.

### **2.2.2 – Delimitação da Reserva Legal após a data de 22 de junho de 2023 (LC nº 1.193/2023)**

Após a publicação da Lei Complementar nº 1.193, de 22 de junho de 2023, a qual revogou a LC nº 892, o tratamento dado à questão da delimitação da Reserva Legal nos imóveis rurais do estado de Rondônia é o seguinte:

- a) Para os imóveis com área de até quatro módulos fiscais: o tratamento ficou o mesmo dado pela Legislação Federal, descrito principalmente nos art. 12 e 67;
- b) Para os imóveis com área superior a quatro módulos fiscais: o tratamento ficou o mesmo que era dado pela LC nº 892/2016 (revogada), conforme segue no trecho da Lei Complementar nº 1.193:

(...)

Art. 4º...

§ 1º Para fins exclusivamente de regularização de Reserva Legal de imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, possuíam percentuais inferiores aos previstos no artigo 12, da Lei nº 12.651, de 2012, fica estabelecido o percentual de 50% (cinquenta por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais situados na Zona 1. Automaticamente será admitido o cômputo das áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal, nos termos do artigo 15, da Lei Federal nº 12.651, de 2012.